



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE
JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.**

----- No dia vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, sendo secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Segunda Secretária. A composição da Mesa foi alterada partir do Ponto 3 da Ordem de Trabalhos em virtude da necessidade de ausência do Primeiro Secretário sendo substituído pela Segunda Secretária e esta substituída pela Senhora Joana Patrícia dos Santos Ferreira. -----

A Sessão teve início às nove horas e vinte e oito minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz (Justificada), Carlos Alberto Pereira da Gama Henriques (Justificada) e José Manuel de Almeida Fernandes (Justificada).-----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– A Assembleia Municipal de Penalva do Castelo remeteu email no qual informa que a Moção da AM de Viseu “Criação de um Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela Viseu” enviada aquela AM, foi levada à sessão da AM de Penalva do Castelo de 22-04-2016 tendo sido aprovada por unanimidade.-----

– Para conhecimento dos Grupos Deputados Municipais, O Grupo Parlamentar Ecologista “Os Verdes” remeteu email referente ao envio de Projeto de Resolução - Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de Programas na TDT.-----

– A Senhora Deputada Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, Deputada do Grupo Municipal do PPD/PSD, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 janeiro, solicitou renúncia ao mandato na Assembleia Municipal de Viseu.-----

– O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no qual acusa a receção das Moções referentes à estabilidade dos vínculos laborais dos docentes do Instituto Politécnico de Viseu.-----

– Assembleia Municipal de Sernancelhe remeteu via postal Deliberação aprovada por unanimidade na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sernancelhe de 22 de abril de 2016 na qual reconhece a importância da criação de um Centro Oncológico com as Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear no Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----

– O Sr. Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves remeteu via correio eletrónico justificação da falta à sessão ordinária da AM de 29-04-2016.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu via correio eletrónico Projeto de Resolução “Pela rejeição da denominação Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)” apresentado na Assembleia da República apresentado na Assembleia da República.-----

- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu via correio eletrónico voto apresentado na Assembleia da República: “ Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”.
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao Projeto de Lei que Interdita o uso do território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos PIN.
- A Casa da Sé, na pessoa do Exmo. Sr. Agostinho Matos remeteu documento relativo ao assunto: Resposta às “Trapalhadas”.
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente à Divulgação de projeto de lei - Fixação de médicos nas zonas carenciadas no SNS.
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao resultado da votação dos pontos 1 e 3 do o Voto n.º 76/XIII-1.ª “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”.
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao Projeto de Lei do PCP Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias.
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente à Divulgação de PRL do PCP - Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT) o qual integra ainda a intervenção da Deputada Diana Ferreira aquando da intervenção do referido projeto de Lei.
- Assembleia Municipal de Santa Comba Dão remeteu via postal Moção do Grupo parlamentar do PS apresentada e aprovada por unanimidade na sessão ordinária da Assembleia Municipal e Santa Comba Dão de 30 de abril de 2016, na qual é reforçada a importância da criação de um Centro Oncológico com as Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear no Centro Hospitalar Tondela Viseu.
- Assembleia Municipal de Aguiar da Beira remeteu via postal Deliberação aprovada por unanimidade na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Aguiar da Beira de 29 de abril de 2016 na qual se associam à reivindicação da AM de Viseu relativamente à criação de um Centro Oncológico com as Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear no Centro Hospitalar Tondela Viseu.
- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu email referente ao Convite - Audição Pública- Propostas e Estratégias de combate ao desperdício alimentar.
- O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo remeteu via email convite para fazer parte dos sócios fundadores da Associação de Eleitos de Assembleias Municipais.
- O Grupo Parlamentar do CDS/PP remeteu email no qual acusa a receção da Moção Contra a Violência Doméstica aprovada por unanimidade na Sessão ordinária da AM de 29-04-2016.
- A FENPROF remeteu email referente ao assunto - Apelo a tomada de posição em defesa da Escola Pública - Abaixo Assinado – Petição.
- O MEPEC - Movimento de Escolas com Ensino Público Contratualizado remeteu email no qual repudia a atuação da Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dra. Alexandra Leitão.
- A Exma. Chefe de Gabinete de sua Excelência o Presidente da Assembleia da República remeteu ofício no qual acusa a receção da Moção "Contra a Violência Doméstica".
- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu email referente ao assunto: Recolha tratamento e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários na ACES Dão-Lafões.
- O Exmo. Sr. Agostinho Matos da Casa da Sé remeteu em mão documento referente ao assunto: Acesso a dados.
- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu email referente à Pergunta ao Governo sobre a instalação de central de biomassa florestal Mundão- Viseu.
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu via correio eletrónico Projeto de Lei que altera o regime jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros.

- A Exma. Chefe de Gabinete de sua Excelência a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade remeteu ofício no qual acusa a receção da Moção "Contra a Violência Doméstica".-----
- Assembleia Municipal de Moimenta da Beira remeteu via postal ofício no qual informa que na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira de 29 de abril de 2016 deliberou por unanimidade declarar-se solidária com a exigência do Centro Hospitalar Tondela Viseu, para que este disponha da criação do Centro Oncológico com as Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu via correio eletrónico Divulgação de Pacote de Iniciativas apresentadas no Dia Internacional da Criança.-----
- O Exmo. Sr. José Mário Leite Presidente da AM de Torre de Moncorvo remeteu email referente ao seguinte assunto: Associação Nacional de Assembleias – Proposta de Adesão/Informação.-----
- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu email referente ao envio de Projeto de Lei (PEV) - Ementa vegetariana nas cantinas públicas- agendado para discussão no dia 16 de junho.-----
- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu via email - Resposta da Ministério da Economia referente ao assunto: Parque infantil em estado de degradação em Repeses Viseu.-----
- A Exma. Coordenadora do GE do Município de Viseu remeteu email o qual inclui Ordem de Trabalhos e Ata para a Reunião do Conselho Municipal de Educação que se irá realizar no dia 22 de junho de 2016.-----
- Sua Excelência, O Provedor de Justiça remeteu email no qual acusa a receção da Moção Contra a Violência Doméstica aprovada por unanimidade na Sessão ordinária da AM de 29-04-2016.-----
- O Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do CHTV Dr. Ermida Rebelo remeteu email referente ao assunto: RRH - Saúde Materna da Criança e do Adolescente.--
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016.-----
- A Exma. Dra. Ana Maria Pereira Abrunhosa Presidente da CCDRC remeteu a informação DSAJAL/16 em resposta ao pedido de Parecer anteriormente solicitado.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016.-----
- A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, FPC Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado remeteu documentos referentes à Revisão Legal das Contas Consolidadas e o Relatório de Parecer do ROC do Município de Viseu respeitantes ao exercício económico de 2015.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal José Alberto da Costa Ferreira remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016.-----
- O Grupo Parlamentar ecologista “Os Verdes” remeteu email no qual acusa a receção da Moção Contra a Violência Doméstica aprovada por unanimidade na Sessão ordinária da

AM de 29-04-2016.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Junta de Mundão Armando Gomes informou via email que se fará substituir pelo Exmo. Secretário da Junta, o Sr. António de Oliveira Carragoso na sessão ordinária da AM de 29-06-2016.-----

– O Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do CHTV Dr. Ermida Rebelo remeteu email referente ao assunto: RRH - Saúde Materna da Criança e do Adolescente, anexo Cirurgia Pediátrica - Fundamentação.-----

– A Exma. Sra. Deputada Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz remeteu email referente ao pedido de justificação de falta para a sessão ordinária da AM de 29-06-2016.--

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu via email referente ao Agendamento Potestativo do PCP - Projeto de Lei que Estabelece o Regime para Reposição de Freguesias- Assembleia República - 30 junho- 15 H.-----

– O Exmo. Senhor Chefe da Casa Civil de Sua Excelência O Presidente da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Contra a Violência Doméstica aprovada por unanimidade na Sessão ordinária da AM de 29-04-2016.-----

– A Exma. Sra. Deputada Sofia Daniela Pereira Mesquita remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016.-----

– A Exma. Sra. Isabel Coelho remeteu email referente ao seguinte assunto: Acessos a áreas residências em mau estado.-----

– O Município de Viseu remeteu via email Ofício - Mapa de Pessoal para 2016 - 3.^a Alteração.-----

– O Município de Viseu remeteu documento referente ao assunto: Correção material ao Plano Diretor Municipal de Viseu.-----

– O Grupo Parlamentar ecologista “Os Verdes” remeteu email referente à pergunta feita ao Governo sobre a Dificuldade de acesso a comunicações móveis sobretudo nas áreas montanhosas do distrito de Viseu.-----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Para conhecimento dos Deputados Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar Ecologista “Os Verdes” referente ao envio de Projeto de Resolução- Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de Programas na TDT.-----

– Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2016.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Sua Excelência o Provedor de Justiça, Sua Excelência o Procurador-Geral da República, Sua Excelência a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PS, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PCP, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do BE, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PEV, o Senhor Líder do Grupo Parlamentar o Senhor Deputado do PAN a Moção Contra a Violência Doméstica apresentada pelo Grupo Municipal o Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29 de abril.-

– Na sequência da comunicação da renúncia ao mandato da Deputada Municipal Sofia Margarida Guedes de Campos Salgado Pires, com efeitos a partir de 10 de maio de 2016, nos termos do art.º 76º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-

A/2002, de 11 janeiro, foi informado via postal o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Política da Secção do Partido Social Democrata de que, nos termos do art.º 79º da citada Lei, o preenchimento da vaga em apreço cumpre à Exma. Senhora Florbela de Almeida Correia Soutinho.-----

– Na sequência da comunicação da renúncia ao mandato da Deputada Municipal Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, com efeitos a partir de 10 de maio de 2016, nos termos do art.º 76º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 janeiro, foi informada via postal a Exma. Senhora Florbela de Almeida Correia Soutinho para proceder ao preenchimento da respetiva vaga.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu Recomendação referente à "Aquisição e Instalação de Desfibriladores no Parque Desportivo do Fontelo" apresentada pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão Ordinária da AM de 29-04-2016.----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao voto apresentado na Assembleia da República: “ Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido via email documento da Casa da Sé, relativo ao assunto: Resposta às “Trapalhadas”.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao resultado da votação dos pontos 1 e 3 do o Voto n.º 76/XIII-1.ª “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao Projeto de Lei que Interditava o uso do território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos PIN.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar Ecologista “Os Verdes” referente ao envio de Projeto de Resolução- Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de Programas na TDT.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente à Divulgação de projeto de lei - Fixação de médicos nas zonas carenciadas no SNS.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao Projeto de Lei do PCP Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias.-----

– Foram remetidos via postal ao Exmo. Sr. Dr. Agostinho Paiva Ribeiro Diretor do Museu Nacional Grão Vasco agradecimentos pela disponibilidade e colaboração prestada na Sessão Solene Comemorativa do 42º aniversário do 25 de Abril.-----

– Foram remetidos via EDOC e entregues fisicamente no Gabinete do Exmo. Sr. Diretor de Departamento Dr. Adelino Almeida os seguintes documentos originais devidamente assinados:-----

Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da Câmara Municipal de Viseu referente ao Exercício Económico de 2015 (3 volumes).-----

Relatório de Gestão e Documentos Financeiros dos SMAS – Águas de Viseu referente ao Exercício Económico de 2015 (1volume) -----

Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2016 – Revisão nº1.-----

Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Viseu para 2016 – Revisão nº1.-----

– Foi remetido via postal à Exma. Sra. Presidente da CCDRC Dra. Ana Maria Pereira Abrunhosa pedido de parecer relativo à harmonização do funcionamento das sessões

- nomeadamente sobre dúvidas relativas aos efeitos do registo de ausência pontual de um membro numa votação de um ponto da Ordem de Trabalho.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar Ecologista “Os Verdes” referente ao assunto: Recolha tratamento e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários na ACES Dão-Lafões.-----
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do MEPEC - Movimento de Escolas com Ensino Público Contratualizado no qual repudia a atuação da Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dra. Alexandra Leitão.-----
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email da FENPROF referente ao assunto - Apelo a tomada de posição em defesa da Escola Pública - Abaixo Assinado – Petição.-----
 - Foram remetidos via postal ao Exmo. Sr. Dr. Henrique Monteiro agradecimentos pela disponibilidade e colaboração prestada na Sessão Solene Comemorativa do 42º aniversário do 25 de Abril.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Direção do Grupo Desportivo “Os Ribeirinhos” Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP na Sessão Ordinária da AM de 29-04-2015, o qual foi aprovado por unanimidade.-----
 - Para conhecimento, foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Voto de Louvor ao Grupo Desportivo “Os Ribeirinhos” apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP na Sessão Ordinária da AM de 29-04-2015, o qual foi aprovado por unanimidade.-----
 - Foi remetido via postal à UGT Viseu Saudação ao 1º de Maio apresentada pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão Ordinária da NA de 29-04-2016.-----
 - Foi remetido via postal à CGTP-IN Viseu Saudação ao 1º de Maio apresentada pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão Ordinária da NA de 29-04-2016.-----
 - Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões comunicação de que a Sra. Dra. Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires eleita, na sessão ordinária realizada no dia 30/12/2013, como representante efetiva da Assembleia Municipal de Viseu, para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Dão Lafões, a apresentou o pedido de renúncia ao mandato nesta AM, sendo que no mesmo ato, foi eleita como representante suplente a Exma. Sra. Joana Patrícia dos Santos Ferreira.-----
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente Projeto de Lei que altera o regime jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros.-----
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” referente à Pergunta ao Governo sobre a instalação de central de biomassa florestal Mundão- Viseu.--
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Grupo Parlamentar do PCP referente Divulgação de Pacote de Iniciativas apresentadas no Dia Internacional da Criança.-----
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” referente - Resposta da Ministério da Economia referente ao assunto: Parque infantil em estado de degradação em Repeses - Viseu.-----
 - Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” referente envio de Projeto de Lei (PEV) - Ementa vegetariana nas cantinas públicas- agendado para discussão no dia 16 de junho.-----

- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Agostinho Matos cópia dos elementos enviados pela Câmara Municipal de Viseu relativos à exposição efetuada.-----
- Foi remetido via postal à CCDRC pedido esclarecimento de questões relativas à informação DSAJAL/16 resultante da resposta ao pedido de Parecer anteriormente solicitado.-----
- Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara ofício no sentido de diligenciar no sentido de poderem ser dadas respostas às questões (relacionadas com abastecimento de água) apresentadas em Audiência de Municípes pela representação dos subscritores do abaixo-assinado que já havia sido entregue no Município de Viseu.-----
- Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que o Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, foi comunicado via e-mail e postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que o Exmo. Sr. Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, foi comunicado via e-mail e postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva para proceder à respetiva substituição.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Exmo. Sr. José Mário Leite Presidente da AM de Torre de Moncorvo referente ao seguinte assunto: Associação Nacional de Assembleias – Proposta de Adesão/Informação.-----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária de 29 de junho de 2016.-----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico Convocatória para a Sessão Ordinária de 29 de junho de 2016.-----
- Foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória para a Sessão Ordinária de 29 de junho de 2016, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----
- Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal via Rápida, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2016.-----
- Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social

Democrata que a Exma. Sra. Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, foi comunicado via e-mail e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal José Alberto da Costa Ferreira, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que o Exmo. Sr. Deputado Municipal António Carlos Lopes Coelho da Silva, foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal José Alberto da Costa Ferreira, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, foi comunicado via e-mail e postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal António Carlos Lopes Coelho da Silva, para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, foi comunicado via e-mail e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do CHTV Dr. Ermida Rebelo referente ao assunto: RRH - Saúde Materna da Criança e do Adolescente.-

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidente de Junta Independente, foi remetido o email do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do CHTV Dr. Ermida Rebelo referente ao assunto: RRH - Saúde Materna da Criança e do Adolescente, acompanhado do anexo Cirurgia Pediátrica - Fundamentação.-----

– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, remetido via email pela Exma. Sra. Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que a Exma. Sra. Deputada Municipal Denise da Costa Rolo, foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Sra. Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 29 de junho de 2016, foi comunicado via e-mail e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Denise da Costa Rolo, para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi remetido via email à Presidência, Vereadores, Diretor de Departamento e Membros da AM Ofício referente ao Mapa de Pessoal para 2016 - 3.ª Alteração.-----

– Foi remetido via email aos Membros da AM documento referente ao assunto: Correção Material ao Plano Diretos Municipal.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, cumprimentava os Senhores Deputados, os Senhores

Presidentes de Junta, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Verificada a existência de quórum, vamos iniciar a sessão. Informava que a Senhora Deputada Municipal Sofia Margarida Guedes Campos Salvado Pires do PSD solicitou a renúncia ao mandato, sendo substituída pela Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho. O Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira. O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva. O Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita, que solicitou também a sua substituição para esta sessão sendo substituída pela Senhora Deputada Denise da Costa Rolo. O Senhor Deputado Municipal José Alberto Ferreira do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal António Carlos Lopes Coelho da Silva. O Senhor Deputado Municipal Carlos Vale Martins do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto. O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Mundão Armando Nuno dos Santos Gomes informou que se vai representar nesta sessão pelo Senhor Secretário da Junta António de Oliveira Carragoso. Informamos também que na sequência da deliberação desta Assembleia Municipal de 25-09-2015, que aprovou o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Viseu, os Membros do Conselho Municipal de Segurança de Viseu que não compareceram para a tomada de posse perante esta Assembleia na sessão de 29-04-2016, tomarão posse durante os trabalhos desta sessão pelas 14h e 30, e tomarão posse perante a Assembleia, que é uma obrigação, e por outro lado, porque eles próprios justificaram a não comparência. Por outro lado temos aqui hoje uma certa baliza temporal as temos também um convite do Senhor Presidente da Câmara para a cerimónia de assinatura de Protocolo de Cooperação Intermunicipal pelas 17 horas nos Paços do Concelho em que está presente o Secretário de Estado do Ambiente Engenheiro Carlos Martins e os Senhores Presidentes de Câmara dos municípios que vão outorgar este protocolo de cooperação, por isso era também, a ver se todos fazemos um esforço em termos de celeridade desta Assembleia, a ver se às 5 horas conseguimos estar prontos. Iremos de seguida proceder à votação das Atas. Punha à consideração a Ata da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2016. Perguntava se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de uso da palavra colocaria à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com quatro (4) abstenções.-----
Iria pôr à consideração a Ata da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2016. Algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de uso da palavra colocaria à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com duas (2) abstenções.-----
Vamos iniciar então o Período de Antes da Ordem do Dia e solicitava aos Grupos Municipais a apresentação do modelo de registo de intervenções dos Deputados. Penso que já os temos.-----
Propunha também que para efeitos de execução imediata, as deliberações, quer as do Período de Antes da Ordem do Dia, quer da Ordem de Trabalhos sejam aprovadas em minuta conforme o preceituado nos nº3 e nº4 do Art.º57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação consubstanciado pelo nº4 do Art.º 58 do Regimento em vigor desta Assembleia. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, Aprovada por unanimidade esta situação. Eu próprio, estou inscrito, iria apresentar.-----
----- O Senhor Presidente da Mesa dirige-se ao parlatório e na qualidade de Deputado Municipal faz a seguinte intervenção: Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos restantes Membros do Executivo Camarário, Senhores Membros da Assembleia. Os Galardões Municipais, destinam-se a distinguir personalidades que pelo seu mérito pessoal e profissional, dedicação e contributo social se tenham notabilizado e

sejam um exemplo a seguir. O Senhor Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias, é uma personalidade ímpar. Foi um dos mais brilhantes Médicos que exerceu funções no Hospital S. Teotónio de Viseu. Era para todos os profissionais de saúde uma referência ética e deontológica. Para várias gerações foi um profissional dedicado ao serviço público, aos seus doentes, aos colegas e profissionais de saúde que orientou e ensinou. Passava a citar duas frases proferidas pelo Dr. Malaquias numa conferência no Dia do Hospital em 18 de fevereiro de 2005: *“A geração médica a que pertenço, e as subsequentes muito ficaram a dever ao Serviço Nacional de Saúde e os portugueses mais ainda”. “Os doentes estimam ser tratados como gente, e não... com ciência apenas.”*-----

Frases que retratam bem as suas qualidades humanas e profissionais e os seus valores.----- Enquanto médico e cirurgião tinha sempre uma palavra amiga, de compreensão, de ajuda, com um profundo respeito pela dignidade humana, mantendo sempre na sua ação, um princípio profundamente humanista – *“fazer aos outros aquilo que gostaríamos que nos fizessem a nós”*.-----

O Dr. António Malaquias nasceu em 11 de dezembro de 1929, no Concelho de Vagos, tendo sido um aluno distinto, sempre o melhor aluno no liceu, na universidade, licenciando-se em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 05/12/1953.-----

Trabalhou nos Hospitais da Universidade de Coimbra e foi Assistente da Faculdade de Medicina, tendo vindo para o Hospital de Viseu em julho de 1963, e por cá ficou, com um curto interregno quando foi mobilizado para Timor, de agosto de 1971 a novembro de 1973 para cumprimento do Serviço Militar.-----

Em Viseu se radicou, tendo adotado esta Terra como sua. Trabalhou sempre no Hospital de Viseu, sendo Diretor do Serviço de Cirurgia 2, até à data em que se reformou em 30 de dezembro de 1995.-----

Os que com ele mais proximamente privaram realçam o profundo conhecimento, a habilidade e a qualidade técnica no bloco operatório, mas também o seu humor fino, o nível de cultura e de inteligência acima da média.-----

Passarei a ler alguns excertos de um texto que me foi entregue por alguns dos seus “discípulos”:-----

«Não poderemos jamais esquecer quem, de modo pouco visível e sem espírito narcísico, respeitou e se empenhou até ao limite das suas capacidades, para proporcionar o melhor dos nossos bens – a saúde».-----

Alguns dos seus “discípulos” foram posteriormente também formadores de outros jovens futuros médicos-cirurgiões em início de carreira, procurando transmitir-lhes os valores que tiveram a sorte de receber, os quais constituem o seu maior legado e são ainda hoje frequentemente lembrados nas Reuniões do Serviço e no quotidiano diário.-----

Tudo o que se possa dizer sobre o Dr. Malaquias pecará sempre por defeito. Todas as pessoas o deveriam conhecer na sua plenitude. Todas certamente ficariam a saber quais são os verdadeiros e mais importantes valores da vida.» Termino a citação de um texto que me foi entregue.-----

O Dr. António Malaquias é um profissional distinto, competentíssimo, mas também um cidadão, um pai e marido exemplar.-----

Podemos afirmar que personifica a humildade do saber e do estar. Para o Dr. António Malaquias o que fez a nível profissional e social foi somente no cumprimento de um dever e uma obrigação que não precisa de ser reconhecido.-----

Mas, temos todos a obrigação cívica de prestar o merecido reconhecimento público a este Grande Homem, a este Grande Viseense. A homenagem reclamada por profissionais de saúde e doentes e por todos os que tiveram o privilégio de conviver com ele.-----

Assim, propomos a esta Assembleia Municipal e recomendamos à Câmara Municipal que esta personalidade notável faça parte dos Homens Ilustres de Viseu, como um exemplo profissional e de vida, atribuindo a Medalha Municipal de Mérito ao Dr. António Manuel

Machado da Graça Malaquias.-----

----- MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA: Há alguma intervenção sobre este assunto? Sr. Deputado.-----

----- UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Muito bom dia a todos e a todas. Senhor Presidente da Mesa em exercício, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. O Bloco de Esquerda não podia deixar de se associar a este Voto de Louvor. Eu não tive o privilégio de conhecer pessoalmente o Dr. Malaquias, nem de privar com ele, portanto, mas, por aquilo que sei foi efetivamente um cidadão exemplar, fez uma escola em Viseu de cirurgia, pelo que vejo é reconhecido amplamente pelos seus discípulos, mas sei que ele fez de facto essa escola, e há um pormenor que acho que não foi referido, mas que também merece aqui ser destacado, é que além de ser um democrata, foi um resistente, e isso para o Bloco de Esquerda naturalmente que subleva a figura do Dr. Malaquias. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Muito obrigado Senhor Secretário. Queria cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Excelentíssimos Senhores Vereadores, queria saudar também os diversos Grupos Municipais, todo o Público aqui presente e a Comunicação Social. Sobre esta matéria o CDS, não pode estar mais de acordo e associar-se a esta manifestação aqui expressa pelo Dr. Mota Faria. No fundo dizer também que o Dr. António Malaquias, hoje que tanto se fala na defesa do Serviço Nacional de Saúde, personificou ele próprio essa defesa com os seus atos durante a sua vida profissional ativa, por isso, não podemos estar mais de acordo com esta atribuição, é pena que seja a título póstumo, e que não pudesse ser...-----

(Alguns Senhores Deputados intervêm não sendo perceptível na gravação o que foi dito) ----

- O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha retoma a sua intervenção dizendo:-----

Não? Ai não? Então confundi, desculpem lá, então correu mal. Pronto, felizmente então, ainda bem que foi lapso meu e que possa receber mais ainda. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA: Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. O Partido Socialista apoia vivamente esta iniciativa e louva o Dr. Mota Faria pelo facto de a trazer, porque efetivamente o Dr. António Malaquias conjuntamente com o falecido Dr. Diamantino Henriques, o falecido Dr. Luís Almeida Henriques e o Dr. João Meireles, foram talvez as pessoas mais importantes na implementação do Serviço Nacional de Saúde em Viseu. Eu tive o privilégio de conhecer o Dr. António Malaquias, quando nomeado por esta Assembleia, ou eleito por esta Assembleia, fui Membro do Conselho Geral do Hospital de Viseu, na altura o Hospital de S. Teotónio, para esse Conselho Geral, tinha sido nomeado pela Senhora Ministra Leonor Beleza, o Dr. António Malaquias, e na primeira reunião, estando três juristas presentes nessa reunião, a única pessoa que conhecia a fundo os estatutos era o Dr. António Malaquias que era médico. Isto revela bem da personalidade dele, era um estudioso, era um homem de facto superior. Nós apoiamos vivamente esta iniciativa.-----

----- MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Digníssima Mesa, saudar o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo, os

Deputados aqui presentes e todas as pessoas que aqui estão. Naturalmente a CDU não pode ter outra atitude que não seja associar-se a esta iniciativa que em boa hora o Dr. Mota Faria traz a esta Assembleia. Não tive o prazer, não tenho o prazer de conhecer o Dr. Malaquias, mas tenho a felicidade de poder ouvir camaradas meus que o conhecem, com quem mantiveram uma relação próxima, e que de facto me dão a imagem de um homem que merece a homenagem que hoje aqui estamos a decidir fazer-lhe. Para além de tudo o que foi dito aqui, nomeadamente o ter sido um grande defensor do Serviço Público de Saúde, há a qualidade também já aqui referida do resistente, do democrata, a grande figura humana que todos nós de facto reconhecemos, e portanto, só podemos de facto solidarizar-nos nesta iniciativa. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Íamos então pôr à votação esta proposta de atribuição da Medalha Municipal de Mérito ao Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias.-----
Vamos então proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Vamos então continuar com os trabalhos. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Colegas, Senhores Presidentes de Junta e Público. A melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das nossas comunidades e populações estão obrigatoriamente relacionados com a melhoria dos cuidados de saúde, é por isso que ao longo dos anos muitas foram as lutas que se travaram em prol do aumento do número e da melhoria da capacitação das unidades de saúde existentes no nosso território. Foi nessa linha que sempre lutámos contra o encerramento de qualquer serviço de saúde, nomeadamente as extensões de saúde existentes nos meios rurais. Foi nessa linha que combatemos com firmeza a reforma da rede de urgências, que mesmo assim culminou com o encerramento do serviço de atendimento permanente em localidades onde não há outra oferta de proximidade. Foi nessa linha que ainda hoje lutamos para que os utentes de alguns concelhos possam manter a referência primária no Centro Hospitalar Tondela Viseu. É nessa linha que lutámos para que as obras de ampliação da urgência do centro Hospitalar Tondela Viseu sejam hoje uma prioridade urgente no mapeamento dos investimentos a realizar pela ARS Centro no âmbito do Portugal 2020, e é também nessa linha que ainda hoje, continuamos unidos, pese embora algumas questões de natureza ideológica para manter a reivindicação da criação de um Centro Oncológico no nosso Centro Hospitalar. Este foi sempre o nosso rumo. Nunca nos desviámos desse objetivo e tão pouco recebemos lições de quem não reconhecemos qualquer autoridade e boas práticas na defesa dos Serviços Públicos de Saúde. Recentemente numa análise ligeira da proposta que o Governo colocou em discussão pública, relativa à Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna da Criança e do Adolescente, houve quem pretensiosamente procurasse lançar a insídia de que estamos perante um problema que se arrasta desde 2014. Na verdade em 2014 houve também quem procurasse retirar algum aproveitamento político pelo facto de não ter aparecido na proposta do Governo de então, relativa à oferta da Rede Hospitalar, a especialidade de Cirurgia Pediátrica para o Centro Hospitalar Tondela Viseu. Como se veio a confirmar, o Serviço de Cirurgia Pediátrica não diferenciado, como aquele que existe em Viseu, deve estar integrado funcional e fisicamente num Serviço de Pediatria diferenciado e no âmbito de um hospital de apoio perinatal diferenciado. Não sendo esta a categoria do nosso Centro Hospitalar, o serviço nunca poderia estar contemplado, logo o que existe é uma Unidade de Cirurgia Pediátrica, integrada no Serviço de Pediatria, que dá resposta aos objetivos estipulados para um Serviço de Cirurgia Pediátrica, tal como demonstram os indicadores que são públicos, e

foi por razão dessa procura e necessidade que o anterior Governo não apenas manteve esta unidade como reforçou o número de cirurgiões pediátricos não encerrando o serviço. O que hoje se pretende com a discussão desta proposta, não é reatar a discussão semântica do problema nem questionar as razões do ordenamento dos serviços, o que hoje nos deve preocupar e manter unidos, é a reivindicação de mais diferenciação técnica e científica para o Centro Hospitalar Tondela Viseu. Se para termos esta unidade ou serviço a funcionar em pleno, são necessários três cirurgiões conforme recomendação técnica, e temos apenas dois, reivindicamos então mais um, e ao que parece, o dinheiro não deverá ser o problema para este Governo, no entanto, como para já o que importa é dar o contributo desta Assembleia sobre o documento que se encontra em discussão pública, o Grupo Municipal do PSD propõe que nos associemos à posição conjunta dos Presidentes de Câmara que integram a CIM Dão Lafões e que passo a ler:-----

Considerando que o Centro Hospitalar Tondela Viseu se assume como a unidade de saúde de referência, no âmbito dos cuidados diferenciados, que responde a toda a Região Interior Centro do País, incluindo o ACES Dão-Lafões, 3 concelhos do ACES Douro-Sul e toda a ULS da Guarda;-----

Considerando que se propõe ainda a apoiar, no âmbito de uma referenciação secundária, o Centro Hospitalar da Cova da Beira que, desta forma, deixaria de referenciar doentes para Coimbra, encurtando em cerca de 1 hora as deslocações dos seus doentes, na procura de cuidados mais diferenciados, dos quais o Centro Hospitalar Tondela Viseu já dispõe;----

Considerando que a área de influência do Centro Hospitalar Tondela Viseu corresponde a cerca de 10.000 km², conforme a distribuição por NUTs III no caso Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela.-----

Considerando o referido na página 9 do documento “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente”, e que passamos a citar: *“A atividade cirúrgica da Cirurgia Pediátrica tende a desenvolver-se maioritariamente em regime de Cirurgia do Ambulatório, cirurgia que por definição deve ser realizada na proximidade das áreas de residência dos doentes, razão pela qual a oferta de Cirurgia Pediátrica foi sendo descentralizada. A análise detalhada da atividade realizada a nível nacional parece demonstrar que a oferta de cirurgia pediátrica se encontra ainda abaixo da procura existente no Serviço Nacional de Saúde.”*;-----

Considerando que, neste contexto, o Centro Hospitalar Tondela Viseu é a unidade hospitalar, do Serviço Nacional de Saúde, com maior percentagem de cirurgia do ambulatório, para procedimentos cirúrgicos ambulatorizáveis;-----

Considerando o referido na página 10 do documento “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente”, e que passamos a citar: *“O desempenho médio ponderado dos especialistas situa-se na sua participação (por cirurgião) em cerca de 250 intervenções ano. Este número de intervenções é considerado adequado à manutenção da proficiência técnica e representa um desvio positivo em relação a números conhecidos de outras especialidades...”*, *“...Quanto ao número de consultas (média simples) varia entre as 600 e as 400 consultas ano por especialista...”*;-----

Assim: Considerando que, neste âmbito, o Centro Hospitalar tem nos seus quadros 2 especialistas em Cirurgia Pediátrica, com mais de 500 intervenções cirúrgicas ano, e cerca de 2.500 consultas ano;-----

Considerando que o Centro Hospitalar Tondela Viseu reúne todas as condições exigidas, para o funcionamento de um Serviço de Cirurgia Pediátrica, já que dispõe de Cirurgiões Pediátricos dispõe de mais do que os Meios Auxiliares de Diagnóstico requeridos, designadamente, ressonância magnética e que, semanalmente dispõe dois tempos operatórios, de 360 minutos cada;-----

Assim, na sequência do acima exposto, a Assembleia Municipal de Viseu toma a seguinte posição em sede de consulta pública ao documento Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna da Criança e do Adolescente, o que o faz nos

termos seguintes:-----

A. Reafirma que o Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE responde, com qualidade e em tempo útil, às necessidades sentidas pelas populações nesta vasta área do interior centro do País;-----

B. Assume ser frontalmente contra, a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE;-----

C. Manifesta a sua absoluta oposição à centralização, entenda-se litoralização, com um único Serviço para toda a região centro localizada em Coimbra, donde resultaria uma maior dificuldade na acessibilidade a tão importantes serviços com as inevitáveis consequências para as populações servidas pelo Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----
É tudo. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Colocava à discussão esta Moção. Tem a palavra Senhor Deputado.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, (não há Presidentas de Junta) Público e Comunicação Social. Eu também trago um contributo para esta matéria, é um a Moção **PELA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CIRURGIA PEDIÁTRICA E CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA-UISEU.**-----

Considerando que:-----

1. Se encontra em discussão pública, por um período de 30 dias que termina amanhã, 30 de Junho de 2016, o projeto governamental de Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referênciação Materna, da Criança e do Adolescente, que prevê a extinção das valências de cirurgia pediátrica e de cardiologia pediátrica do Centro Hospitalar Tondela-Viseu;-----

2. O Centro Hospitalar Tondela-Viseu dispõe de dois cirurgiões pediátricos, que disponibilizam 2.500 consultas e mais de 500 intervenções cirúrgicas por ano, dois tempos operatórios de 360 minutos cada e os meios auxiliares de diagnóstico requeridos, incluindo ressonância magnética, pelo que só lhe falta mais um cirurgião pediatra para reunir todas as condições para constituir um Serviço de Cirurgia Pediátrica;-----

3. Como se trata de um serviço destinado a crianças e adolescentes, sendo já hoje realizado maioritariamente em regime de Cirurgia de Ambulatório, que por definição deve ser praticada o mais próximo possível da área da residência dos doentes, razão pela qual a oferta há muito tem sido descentralizada, como reconhece o próprio documento em consulta pública, que acrescenta, e cito: *“a família ou tutores devem acompanhar as crianças durante os internamentos/tratamentos, sendo sempre encorajadas a participar no modelo de cuidados prestados.”* fim de citação, não se justifica a sua centralização no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, que passaria a deter o único Serviço de Cirurgia Pediátrica da Região Centro;-----

4. O documento em consulta reconhece que e cito: *“a oferta de Cirurgia Pediátrica se encontra ainda abaixo da procura existente no Serviço Nacional de Saúde”*;-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 29 de Junho de 2016, delibera:-----

1 – Manifestar a indignação deste órgão autárquico e dos Viseenses que representa, perante o projeto de Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referênciação Materna, da Criança e do Adolescente que prevê a extinção das subespecialidades de Cirurgia Pediátrica e Cardiologia Pediátrica, no Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----

2 – Dar conhecimento da presente Moção ao Governo, ao Ministério da Saúde, à Assembleia da República, à Comissão de Saúde da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Ordem dos Médicos, à Ordem dos Enfermeiros, à Direção Regional da Beira Alta do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e à Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu. Obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **SETE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):**

Início os meus cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e restantes presentes. O Grupo Municipal do Partido Socialista na verdade não poderia hoje deixar de vir aqui acima manifestar uma opinião que para nós sempre foi clara, nunca houve quaisquer derivas nem indefinições nesta matéria. Obviamente que o Grupo Municipal do Partido Socialista vem hoje aqui nesta Assembleia Municipal reafirmar de forma inequívoca a defesa da manutenção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, ao contrário da proposta constante do documento técnico produzida por um grupo de trabalho constituído pelo anterior Governo. Importa referir dois aspetos que nos parecem ser relevantes:-----

O primeiro é que esta proposta de Rede de Referenciação Hospitalar em Saúde Materna, da Criança e do Adolescente desde maio foi sujeita à consulta e discussão pública até ao final do presente mês por este Governo, tendo por objetivo avaliar e integrar as propostas que sejam pertinentes na defesa do interesse público, bem diferente dos procedimentos anteriores.-----

O segundo aspeto que decorre da análise do documento, é a de que se perspetiva a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela Viseu, que a verificar-se condenaria Viseu a um esvaziamento de um serviço relevante do Sistema Nacional de Saúde e a um retrocesso para o acesso à saúde na região. A centralização desta resposta num único serviço para toda a Região Centro localizado em Coimbra, em vez de dotar o Serviço Nacional de Saúde da capacidade para responder melhor e mais depressa às necessidades dos cidadãos, significaria o agravamento das dificuldades no acesso por parte das nossas populações, significaria o desaproveitamento dos meios e das respostas de proximidade já implantadas em funcionamento no terreno, significaria ainda desprezar ou ignorar as condições já reunidas, significaria não ter em conta todo o saber, todo o potencial humano e a experiência profissional adquirida, ou seja, significaria um não reconhecimento da qualidade e da eficácia dos serviços prestados. Mas, como não poderia deixar de ser, o Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se e associa-se ao crescente e alargado consenso que hoje esta questão parece estar a gerar, assumidamente quer pelo próprio Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, quer pelo Poder Local, a Câmara Municipal, quer pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, quer pelas várias associações profissionais e de utentes. Mas, permitam-me também que vos recorde a importância da memória. Sim, importa trazer para o centro da discussão o exercício que Saramago e Sofia nos sugerem, quando nos dizem que somos sobretudo a memória que temos e que as coisas que passam ficam para sempre na memória exata. Tenhamos memória sim, pois só assim elevamos a nossa coerência e pertinência do debate, evocando essa mesma memória, é que o Grupo Municipal do PS, em momento algum manifestou derivas, incoerências ou retrocessos no seu posicionamento e não o fará sempre que estiver em causa o Serviço Nacional de Saúde. O que somos hoje em termos de ganhos de saúde que nos colocou ao nível do resto da Europa deve-se a esta grande conquista do Estado Social do nosso país, uma conquista que está à vista de todos, uma conquista que tem vindo a prolongar a vida e a sua qualidade a milhões de mulheres de homens e de crianças. Julgo que todos transportamos na memória que nesta mesma Assembleia Municipal...-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:*** Senhora Deputada, já tem quatro minutos.-----

- ***A Senhora deputada Cristina Maria Nunes Fonseca retoma a sua intervenção dizendo:*** Sim, sim. No dia 28 de abril de 2014 foram trazidas à discussão duas Moções, contra o encerramento do serviço de cirurgia pediátrica do Centro Hospitalar Tondela Viseu.

Importa salientar para que se considere, que sendo as moções convergentes, uma delas foi apresentada por uma Deputada do nosso Grupo Municipal, hoje também aqui presente, na qual estava plasmado um conjunto de razões que continuam hoje em 2016, válidas, e continuam a sustentar o nosso posicionamento. Sobre esta matéria não houve, não há, não haverá derivas ou indefinições. Não nos tentámos escudar sobre a questão se efetivamente existia um serviço autónomo de Cirurgia Pediátrica enquadrada noutro serviço, se efetivamente, se existia era assegurado por uma ou duas cirurgiãs, não fomos nem vamos pelo caminho de mascarar a situação com a questão das tipologias de referência inerentes à proposta para ficarmos bem na fotografia. O que defendemos aqui em Viseu, defenderemos se necessário em Lisboa, onde for preciso, nos locais próprios, sempre manifestámos a nossa posição pela manutenção...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a interromper dizendo: Senhora Deputada, já são 5 minutos.-----

- A Senhora Deputada Cristina Maria Nunes Fonseca prossegue a sua intervenção dizendo:... da Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela Viseu, e fomos claros nos pressupostos. Hoje nesta Assembleia Municipal, não hajam quaisquer tipos de equívocos, reafirmamos as razões e sublinhamos o nosso posicionamento. Como é óbvio, temos que nos associar com a mesma força, com a mesma garra que sempre nós tivemos na defesa desta questão.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Elsa Lemos e depois a Deputada Filomena Pires.-----

----- OITO – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP): Muito bom dia a todos. Tal como foi aqui dito, o Grupo Municipal do CDS/PP vem também apresentar uma Moção.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos representantes dos Grupos Municipais, Comunicação Social, Público aqui presente. Tal como eu estava a dizer, vimos apresentar aqui uma Moção então. Pela manutenção de todos os serviços de pediatria existentes no Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----

O atual Governo Socialista prepara-se para efetuar alterações na organização da rede nacional de especialidade hospitalar e de referência materna da criança e do adolescente. Estas mudanças, que se encontram até ao final do presente mês em consulta pública, terão repercussões negativas na organização do serviço de pediatria do Centro Hospitalar Tondela Viseu, motivo que leva o Grupo Municipal do CDS-PP a elaborar a presente Moção com base nos seguintes pressupostos:-----

1) O Centro Hospitalar Tondela Viseu é uma unidade de saúde de referência no âmbito dos cuidados de saúde diferenciados;-----

2) O Centro Hospitalar Tondela Viseu é uma das principais unidades de saúde do Interior que cumpre a missão de garantir que o acesso à saúde se processa em condições de equidade e de acessibilidade;-----

3) O Centro Hospitalar Tondela Viseu possui, no âmbito da cirurgia pediátrica, capacidade instalada e provas dadas, uma vez que com apenas dois especialistas em cirurgia pediátrica realiza mais de 500 intervenções cirúrgicas por ano e mais de 2400 consultas;-----

4) Contrariar esta tendência atual das políticas de saúde que tem conduzido a uma cada vez maior concentração de recursos nos grandes centros urbanos, esvaziando-se, progressivamente, o Interior de cuidados de saúde diferenciadores e especializados;-----

5) Não está assegurado o princípio da equidade no acesso aos cuidados de saúde, quando se pretende obrigar quem opta por viver no Interior a ter de se deslocar para os grandes centros urbanos para ter acesso a cuidados diferenciados e especializados de saúde;-----

Face aos pressupostos acima enunciados, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a

Assembleia Municipal de Viseu, reunida em reunião ordinária de 29 de junho de 2016 delibere:-----

- 1) Manter no Centro Hospitalar Tondela Viseu todos os atuais serviços de saúde, incluindo a especialidade de cirurgia pediátrica, garantindo, deste modo, a existência de uma proximidade física entre unidade de saúde de referência e os seus utentes;-----
- 2) Em função dos resultados operacionais alcançados pelo serviço de cirurgia pediátrica, reforçar os quadros de pessoal autorizando a contratação de um cirurgião pediátrico, de modo a que as respostas dadas por este serviço sejam ainda mais eficazes;-----
- 3) Do teor da presente Moção seja dado conhecimento às seguintes entidades: Direção Geral da Saúde, Entidade Reguladora da Saúde, Administração Regional de Saúde do Centro, Presidência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Presidente da CIM Dão/Lafões e Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----

Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires. -----

----- **NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Reiterar os cumprimentos, e dizer que relativamente à relevância da matéria aqui trazida por estas Moções, em coerência com as Moções que aqui apresentámos nomeadamente em abril de 2014 e em fevereiro de 2015, não podemos fazer outra coisa que não seja, votar a favor daquilo que é de facto um pedido que responde a uma necessidade premente para a nossa região. Não posso deixar de aqui fazer uma referência, de facto, e enfim, votaremos a favor pese embora, nomeadamente em relação à Moção aqui apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Alves, lembrar que de facto, olhando para trás, fica-nos esta ideia, mudam-se os tempos, mudam-se as visões dos problemas. Os factos deveriam permanecer para além dos malabarismos semânticos, porque aquilo que aqui ouvimos, nomeadamente em abril de 2014, foi que não existia um serviço de Cirurgia Pediátrica e que não podemos dizer que não se vai embora uma coisa que efetivamente não existe. Portanto, gostaríamos de ter visto noutros momentos o mesmo afinco aqui na defesa do serviço público. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **DEZ – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Bom dia a todos. Eu começo por endereçar os meus cumprimentos à Mesa na pessoa do Senhor Presidente e a todos os demais elementos que a compõem, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caríssimos Colegas Deputados Municipais, Público em geral. Dizer-vos que é com satisfação que vejo a alteração da tomada de posição e porque vou ao encontro daquilo que a nossa colega Deputada Filomena Pires aqui disse, é que de facto em abril de 2014 apresentei uma Moção a esta Assembleia, falando deste problema da cirurgia pediátrica, e a resposta que obtivemos por parte daqueles que hoje aqui trazem uma Moção, é que não estamos a falar de nenhuma perda do serviço do Centro Hospitalar, porque não existe esse serviço de Cirurgia Pediátrica. Isso consta em Ata e elas são públicas e são do conhecimento de todos os que aqui estão. Mas, congratulo-me, e o Partido Socialista congratula-se com a união de todos em prol da qualidade de vida e do interesse dos Viseenses. Como é óbvio, eu volto a referir aquilo que na altura aqui disse, que o concelho e a população temiam que a valência da Cirurgia Pediátrica aqui existente que desaparecesse, que não estivesse, e isso é um desincentivo à fixação das famílias, é um desincentivo aos cuidados prestados, e portanto, o Partido Socialista estará sempre em prol e em defesa dos Viseenses. Eu deixava porventura aqui uma sugestão à Mesa, uma vez que existe mais do que uma Moção hoje aqui apresentada, seria porventura talvez interessante que aqueles que a realizam, que pensássemos em condensá-la numa só e que pudéssemos todos votar favoravelmente essa

Moção. Estamos aqui em defesa de todos e do interesse de todos e de todos os Viseenses. É pena que tenhamos demorado dois anos para estarmos todos de consenso. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Os meus cumprimentos renovados. Nós obviamente que estamos muito contentes pelo Partido Social Democrata ter tomado esta posição, e gostava de referir ainda um pormenor. Esta posição que tomam agora que é diferente da que tomaram há dois anos, tem pelo menos... (é vidente ó Senhor Deputado, é evidente, e o senhor sabe que é) o problema que eu quero dizer é o seguinte: Teve o cuidado, que eu aceito, de não partidarizar a Moção, e isso faz-nos votar a favor, o mesmo se passa com a posição do Bloco de Esquerda que também cuja Moção votaremos. A do PP não podemos votar por dois motivos: Primeiro porque começa logo por partidarizar, dizendo que este Governo se prepara para, quando foi aqui dito claramente que isto deriva de uma situação de um grupo de trabalho que foi nomeado pelo Governo PSD, portanto, não é o Governo do Partido Socialista que se prepara para e em segundo lugar porque a Assembleia Municipal não tem os poderes que na Moção se diz. A Moção diz que a Assembleia Municipal aprova, a Assembleia Municipal não tem poderes para isso Senhora Deputada, tem apenas poderes para propor, para fazer isso não pode, e portanto, nós essa não podemos votar. Se quiser refazê-la podemos pensar, de outra maneira não é possível. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **DOZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. Em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata dizer aqui duas ou coisas. Parece que estamos perfeitamente consensualizados nesta matéria. A proposta que o PSD aqui apresentou, não levantou crítica de nenhum Grupo Municipal pelo que estamos perfeitamente disponíveis para que ela possa ser entendida como proposta desta mesma Assembleia, portanto, tirando nós o carimbo do PSD se assim entenderem, e as outras Moções aqui apresentadas, digamos que, não há grande diferença e se estiverem de acordo, portanto, o Bloco de Esquerda e o Partido Popular, esta nossa poderá ser entendida como da Assembleia Municipal ou eventualmente se entenderem, um termo ou outro que deverá eventualmente constar, ser trabalhado em conjunto com o nosso proponente de forma a ser uma Moção. Penso que não faz rigorosamente sentido nenhum estarmos a sair daqui com duas ou três Moções aprovadas, porque obviamente ninguém está contra nenhuma praticamente, não faz sentido estarmos aqui a aprovar Moções diferentes sobre uma mesma matéria. Portanto, se queremos dar uma imagem de igualdade, de solidariedade e de unidade na defesa de algo que é muito importante para Viseu e para os Viseenses, eu penso que era importante isto, e estamos disponíveis para essa discussão. Já agora ao Partido Socialista, só dizer a talhe de foice, que era bom que não andasse sempre a atirar para trás as coisas, sempre a vir buscar para trás... ainda bem que se riram, fico mais satisfeito, se não tivessem reação ficava preocupado comigo próprio, assim não, porque a questão é assim: Aos senhores quando lhes interessa atirar para trás, atiram, quando não interessa, não atiram. Eu só vou falar em dois casos: O Governo anterior tinha tratado e estavam praticamente fechados, um deles inclusivamente fechado e os senhores foram a correr e alteraram-nos a contento. Portanto, conforme podem fazer numas coisas, também podem fazer nas outras, e falo concretamente na questão da Carris, e falo concretamente na questão da TAP. A questão da TAP estava

fechada, os senhores abriram-na, quiseram gastar mais uns milhões para contentar lá certos interesses, no perfeito direito, nada de discussão contra isso, pacífico. Agora, não podem é vir dizer que na TAP, depois de as coisas fechadas podem ser alteradas e nesta questão da saúde de Viseu, porque há um estudo do Governo anterior, estão amarrados ali e a culpa é do Governo anterior e do estudo. Não vamos entrar por aqui que isto vai-nos dividir, mas é só para ficar claro, não tem a ver com esta matéria, tem a ver com todas as matérias, as pessoas têm que ser coerentes, não é por começarem a vir aqui dizer que vocês é que são coerentes que são coerentes. Porque vocês têm sempre aquela situação que uma mentira repetida muitas vezes se torna numa verdade, eu já vos disse várias vezes aqui que essa não vai passar. Mas o que é importante nesta questão é que efetivamente fosse uma, e apenas uma Moção que saísse daqui e em nome da Assembleia Municipal e não com um carimbo partidário. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Temos aqui uma situação e antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dava a palavra ao primeiro subscritor, no fundo da ordem que estava, que tinha pedido, que tinha dado entrada, da primeira Moção. Em relação depois a seguir, a forma de votação, poderá ser entendido que uma Moção única é importante, até porque tem a ver com as câmaras, porque já foi aprovada na CIM, como pode ser entendido que o facto de se votar várias Moções é também um reforço em termos da própria Assembleia, em termos de posições conjuntas de todos. Por isso, deixava isto depois ao processo. Dava a palavra ao primeiro subscritor da primeira Moção, para encerrar a discussão.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Pretendo ser rápido, e reiterar também aqui o apelo que foi feito para que possamos ter um texto único e como foi dito, não há qualquer pretensiosismo partidário em relação a esta matéria, e julgo que aqui podemos dar esta força se o documento for único, porque acho que as razões são todas idênticas, com uma alteração ou outra de forma, mas o objetivo é comum. Não podia também deixar era de fazer aqui também uma apreciação a um ligeiro comentário, alguns comentários que foram feitos relativamente à posição anterior sobre uma matéria similar que não esta, mas que eu também tive o cuidado de fazer intervenção. Dizer que para mim não me custa rigorosamente nada mudar de opinião, mudar de princípios, aí não abduco, e mudar de opinião mudaria se tivessem razão, mas eu chego à conclusão que do ponto de vista da aprendizagem em relação a 2014, não se aprendeu nada nesta câmara, infelizmente as questões de semântica são importantes e as questões de forma são importantes na organização do serviço, e na verdade, ainda aqui acabei por referir que não temos nenhum serviço de Cirurgia Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela Viseu, e que a classificação de um serviço de Cirurgia Pediátrica, tem que estar integrado num hospital específico num serviço de alta diferenciação, que não é o caso. O que nós temos efetivamente é uma unidade que faz Cirurgia Pediátrica instalada no serviço de Pediatria, que não é a mesma coisa, e acabei por dizer inclusive, que para termos um serviço de Cirurgia Pediátrica completo, teríamos que ter três cirurgias, e não temos, e que por isso mesmo nós poderíamos aqui inclusive, numa situação futura, deixei aqui, toquei a questão, reivindicar o terceiro cirurgião para termos efetivamente esse serviço de Cirurgia Pediátrica. O que no passado existiu, e o que foi objeto de discussão, foi que, no âmbito da definição da rede hospitalar, não constava dos serviços porque nunca houve esse serviço, a definição de Cirurgia Pediátrica, e o que está em causa aqui neste momento é a retirada dos dois cirurgiões, ou seja, o que constitui esta unidade. Nesse sentido, o que quero aqui dizer é que o importante neste momento é aprovarmos esta Moção em conjunto, e para outro momento, teremos a discussão novamente, seja ela técnica, seja ela semântica não importa, mas que não houve nenhuma mudança de opinião da nossa parte, mantemos precisamente a mesma determinação até porque, da nossa parte e estamos perfeitamente à vontade, e vamos então governamentalizar a questão, o Governo anterior herdou a situação da

Cirurgia Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela Viseu com apenas um cirurgião, se houvesse intenção de encerrar o serviço certamente que não colocava lá um segundo não é? Aqui fica mais do que evidente e claro que da parte do anterior Governo a vontade foi de manter sempre este serviço de proximidade no Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----
Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada, já fez a sua intervenção. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CATORZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Secretária e o Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, também o Senhor Vice Presidente, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores. Não é meu hábito intervir a não ser no final do Período de Antes da Ordem do Dia, mas acho que a importância deste tema o justifica. Antes de mais para me congratular pela intervenção e pela apresentação não só da Moção por parte do Senhor Deputado Pedro Alves, mas também pelo facto dos diferentes Deputados que intervieram terem no fundo convergido no mesmo sentido. Acho que são matérias que são demasiado importantes para o nosso território para que não apareça uma posição inequívoca de apoio em que não restem dúvidas. Realçar que este tema foi logo abordado, logo que tivemos conhecimento desta discussão pública pedimos esclarecimentos ao Hospital de S. Teotónio de Viseu, ao seu Conselho de Administração, exatamente para estarmos municiados para que a própria autarquia pudesse tomar uma posição que tomou, e na própria Comunidade Intermunicipal também fizemos um debate sobre esta matéria que resultou numa posição conjunta dos 14 Municípios da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. De facto está em causa um hospital, que é um hospital central, com as valências que tem, com o impacto que tem do ponto de vista deste território, não é o hospital de Viseu, estamos a falar de um hospital de uma região e de uma área de influência de meio milhão de pessoas, e estamos a falar mais uma vez de valências que são fundamentais para o dia-a-dia, é quase uma contradição, e aponto aqui duas, obviamente que isto é um debate público e estamos em crer que a posição inequívoca que estamos a tomar levará o Governo a nesse debate público reconhecer que tem que manter este serviço, e até evoluir, no tal sentido de que falava o Deputado Pedro Alves, criar a Cirurgia Pediátrica com os tais três especialistas e não dois, acho que esta é a ilação que o Governo deve tomar, os debates públicos não devem ser só para fazer de conta, quando há uma discussão pública é para ouvir a opinião das populações, dos intervenientes e para depois se decidir em consonância, até porque isto entra em contradição, num país que luta com problemas graves de natalidade, em que há aqui uns ligeiros indicadores que vêm do ano passado e deste primeiro trimestre, do primeiro trimestre deste ano de um aumento da natalidade e ao mesmo tempo verificarmos que viesse a ser tomada uma posição ao arrepio do próprio incentivo à natalidade, por outro lado, um Governo que cria uma Unidade de Missão para combater a interioridade e para criar políticas para a baixa densidade, não pode estar a criar uma Unidade de Missão para este objetivo e depois no dia seguinte acabar com um serviço que existe num hospital aqui, e depois também se podia proporcionar, mas se é preciso centralizar porque é que não se centraliza em Viseu para prestar serviço a Coimbra e por aí fora, até seria mais central, nós estamos a uma hora de quase todas estas cidades enquanto que a litoralização deste serviço faz com que outras cidades fiquem a muito mais distância do próprio serviço, portanto, também vai sendo tempo de cada vez que a racionalidade diz que se centralize um determinado serviço, que não se pense invariavelmente só no tal eixo litoral, o eixo fora do litoral é fundamental, porque é com serviços, é com competências que efetivamente se combate esta assimetria. Portanto, para deixar aqui da parte do executivo exatamente o nosso acordo, não só pela posição que já tínhamos tomado, mas também, saudar a Assembleia Municipal independentemente da fórmula que venham a adotar por

esta posição conjunta, que acho que é exatamente este o caminho que nós temos procurado promover dentro do executivo e que deve ser promovido aqui. Nas matérias fundamentais para a nossa região, independentemente do contraditório, do combate político, nas matérias fundamentais, devemos estar de acordo para que outros ao nível central não se aproveitem da divisão para conseguir tirar mais alguma coisa das mais-valias que nós efetivamente aqui temos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então colocar o modo em discussão, se assim o entenderem. Temos três Moções, uma do Bloco de Esquerda, se quiserem eu leio só a parte final, outra que é apresentada pelo PSD e outra do CDS. Eu quanto à do CDS, e o Dr. Ribeiro de Carvalho colocou aqui uma questão, aquela questão inicial, eu passava a ler, penso que não é este o sentido mas de qualquer maneira, “O atual Governo Socialista prepara-se para efetuar alterações na organização da rede nacional de especialidade hospitalar e de referenciação materna da criança e do adolescente”. (isto é um parágrafo) “Estas mudanças, que se encontram até ao final do presente mês em consulta pública, terão repercussões negativas” ou seja, é um facto, quer dizer, não vejo aqui...-----

(O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho intervém do seu lugar sem que seja perceptível na gravação o que foi dito) -----

- *O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo:* “O atual Governo Socialista prepara-se para efetuar alterações” é óbvio que são alterações, não dizem é que são alterações negativas, pois subentende-se, mas de qualquer maneira...-----

(Alguns Senhores Deputados intervêm simultaneamente sem que seja perceptível na gravação o que foi dito) -----

- *O Senhor Presidente da Mesa retoma novamente a sua intervenção dizendo:* Eu só ia aqui, podem-se votar as três Moções, como se pode votar a primeira que no fundo é a da Comunidade Intermunicipal e que foi votada na Comunidade por todos os Presidentes de Câmara. Se o Bloco de Esquerda estiver de acordo, se o CDS estiver de acordo, vota-se a Moção que foi no fundo votada na Intermunicipal. Estão de acordo? Pronto. Que é a primeira. Eu já não leria os considerandos passava só a...-----

Assim, na sequência do acima exposto, a Assembleia Municipal de Viseu toma a seguinte posição em sede de consulta pública ao documento Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna da Criança e do Adolescente, o que o faz nos termos seguintes:-----

A. Reafirma que o Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE responde, com qualidade e em tempo útil, às necessidades sentidas pelas populações nesta vasta área do interior centro do País;-----

B. Assume ser frontalmente contra, a extinção do Serviço de Cirurgia Pediátrica do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE;-----

C. Manifesta a sua absoluta oposição à centralização, entenda-se litoralização, com um único Serviço para toda a região centro localizado em Coimbra, donde resultaria uma maior dificuldade na acessibilidade a tão importantes serviços com as inevitáveis consequências para as populações servidas pelo Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE.-----

-Então, está em votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, foi aprovada por unanimidade.-----

Nós iremos ter o cuidado de ainda hoje ou amanhã a introduzir na plataforma. Pronto, esse é um compromisso. Também damos conhecimento ao Centro Hospitalar e aqui seguimos até as considerações feitas pelo Bloco de Esquerda, dar conhecimento, ao Governo, ao Ministério da Saúde, à Assembleia da República..., seguimos essas considerações todas.-----

Íamos então continuar os nossos trabalhos, tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO**

DE CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, e Senhores Deputados. Eu começaria com um agradecimento à Associação de Rebordinho pela homenagem que promoveu do Professor Inês Vaz, agradecimento que estendo à Junta de Freguesia de S. João de Lourosa e à Câmara Municipal por se terem associado a essa iniciativa. Como passou a ser público, era minha intenção não comparecer nesta Assembleia enquanto o assunto de fundo não fosse discutido. Como sabem, foi publicado num jornal uma notícia que transcreve quase na íntegra uma carta que eu escrevi à Mesa, que transcreve grande parte da resposta que a Mesa fez o favor de me dirigir, e portanto, sinto-me obrigado a comparecer, obrigado pelas circunstâncias. Não fui eu nem o Grupo do PS e Vereadores do PS quem veiculou a notícia. Acontecimentos em finais de abril estrategicamente publicados nas vésperas desta Assembleia Municipal, antes do mais desejo declarar que o artigo, no que se refere à Senhora Deputada Dra. Lúcia Silva, é inteiramente falsa. Não tendo havido qualquer reação negativa do Grupo Municipal do PS, nem que eu saiba de qualquer militante socialista à sua presença ou intervenção na audiência de Líderes dos Grupos Municipais com o Senhor Dr. Ermida Rebelo, aliás, constitui chocante falta de ética a publicação de uma notícia sem prévio contacto com o interessado, a bem do princípio do contraditório. Já no que a mim diz respeito, a notícia é lamentável por trazer a público um assunto interno da Assembleia Municipal que eu quis interno, e por isso solicitei à Mesa que o fizesse chegar a todos os Senhores Deputados, o que infelizmente como se vem a revelar pela notícia pública não foi aceite. A figura do título da notícia obviamente que me lisonjeia, colocando o *Manneken Pis* a fazer “xixi” com referência a uma pessoa com a minha já longa idade. Mas, o título em si é falso, uma vez que as minhas relações pessoais com o Senhor Dr. Mota Faria a quem de imediato telefonei logo que tive conhecimento da notícia, são como sempre foram de respeito e de cordialidade e posso mesmo dizer, ao menos da minha parte, de amizade. O essencial da minha carta consta da notícia, cujo teor inteiramente confirmo e tive o prazer de ter a solidariedade de todos os meus colegas de bancada e dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, portanto, cujo teor inteiramente confirmo desde já esclarecendo que nunca pretendi qualquer privilégio pessoal, fruto das circunstâncias de idade e do estatuto que invoco, antes pretendi explicando a minha ausência e motivos de queixa que a Assembleia em plenário, porque o assunto interessa a todos, assentasse sobre o que se considera falta ou o eufemismo ausência, se apenas na votação ou a qualquer Deputado que se ausente no decurso do debate, mas que sem assistir ao contraditório exerça depois o direito de voto. Quem é que está ausente? E por fim, que se esclareça de uma vez por todas, se o voto tem de ser sempre nominal e registado como tal, uma vez que a resolução do Tribunal de Contas nº14 de 2011 no seu art.º 15, apenas obriga a tal procedimento em relação às deliberações sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas, não a qualquer outra. Portanto, repito, só a circunstância de ter sido publicado um artigo num jornal a que eu e todo o meu grupo somos alheios, eu gostava muito de saber quem deu a notícia ao jornal. Eu não fui, o meu grupo também não, mas, em relação a este assunto e em relação a qualquer explicação que seja necessário dar, estou ao inteiro dispor de todos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu pedia a compreensão dos Senhores Deputados e também do Dr. Ribeiro de Carvalho para aquilo que vou referir e pedia algum tempo para esta questão. Em primeiro lugar dizer que, foi demonstrado e retribuo ao Dr. Ribeiro de Carvalho, agradeço as palavras e retribuo a estima e consideração tenho e a amizade que tenho pelo Dr. Ribeiro de Carvalho, e dizer-lhe também que em relação a esta questão, sempre procurámos resolvê-la como todas as outras em reunião de Grupos Municipais. Tem havido sempre um diálogo e cooperação entre quer a Mesa quer os Grupos Municipais, que pensamos ter sido frutuoso para os trabalhos. Entendemos que a questão que foi colocada era de funcionamento e por isso, a postura de todos até esse momento era que na dúvida se solicitavam eventualmente

pareceres e até se necessário a entidades independentes, eu enumero “n” pareceres que foram solicitados. Em inúmeras ocasiões, foram sempre encontrados acordos e soluções consensuais em relação ao funcionamento da Assembleia, relembro o assunto do registo nominal, as senhas de presença, o próprio Regimento, as propostas de alteração à Ordem de Trabalhos, que foi algo também complexo, a definição dos tempos de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, perante a situação, tudo isto foi sempre assumido. Procurámos sempre, e sempre foi a postura, não publicitar quer interna quer externa a correspondência trocada com o Senhor Deputado e eu assumo a minha responsabilidade pessoal e assumo-a publicamente sem problemas de ser desmentido, e estão aqui as pessoas, sem problemas de ser desmentido amanhã, assumo publicamente que eu e os serviços desta Assembleia não publicitaram nada. Assumo, e estão aqui os Senhores Jornalistas, eu assumo isto sem risco de ser desmentido amanhã que da parte minha e dos serviços do qual eu sou responsável não foi nada posto no exterior, e por isso podemos afirmar isto na presença dos Senhores Jornalistas que estão aqui, com todo o direito às suas fontes e na presença dos Senhores Deputados e do Executivo Camarário e do público, sem risco e eu não tenho problemas em dizer isto, categoricamente, categoricamente. Por isso, para nós esta não é uma questão política, é uma questão de mero funcionamento da Assembleia Municipal, mas não temos, e gostaria aqui de dizer, se for essa a vontade do plenário, não temos nenhum receio em discutir publicamente a questão. Eu só ia aqui dizer uma coisa e terminava por aqui: A questão do registo nominal encontra-se implementado desde abril de 2014, não é uma questão nova, desde abril de 2014, conforme pode ser comprovado pelas referências que têm em relação ao assunto, na Ata da Assembleia Municipal onde tudo isto está, de 28 de abril de 2014, na sequência da aprovação que eu posso ler, de uma reunião dos Grupos Municipais de 11/03/2014. “ A introdução do registo nominal conforme foi dito pelo Deputado Ribeiro de Carvalho, foi uma obrigação para dar resposta a uma orientação do Tribunal de Contas, situação em que todos na Assembleia, e isto tinha sido colocado e em todas as Assembleias isto tem sido referido, todas. O registo das votações da Ordem de Trabalhos, todos sabíamos, todos, que era um desafio complexo, um desafio complexo, e foi sempre assumido isto, e está em Ata, já que não fazia sentido registar-se umas eventuais propostas porque eram do Tribunal de Contas e outras não, e por isso assumimos todos, nessa Reunião dos Grupos Municipais, que por uma questão de transparência e de responsabilidade foi acordado aquele registo. O que houve foi, numa primeira fase uma folha que não tinha as faltas, tinha só, voto a favor, voto contra, abstenção e ausência, ausência à votação, e na outra sessão pôs-se a falta, porque são coisas distintas e pôs-se a falta, e foi isto que aconteceu, e por isso, eu ficaria por aqui, só dizer que as decisões tomadas pela Mesa procuram e tem sido sempre feito este esforço, é sempre uma situação assente na Lei e na dúvida tem sido sempre colocado, sempre colocado, solicitações a pareceres e quando há dúvida, mesmo na origem dos pareceres como houve naquela questão que tinha a ver com as propostas de recomendação, com as propostas feitas sobre matéria que é da competência do executivo, foi pedido um parecer à entidade tutelar e que depois todos respeitámos, embora muitas vezes temos divergências em relação aos pareceres e que foi à CCDR Centro, nomeadamente quando havia, por isso, tem sido sempre, e também este assunto foi colocado à CCDR Centro, já houve uma primeira resposta e há já uma segunda resposta, que veio, disseram-me agora que veio ontem uma clarificação que fizemos sobre o parecer e como é óbvio vai ser distribuído aos Grupos Municipais e eventualmente se assim o entenderem a todos. Por isso, é só para dizer que da parte da Mesa sempre houve esta postura e penso que ninguém pode... por outro lado aquilo que aconteceu é uma situação que pode acontecer a qualquer Membro da Mesa, pode acontecer a qualquer um dos Senhores Deputados, e já aconteceu a vários Deputados de vários Grupos Municipais, não é um caso novo o que aconteceu na última Assembleia, é um caso que tem vindo a acontecer e tem sido sempre também aqui, temos que ser justos, tem sido sempre uma

preocupação quer da Mesa quer dos Grupos Municipais arranjar muitas vezes soluções para uma situação que neste momento, discutimos muito mas, não temos qualquer solução. Foram apresentadas várias sugestões que foram colocadas em cima da Mesa por várias pessoas, haver uma campanha para dar sinal do início das votações, foram colocadas várias questões nomeadamente haver um período só de votações, um período com hora definida para votações, foi também colocada a questão de o intervalo deixar de ser um intervalo que se vai fazer, mas ficar um intervalo fixo da parte da tarde para toda a gente saber a hora a que é o intervalo, foi também colocada a questão de eventualmente haver uma sensibilidade do executivo camarário em relação ao número de pontos da Ordem de Trabalhos, foi colocado o problema de desdobramento das sessões, foram colocadas várias situações, em tudo isto há prós e contras, e esta discussão sempre existiu e sempre foi uma preocupação da Mesa e dos Grupos Municipais. É só para transmitir a todos esta situação, penso que da parte da Mesa, nesta fase ficaríamos por aqui.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES**

(PPD/PSD): Mais uma vez bom dia a todos. Neste assunto e não personalizando, eu também já fui objeto dessa penalização, não sei porque razão, mas sei que não estava sentado, estava lá fora a fazer qualquer coisa. Eu julgo que o problema de fundo que está aqui a ser debatido não é pessoal, não é nada, é uma questão de gestão do tempo, e todos nós comentamos lá fora que passamos aqui muito tempo sentados, não sabemos quando é que se vota quando é que não se vota, e eu julgo que nós temos que ter aqui, porque já percebemos que assim não funciona e vamos voltar a ficar chateados e a coisa não vai correr bem outra vez, nós temos que evoluir para um processo diferente em que haja aqui uma maior previsibilidade da gestão do tempo, nomeadamente o facto de ter que haver grelhas, redução de tempo, de contenção da palavra, por mim falo que eu sou dos que de vez em quando abuso do uso do tempo, mas também me obriga a mim a ter também uma contenção diferente por isso, mas para todos e a forma de o fazer é: Arranjarmos forma de discutir os assuntos de forma condensada e obrigar-nos todos à nossa capacidade de síntese que a temos, nós é que quando aqui estamos em cima gostamos de falar porque achamos que nos estamos a ouvir lá em baixo às vezes e não estamos, ninguém nos está a ouvir entre aspas não é? Por outro lado, para que nós também tenhamos essa responsabilidade de termos uma atitude diferente e de mudarmos, que seja conhecido o tempo que está a descontar quando intervirmos, seja um pequeno contador, não têm que estar aqui com gráficos, mas um pequeno contador para nós percebermos, é pá estás a falar à dois minutos ou três, um vermelho além e outro aqui, a sala sabe que estamos a falar à mais de três minutos e nós sabemos que estamos a ultrapassar os três minutos, não é depois o Senhor Presidente no final diz três minutos, depois a gente chega uma altura que já gastámos o tempo todo que tínhamos disponível, que está previsto no Regimento e vamos resvalando sempre em cedências. Eu julgo que devemos olhar novamente para o regulamento, é a proposta que deixo aqui, condensar, arranjar grelhas porque acho que seria útil para todos. Era só isto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, eu ia só dizer que este aspeto de registo de tempos, há muito que já foi pensado, dependia das obras que estavam pendentes da Assembleia Municipal, e que sei que há empenho da parte do executivo, mas, já lá vão uns anos, e por isso, a partir daí estava previsto que eram vários quadros em que a solução seria mais fácil. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **DEZASSETTE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA**

(CDS/PP): Muito obrigado Senhor Presidente. Para dizer apenas duas coisas. A primeira é que em relação ao ocorrido, a postura do CDS será sempre a mesma, que estes assuntos devem permanecer no foro interno da Assembleia e nos Grupos Municipais e é aí que devem ser tratados como sempre foram, com toda a cordialidade e responsabilidade de todos os intervenientes. Em segundo, não deixo de me solidarizar com o Dr. Ribeiro de Carvalho na perspetiva em que qualquer um de nós pode ser alvo de uma situação destas e

imprevista o que não deixa de ser injusto, uma vez que estivemos aqui todo o dia a debater, e termos uma ausência, de facto é algo que nos deixa a todos aborrecidos porque participámos e estivemos aqui presentes. Em segundo lugar, compreendo perfeitamente também a posição do Dr. Mota Faria porque não é fácil ser-se árbitro nesta casa, até porque as discussões por vezes prolongam-se são mais ou menos acaloradas e às vezes o árbitro tem que decidir em fração de segundos e por vezes a decisão não corresponde à verdade dos factos, no entanto, o que nós aqui pretendemos, é voltar ao modelo inicial, que os ajustamentos que sejam necessários fazer permaneçam entre portas, permaneçam entre Grupos Municipais e sejam debatidos nesta sede com a mesma elevação com que sempre foram. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Iriamos então passar ao Senhor Deputado Carlos Lima, Senhor Presidente de Junta do Campo.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Senhor Presidente desta Assembleia, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas Presidentes de Junta, Deputados, Comunicação Social, restante Público. Como é do conhecimento geral têm sido motivo de muito alarido mediático as recentes alterações ao cumprimento dos contratos plurianuais celebrados com os estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo. De facto, esta questão do ponto de vista mediático, tem tido a capacidade de uma forma mais ou menos encenada levar as pessoas a crer que tudo é branco ou tudo é preto, ou amarelo se preferirem, em especial nas muitas análises que por aí se propalam e que demonstram um desconhecimento de outras realidades bem diferentes, é disso que vos venho falar, e desmontar com factos reais e não generalidades politicamente corretas que dão sempre muito jeito para iludir os menos atentos, um exemplo onde nada daquilo que se pretende aparentemente combater se verifica. Falo-vos da EBIS Jean Piaget situada em Vila Nova do Campo e que desde 1998 cumpre a sua missão como escola de ensino público e totalmente gratuito numa zona do concelho onde na altura da sua criação se registaram pressões evidentes para que este estabelecimento fosse uma realidade e tratado com carater de urgência dada a incapacidade de resposta dos existentes. Sabemos que o paradigma foi-se alterando com a generalidade de diminuição de alunos, mas continua a fazer todo o sentido e continuam também a estar reunidas todas as condições para a sua permanência. Atualmente com cerca de 300 alunos, em 13 turmas de contrato de associação e dois cursos vocacionais, esta escola exemplar abrange em especial o norte do concelho que se debate com sérios problemas de desertificação desempenhando um papel de relevância maior nas famílias que ali têm os seus filhos. Considero um perfeito absurdo colocarem este estabelecimento de ensino nas mesmas circunstâncias, exigindo o cumprimento das mesmas normas de outros que em nada se comparam do ponto de vista da sua organização e finalidade. A EBIS Jean Piaget não é uma escola de miúdos ricos como frequentemente e propositadamente se tem aligeirado o discurso, é conveniente vender esta ideia, mas temos que ser sérios e avaliar cada caso com responsabilidade, é bom que se registre que mais de 60% dos alunos são subsidiados pelo Serviço de Ação Social Escolar com o escalão A. O esforço que a direção da escola e o corpo docente tem feito ao longo dos anos para combater défices de várias ordens destes jovens, que encontram naquele espaço um acolhimento positivamente diferenciado tem sido notável. É criando laços com as comunidades e programas de intervenção em parcerias com as freguesias entre muitas outras instituições numa política séria de proximidade que tem atingido uma taxa de abandono escolar nula, bem como a do insucesso escolar. Em 1998 foi intenção do Ministério de Educação dar resposta aos alunos do 2º e 3º ciclos da maioria das freguesias do norte, tendo em conta as vantagens da sua localização minimizando ainda mais as longas deslocações, incentivando a Nuclisol, a

IPSS que é proprietária a implementar nesta área do concelho uma escola com estas características. Se fosse o lucro o argumento para a implantação da mesma, não teria esta IPSS optado por uma zona com mais expressiva densidade populacional? Pode parecer estranho mas a grande maioria dos alunos, especialmente as famílias, desconhecem que a mesma tem contrato de associação e é vista por toda a comunidade como uma escola pública e de ensino público, não está nesta discussão o diferendo nalguns casos conveniente entre escola pública e privada, não é essa a questão que nos move, nem queremos ir por esse caminho, e forçar distinções entre bons e maus, o importante é avaliar cada caso com sentido de responsabilidade e não tratar de forma igual o que é diferente. O corte de turmas com contrato de associação nesta escola, conduziria ao seu encerramento e todas as consequências locais que daí resultarão para as famílias, para as freguesias, para o concelho e especialmente para os alunos que em muitos casos veem abruptamente interrompido o seu percurso educativo. Alguns destes alunos encontram na escola o apoio que muitas vezes não têm no exterior, em especial no seio familiar, porque é evidente a proximidade saudável com a direção, corpo docente e funcionários. Geograficamente também não aceito o anunciado encerramento desta escola porque serve uma extensão ampla e vasta do nosso território com características particulares e acentuados indícios de desertificação, lutamos todos os dias contra isso procurando esbater desequilíbrios no concelho. O incremento do Aeródromo, as futuras zonas industriais de Lordosa e do Campo, a revitalização do Centro Prisional do Campo, são apenas mais alguns argumentos que julgamos fundamentar de forma irrepreensível a continuidade desta valência educativa. Cabe-me evidenciar o relacionamento que esta escola estabelece com o seu concelho. Com uma dinâmica impar destaca-se pelas muitas atividades que promove e integra, mostrando empenho na própria dinâmica do concelho. A já habitual e sempre premiada participação nas marchas da Cidade de Viseu, notoriamente com o maior número de participantes envolvidos, a organização da anual Feira Medieval em parceria com quase todas as freguesias do norte do concelho, a organização sistemática de grandes concertos dentro das várias comunidades, os prémios alcançados na área da ecologia, o envolvimento e apoio a organizações exteriores à escola, etc., etc., fazem dela uma escola modelo, sem paralelo no concelho, e agora querem destruí-la. Pública, semipública, privada ou semiprivada, escolham a modalidade, mas mantenham a escola onde está, a servir as populações, a servir o norte do concelho que já tem problemas que cheguem e que precisa de estímulos que fixem as pessoas às suas raízes. Que este processo seja justo e transparente é tudo o que se exige, por forma a tomar decisões adequadas a cada realidade, enquadrando-as no seu próprio espaço. Eu diria que não será preciso mais que pensar nas pessoas e na sua condição para assumir posições realistas e adequadas. As crianças e jovens, não devem em circunstância alguma ser objeto de experiências pouco refletidas. Neste sentido, apresento uma Moção tendo em conta a seguinte contextualização:-----

Nesta Sessão de 29 de junho de 2016 da Assembleia Municipal é apresentada a moção intitulada “Pela defesa do serviço público de educação na zona norte do Concelho de Viseu” que tem como resolução a *“revogação imediata da norma do Despacho Normativo n.º 1- H/2016 que acrescenta um número 9 ao artigo 3º do Despacho Normativo 7-B/2015 de 7 de Maio”* e o *“cumprimento dos contratos plurianuais celebrados”* (com o estabelecimento do Ensino Particular e Cooperativo, Escola Básica Integrada e Secundária Jean Piaget de Vila Nova do Campo).-----

Para além da referida parte resolutiva, reiteramos toda a parte expositiva da moção supra mencionada e que, em resumo, afirma:-----

- O esforço que o município de Viseu tem vindo a fazer e a realizar, privilegiando uma atuação em rede através do programa “Viseu Educa”, muitas vezes apontado com exemplo nacional;-----

- A ausência de Estabelecimentos de Ensino alternativos nesta zona do concelho;-----

- A caracterização socioeconómica das famílias dos alunos que na sua larga maioria possuem rendimentos muito baixos, e que por isso o ensino foi desde sempre totalmente gratuito neste estabelecimento de ensino.-----
 - O reconhecimento do esforço e dedicação dos corpos docente e não docente do estabelecimento EBIS Jean Piaget, sem negligenciar a participação e envolvimento de pais e alunos;-----
 - O reconhecimento inequívoco do serviço público que, desde há quase duas décadas, tem vindo a ser protagonizado pela escola Básica Integrada e Secundária Jean Piaget (*pertencente à Nuclisol Jean Piaget – Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos*), por inexistência de alternativas nesta vasta área do concelho daí a celebração continuada e ininterrupta de Contrato de Associação com o Ministério há cerca de 2 décadas.-----
 - O entendimento de que a decisão do Governo em promover a alteração do regime de frequência e matrículas das escolas de ensino particular e cooperativo, se mostra particularmente lesivo para os interesses do norte do concelho e da sua população jovem, por representar, necessariamente, a interrupção de percursos educativos e a desvalorização territorial.-----
 - A defesa do norte do concelho e empenho de todos para combater a desertificação crescente não passa necessariamente pelo encerramento desta unidade escolar, pelo contrário representa um golpe sem precedentes.-----
 - O enquadramento territorial pela proximidade do Centro Prisional do Campo que manifesta vontade em protocolar aulas para reclusos; a proximidade de mais um projeto âncora de desenvolvimento local como o Aeródromo e a implantação das futuras Zonas Industriais de Campo e Lordosa justifica sem reservas a continuidade deste estabelecimento de ensino.-----
- Esta norma, limita grosseiramente a abertura de turmas do 5º ano e 7º ano da Escola Básica Integrada e Secundária Jean Piaget e encaminha-se para a morte desta escola de serviço público, o despedimento de professores e funcionários, a interrupção do percurso educativo dos alunos, o delapidar da oferta educativa e a perda de todo um “equipamento-âncora” para o desenvolvimento territorial do norte do concelho.-----
- Um estudo e uma decisão tomadas à revelia de toda uma comunidade educativa.-----
- No caso concreto, é colocada a possibilidade dos alunos das freguesias de Bodiosa e Ribafeita por exemplo serem deslocados para o Agrupamento de Escolas mais próximo, sendo que alguns dos alunos podem ser colocados na Escola Básica do 2º e 3º ciclo D. Duarte, em Vil de Soito, encontrando-se esta bem mais distante do que a Escola Básica Integrada e Secundária Jean Piaget ampliando o tempo de viagem para a escola, obrigando a que muitas crianças pequenas sejam obrigadas a sair diariamente de casa ainda muito de madrugada.-----
- Os alunos da EBIS Jean Piaget estão impedidos de frequentar a escola de referência da sua própria área de residência;-----
 - Os alunos que este ano frequentaram o 6º ano, terão que interromper o seu percurso educativo e matricular-se noutra escola;-----
- Colocamos acima de tudo, os superiores interesses do concelho de Viseu, no caso concreto dos alunos da zona norte deste concelho, defendendo sempre as pessoas em especial as famílias desta comunidade. Confiamos nas pessoas e nas suas instituições e representamos o sentimento largamente maioritário da população de um concelho que espera mais do Estado, mas que apoia todo o serviço público que seja promotor de modelos de desenvolvimento. Defendemos intransigentemente todas as escolas do concelho de Viseu e reconhecemos o mérito e a qualidade do trabalho que nelas diariamente é realizado.-----
- No seguimento desta apresentação, apresento uma moção para discussão e votação, que passo a citar:-----
- “Pela defesa do serviço público de educação na zona norte do concelho de Viseu”-----

- A reafirmação da defesa intransigente de um serviço público de educação de qualidade, capaz de promover a equidade e a igualdade de oportunidades para todos, assumindo-se esta defesa como um fator decisivo para o desenvolvimento coletivo da zona norte do concelho de Viseu;-----

- Reconhecer o trabalho de qualidade que todos os dias é feito nas escolas do concelho de Viseu;-----

- Exigir ao governo o cumprimento do contrato plurianual celebrado com a Escola Básica Integrada e Secundária Jean Piaget, criando todas as condições necessárias para que os alunos possam frequentar a escola de maior proximidade indo ao encontro dos interesses desta área territorial e das famílias.-----

- Exigir a revogação imediata da norma do Despacho Normativo n.º 1 – H/2016 que acrescenta um número 9 ao artigo 3º do Despacho Normativo 7-B/2015 de 7 de maio, procurando para a realidade concreta da EBIS Jean Piaget, definir a rede escolar em articulação com as forças vivas e poder autárquico.-----

Mais se propõe que desta moção seja dado conhecimento ao Presidente da República, Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro da Educação.-----

Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Agradecia a Moção. Está em discussão esta Moção. Há alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- DEZANOVE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Muito bom dia a todos. Começo por cumprimentar a Mesa e na pessoa do Senhor Presidente todos os Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público em geral. O que me traz aqui é uma apreciação aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta da Freguesia do Campo. Os contratos de associação foram celebrados porque a escola pública não tinha resposta, contudo, com a diminuição de alunos nas escolas, também pelo facto da quebra da taxa de natalidade, urge rever os contratos. Não podemos aceitar que tenhamos escolas públicas com condições, escolas públicas que recentemente foram requalificados pela Parque Escolar, e não podemos aceitar que essas escolas que tenham espaços, disponibilidade, docentes do quadro com horários zero e ao lado existam escolas com contrato de associação. Isso em termos democráticos será algo que não podemos compactuar, no entanto, também percebemos que a reorganização de rede escolar tem que ser feita caso a caso, e neste caso concreto da Freguesia do Campo da Escola Jean Piaget cabe-nos dizer o seguinte: Eu não posso concordar quando o Senhor Presidente diz que é preciso revogar o despacho. Nós não temos essa competência. Agora, permitam-me que vos diga o seguinte: Nós estamos aqui todos em defesa dos interesses dos alunos, da população e nomeadamente das crianças de Viseu Norte e portanto, entendemos que o melhor será, pedir, solicitar a reapreciação do processo ao Senhor Ministro da Educação, porque tudo isto também foi feito com saber, com conhecimento, não foi feito em cima do joelho, mas, pode acontecer que algum dado não tenha sido devidamente fornecido, e portanto, como nós também não temos em nossa posse aquilo que o Senhor Presidente aqui argumentava, nós sugeríamos que fosse emanado daqui desta Assembleia novamente a reapreciação do processo Jean Piaget, porque como nós sabemos foi atribuída uma turma para o próximo ano letivo, quer para o 5º ano quer para o 7º ano, mas também percebemos que com esta revogação dos contratos o que houve foi: Sim senhor, a escola pública tem resposta? Então vamos diminuir os contratos ou até acabar com eles, mas, também temos que perceber que tipo de resposta é que a escola pública tem, não podemos pensar que vamos colocar alunos, amontoar alunos em escolas, a educação tem que ser enfim, tem que ser também com qualidade e portanto, não podemos estar aqui a concordar em tudo que o Senhor Presidente diz. Portanto, reitero aqui a nossa posição, é pedir a reapreciação do processo da Escola Jean Piaget.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma inscrição? Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Bodiosa.-----

----- **VINTE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público em geral. A Junta de Freguesia de Bodiosa vê esta situação com uma enorme preocupação e, tanto mais porque somos a Freguesia que mais alunos tem naquela escola. É a única escola na zona norte do concelho, portanto, a zona mais desfavorecida, e portanto, a escola tem um acompanhamento com as crianças diferente de todas as outras escolas públicas, tem uma dinâmica e envolvimento com as famílias, com as Juntas de Freguesia, que as leva a participar em determinadas atividades e envolve a comunidade em geral. Portanto, eu acho que isso devia ser tido em conta e deveríamos apoiar toda a posição da Moção do Carlos porque, se vamos a encerrar e a cortar as turmas daquela escola, estamos a falar em as crianças a terem de se deslocar o dobro da distância, levantando-se de madrugada para irem para a escola pública mais próxima, portanto, temos que ter isso em atenção, e também, não podemos estar aqui a usar o tal critério do parque automóvel, porque efetivamente o parque automóvel daquelas famílias, são viaturas vistosas e de grande cilindrada só que transportam é 50 pessoas de cada vez e quem quiser pagar para as utilizar. Era só. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **VINTE E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Tenho que começar por dizer que compreendo e louvo até a preocupação do Senhor Presidente da Junta do Campo relativamente a esta matéria, de facto, a perspectiva do Senhor Presidente é da defesa do interesse supremo das crianças e do apoio às famílias e naturalmente temos que estar solidários com esse objetivo, no entanto não podemos concordar com tudo aquilo que aqui foi dito quer relativamente à Escola EBIS Jean Piaget, quer relativamente às escolas para as quais os meninos que eventualmente possam não ter vaga nas turmas com contrato de associação na Escola Jean Piaget possam de facto vir a acolhê-los. É evidente que dirão, aqui está alguém que tem interesse na matéria! Sim, eu sou professora na Escola Secundária de Viriato, mas sou professora do ensino secundário e portanto, sou professora em anos em que o Piaget até agora efetivamente não teve contratos de associação a não ser para o ensino vocacional, prepara-se para ter também ensino profissional e aí pode eventualmente já haver aqui alguma colisão com os interesses da Escola Secundária Viriato, mas, efetivamente não é nada disso que me move. Há muitos anos que recebo alunos da Escola Jean Piaget, terminado o 9º ano naturalmente, enquanto professora do ensino secundário recebo-os. Conheço o trabalho que é feito na escola Jean Piaget, portanto, não posso de maneira nenhuma desdizer muito daquilo que foi dito relativamente ao envolvimento com a comunidade, com as Juntas de Freguesia, com tudo isso. Também não posso deixar de dizer que a Escola Jean Piaget de facto tem recursos para os quais contribuem os nossos impostos, de todos, nomeadamente carrinhas que vão buscar alunos à Freguesia de Abraveses, que vão buscar alunos à Freguesia de Calde, que vão buscar alunos à Freguesia de Bodiosa, que vão buscar alunos a imensas freguesias que estão fora da área geográfica que efetivamente deveria ser aquela em que a escola Jean Piaget efetivamente acolhe alunos. Ora, as escolas públicas não podem fazer isto como todos sabemos, a Escola Viriato que tem capacidade para receber muito mais turmas do 7º ano do que aquilo que tem recebido, efetivamente não tem uma carrinha para ir buscar os meninos a Calde, não tem uma carrinha para ir buscar os meninos a Lordosa, e portanto, está em desvantagem relativamente a uma escola que é privada, e eu nada tenho contra as escolas privadas, que fique aqui bem claro que as escolas privadas funcionem como todas as empresas privadas pelas leis do mercado, que não necessitem de proteção do Estado para sobreviver, porque efetivamente são empresas

que prestam um serviço, e quando esse serviço pode ser prestado com qualidade pelo serviço público, eu entendo, e a Lei assim entende, deve ser prestado pelas escolas públicas, o que efetivamente aconteceu aqui relativamente às medidas tomadas pelo atual Ministério de Educação é que houve uma redução nas turmas no 5º e no 7º ano, mas permanecem turmas, estão turmas a concurso e estão turmas a concurso que continuam a abarcar meninos da Freguesia de Abraveses, ora, estes se não foram para a Escola Piaget, naturalmente que irão para a Escola Azeredo Perdigão, irão para a Escola Secundária de Viriato, e portanto, não é inteiramente verdade, que me perdoe o Senhor Presidente, o retrato que aqui põe, coitadinhos dos meninos que têm que ir de facto para outro sítio, que é longe, está bem, é longe, mas há a Azeredo Perdigão, relativamente a Abraveses que me perdoem, é à porta, é à porta. Depois, há de facto aqui uma questão que eu também não posso deixar de dizer, relativamente à discriminação da Escola Piaget quando comparativamente a outras escolas de ensino privado que em Viseu também sofreram cortes relativamente ao financiamento no âmbito dos contratos de associação, é que tanto quanto eu sei efetivamente a responsável pela escola...-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Senhora Deputada, já são 4 minutos.----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo: Muito bem, eu termino já. Teria muito mais a dizer mas pronto de facto vou ficar por aqui. Só para dizer o seguinte: O caso a caso, efetivamente a responsável pela Escola EBIS Jean Piaget, o responsável pela Escola Azeredo Perdigão, o responsável pela Escola Viriato, foram chamados à Secretaria de Estado, e em função de critérios objetivos definidos pelo Senhor Ministro, foi decidida a rede para os contratos de associação e para as escolas públicas, portanto, eu penso que a situação já foi detalhadamente analisada. Muito obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Lordosa.-----

----- VINTE E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA (PPD/PSD): Bom dia a todos. Começo por cumprimentar a Mesa, todo o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, Caros Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, (que não há senhoras Presidentes de Junta) Público em geral, Comunicação Social. É claro que eu venho falar aqui, e como dizem, que nem tudo o que o meu colega realmente diz é verdade, o que a Senhora Deputada veio aqui dizer também não é verdade. Tenho trabalho na EBIS, sou Presidente de Junta, tenho conhecimento, e vou-lhe dizer as mentiras que a senhora disse aqui: Nós temos uma carrinha com 9 lugares, não vamos a Calde, não vamos a Lordosa, não vamos a sítio nenhum buscar alunos, somos servidos pela rede de transportes, igual a qualquer escolha pública paga pelo município. São os autocarros de 50 como diz o meu colega, e a Senhora não sabe aonde é que fica Lufinha por exemplo, também para dizer que é pertinho, a Lufinha, até o meu colega Presidente de Junta tem que ajudar no transporte das crianças, a pô-los cá em cima para poderem vir para a Escola Jean Piaget. Está a ver? Nem tudo o que se diz é verdade. Mas também reforçar esta ideia, o estudo que a senhora diz, e qualquer escola de Viseu está em nível 3, o Governo classificou as escolas em 5 níveis, a Viriato, a Azeredo Perdigão até está acima, mas a Viriato até está em nível 3, quer dizer que não está com um défice de rede por aí além, temos o Liceu com nível 5, pronto, não somos nós que o dizemos, e também lhe digo uma coisa, em termos de turmas da rede do ano passado na Viriato nenhuma turma lhe foi tirada este ano letivo. Eu estive na rede, eu estive na reunião da rede, na primeira reunião sim, estive na primeira reunião, as outras depois não me chamaram, como há-de entender não é? Pronto, mas para dizer que a EBIS, não é só alunos, é uma realidade que ali está, são pessoas que ali trabalham, que também têm os seus filhos, que também têm os seus compromissos no fim do mês, e que é extremamente importante defender isto, e nós nunca, nunca estivemos no ensino com privado, público, nós somos públicos, nós sempre fizemos

um ensino público e digo-lhe uma coisa, as nossas carrinhas são para fazer uma coisa magnífica que fazemos naquela escola, que são experiências pré-profissionalizantes e que há gente nesta casa que sabe que isto é real, com meninos com necessidades educativas especiais que nos dão um orgulho muito grande.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Ribafeita.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD):** Os meus cumprimentos à Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caras Deputadas, Público em geral. Eu, referente esta matéria, se já estava preocupado ainda fiquei mais. Sinceramente, com a posição do Partido Socialista e do Partido Comunista nesta matéria. Sim, sim Senhora Deputada, não se ria, não se ria porque isto é um caso muito sério, e sinceramente, se este caso for levado por diante, vocês vão ter que levar com o norte do concelho, vão ter que levar, e a sério, e a sério, muito sinceramente. Vocês estão a ... que isto é uma questão ideológica, já percebemos todos, já percebemos todos, agora a questão é a seguinte: Quando a Senhora Deputada diz aqui que está mesmo ao lado, não é mesmo ao lado, não estamos mesmo ao lado, é ao lado para quem mora no Campo, mas para quem mora em Ribafeita e para quem mora em Covelas e como o meu colega disse em Lufinha que vocês não sabem sequer onde fica, não é assim tão ao lado, ainda há alunos que andam a pé, fazem 2 km a pé apanham os tais autocarros de 50 lugares e vão para o Piaget, portanto, isto está a ser visto aqui com uma leviandade assim, que é impressionante, sinceramente é impressionante. Olhe eu até falo com... tenho três filhas que estudaram no Piaget as três, estudaram no Piaget as três e felizmente posso dizê-lo nesta Assembleia, até tinha se calhar possibilidades de as ter num colégio e não as coloquei, fizeram escola no Piaget, e de lá vieram para a Viriato em virtude de não ter anos seguintes, e se esta escola vier a ter um retrocesso, o norte do concelho que já tem sido penalizado em muitas coisas, mas este aqui sinceramente é um duro golpe, e nós, eu pessoalmente e as minhas gentes da minha freguesia, não vamos permitir isto sinceramente. Era só isto que tenho a dizer. Obrigado.--

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor subscritor para encerrar...-----
(alguns Senhores Deputados manifestam-se dos seus lugares no entanto na gravação não é perceptível o que foi dito) -----

- *O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo:* A Deputada Adelaide, pediu, disse que não queria, e agora quer outra vez, isto não pode... já desistiu a... já desistiu. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Então, muito rapidamente é assim: Os contratos de associação com as escolas particulares e cooperativas começaram no início da década de 80 numa altura em que havia zonas do país com falta de estabelecimentos de ensino, como todos sabemos. Portanto, o objetivo era garantir que todos os alunos tivessem acesso gratuito à educação. O Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo entretanto foi sendo várias vezes alterado, a última alteração aconteceu em 2013 no mandato do ex- Ministro da Educação Nuno Crato, que passou a ser permitido desde aí fazer acordos mesmo quando existe oferta pública disponível e próxima, e no final do mandato do Ministro, o Ministério celebrou contratos por um período de três anos. Entretanto, com este Governo, este Governo publicou em abril um despacho que estabelece que aquelas escolas só pode receber alunos que residam na área geográfica de implantação de oferta abrangida pelo respetivo contrato, entretanto a Secretária de Estado da Educação, disse que não iria abrir novas turmas com contratos de associação em zonas onde existisse oferta da rede pública garantindo a continuidade dos estudos dos alunos que estejam a meio de um ciclo. Não é por acaso, que tanto a CONFAP

a Confederação Nacional de Associação de País, como a CNIPE a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação estão a favor destas medidas do atual Governo, porque efetivamente trata-se aqui do acesso de toda a gente, de todos os alunos à escola pública. Há 79 Colégios ou Escolas Privadas com contrato de associação com o Estado, escolas a quem o Estado paga uma verba por turma/ano para suprir as fragilidades, e representam apenas 3% do total da rede do ensino privado, portanto, 3% apenas, portanto, é manifestamente exagerada essa ideia que tem propalado por aí de que era um ataque ao ensino privado, não é um ataque ao ensino privado. O que é que acontece? Relativamente, eu não me vou repetir os argumentos da Deputada Filomena Pires, mas parece-me que efetivamente há oferta pública na área, pronto.-----
(alguns Senhores Deputados manifestam-se dos seus lugares no entanto na gravação não é perceptível o que foi dito) -----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues retoma a sua intervenção dizendo: Como? Não, não. Há oferta pública. Eu confio plenamente nestes critérios, o que eu não confio, e o que eu não estou disposto a tolerar como cidadão, como contribuinte é, que o dinheiro dos meus impostos vão para financiar negócios privados, porque eu também sou empresário, e estou farto de ver empresários a irem à falência e o estado não lhes põe a mão por baixo, então porque é que há-de pôr? Inclusivamente quando há negócios neste sector do ensino particular e cooperativo, como de resto já tem sido anunciado, até pela TVI, a Jornalista Ana Leal, negócios verdadeiramente escandalosos, grupos como o GPS que receberam em 2005 autorização para ter 4 colégios com contratos de associação e receber financiamento público quando ainda nem sequer tinham existência legal em zonas onde há mais que oferta de ensino público. Portanto, eu confio perfeitamente nos critérios do Ministério, se me provarem que os critérios estão desajustados, neste caso até agora não ouvi nada em contrário, eu estou disposto a reconsiderar, por enquanto não posso de maneira nenhuma estar a favor dessa Moção.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- VINTE E CINCO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS): Reitero mais uma vez os cumprimentos à Mesa, agradeço esta reapreciação, eu iria colocar isso até como um ponto de ordem à Mesa, porque a discussão ainda está, e o que me faz vir aqui é que entretanto tivemos um início de discussão, eu dava-me por satisfeita, mas como vejo que houve aqui situações que não foram devidamente precisadas queria precisar. Em primeiro lugar dizer ao Senhor Presidente da Junta do Campo que a análise que faz do território é uma análise correta, nós sabemos que a escola tem uma oferta curricular para grupos de risco, sabemos isso. Sabemos que a escola faz uma caracterização socioeconómica correta, reconhecemos que há questões de serviço público, sabemos da situação dos protocolos com os reclusos, estamos atentos a essas situações de pormenor e desse público, e aquilo que eu pedia aqui era que mais uma vez o interesse dos Viseenses neste caso das crianças, e eu venho aqui precisar isso porque quis-me parecer que os Senhores Presidentes de Junta que depois vieram intervir interpretaram mal as palavras da Deputada Lúcia Silva. Nós falámos aqui em reapreciação, o Partido Socialista está disponível em Viseu para a reapreciação do processo, estamos disponíveis para nos juntarmos nessa reapreciação do processo, agora, eu creio que devemos precisar como precisámos em outras Moções, esvaziar de posicionamentos políticos que muitas vezes nos dividem, posicionamentos políticos que nos dividem, e devemos tratar esta questão com o cuidado que ela tem que ser tratada. O princípio da igualdade diz-nos tratar igual o que é igual, tratar diferente o que é diferente. O Partido Socialista em Viseu defende o território, defende as suas gentes, está aqui para um trabalho sério e de qualidade, está disponível para reapreciar e portanto, eu pedia ao Senhor Presidente da Junta que na Moção que aqui apresentou, esvazie de posicionamentos políticos, esvazie da questão de revogação de normas, não nos compete a

nós, não temos competência para isso, mas temos competência para pedir a reapreciação do processo e mostrar que o território está unido, e portanto, eu gostaria que esse ponto aqui fosse tomado em consideração. Muito obrigada a todos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada, tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais eu queria fazer uma declaração de interesse sobre esta matéria, é que eu sou professor no Agrupamento de Escolas de Viseu Norte, sou professor na escola pública acerca de 20 anos, fui aluno de escola pública e tenho filhos na escola pública, como tal sou um defensor da escola pública, e considero que esta nem é de esquerda nem é de direita, e como eu gosto de dizer olhos nos olhos aquilo que penso sobre esta matéria e não gosto de me esconder, aqui está feita a minha declaração de interesses. Ora, sobre esta matéria, eu apetece-me dizer uma coisa, “geringonça” a quanto tu obrigas, isto porquê? Longe vão os tempos em que o Governo Socialista desbaratava dinheiro na Parque Escolar, era tudo à grande, era uma grande festa, havia dinheiro para tudo e mais alguma coisa, até para aquilo que era supérfluo e acessório. Hoje, temos aqui uma questão de acentuada poupança, acentuada poupança, deixem que vos diga, eu prezo em ver-vos tão poupadinhos, o problema é que estão a poupar no sítio errado, e nós temos que saber distinguir duas coisas: Temos que saber distinguir a realidade da escola pública e que ela de facto necessita de alunos, necessita de alunos e que dispõe de condições para tal, por isso é que os contratos de associação foram celebrados, quando a oferta pública não era suficiente e esse serviço foi feito pela EBIS Jean Piaget durante 20 anos e foi bem feito, por isso é assim: Devemos tratar diferente o que é diferente, apenas isso, e é apenas isso que estamos aqui a pedir e a reiterar, e digam-vos uma coisa, sinceramente acho que esta reivindicação e a Moção trazida aqui pelo Presidente da Junta do Campo tem toda a propriedade e é absolutamente justa, porque cá está, defende uma escola que é uma exceção em termos dos contratos de associação, porque tem um público completamente diferente e serve um público com outras características, por isso o CDS/PP votará favoravelmente esta Moção. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma intervenção. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos e vou ser muito telegráfico nesta questão, para além de dizer que o Partido Social Democrata se associa integralmente à proposta constante da Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta do Campo, dizer também que esta manifestação, ou o ataque que foi feito e o modo como foi feito aos contratos de associação com as escolas é o resultado claro do amancebamento ideológico que a geringonça tem, e todos estão aqui representados. O problema aqui é de natureza ideológico e não outro, e em função desse preconceito ideológico, infelizmente para a região, não é só os contratos de associação que têm estado em causa, e se nós repararmos: Foram os contratos de associação, foi a questão da autoestrada Viseu Coimbra, por quê? Por questões de natureza ideológica. É a questão da radioterapia, por questões de natureza ideológica, e as respostas foram dadas pelo Governo nessa matéria, questões de natureza ideológica, são incapazes de conseguir viver, e o que me custa aqui é o Partido Socialista estar amarrado a este preconceito, de que a iniciativa privada possa também prestar um bom serviço público. Aqui não está em causa o ensino privado, é ensino público como aqui foi dito e bem, a oferta é da rede pública, não se trata de nenhum negócio, o que acontece e isto nos preocupa, em questões futuras e vamos ver em breve já no próximo orçamento de estado como se vão comportar os senhores, isto é grave, a região está a ser muito penalizada por habilidades de natureza ideológicas, por o tal amancebamento ideológico a que o Partido Socialista está amarrado, a uma radicalização de esquerda no exercício das funções governativas. Isto vai custar

caro, vai custar caro, não só à região como ao país, infelizmente vai custar muito caro e para breve vamos ver quais são os resultados deste brilhante exercício de gestão que tem sido feito por parte deste “governo social comunista” que não é outra coisa. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. O Senhor Deputado Pedro Alves deve ter ouvido ultimamente a palavra amancebar, presumo que saiba o que é que isso significa.-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves do seu lugar responde: os senhores não se conseguem casar sequer, não fazem coligação, é um amancebamento -----

- O Senhor Presidente da Mesa Intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo: É não é? Muito bem. O Senhor Deputado pelos vistos sabe o que é a palavra, agora...-----

(Alguns dos Senhores Deputados intervêm dos seus lugares, não sendo perceptível na gravação o que foi dito) -----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo está bem?-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua intervenção dizendo: Ó Senhor Deputado, acho que é de um enorme mau gosto estar aqui a misturar alhos com bugalhos. O Senhor Deputado vem para aqui falar em estrada? Quantos projetos houve da estrada Viseu/Coimbra? Quantos houve?-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves interrompe dizendo: Está a falar deste assunto ou do outro?-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua intervenção dizendo: O senhor é que está a falar, o senhor vem falar aqui de Viseu/Coimbra? Agora, em relação a este problema das escolas a nossa posição é muito clara...-----

(O Senhor Deputado Pedro Alves volta a intervir do seu lugar, no entanto, não é perceptível na gravação o que foi dito) -----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervém novamente dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo ó Senhor Deputado?-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma mais uma vez a sua intervenção dizendo: Eu já uma vez tinha proposto nesta Assembleia que o Senhor Deputado Pedro Alves tivesse sempre a palavra, pelos vistos está a usá-la...-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves volta a interromper dizendo: E eu agradeço.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervém novamente dizendo: Agradecia...o ponto é a Moção está bem.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho volta a retomar a sua intervenção dizendo: Mas de facto, eu hoje estou muito bem-disposto de maneira que... na realidade, acho que é um verdadeiro exagero aquilo que o senhor vem dizer. Sabe perfeitamente que a escola pública não deve ser substituída pela escola privada quando há escola pública, é evidente, mas isso toda a gente sabe. Vem falar de ideologia, não é de ideologia, o problema é de realismo puro e simples. Porque é que o Estado há-de estar a pagar a privados coisas que ele próprio tem?-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves interrompe dizendo: Porque até é mais barato.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua

intervenção dizendo: Isso é o que o senhor diz.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa Intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo:* Isso é o que o senhor diz. Mas se o senhor continua no uso da palavra eu retiro-me imediatamente, não tem problema nenhum. Agora, vir para aqui misturar alhos com bugalhos e armar em grande dama ofendida, connosco não funciona, não funciona de todo e rejeitamos completamente expressões como amancebamento e coisas desse género, geringonça, a gente já sabe como é que vocês funcionam, dizem alhos e depois a seguir bugalhos, é o costume. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Então para encerrar o Senhor Presidente de Junta do Campo.-----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA (PPD/PSD):** Reitero os cumprimentos e de facto, acho que o tema tornou-se mais quente do que seria expectável o que é bom, é bom, é sinal que estamos a discutir coisas sérias, de qualquer das formas apenas encerrar com três notinhas que eu acho que são absolutamente fundamentais: Primeiro lembrar que o ensino é totalmente gratuito e sempre foi naquela escola, portanto, eu acho que disse isso algumas vezes, mas pelas intervenções que aqui ouvi dá a sensação que não ouviram. Também não ouviram que estava a falar de uma realidade muito concreta, da EBIS Jean Piaget, não vim aqui falar de colégios nem de outras escolas, vim falar da EBIS Jean Piaget, de uma realidade sócio económica muito diferenciada que obviamente se caracteriza essencialmente por gente com poucos recursos económicos, famílias com graves dificuldades, e depois, aquilo que fui defendendo naturalmente, não estou a defender a Freguesia do Campo, estou a defender um território, é disso que estamos aqui a falar, estamos a falar de um território, e estamos a falar também de uma coisa que eu acho também que não perceberam, ou pelo menos alguns não perceberam, porque se envolveu demasiado em questões ideológicas e políticas e não perceberam que se está aqui a falar da sustentabilidade da escola, é disso que estamos a falar, a sustentabilidade desta escola. A retirada de turmas significa, e isto para no fundo responder à Dra. Filomena Pires, que de facto o que se fala aqui é a sustentabilidade da escola, a retirada de turmas significa o encerramento da escola, acho que já toda a gente percebeu isso. Se o objetivo é esse, então estamos entendidos quanto à posição da CDU relativamente a esta questão. Foi aqui solicitada a reapreciação desta Moção, mas eu acho que aquilo que foi dito está implícito, ou seja, reapreciação do processo no fundo é aquilo que está a ser dito, exigir a revogação da norma para esta escola, é exatamente aquilo que estamos a dizer, porque para podermos reapreciar este processo, para podermos diferenciar os critérios. O problema é que esta norma não cria...-----
(Um dos Senhores Deputados interrompe, no entanto não é perceptível na gravação o que foi dito) -----

- *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo Carlos Alberto dos Santos Lima retoma a sua intervenção dizendo:* Não, não é genérica, a norma não é genérica, a norma é específica, por isso é que foi feita a distribuição como está feita, portanto, é porque tem critérios muito precisos, e se têm que ser reavaliados, só há uma forma de o fazer, exigindo a revogação desta norma, e exigir outra coisa, que é aquilo que também está na Moção, exigir ao Governo o cumprimento do contrato plurianual que vai até 2018, não sei se sabem mas vai até 2018, portanto, são estas duas exigências que são muito simples e que têm que ser colocadas desta forma, como exigência, não estamos aqui, não podemos estar com paninhos quentes a pedir, a solicitar outras coisas, temos que ser muito concretos naquilo que estamos a pedir ao Governo, que faça o seu trabalho, que venha para o terreno e que diga, os critérios neste caso não se aplicam pelo que esta norma não se pode aplicar. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de

Junta. O Senhor Presidente da Câmara também pediu a palavra. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Não podia deixar de intervir nesta matéria. Em primeiro lugar gostava de realçar os excelentes resultados que temos atingido globalmente no nosso concelho do ponto de vista educativo. Este ano vai provar mais uma vez isso e que é o resultado de um trabalho sério e em rede que temos feito, sem discriminar se é público se é privado, o que importa é a qualidade do ensino, e o que importa é que os nossos jovens, os nossos filhos sejam bem formados, e mais uma vez se verificará que o trabalho que tem sido feito em sede do Conselho Municipal de Educação e designadamente o Viseu Educa e todo o trabalho que temos feito em conjunto conduz a que de uma forma de convergência de vontades, estamos orgulhosos pelo trabalho que tem sido feito na área educativa. Gostava também de saudar para além de todos, os professores e as professoras e os pais que estão na galeria a sentir profundamente esta questão da Escola EBIS Jean Piaget. Referir que de facto, eu não tenho aqui nenhuma questão ideológica como parece bem latente aqui neste debate, o que me importa é que as crianças e os jovens do meu concelho tenham uma boa formação e que tenham os meios necessários para poder aceder a uma vida em pé de igualdade com todos os outros jovens, agora, se é público ou privado não estou nada preocupado com isso, nós temos de facto muito boas escolas, e já agora, negócio? Eu não conheço em nenhuma das três escolas que existem em Viseu ditas privadas que alguém distribua lucros no final do ano Senhor Deputado Carlos Vieira, não conheço, não se me consta que o Colégio da Via Sacra ou Imaculada Conceição ou a Escola Jean Piaget ao final do ano distribuam lucros, portanto, negócio não me parece que seja, será sim serviço público que estas escolas estão a fazer, além disso aquilo que eu critico na política do Governo é isto, por um lado, isto não pode ser a política da pastilha elástica, mastiga e deita fora, quando as escolas foram úteis apoiaram-se, agora deixaram de ser úteis nem se quer se deu tempo às escolas de se preparem para a eventualidade de não terem acesso a um subsídio, isto é que está errado, isto é, genericamente o Governo errou, ok, eu assumo que pode haver situações que efetivamente faz sentido haver o desmame, etc., etc., agora, o Governo tinha a obrigação de respeitar o trabalho de décadas destas escolas. Quer dizer, quando havia falta de escolas serviam, agora tira-se o tapete e faz-se como à pastilha elástica, deita-se fora e já não tem valor, isto é profundamente errado e é profundamente ideológico. Segundo aspeto, em relação ao Senhor Presidente da Junta Carlos Lima, eu quero felicitá-lo a si e aos colegas, pela forma como defenderam, de facto, não foi aquela defesa como vimos aqui algumas intervenções baseada em factos de grande hipocrisia, dados objetivos de facto, esta escola é fundamental no nosso concelho, se encerrar esta escola no norte do concelho, nós ficamos amputados de uma escola que é fundamental para o desenvolvimento daquele território, um território onde a autarquia está a apostar muito, designadamente no Parque Empresarial de Lordosa que foi candidatado a fundos comunitários, no Parque do Campo, Parque Empresarial do Campo, mesmo a reabilitação que foi feita no Aeródromo Gonçalves Lobato para poder alavancar alguns investimentos à volta, o trabalho que vai ser feito, e que esperamos que seja cumprido, da ampliação do estabelecimento prisional que será mais uma âncora neste espaço, portanto, tudo isto são de facto fatores que pesam nesta situação e de facto costuma-se dizer, entre o preto e o branco há muitas tonalidades de cinzento, e acho que é um ato de grande hipocrisia dizer-se que estamos muito preocupados com estas crianças, nós estamos preocupados com as crianças, mas não importa se estas crianças vão passar a fazer 30 ou 40 quilómetros no dia-a-dia, não importa se vamos desenraizar estas crianças de um espaço onde elas convivem que muitas vezes é decisivo para o seu sucesso escolar, não importa se estas crianças vão deixar de levar, como eu sei que levam a refeição para o jantar, é que estamos a falar de uma escola em que 60% destes jovens, destas crianças, são de categoria A, isto é, são subsidiadas, e sei

que esta escola tem o cuidado em alguns casos mandar a refeição para o jantar porque senão estas crianças ficam sem jantar. É ou não é hipócrita dizer assim: Estamos muito preocupados e depois afinal de contas no discurso não estamos nada preocupados, assim como, se há alguém que vai para o desemprego é uma calamidade, agora, se for um professor duma escola destas já não é nenhuma calamidade, vá lá para o desemprego, é rico, trabalha numa escola privada, isto é hipocrisia pura, e portanto gostava de realçar aqui, reiterar o meu apoio a esta intervenção e a esta Moção que aqui foi feita e dizer que da nossa parte tudo temos feito para travar isto, eu tive uma abordagem, e vou contar aqui duas situações que ocorreram, eu tive uma abordagem com o Senhor Ministro da Educação que correu mal, aliás, foi no dia da final da Taça de Portugal que encontrei-o no Estádio Nacional e aproveitei aquela oportunidade para falar com ele, acabámos por chegar 15 minutos depois do início do jogo.....

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo, está bem?

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* Se de facto o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho não tem interesse na informação que o Senhor Presidente da Câmara está a dar, respeito isso. Portanto, estava eu a referir que no dia da final da Taça de Portugal, abordei o Senhor Ministro da Educação e apresentei-lhe estes dados todos, até porque nós já tínhamos assinado uma carta, subscrita pelo Presidente da Câmara e pelos Senhores Presidentes de Junta com todos estes argumentos e solicitando ao Ministério da Educação que reapreciasse este caso e que tivesse aqui em atenção a especificidade desta situação. Há quanto tempo foi isto? Sabem qual foi a resposta do Senhor Ministro da Educação? Aliás, a determinada altura eu falava do transporte, e dizer, inclusivamente a Câmara não está preparada para transportar estas crianças se tiver que as transportar, nós já fizemos o concurso para o transporte para os próximos anos, e eu dizia assim: Ó Senhor Ministro, eu depois não tenho possibilidade de transportar essas crianças. E ele disse: Ai transporta, transporta que isso é da sua competência. Esta é também uma atitude que nós temos que deixar aqui publicamente de recriminação da forma como o Ministério da Educação tratou este assunto. Quando é para pedirem às Câmaras para pagarem os transportes escolares ou refeições, ou para subsidiar alguma atividade que é do Estado Central vêm falar coma as autarquias, neste caso concreto a autarquia de Viseu tendo três escolas nestas circunstância nunca foi ouvida nem achada, nunca foi convidada para uma reunião que fosse para tratar deste assunto, este é o tal estado centralista, ideológico, que quer tratar dos assuntos... obviamente que se eu for ao Google e verificar a distância entre Viseu e Madrid, somos vizinhos, é mesmo ao lado um do outro, depende da escala em que colocamos o Google, e portanto, obviamente que quando se faz a avaliação de quantos quilómetros vai andar uma criança, esquecemo-nos que as acessibilidades não são todas as mesmas, sei lá, se for uma criança de Cabrum, sabem onde fica não é? Como é que chega à escola? Sabem não é? Como é que chega à escola? É que não é só o aspeto da distância no Google, é exatamente a distância real e isto a autarquia melhor que ninguém, juntamente com os Senhores Presidentes de Junta conseguiria ajudar a deslindar, e portanto, isto para dizer que efetivamente acho que este caso tem que ser repensado, nós temos uma audiência pedida e marcada, com a Senhora Secretária de Estado no dia 12, acho muito bem, aliás, registo com agrado esta nuance do Partido Socialista ao separar-se dos seus parceiros de coligação e deixarem aqui abertura, enquanto o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista continuam agarrados à questão ideológica, eu verifico com agrado e felicito a Senhora Deputada Adelaide Modesto e o Partido Socialista pela abertura, é bom que nos unamos em defesa desta escola, nos unamos em defesa desta escola, em defesa destas crianças, não podemos andar a brincar com isto, são coisas demasiado sérias para andarmos com generalizações a tratar delas, e portanto, deixar aqui, esta saudação exatamente pelo facto do Partido Socialista... espero que se empenhem, sinceramente, espero que não seja só 31

de boca, que efetivamente haja um empenhamento claro da parte do Partido Socialista de fazer com que efetivamente o Ministério de Educação mude de opinião em relação à Jean Piaget. Uma última palavra que é justa realçar, eu não posso também deixar de nesta intervenção fazer um elogio ao Colégio da Via Sacra e ao Colégio da Imaculada Conceição, são dois estabelecimentos de excelência do nosso concelho, isto não pode ser posto em causa, eu fico muito..., e não são escolas que sejam... olhem por exemplo, no Colégio da Via Sacra estão lá quase todos os alunos que andam no Jardim de Santo António, isto é, no Santo António, que são crianças desenraizadas, pergunto como é que essas crianças poderão estar fora de uma escola onde já estão adaptadas e depois serem desenraizadas por escolas onde o acompanhamento não é como ali? Portanto, é preciso olhar para os casos diferenciados. Nós quando olhamos do cimo da nuvem cá para baixo, vemos uma floresta, mas em cada floresta há uma árvore e neste caso é mais grave ainda, é que na floresta são pessoas, são crianças, são especificidades, não podemos tratar isto de uma forma massificada, eu não aceito, por mais que se tente trazer a ideologia para isto, não aceito que no meu país, no meu concelho, se massifique a educação, há lugar para todos do ponto de vista da qualidade educativa, há lugar para todos, e nós queremos ensino de qualidade, seja no público ou seja no privado, queremos que as pessoas sejam bem formadas e queremos espaço para aqueles alunos que só querem atingir uma determinada via de formação, mas também queremos espaço para as elites que são elas que fazem muitas vezes dar o salto do ponto de vista do país, agora, esta perspetiva ideológica é nivelar por baixo, nós sabemos bem o que é que a esquerda quer, nivelar por baixo, isto é, de preferência até em alguns casos tirar o papel que as famílias têm na educação dos seus filhos, aliás, eu estou a verificar, designadamente no combate ao insucesso escolar o que é que o Ministério de Educação está a pretender fazer, está a pretender centralizar algo que nós não vamos permitir, nós na CIM, Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, temos já definido e em Viseu através do Viseu Educa, um conjunto de programas de combate ao insucesso escolar e de combate ao abandono escolar, não aceitaremos que o Estado Central agora se venha substituir às autarquias só porquê? Porque há dinheiro que está alocado nas CIM para este efeito e o Estado Central quer vir cá, de uma perspetiva centralista fazer aquilo que não é da sua competência, portanto, quero dizer que a Câmara de Viseu não vai permitir isso, nós temos os nossos programas no terreno, temos as ligações às várias escolas e vamos continuar, agora, acho que efetivamente há lugar para todos, temos que nos respeitar uns aos outros e não é com argumentos falaciosos ou hipócritas que nós chegaremos a algum lado, portanto, deixar aqui o meu apoio inequívoco a esta Moção e ao empenhamento da autarquia, lá iremos no dia 12 acompanhados pelo Senhor Presidente da Junta e também por pessoas da escola, espero que neste entretanto até ao dia 12, têm aqui um espaço para recolher informação e poderem influenciar o Senhor Ministro da Educação e a Senhora Secretária de Estado para que olhe para este caso e consigamos chegar ao fim desta novela com uma boa decisão em relação aquilo que se chama Jean Piaget e aquela parte do nosso território que efetivamente precisa de ser apoiado através desta escola. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então iniciar a votação desta Moção. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? (a votação foi feita por filas) Foi aprovada com dois (2) votos contra e sete (7) abstenções, oito (8) abstenções retifico. Peço desculpa, agora tive a informação que é nove (9) abstenções. *Está aprovada com dois (2) votos contra e nove (9) abstenções.*-----
Dava agora a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Trago a esta Assembleia uma Moção que passo a ler.-----
A Câmara Municipal de Viseu aprovou recentemente a construção e requalificação de diversos Parques Infantis, medida há muito reclamada pela CDU, com a qual nos congratulamos.-----

A preocupação com a degradação dos Parques Infantis na cidade e em diferentes Freguesias do Concelho foi trazida por nós a esta Assembleia em fevereiro de 2014. Foi também alvo de uma pergunta dirigida ao Governo pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, na sequência da qual a Câmara Municipal de Viseu procedeu ao desmantelamento do Parque Infantil sito à Rua do Clube, em Repeses. Com agrado pude constatar que a requalificação deste Parque se encontra incluída nas remodelações aprovadas em reunião camarária.-----

Ainda em fevereiro de 2014 lamentei aqui que nem todos os parques infantis da cidade atendessem a situações de mobilidade reduzida e que nenhum deles observasse necessidades específicas de crianças portadoras de deficiência.-----

Proponho por isso, que esta Assembleia delibere no sentido de que, os Parques que agora vão ser construídos e remodelados, para além de construídos de acordo com todas as regras de segurança e comodidade impostas na Lei, atendam igualmente às necessidades específicas das pessoas portadoras de deficiência.-----

Proponho ainda que a Assembleia delibere que seja realizada uma cuidada e rigorosa avaliação de todos os Parques Infantis existentes no Concelho por forma a pô-los de acordo com as disposições da Lei e que se opere uma intervenção junto daqueles com maior frequência, no sentido de os tornar mais inclusivos. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado João Cotta. Senhora Deputada, é entendimento que é uma Proposta de Recomendação, é o entendimento da Mesa, foi lido, é entendimento da Mesa que é uma Proposta de Recomendação já que tem a ver com aquele parecer que nós tivemos, tem a ver com competências específicas, de qualquer maneira já leu, já fez a sua intervenção e por isso será enviada como Proposta de Recomendação à Câmara, certo? Tem a palavra o Deputado João Cotta.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público Presente. Os dados de investimento empresarial a 31 de maio de 2016 do Programa Centro 2020 são alarmantes. Viseu Dão Lafões tem apenas 3,8% do investimento da Zona Centro, Leiria tem 21%, Aveiro 26% e Coimbra 9,79%. O Concelho de Viseu consegue ter uma melhor performance pois tem quase 50% do investimento da Região Viseu Dão Lafões. Em 2014, e foram publicados este mês de acordo com os resultados do índice sintético de desenvolvimento regional do INE, apenas as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Alto Minho e Região de Aveiro superam a média nacional. A média nacional são 100, apenas Lisboa, Porto, Alto Minho e Região de Aveiro estão acima da média nacional. O retrato territorial do índice de competitividade revela que as regiões com índices mais elevados se concentram no litoral do continente destacando-se a área metropolitana de Lisboa e o território de noroeste continental. Nada disto é surpresa para nós. A Área Metropolitana de Lisboa apresenta o índice de competitividade mais elevado ainda que a Região de Aveiro e a Área Metropolitana do Porto também superem a média nacional. No índice de coesão os resultados obtidos refletiam um retrato territorial mais equilibrado do que o observado para a competitividade. Os resultados relativos a 2014 geram uma imagem territorial de maior coesão no espaço central do continente e no litoral norte, destacando-se a região de Coimbra, a área metropolitana de Lisboa com os índices de coesão mais elevados. Os resultados de 2014 para o índice de qualidade ambiental destacavam as regiões do interior continental português e as regiões autónomas com desempenhos mais elevados nesta componente do desenvolvimento regional. O Alto Alentejo era, em 2014, a NUT III portuguesa com melhor qualidade ambiental. Vejamos Viseu Dão Lafões e sendo a média de Portugal 100, a Região de Viseu Dão Lafões tem uma posição global de 94.08 estando no 18º posição a seis posições da última. Na

competitividade Viseu Dão Lafões tem 91,59 está na 12ª posição, na coesão Viseu Dão Lafões tem 97.63 e está na 14ª posição, na componente ambiental Viseu Dão Lafões tem 93.12 e ocupamos a última posição. Como pontuação, temos o pior valor na competitividade e composição relativa temos a pior posição na qualidade ambiental, a melhor pontuação que obtemos é na coesão. Em todas as circunstâncias estamos sempre abaixo da média nacional. A nossa Região Viseu Dão Lafões está mais afastada das zonas mais desenvolvidas e cada vez mais próxima das zonas mais atrasadas. A competitividade tem um efeito cumulativo, quanto mais competitivo for o território mais se acelera a sua competitividade futura mas infelizmente estamos no caminho da desaceleração. A competitividade depende muito do investimento empresarial, da dimensão das empresas, das redes de conhecimento existentes, da ligação empresa/ensino, dos fatores imateriais como a qualidade de vida e também muito das acessibilidades. A ferrovia é sem dúvida nenhuma estrutural na competitividade da nossa região e tivemos notícias terríveis esta semana. Depois do empacotamento da Via dos Duques, temos agora o abandono da ligação ferroviária a Viseu. O Governo anunciou que a Comissão Europeia não vai financiar a nova ligação ferroviária Aveiro/Mangualde, anunciada pelo Governo há alguns meses. De facto a linha estava dependente de uma vontade da Comissão Europeia em aumentar os fundos alocados a Portugal no quadro dos programas de investimento em infraestruturas o que não se veio a concretizar. Com esta notícia e como obviamente o Estado Português não tem condições para financiar sozinho uma obra estimada em 700 milhões de euros cai por terra o grande projeto ferroviário português e que iria permitir o regresso dos caminhos-de-ferro a Viseu, uma promessa antiga e que ficará sem concretização. O futuro do eixo Aveiro-Salamanca passará exclusivamente pela renovação da Linha da Beira Alta cujos pormenores continuam a ser desconhecidos nomeadamente na eficácia da dita renovação. O único grande destaque ferroviário para Portugal vai pois para o financiamento da renovação da Linha da Beira Alta entre Pampilhosa e Vilar Formoso. Do montante total de 547 milhões de euros, a União Europeia financiará 375, exatamente 68,6% do valor total da obra. O Governo vai pedir à Comissão Europeia um aumento dos fundos comunitários destinados a infraestruturas de modo a poder participar esta obra. Esta linha é uma ambição muito antiga e que cumpre diversos objetivos distintos. Viseu é a maior cidade europeia sem caminho férreo na atualidade, ficaria integrada num novo e funcional eixo que agregaria cidades da importância de Salamanca, Mangualde, Viseu e Aveiro, isto possibilitaria a reintrodução de comboios de passageiros a Viseu, a aceleração decisiva dos comboios do eixo da Beira Alta quer em direção a Lisboa, quer em direção ao Porto. Para o tráfego de mercadorias a nova linha representaria não só um atalho para alcançar os portos de Aveiro e Leixões como representaria a possibilidade de aumentar a possibilidade destes tráfegos com cargas por comboio muito superiores. No passado já perdemos muito por ausências de concertação estratégica regional, a nossa região tem causas fundamentais como o reforço do ensino superior, as valências do Centro Hospitalar Tondela Viseu, a ligação a Coimbra e a ferrovia, nesse sentido apresentamos a seguinte Moção: As ambições de Viseu para uma ferrovia moderna, que melhore o transporte dos cidadãos e a competitividade das exportações são uma prioridade há várias décadas.-----

Com a última decisão comunitária, cai por terra o grande projeto ferroviário português de carácter internacional e exportador, constituído pelo corredor Aveiro – Viseu – Salamanca.- No Plano Estratégico dos Transportes estava prevista também a construção de um ramal de ligação da linha da beira Alta a Viseu, também indispensável para viabilizar a sustentabilidade daquela ligação.-----

Não se concretizando esta ligação, Viseu continuará a ser a única cidade europeia da sua dimensão sem ferrovia.-----

A Assembleia Municipal de Viseu considera o desfecho das negociações e das candidaturas em Bruxelas, para o plano ferroviário português, profundamente negativo e frustrante para o concelho, para toda a região e para Portugal.-----

Entende a Assembleia Municipal de Viseu que fica, assim, profundamente comprometida a ambição da ligação de Portugal à rede transeuropeia de transportes e do salto de internacionalização económica do país, e, particular do seu pulmão exportador, situado na Região Centro e Norte.-----

Os indicadores de desenvolvimento regional mostram um País cada vez mais desigual, sendo necessárias políticas públicas fortes e determinadas, nomeadamente nas acessibilidades.-----

Para a coesão Nacional, no interesse de Portugal, do Centro e Norte do nosso País, no interesse da nossa Região, a Assembleia Municipal de Viseu solicita ao Governo que considere altamente prioritários e urgente os seguintes investimentos:-----

- Construção do ramal de ligação de Viseu à linha da Beira Alta;-----

- Construção do corredor ferroviário Aveiro – Viseu – Salamanca.-----

Muito obrigado.-----

Eu aproveitava já agora, um pequeno outro assunto, seguramente que está nas preocupações do Senhor Presidente da Câmara, tem a ver com a modernização dos serviços desta Assembleia. Nós aqui tomamos decisões importantes, temos um processo como sabe altamente burocrático, nas votações, na gestão, nas presenças, etc., e os funcionários desta Assembleia trabalham imenso, dizia-me há dias um colaborador desta Assembleia que para traduzir dez da intervenção do Carlos Vieira demora 6 horas, e porquê? É um elogio porque o Senhor Deputado usa uma linguagem muito rica e então, muitas vezes têm que validar, portanto, isto para dizer o quê? Nós aqui tomamos decisões com grande responsabilidade, era importante e seguramente já existem soluções informáticas, soluções para transcrição de Atas, para gestão das presenças etc. O Senhor Presidente da Câmara tem seguramente isso na sua lista de assuntos para tratar, mas pronto, penso que todos ganharíamos com estas melhorias. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Ok. Obrigado Senhor Deputado. Então íamos colocar à discussão esta Moção. Quem é que quer intervir? Algum Senhor Deputado quer usar da palavra. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora então, muito obrigado Senhor Presidente, eu prescindindo dos cumprimentos gerais da praxe para abreviar. O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta Moção, no entanto gostaria de deixar aqui bem expresso que o problema não é do Governo, e o Bloco não está no Governo, o problema é da União Europeia que não financiou esta obra, portanto, se o Governo tem alguma culpa, os Governos anteriores também tiveram porque isto já vem do Governo do Santana Lopes, o projeto, e portanto, o Passos Coelho e o Paulo Portas também passaram como cão por vinha vendimada, portanto também, o projeto ficou na mesma na gaveta, portanto aqui tem que haver uma culpa partilhada. Portanto, o fenómeno recorrente do passa culpas que a gente tem vindo a assistir de Governo para Governo, aqui não colhe não é, porque de facto a culpa é partilhada e aqui cabe uma grande parte de facto à União Europeia. Agora, eu por acaso tenho procurado estudar a questão da linha da Beira Alta, e eu não percebo nada da ferrovia, mas naturalmente procuro pôr-me mais ou menos ao corrente até porque depois há os bairrismos, Viseu e Aveiro defendem a linha Aveiro/Vilar Formoso, Coimbra e outros concelhos já defendem... portanto, nisto aqui entra muito bairrismo, e a mim o que me interessa são soluções técnicas que contribuem para o desenvolvimento do país, porque a região beneficia também disso. Ora, a requalificação da linha da Beira Alta, uma não é alternativa da outra, portanto, a requalificação da linha da Beira Alta de facto é uma exigência, até porque serve populações, e nós temos sido os primeiros, o Bloco de Esquerda, já o disse aqui várias vezes, ainda o amigo Cotta (permita-me tratá-lo por

amigo, por somos) não estava na AIRV e nós já defendíamos, já não sei quem era o Dirigente da AIRV, e fomos das primeiras forças a defender a linha Aveiro/Vilar Formoso, ainda antes acho que da cimeira da Figueira da Foz, porque já havia de facto um movimento em Aveiro, e eu tinha contacto com alguns empresários de Aveiro que defendiam isso, um movimento para reivindicar essa linha que é de facto estrutural para as exportações. Agora, eu acho que é uma falsa questão, a gente pode reivindicar naturalmente, o ramal, mas também quero-lhe dizer aqui pela enésima vez que Viseu tem uma estação, e só não tem uma estação porque não temos tido dirigentes e autarcas que tenham conseguido fazer aquilo que é óbvio, há coisas que são óbvias, é como a história das faltas aqui, eu logo na própria sessão em que o Deputado Ribeiro de Carvalho apanhou falta eu disse, epá, arranja-se uma campainha, se calhar vai-se ali ao chinês e compra-se uma campainha, portanto, há questões que se resolvem facilmente, e parece que na Assembleia da República segundo depois o Senhor Presidente da Assembleia me disse até há lá uma campainha. Agora, se houvesse um *shuttle* que ligasse, e eu volto a dizer, é mais rápido ir da central de camionagem de Viseu à estação da CP de Mangualde e bastaria um miniautocarro de 18 lugares, do que ir da estação rodoviária de Sete Rios a Santa Apolónia, portanto, não tem havido é vontade política para resolver uma coisa simples, um *shuttle*, aliás, quem vai de avião, e já o disse aqui também, não vai parar a Lisboa, vai parar a Cascais e depois tem um *shuttle*, o chamado *shuttle*, um autocarro que o leva de Cascais, do Aeródromo de Cascais ao Restauradores, e pronto, se calhar a distância até é maior. Portanto, uma coisa não impede a outra, agora acho muito bem que a gente defenda, naturalmente que estou a favor dessa reivindicação, tudo o que vier é ganho.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma inscrição em relação esta Moção? Então colocávamos à votação a Moção, se entendessem que é necessário ler? Não. Quem vota contra? Quem se abstém? E por isso foi *aprovada por unanimidade*.-----

Tem a palavra o Deputado António Vicente.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice Presidente Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

O Professor João Inês Vaz, ex-Governador Civil de Viseu, morreu num final de tarde de terça-feira, dia 23 de Junho do ano passado. No final de tarde do dia 23, na quinta-feira passada, um grupo de amigos reuniu-se em Rebordinho, onde o João viveu parte da sua vida, para lhe prestar uma justíssima homenagem. Foram muitos os que compareceram. Familiares, gente da povoação que aprendeu a respeitá-lo como académico que era, amigos, profissionais de diversos sectores, e políticos de diversos quadrantes. E esteve também representada a Junta de Freguesia e a Câmara de Viseu a manifestarem a amizade e a admiração por um Homem da terra que enobreceu Viseu.-----

Convivi com ele, nos velhos tempos de alunos de História na Universidade de Coimbra, estive com ele em momentos importantes da sua vida académica, e porque conhecia bem o seu carácter, testemunho que o João Inês soube ser um homem capaz de juntar pessoas que, em liberdade, pensam de forma diferente, amigos que se reuniam e reúnem ainda hoje para discutir assuntos de interesse para o concelho, para uma partida de King, ou para um bom jantar regado com o bom vinho do Dão. Mas nunca para discutir assuntos fraturantes da sociedade. Morreu antes do tempo, merecedor das muitas manifestações de carinho pela pessoa que era. Deixou obra nos trabalhos arqueológicos que desenvolveu, nos alunos que ajudou, e nos inúmeros livros que escreveu.-----

A Câmara de Viseu associou-se a essa homenagem duma forma digna, com a responsabilidade que lhe cabe em reconhecer os méritos dos filhos que aqui nasceram ou

aqui residiram. O Sr. Presidente da Câmara fez bem em, com a sua presença e participação, conferir dignidade aos atos comemorativos do aniversário do falecido João Inês.-----

João Inês Vaz ficará sempre lembrado como Professor da Escola Secundária Alves Martins e do Pólo de Viseu da Universidade Católica, Arqueólogo responsável das escavações do monte de Santa Luzia e do morro da Sé, entre outros, autor de inúmeros trabalhos académicos, nas áreas da arqueologia e da pedagogia, mas deverá ser também lembrado pelo reconhecimento do município.-----

Sabendo nós da deliberação já tomada, nesta Assembleia, da atribuição do nome de João Inês Vaz a uma artéria de Viseu; sabendo nós da intenção de Vossa Excelência em homenagear João Inês Vaz no momento próprio, RECOMENDO que essa homenagem seja prestada no dia do Município, a 21 de Setembro próximo, com a atribuição da medalha de mérito municipal ao Professor João Inês Vaz.”-----

Tenho uma segunda intervenção, curta, e começo por uma citação que diz o seguinte: *Tenho a honra de comunicar que em sessão plenária de efetivos da classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa de 12 de abril de 2016, foi Vossa Excelência eleito por unanimidade Académico Correspondente da 2ª Secção Filologia e Linguística. Em nome da Academia de Lisboa e em meu nome pessoal, apresento a Vossa Excelência as mais vivas felicitações. Assina, Professor Doutor Artur Anselmo Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, com data de 15 de abril de 2016.* -----

Esta honra foi conferida ao Doutor Fernando Paulo Baptista. Temos então hoje na nossa comunidade, mais um Viseense que tem a honra de pertencer ao restrito número de Académicos e Investigadores da Academia de Ciências de Lisboa. Amigo do seu amigo, formado nos bancos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, hoje a merecer o reconhecimento da sua obra e do seu trabalho nas Áreas da Literatura, da Lexicologia e da Etimologia. Licenciou-se em Coimbra em 1968 em Estudos Clássicos, exerceu funções docentes em vários estabelecimentos de ensino, nomeadamente na Escola Superior de Educação e no Instituto Jean Piaget de Viseu, foi Inspetor do Ministério de Educação e autor de uma extensa obra Classicista onde tem demonstrado um conhecimento inigualável das matrizes profundas da língua portuguesa. É hoje, seguramente, um dos maiores defensores da matriz linguística, feroz na contestação ao acordo ortográfico que em má hora nos impuseram e apreciado pelo seu modo de dizer e escrever a língua portuguesa. Fernando Paulo é um sábio, um sábio que nem todos entendem, de uma sabedoria tal que, disposto a falar esquece-se do tempo, e não é só nas conferências e colóquios onde apresenta o resultado dos seus trabalhos, é no dia-a-dia porque ele é assim. Viciado na escrita, (informaram-me que ele está neste momento com um problema nas mãos ou nos braços, exatamente pelo uso exagerado do computador), viciado na escrita, deixa algum tempo ainda para se dedicar às causas sociais. A comissão que trabalha na construção da Igreja Madre Rita, na Quinta de S. José, próximo da Quinta do Galo, sabe bem que tem nele uma pessoa dedicada, e é por isso, porque, a nível académico já foi reconhecido ao integrá-lo, a ser eleito como Membro da Academia de Ciências de Lisboa, é por isso que entendo trazer hoje aqui à vossa apreciação um Voto de Louvor e também de satisfação por termos um Viseense integrado na grande categoria destes académicos. Passo então a ler o Voto de Louvor.-----

O Doutor Fernando Paulo do Carmo Baptista, Filólogo da área de Estudos Clássicos e licenciado em 1968 pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, exerceu funções docentes nas escolas de ensino secundário e do ensino superior de Viseu, com uma obra imensa nas áreas da Didáctica da Língua e da Literatura, da Lexicologia e da Etimologia, conhecedor profundo das matrizes da Língua Portuguesa e um dos mais respeitados especialistas em Ecdótica e Hermenêutica Textológica, com um curriculum invejável como conferencista e autor de trabalhos de Didáctica, Linguística e Filologia,

eleito por unanimidade sócio correspondente da 2.^a secção da Classe de Letras, em 12 de Abril de 2016.-----

Pelos motivos referidos, e porque o Dr. Fernando Paulo é um membro activo da sociedade viseense, no movimento associativo e na colaboração em causas nobres, proponho em nome do Grupo Municipal do PSD um Voto de Louvor.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está então em discussão este Voto de Louvor. Há alguma intervenção? Não havendo nenhuma intervenção, punha então à votação de imediato. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *foi aprovado por unanimidade*.-----

Tem a palavra de seguida o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero uma vez mais os cumprimentos. Aquilo que aqui me traz agora é a Moção pela limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes das estradas nacionais do concelho de Viseu.-----

Por diversas vezes o Grupo Municipal do CDS-PP tem trazido a esta Assembleia Municipal várias situações concretas relativas à falta de limpeza das bermas, dos terrenos adjacentes e das rotundas das estradas nacionais que atravessam o concelho de Viseu, nomeadamente as nacionais 2 e 229.-----

Atendendo à incompetência demonstrada pela empresa responsável pela realização dos trabalhos acima mencionados, contratada através da celebração de um contrato de conservação corrente pela Infraestruturas de Portugal (IP), entidade responsável pela concessão da rede de estradas nacionais, entende o Grupo Municipal do CDS-PP apresentar a presente Moção com base nos seguintes fundamentos:-----

- 1 - As estradas nacionais 2 e 229 têm um elevado fluxo de trânsito automóvel;-----
- 2 - Em alguns troços destas estradas nacionais, a densidade da vegetação existente nas bermas, nos terrenos adjacentes e nas rotundas diminui significativamente a visibilidade, contribuindo para que a circulação rodoviária se faça em inadequadas condições de segurança, colocando em risco a vida de automobilistas e peões;-----
- 3 - A densidade da vegetação das bermas e dos terrenos adjacentes faz com que os peões caminhem na estrada em vez de circularem pela berma conforme o estabelecido no Código da Estrada, o que pode originar situações involuntárias de atropelamento;-----
- 4 - A altura da vegetação dificulta a visibilidade da sinalização vertical por parte dos automobilistas, fazendo aumentar o risco de perigosidade;-----
- 5 - Quando alertada para os factos enunciados nos números anteriores, em reuniões desta AM, a Autarquia, de modo diligente, tem efetuado os trabalhos de limpeza que são da competência da empresa contratada;-----

Em função da argumentação supra mencionada, o Grupo Municipal do CDS/PP propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em reunião ordinária de 29 de junho delibere:-----

- 1 - Solicitar à Infraestruturas de Portugal uma imediata melhoria do serviço prestado, procedendo para tal à limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes das Estradas Nacionais 2 e 229, conforme é da sua competência;-----
- 2 - Solicitar à IP Infraestruturas de Portugal que pondere, num futuro próximo, outro modelo de atuação em matéria de limpeza das bermas, terrenos adjacentes e rotundas nas estradas nacionais supra mencionadas, nomeadamente, nos troços que atravessam o concelho de Viseu;-----

Da presente Moção seja dado conhecimento às seguintes entidades: Infraestruturas de Portugal, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Presidência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Presidente da Autarquia Viseense e Presidente da CIM Dão/Lafões.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Está em discussão esta Moção. Há algum pedido? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra colocava de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *aprovada por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Deputado Carlos Vieira.-----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Obrigado Senhor Presidente. À semelhança da Deputada Filomena Pires também trago o assunto dos parques infantis adaptados, aliás, na sequência do Requerimento do Deputado Jorge Falcato da Assembleia da República que convém saber, é um Deputado que é Paraplégico e pela primeira vez criou problemas, ou exigiu que fossem criadas soluções de mobilidade na Assembleia da República. Ele ficou paraplégico na sequência de um tiro de um polícia na contra manifestação à manifestação fascista do 10 de junho, já há muitos anos, e mandou esse requerimento às autarquias nomeadamente à de Viseu, perguntando quantos parques infantis se encontram sob a responsabilidade da Câmara, quantos parques se encontram adaptados para crianças com deficiência, quais os equipamentos acessíveis, se existe uma planificação tendo em vista a adaptação dos parques, quando prevê a câmara que todos os parques infantis, bem como as zonas de acesso estejam acessíveis a crianças com deficiência. Nesse sentido, reforçando, trago uma Proposta de Recomendação uma vez que todas as crianças têm o direito ao repouso, aos tempos livres e a participarem em jogos e atividades, e as crianças com deficiências é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, que favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade, e são ainda muito poucos os parques infantis inclusivos permitindo a sua utilização por crianças com deficiência o que conduz a uma evidente discriminação, sendo-lhes cortado o direito a brincar nos parques infantis, e assim, a Câmara Municipal de Viseu, portanto, isto é uma Recomendação naturalmente, do Bloco, não vai a votos, portanto será uma recomendação para que o Executivo:-----

1 - Realize uma avaliação às condições de funcionamento, acessibilidade e manutenção dos equipamentos dos parques infantis que se encontram sob responsabilidade da Câmara, tendo em vista a adaptação dos parques infantis a crianças com deficiência.-----

2 - A zona circundante dos parques infantis seja adaptada a pessoas com deficiência (estacionamento, piso rebaixado, pavimento adequado e outras soluções que promovam a inclusão).-----

Outra questão que eu trago aqui, tem a ver também com a saúde pública e o bem-estar público é uma Recomendação, por um espaço público livre de “glifosato”.-----

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou - em Março de 2015 - o glifosato como “carcinogénico provável para o ser humano”. O glifosato é o herbicida mais utilizado no país e também no planeta. A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos cancros que mais se regista em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano. A Ordem dos Médicos considerou inaceitável a inação do governo ao não proibir o glifosato.-----

Nesse sentido, (a Recomendação é longa, naturalmente porque tem fundamentação científica) portanto, a Recomendação é no sentido de que:-----

1 - A Câmara adote uma posição de defesa do espaço público livre de glifosato;-----

2 - Inste junto do Governo Português pela proibição do uso e comercialização de herbicidas contendo glifosato;-----

3 - Promova medidas de divulgação que contribuam para a adaptação da agricultura para regimes sem glifosato e para regimes de proteção integrada;-----

4 - Se defina um calendário de forma a que progressivamente seja possível abandonar por completo o uso de herbicidas de síntese no controlo de plantas infestantes nos espaços públicos, utilizando exclusivamente outros métodos, como os métodos manuais, mecânicos,

biológicos e/ou métodos térmicos, à semelhança do que já acontece em algumas cidades da Europa e também nalgumas cidades e vilas do nosso país, mesmo aqui no nosso distrito há algumas cidades e vilas que já proibiram o glifosato, estou-me a lembrar nomeadamente de S. Pedro do Sul, utilizando apenas meios mecânicos, há outros, foi o caso da Câmara de Viseu que respondeu a um inquérito do Bloco de Esquerda dizendo que, enfim, como não é proibido, segue as boas práticas, e as boas práticas neste caso é uma má prática porque não segue o princípio da precaução que exigiria, dadas as evidências até agora reunidas que não se utilizasse o glifosato o conhecido *roundup* que nós vemos aí anunciados quando se fazem essas operações por parte das empresas especializadas.-----

Não sei se tenho mais algum minuto? Então vou aproveitar um minuto para apresentar uma Moção “PELA ABOLIÇÃO DAS PORTAGENS NA A24 E NA A25”;-----

Leio só a parte deliberativa:-----

1. Exigir ao governo da República a abolição imediata da cobrança de taxas de portagem em todos os troços da A24.-----

2. Exigir ao governo da República a abolição imediata da cobrança de taxas de portagem em todos os troços da A25.-----

3. Enviar a presente Moção para o Senhor Primeiro-Ministro, para o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; para os órgãos da CIM Viseu Dão Lafões e para todas as Câmaras e Assembleias Municipais servidas pela A24 e A25.-----

Isto porque, como de resto já tenho aqui tratado, as portagens trazem um prejuízo avassalador para as empresas da região, para o turismo e para as próprias populações.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão, as outras são duas Propostas de Recomendação, e está em discussão esta Moção. Está em discussão a Moção e só vou ler também a parte final.-----

A Assembleia Municipal de Viseu reunida em 29 de junho de 2016 delibera:

1. Exigir ao governo da República a abolição imediata da cobrança de taxas de portagem em todos os troços da A24.-----

2. Exigir ao governo da República a abolição imediata da cobrança de taxas de portagem em todos os troços da A25.-----

3. Enviar a presente Moção para o senhor Primeiro-Ministro, para o senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; para os órgãos da CIM Viseu Dão Lafões e para todas as Câmaras e Assembleias Municipais servidas pela A24 e A25.-----

Há algum Senhor Deputado que queira intervir? Há algum pedido de intervenção? Não havendo iríamos colocar à votação: Quem vota contra? Quem vota a favor? (votação feita por filas) Quem se abstém? Por isso, *foi aprovada com seis (6) abstenções*.-----

Íamos então, tinha a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral.-----

No passado dia 26 de junho, Viseu passou a ter mais um Campeão Mundial.-----

Chama-se Tiago Ferreira, é ciclista e integrou a nossa Seleção Nacional de Ciclismo, numa prova realizada na cidade francesa de Laissac, onde venceu merecidamente o Campeonato do Mundo de Maratonas BTT (XCM).-----

Tiago Ferreira já era Campeão Nacional e Vice-Campeão europeu da mesma modalidade, mas nesta prova demonstrou toda a garra, todo o empenho, toda a vontade de vencer, todo o esforço e capacidade de sofrimento que caracteriza os viseenses, mesmo tendo sofrido uma queda, acreditou e lutou pela grande vitória que veio reconhecidamente a conseguir.-

Com esta brilhante vitória, Tiago Ferreira passa a ter lugar assegurado nos próximos Jogos Olímpicos que é a maior montra desportiva do Mundo, onde representará as cores portuguesa, mas também Viseu e toda esta Região.-----

É pois para nós, um imenso orgulho o feito conseguido por este atleta de Viseu e um bom exemplo para todos os viseenses, em particular os jovens desportistas.-----

Importa referir que Tiago Ferreira tem sido apoiado pela Câmara Municipal de Viseu estando mesmo referenciado pela mesma, como Embaixador Desportivo para a Área do Ciclismo, em virtude do trabalho que tem feito em parceria com a autarquia na divulgação do ciclismo, do desporto e da atividade física no concelho de Viseu.----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe um Voto de Congratulação a Tiago Ferreira pelo seu título de Campeão Mundial de Maratonas BTT e um voto de sucesso para os Jogos Olímpicos que se aproximam. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão este Voto de Congratulação. Há alguma intervenção? Não havendo passaríamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*--- Dava a palavra agora à Senhora Deputada Lúcia Silva.-----

----- **TRINTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Queria reiterar os cumprimentos apresentados anteriormente. O Partido Socialista coloca à discussão desta Assembleia Municipal, uma Moção “Para a Candidatura a Património Cultural e Imaterial da Humanidade das Cavalhadas de Viseu”, por parte do Executivo Municipal, juntamente com as Associações das Cavalhadas. Acrescente-se que a Associação das Cavalhadas de Teivas já manifestaram publicamente essa vontade.-----

O Partido Socialista ciente que hoje em dia, cada vez mais, o Património Imaterial ganha destaque no seio da cultura, pois é das memórias que se constroem pontes para o passado e para futuro.-----

Assim, e atendendo à projeção e impacto “que o Património Cultural Imaterial tem, o Estado Português reconheceu em junho de 2009, o regime jurídico de salvaguarda que estabelece o Património Cultural. Neste Decreto-Lei reconhece-se a importância que o Património Cultural Imaterial tem para a preservação da memória e identidade coletivas. Sendo também mencionada a importância das organizações locais para dar apoio na salvaguarda deste tipo de Património.-----

Assim, e olhando para o nosso concelho, Viseu sobressai num conjunto de tradições que nos enriquecem culturalmente enquanto cidadãos e enquanto região. Destacamos as seculares Cavalhadas de Teivas, com a sua Dança da Morgadinha, única no mundo e, as seculares Cavalhadas de Vildemoinhos, que, no dia de S. João brindam a cidade com dezenas de carros alegóricos, bandas musicais e cavaleiros, como agradecimento, ao citado santo, uma vez que aos moleiros, em 1652, foi-lhes reconhecida razão, em tribunal, na questão entre estes e os agricultores pela utilização das águas do rio pavia. Desta forma, os moleiros, em trajes festivos, montavam os seus cavalos e seguiam em romagem até à Capela de São João da Carreira, a montante no curso do rio. Estes eventos trazem à cidade de Viseu milhares de pessoas.-----

Assim:-----

1 - Conscientes que as tradições populares são um património que devem ser valorizadas e preservadas em prol de todos nós;-----

2 - Reconhecendo a importância das tradições enquanto fonte de riqueza imaterial e reconhecendo o contributo destas para um desenvolvimento sustentável da região,-----

3 - Recordando a importância das organizações locais, de Teivas e Vildemoinhos, no contributo que dão à salvaguarda deste tipo de património que se consubstancia nos cortejos;-----

4 - Recordando que a diversidade cultural, que se desenvolve num quadro de democracia, de tolerância, de justiça social e de respeito mútuo entre os povos e as culturas, é indispensável à paz e à segurança a nível local, nacional e internacional”;-----

5 - O Partido Socialista propõe assim a esta Assembleia a aprovação desta moção em prol da defesa da cultura imaterial da nossa região.-----

6 - Uma vez aprovada a mesma que seja remetida ao Ministério da Cultura; Direção Geral do Património, às Associações responsáveis pela organização das Cavalhadas de Teivas e Vildemoinhos.-----

Acrescento ainda que, como habitualmente se tem feito nesta Assembleia, os Presidentes quer da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa e de S. Salvador, têm por hábito vir aqui fazer uma manifestação e prestar um Louvor a essas mesmas gentes e pessoas que tanto dão em prol da nossa região. Simpaticamente eu vou também deixar esse momento para vocês o fazerem. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Agradecia então que nos deixasse aqui. Nós aqui temos alguma dúvida em relação, se é uma Proposta de Recomendação atendendo que é uma candidatura. Por sua vez já a própria câmara, é público, já manifestou a intenção de apresentar uma candidatura, por outro lado também, as próprias associações estão envolvidas nessa candidatura. Entendemos, como a câmara já manifestou essa intenção pública de apresentar uma proposta em termos de candidatura, entendemos também que já as associações têm manifestado essa situação e na dúvida, e a Mesa tem algumas dúvidas em relação se é uma mera proposta, entendemos que não, que não é uma mera Proposta de Recomendação, nós entendemos isso como um reforço da Assembleia em relação já à proposta da Câmara, e por isso colocávamos à discussão essa proposta.-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém dizendo: Exatamente, é isso que queria dizer, é mesmo uma proposta, portanto, de apoio e reforço.-

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Sim, porque como não é uma competência específica, temos dúvidas quanto a esta situação, e na dúvida, entendemos como um reforço já da posição da própria Câmara. Há algum Senhor Deputado que queira intervir? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra, Púnhamos de imediato à votação. Quem vota contra? ...-----
(alguns dos Senhores Deputados dos seus lugares intervêm no entanto não é perceptível na gravação que foi dito) -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: Eu vou dizer aquilo que disse e penso que é a situação: Esta era uma proposta que foi apresentada. Temos dúvidas, era uma proposta, a própria Câmara já tinha apresentado uma candidatura, ou já tinha manifestado, não é um processo específico porque envolve também outras associações, envolve outras associações, já tinham, inclusivamente a Associação das Cavalhadas de Vildemoinhos e a Associação de Teivas já até uma manifestação pública com a Câmara em que tinham apresentado essa intenção de apresentarem uma candidatura, entendemos que, temos algumas dúvidas que gostaríamos aqui de colocar de isto ser uma mera proposta de recomendação, entendemos isso, temos algumas dúvidas, se a Senhora Deputada e por termos dúvidas em relação a isto, que tem a ver com competência específica até porque envolve outras associações, temos dúvidas e vamos aqui com clareza isto, temos dúvidas, e por envolve outras associações, não é uma competência só específica do município, a proposta envolve outras associações e por isso, se a Senhora Deputada entender apresentar isto como proposta de recomendação, é apresentado como proposta de recomendação e é enviada à câmara, como vontade até aqui sublinhada da câmara, se entender colocar à votação, entendemos isso como um reforço da Assembleia em relação a uma intenção quer das associações quer da própria câmara já apresentada. De qualquer maneira estamos abertos a essa situação. É um reforço, entendemos isso como um reforço da posição já manifestada da câmara. Podemos pôr isto à votação?-----
Tem a palavra o Dr. Vicente.-----

----- TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero os meus cumprimentos. Tão só para dizer o seguinte: Eu compreendo a bondade da proposta da Senhora Deputada, agora parece-me extemporânea precisamente porque há pessoas a

trabalhar já nisso. Aceitava eventualmente que a senhora viesse aqui propor qualquer coisa do género, de criar uma comissão, ou que uma comissão que se constituísse integrando representantes da Assembleia para organizar um processo. Senhora Deputada, a minha sugestão vai exatamente no sentido de dizer o seguinte: O reforço não adianta, dizer que é um reforço, senão é desacreditar da capacidade do Senhor Presidente que está a trabalhar inclusive já com as associações para que venha a apresentar-se uma candidatura das cavalcadas a Património Imaterial da Humanidade, se me conseguir convencer de que o reforço vai ser proveitoso no sentido de caminhar para uma candidatura, eu ponderarei, caso contrário, eu não posso votar uma Moção que está a dizer ao Senhor Presidente da Câmara, faz favor isto é apenas uma chamada de atenção e é um reforço, era simplesmente isto que queria dizer. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, a palavra reforço, estamos aqui, é preciso às vezes ter alguma... a palavra reforço é minha, deixe-me explicar, não é da Senhora Deputada, espere aí, o que eu disse é que já está em iniciativa da câmara, já foi tornada pública, isto, a aprovação da Assembleia é como um reforço da iniciativa da câmara e das associações, e por isso, seria que nós estamos todos com a Câmara, era nesta perspetiva de ilação retirar do reforço, não é uma proposta de reforço, a palavra reforço é minha, certo? Era na perspetiva de reforçar a situação da câmara, certo? Púnhamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com duas (2) abstenções.*-----

Dava a palavra ao Senhor Deputado José Coelho.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REPESES E S. SALVADOR JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, cumprimentar a Senhora Secretária e o Senhor Secretário da Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cumprimentar a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, cumprimentar os Senhores Deputados, os Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público Presente.-----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Repeses S. Salvador, (não como de S. Salvador como atrás foi dito) na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Repeses S. Salvador venho de novo, aqui, manifestar o meu contentamento e imensa satisfação, pela magnífica organização, da secular tradição, o emblemático cortejo das Cavalcadas de Vildemoinhos, que este ano comemorou 364 anos, de cumprimento da “Promessa”, feita pelos Moleiros de Vildemoinhos, na capela de S. João da Carreira, em 24 de junho de 1652, ao seu Santo Padroeiro, São João Batista.-----

Vildemoinhos está de parabéns, pois, conseguiu mais uma vez, trazer a Viseu, cidade região, esta excelente festa popular de cultura portuguesa, devidamente preparada pelo orgulho “Trambelo” e que foi aplaudida por dezenas de milhares de pessoas, que connosco partilharam este momento único de reavivar a memória dos nossos antepassados.-----

No passado dia 24, naquela maravilhosa manhã de verão, houve elevada criatividade, coreografia variada, muito brilho, capacidade de organização e sobretudo muito trabalho, todo ele concretizado por gente orgulhosamente “Trambela”.-----

A abrir o cortejo a imponente Charanga da GNR, que o abrilhantou, seguindo-se o Alferes com a bandeira, ladeado pelos Mordomos, e logo atrás os moleiros em representação da gente “Trambela”, desfilando a seguir os carros tradicionais e artísticos, de muita arte, feitos com muito carinho e determinação, que deslumbra a nossa cidade região e motiva a atenção do país.-----

Para que este excelente evento percorresse as principais ruas e praças da cidade, foi necessário o empenhado contributo das equipas de trabalho, que forçosamente deram o seu melhor, meses a fio, na execução dos carros, que desfilaram ao som da banda de

música, dos zés pereiras, das fanfarras e da colorida cavalaria que continua a dar o nome a esta festa única.-----

Para satisfação total, o povo compareceu em grande multidão, aplaudindo e enchendo Viseu de alegria.-----

A Associação e as gentes de Vildemoinhos, sentem-se orgulhosos, moralizados e fortemente empenhados em continuar a manter, com elevada qualidade, esta secular tradição.-----

Sabemos que Vildemoinhos garante capacidade de organização e de execução, para melhorar ano após ano, mas também sabemos que a falta de capacidade financeira, ainda não permite dar o salto que a qualidade do evento merece, e que seja definitivamente de âmbito nacional.-----

Para isso ser possível, é fundamentalmente necessário aumentar o apoio financeiro, logístico, carinho e confiança, por parte das entidades oficiais.-----

O nosso sincero agradecimento aos grupos de trabalho na feitura dos carros, aos empresários, comerciantes, industriais, membros do júri e aos que de uma forma ou de outra desinteressadamente ajudaram a construir esta festa única.-----

Em nome das gentes “Trambelas” deixo aqui, um agradecimento muito especial, ao Município de Viseu, ao seu Presidente, Dr. Almeida Henriques e a todo o seu executivo, pelo apoio financeiro e logístico concedido, todo o carinho e confiança transmitido, sem o qual, este evento não teria sido possível realizar-se, com este elevado nível de qualidade.----

Pelo maravilhoso cortejo, que percorreu as ruas, avenidas e praças da Cidade de Viseu, no dia 24 de junho, pelo empenho, capacidade organizativa e criativa, pela multidão de pessoas que se deslocaram à nossa cidade e que alegremente o aplaudiu, proponho um voto de louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Actividades Tradicionais, e às gentes “Trambelas”.-----

Até para o ano!-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está em discussão este Voto de Louvor. Não havendo nenhum pedido colocava de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente de Junta de S. João de Lourosa.-----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA (PPD/PSD):**

Muito bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Excelentíssimos Membros da Comunicação Social, Público Presente.-----

Estão ainda a decorrer um pouco por todo o Concelho as habituais festas dos Santos Populares. Esta tradição, já consolidada na cidade de Viseu, iniciou-se com o mercado dos Santos Populares, seguida da Festa das Freguesias, as Marchas de Santo António, as Cavalhadas de Teivas e a finalizar as Cavalhadas de Vildemoinhos.-----

Viseu já não pode passar sem este cartaz das nossas Festas Populares.-----

Através da Festa das Freguesias, criou-se a possibilidade de cada uma das freguesias do concelho dar a conhecer a sua realidade histórica, patrimonial, económica, cultural, social e turística, potenciando deste modo uma maior criação de valor.-----

A temática deste ano: “Sabores & Aromas Tradicionais de Viseu”, permitiu recriar um verdadeiro desfile dos mais variados sabores e aromas típicos da nossa região.-----

O elevado número de visitantes que circularam pelas ruas do Parque Aquilino Ribeiro, revelou o sucesso deste evento. Por isso Sr. Presidente, foi mais uma aposta ganha.-----

Quanto às marchas apenas me atrevo a dizer: Parabéns á organização e parabéns aos concorrentes.-----

Com a assistência a aumentar de forma exponencial como se tem verificado de ano para ano, o Sr. Presidente vai ter um problema, ainda vai ter que aumentar a Avenida 25 de Abril, ou então mudar de local.-----

Outro grande evento foram as Cavalhadas de Teivas e a sua Dança da Morgadinha, provavelmente o maior de sempre.-----

A povoação de Teivas, ao desenvolver tão relevante evento, fruto de um enorme esforço, voluntarismo e dedicação de todos os que o constituem, impõe-se como um magnífico exemplo de divulgação do espírito de união e solidariedade das comunidades locais. O seu cortejo evidência de forma bem patente o substrato cultural identitário deste povo, que apesar da escassez de recursos, mas com a sua alma e grandeza, consegue construir e perpetuar de geração em geração tão relevante evento, para encanto de todos.-----

Com a sua perpetuação secular, mas sobretudo pela sua inovação e crescimento atual, em que a emblemática Dança da Morgadinha empresta, todos os anos, o encanto da sua alegria e o colorido da originalidade dos seus trajes, criou uma marca turística que atrai cada vez mais visitantes á cidade de Viseu para assistir ao desfile. Desta forma, confere um enorme contributo para levar cada vez mais longe o nome de Teivas, da Freguesia de S. João de Lourosa e consequentemente de Viseu.-----

Senhor Presidente, a Freguesia de S. João de Lourosa em geral e a povoação de Teivas em particular através da Sua Associação Cultural Recreativa e Social estão-lhe gratas por todo o apoio prestado, sem o qual não seria possível realizar este que já poderá ser considerado um marco turístico da cidade de Viseu.-----

Pelo que acima referi proponho à apreciação nesta Assembleia Municipal de um Voto de Louvor aos Corpos Sociais da Associação Cultural Recreativa e Social de Teivas e a todos quantos, pelo seu altruísmo e dedicação se empenharam na realização deste magnífico desfile das Cavalhadas de Teivas e da Dança da Morgadinha.-----

Por fim, igualmente um agradecimento aos organizadores das Cavalhadas de Vildemoinhos, pelo magnífico desfile que realizaram.”-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Íamos então pôr à discussão o Voto de Louvor às Cavalhadas de Teivas. Não há nenhum pedido de inscrição. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos assuntos que entender e aos Senhores Deputados.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Permitam-me que inicie, vou ser rápido como é óbvio, até porque alguns assuntos já foram tratados, mas gostava de realçar por um lado a Deliberação da Assembleia Municipal na homenagem da Medalha Municipal de Mérito ao Dr. António Malaquias, acho que é de facto de uma grande justiça, pela sua competência, pela seu exercício de cidadania, pelo seu altruísmo, pela pessoa que é, enfim, pelo percurso de vida que tem em prol da nossa comunidade e portanto, seguramente que o município não deixará de levar em boa conta esta Recomendação, esta aprovação da Assembleia Municipal, e sendo esta uma competência do município, comprometo-me a levar em devido tempo à Sessão de Câmara a devida aprovação, com um princípio que é este, o dia 21 de setembro, é exatamente o Dia do Município, é o dia em que nós homenageamos as pessoas, definimos este princípio, e portanto, estas homenagens serão prestadas no dia 21 de setembro. Gostava também, já o fiz publicamente de referir que em relação ao Professor João Inês Vaz, aqui também com a ligação de amizade que tinha para com ele, o Homem de Cultura, o Historiador, o Professor, o Arqueólogo, já tinha dito aquando da homenagem que os amigos que lhe fizeram, na qual eu também fiz questão de estar presente, também nessa qualidade de amigo dele, já tinha referido que iria levar à Sessão de Câmara, é já amanhã, amanhã será

votado, portanto, agradeço a Recomendação, há aqui de facto uma grande sintonia de pontos de vista, amanhã na Reunião de Câmara será aprovada também a Medalha de Mérito Municipal que será depois entregue no dia 21 de setembro. Gostava também já agora de me referir e fez muito bem o Deputado António Vicente, trazer aqui a referência ao Professor Fernando Paulo, de facto, o ser Membro da Academia de Ciências de Lisboa na sua 2ª Secção da Classe de Letras, não é para qualquer um, de facto é algo que honra a pessoa, mas também honra o nosso município por termos de facto uma figura, e portanto, associamo-nos a este Voto de Louvor e de satisfação que a própria Assembleia aqui aprovou e que é de grande justiça. Gostava também de me referir aos Votos de Louvor, quer das Cavalhadas de Vildemoinhos, quer das Cavalhadas de Teivas, gostava de enfim, falar sobre as duas separadamente, antes de mais, nós fizemos a apresentação deste que é hoje um cartaz das Festas Populares de Viseu, acho que foi uma boa medida que tomámos, passo a imodéstia, porque efetivamente criámos um cartaz que já não é só para a nossa vivência, é também para outros que vêm de fora fruir, e onde estão incluídas as Cavalhadas de Vildemoinhos, gostava de felicitar a sua Comissão, já o fiz pessoalmente, pela elevada qualidade que elas tiveram, não só do ponto de vista da qualidade dos carros, da coreografia, também da charanga da GNR que deu ali um ar extremamente interessante às próprias Cavalhadas, e gostava de destacar aqui um aspeto que achei que foi muito importante na marca que deixaram as Cavalhadas este ano, é o envolvimento de jovens, isto é, muito envolvimento de jovens nas próprias Cavalhadas, o que significa que a tradição é para manter e que há aqui uma lógica intergeracional, que as Cavalhadas, sendo de Vildemoinhos, são umas Cavalhadas que já são da cidade, já são um património, de facto, direi mesmo do país, e portanto, associar-me ao Voto de Louvor, e dizer que na conferência de imprensa que fizemos conjuntamente no Jardim Tomás Ribeiro quer o Senhor Alfredo o Presidente das Cavalhadas de Vildemoinhos, manifestou essa vontade de se poder trabalhar para o reconhecimento como Património Imaterial das Cavalhadas de Vildemoinhos, e também, o Professor Amador que é o Presidente das Cavalhadas de Teivas, manifestou nessa conferência de imprensa a vontade de promoverem a Património Imaterial a Dança da Morgadinha, e portanto, isto são já manifestações das próprias associações, que a câmara respeita, apoia, e seguramente que não deixará de colocar ao serviço dessas associações todos os meios necessários para atingir esse desiderato, portanto, associo-me a estas duas questões e portanto, deixo ficar isto aqui. Em relação às Cavalhadas de Teivas, quero também elogiar o salto, nota-se aqui de facto um grande salto qualitativo nas diferentes, prova-se que afinal de contas o Presidente da Câmara tinha razão, e que faz sentido que ela desfile à tarde, no domingo, triplica, quadruplica, quintuplica, não sei, o número de pessoas que a vêm ver, e na Dança da Morgadinha, o Presidente da Câmara está cada vez mais treinado, portanto, quando ela for candidata a Património Imaterial lá terei que integrar a dança para ela ser avaliada, porque dá-me um gozo particular dançar aquele ritmo que ali é trazido. Realçar também as Marchas, de facto, penso que este ano e quero aqui felicitar a Senhora Vereadora da Cultura, que tem sido aqui um excelente elemento de ligação destas várias iniciativas, puxando por elas, dando-lhes aqui meios para as coisas cada vez melhorarem mais, as Marchas tiveram também um bom nível e destacar aqui, agradecendo aos Senhores Presidentes de Junta este marco que foi este ano a Festa das Freguesias, acho que elas fizeram a viragem para algo que será futuramente a Festa das Freguesias, muito na lógica da promoção da gastronomia, dos doces, enfim, dos petiscos das várias freguesias, acho que encontrámos aqui um modelo com grande potencial do ponto de vista futuro, e portanto, queria deixar aqui um público reconhecimento a todos os Senhores Presidentes de Junta e às suas equipas que deram o melhor de si e transformaram o Parque Aquilino Ribeiro num grande espaço de convívio das 25 Freguesias do Concelho naqueles três dias do seu decurso, foi de facto um momento muito interessante e muito bonito do ponto de vista da convivência no nosso concelho. Há coisas que já fomos tratando, gostava de passar à frente

de alguns aspetos, e em relação aos parques infantis, enfim, se as pessoas às vezes fizessem o seu trabalho de casa faziam melhor figura. Quando chegámos à câmara, foi das primeiras deliberações que tomámos, porque fazia parte do nosso Programa Viseu Primeiro, que foi fazer um diagnóstico total dos parques infantis existentes no concelho, classificando-os com graus de prioridade, quais é que estavam em bom estado, os que não estavam em bom estado, definindo quais é que iriam ser desativados, e de facto, há depois uns números políticos que se fazem, de perguntar sobre um parque que efetivamente já estava desativado, e portanto, não podia ser mesmo usado, mas fazem-se os números políticos, respeitamos, cada um faz política da forma que entende, agora, neste momento são 50 parques que já foram intervencionados no nosso concelho desde que estamos em funções, não parece despiçando, aliás, basta olhar para as inúmeras fotografias e ver como estão os nossos parques infantis neste momento, eu podia estar aqui um tempinho, só dos parques que foram terminados no dia 20/05/2016, com um esforço de investimento de 105 mil euros, só aqui temos 39 parques que já foram concluídos do ponto de vista da sua reabilitação, desde o Parque Infantil da Quinta da Longra de Viseu, até ao Parque do Arvoredo em Torredeita, até o Parque Infantil do Alto do Viso, até ao Parque Infantil do Viso Sul, da Misericórdia de Ranhados, Vilã Chã de Sá, enfim, só aqui temos 39 espalhados por todo o concelho e parques estes que falta neste momento só uma coisa, que é os ensaios finais para certificação dos parques por uma empresa acreditada. Nós contratámos uma empresa para fazer o diagnóstico, fizemos a adjudicação em concurso público como não podia deixar de ser, das requalificações, e contratámos uma empresa isenta para fazer exatamente a certificação nos diferentes domínios, da segurança dos equipamentos, da acessibilidade, nós somos uma cidade acessível, sempre preocupada, sempre muito preocupada e comprometida com aqueles cidadãos que efetivamente têm mobilidade reduzida e portanto, é algo que está sempre presente, portanto deste concurso já está tudo tratado, num outro concurso que foi a segunda fase, portanto, o prazo termina a 15/08/2016, estamos aqui a qualificar mais seis parques, Quinta da Pomba, Paradinha, Farminhão, Carqueijal em Torredeita, Magarelas na Torredeita e o Viriato 2, estão neste momento em fase de execução, faltam só acabar de executar a Quinta da Pomba e o Viriato 2, portanto, mais 6 parques infantis, e ainda numa outra empreitada que está já também concluída temos mais um e depois ainda temos a intervir a mais três parques, o da Cumieira Mosteirinho, e para além disto, nós definimos na altura um princípio, é que todas as freguesias tinham direito a um parque infantil, e combinámos isso com os Senhores Presidentes de Junta, e já estamos a assinar contratos programa para levar a bom porto este desígnio, mas nós queremos parques bons, nós preferimos ter menos parques qualificados, devidamente referenciados para que as nossas crianças e os pais saibam que quando vão para aqueles parques eles estão devidamente seguros do que termos muitos. Nós desativámos umas dezenas de parques, ao longo destes três anos, já desativámos umas dezenas de parques que não faziam sentido, porque estavam num estado de degradação tal, e muitas vezes não servindo convenientemente as populações. Com os Senhores Presidentes de Junta neste momento, só para terem uma ideia, só no Parque de Santiago estão neste momento em fase de execução um parque infantil e também um projeto de um slide e estamos já em fase de projeto com a Quinta D'el Rei em Ranhados, com o Espadanal em Fragosela e Fail, e temos ainda com S. João de Lourosa, Bodiosa, Boa Aldeia, Lordosa, Calde, Povolide, Rio de Loba, Côta com mais dois em Viseu e Ribafeita e fecharemos o ciclo dos parques infantis. Meus caros amigos, só não vê quem não quer ver, efetivamente isto é trabalho sério, trabalho feito no terreno ao longo destes dois anos e nove meses que levamos de mandato, diagnóstico, ação, conclusão, isto é que é fazer trabalho, agora quem faz politiquice procura sempre encontrar ali, à mas naquele parque falta lá se calhar uma roseta de cor vermelha porque está lá uma laranja, mas enfim, isso também é uma opção de cor seguramente, portanto, Senhora Deputada, tem as respostas às questões que colocou e também o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda.

Senhor Deputado João Cota, trouxe aqui um assunto de grande relevância, eu acho que temos todos os motivos para estarmos muito dececionados, por um lado com classificação, é que reparem, o projeto da ferrovia de Portugal foi dos mais mal classificados ao nível da União Europeia, o que significa que não se enquadra nos objetivos da União Europeia do ponto de vista da bitola europeia, do ponto de vista do seu enquadramento com a rede ferroviária designadamente espanhola. O que é que isso significa? Nós vamos ser cada vez mais uma ilha, Portugal vai ser uma ilha, sobretudo no centro/norte, no sul vai estar servido pela bitola europeia, através de Caia, mas no centro/norte do país, por onde passa grande parte das exportações, ainda agora se verificou, 40% das exportações são do norte do país, mais 26 ou 27% são do centro do país, portanto, o norte e o centro em conjunto representam 70% das exportações do país e de onde saem as mercadorias é onde não se aposta, aposta-se na melhoria de uma linha, é legítimo porque de facto a Linha da Beira-Alta também precisa de melhoria mas não é estruturante para o futuro, isto é, não resolve o problema de colocar Portugal do ponto de vista da captação de investimento e na rota europeia, eu quero-me rir, mas vou chorar seguramente quando daqui a poucos anos se começar a restringir a circulação de camiões TIR designadamente no centro da Europa, e quero ver em que posição é que nós vamos ficar, porque efetivamente esta opção a ser feita hoje, só estaria concluída daqui a 10/12 anos, é que estas coisas não são coisas imediatas e de facto Portugal sai muito mal deste processo, e o Governo sai muito mal deste processo, porque andou a prometer tudo a todos, eu já no Conselho da Região, disse ao Senhor Ministro das Infraestruturas que não acreditava naquilo que ele estava a dizer, mas pronto, que iria pagar para ver, que iria ficar atento, e aquilo que eu previa aconteceu, foi efetivamente, a União Europeia não aprovou dois projetos como o Senhor Ministro dizia, que a aposta do Governo era nos dois traçados, aprovou só um e com uma participação muito baixa, 63% ou uma coisa assim do género, nem aos 85% que podia ir foi participada, portanto, isto para provar que o Governo não fez o seu trabalho de casa, e a região está a ser fortemente penalizada com esta decisão e estou a falar sobretudo da região centro e norte. No que diz respeito a Viseu, eu acho que pelo menos que o Governo e saúdo também a Moção que trouxe, pelo menos que o Governo salvasse aquilo que fazia parte do Plano de Investimentos em Infraestruturas de Transportes, que estava lá bem expresso que sendo melhorada a Linha da Beira Alta que seria feito um acesso a Viseu, eu não me contento com *shuttles* ó Senhor Deputado Carlos Vieira, e depois também seria importante saber quem é que paga os *shuttles* não é, porque são sempre os mesmos a pagar, agora, de facto, somos a maior cidade não servida por ferrovia ao nível da Europa e portanto que seja neste projeto, pelo menos que se minore este problema, e a própria ligação à Linha da Beira-Alta que possa já ficar feita na perspetiva de ser utilizada futuramente como uma parte do troço da ligação Mangualde-Viseu-Cacia em Aveiro. Portanto, deixar aqui esta preocupação e ao mesmo tempo a minha sintonia. Já agora, em relação aos trabalhos da própria Assembleia, a Autarquia está sempre disponível para ajudar o Senhor Presidente e a Mesa a melhorar todos os serviços com o orçamento próprio que tem a própria Assembleia e obviamente com o aconselhamento dos técnicos da câmara que temos, portanto, a sua recomendação é uma boa recomendação para a Mesa, apoiada também pela Autarquia seguramente. Em relação ao que disse aqui o Senhor Deputado Carlos Cunha, não podia estar mais de acordo, aliás, nestes últimos mês e meio, falei três vezes com o Presidente das Infraestruturas de Portugal, exatamente para lhe manifestar, e ainda por cima viram a vergonha que foi para nós viseenses ver uma peça na SIC a mostrar uma lixeira à porta da cidade, aquilo que foi feito no IP5 é inadmissível duma empresa do Estado, pública, se fosse uma privada já estaria a ser multada, e de facto eles também foram multados pela GNR, por grande insistência da nossa parte, agora, andar a fazer a limpeza e todos os detritos que se encontram, despejar naquele espaço e depois pôr ali uma vedação em verde à espera que aquilo não se dê conta, antes pelo contrário, ainda se deu mais conta. Ele tinha-me garantido, o Senhor Presidente

das Infraestruturas de Portugal, que na semana seguinte iriam começar a remover o lixo, já passaram duas semanas desde que ele assumiu esse compromisso e portanto, acho muito bem que se responsabilize as Infraestruturas de Portugal pelas estradas nacionais e pelos acessos e depois é gritante verificar, como nós temos os nossos espaços bem cuidados e depois em determinados sítios as pessoas não distinguem se é a Autarquia ou se é as Infraestruturas de Portugal, e posso-vos dizer que muitas vezes nós fazemos o trabalho das Infraestruturas de Portugal, porque já parece tão mal que eu peço aos Senhores Presidentes de Junta, olhe, já agora, limpe lá, ainda fizemos isso há dias pelo menos em duas freguesias, não vou agora dizer quais em que limpámos coisas que não eram da nossa responsabilidade, porque estava a parecer tão mal que dissemos, vamos limpar e depois logo se vê, portanto, acho muito bem que se responsabilize as Infraestruturas de Portugal também por esta matéria. Em relação ao Voto de Congratulação pela prestação do Tiago Ferreira, é merecida, foi de facto um atleta que nós apostámos desde muito cedo, dentro do nosso programa virado para o apoio ao desporto, há também uma parte virada para o apoio a atletas que têm potencial e de alta competição, e vamos ter aqui motivo redobrado para estarmos atentos aos Jogos Olímpicos do Rio, porque vamos ter um Viseense a correr entre 50, vão lá estar 50 atletas de todo mundo a correr nesta modalidade, e portanto, o nosso Campeão Mundial de Maratona BTT vai estar no Rio e nós vamos estar seguramente a torcer por ele neste seu trabalho. Já agora, deixei que faça uma referência ao Mário Trindade, o Mário Trindade é também outro embaixador de Viseu que participou em jogos, participa nos Paraolímpicos, seguramente que vai estar também nos Paraolímpicos depois dos Jogos Olímpicos, e ainda recentemente conquistou também 3 medalhas numa competição internacional, ele treina todos os dias no nosso Fontelo, com todas as facilidades que é possível que o Municípios lhe conceda, desde infraestruturas até uma bolsa que lhe atribuímos para ele poder estar, portanto, também aqui a nossa preocupação do desporto de pessoas portadoras de deficiência. E, portanto, penso que respondi a tudo, até porque alguns assuntos foram sendo tratados, obviamente que agora, depois no período das informações estou disponível para prestar todas as informações que me perguntem. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, penso que cumprimos todas as regras regimentais, agradecia também a colaboração de todos. Íamos suspender e recomeçar os trabalhos às duas e meia, onde temos a Tomada de Posse dos dois Membros do Conselho Municipal de Segurança.-----

----- **A SRA. DRA. MARIA GORETTI PIRES DOS REIS:** Com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, vamos dar início ao Ato de Tomada de Posse do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VISEU.-----
Passo a ler o Auto de Tomada de Posse.-----

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, no Solar dos Peixotos, perante a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária, para cumprimento do disposto no art.º 9º da Lei nº 33/98, de 18 de Junho, alterada e republicada pela Lei nº 106/2015, de 25 de Agosto e de acordo com o previsto no Regulamento aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de Setembro de 2015, compareceram os cidadãos a seguir indicados para a Tomada de Posse, perante a Assembleia Municipal de Viseu, como membros do Conselho Municipal de Segurança de Viseu:-----

Representante do Núcleo de Atendimento às Vitimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu, Dra. Carla Andrade-----

Representante da União de Sindicatos de Viseu, Francisco Almeida-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Viseu reconheceu a identidade dos presentes por conhecimento pessoal e declarou-os investidos nas suas funções, como membros do Conselho Municipal de Segurança de Viseu.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente Auto de Posse, que após ter sido lido em voz alta na presença de todos os intervenientes, vai ser devidamente assinado.-----

Senhora Representante do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu, Dra. Carla Andrade;-----

Senhor Representante da União de Sindicatos de Viseu, Francisco Almeida.-----

Após as assinaturas supra que atestam esta tomada de posse, foi encerrado este ato solene pelas 14 horas e 46 minutos.-----

Este Auto de Posse vai ser assinado e rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, fazendo parte da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2016. (Anexo 1, páginas 444/445).-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradecemos a presença dos dois, e não vamos fazer discursos, desde já agradecer a vossa disponibilidade por estarem aqui presentes e que estejam presentes também na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, está bem? Obrigado.-----

Íamos então iniciar o Período da Ordem do Dia, alertava mais uma vez os Senhores Deputados que o registo das votações será feito individualmente para cada votação/deliberação segundo o modelo que fica sempre anexo à Ata e terá divulgação pública *online*.-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para o primeiro ponto, Informação Municipal.-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Como é habitual irei passar os pontos que estão na informação, obviamente disponibilidade absoluta para todas as questões que queiram colocar até porque como a informação foi distribuída por escrito não a vou ler, vou passar alguns pontos. Já agora, referir que hoje mesmo entre o momento do término desta Assembleia e a hora do almoço estive exatamente a trabalhar com a equipa toda da IBM que já está em Viseu a instalar-se e a recrutar pessoas. Também já estiveram de manhã no Politécnico, portanto, está cá hoje o estado-maior todo deste investimento estruturante para a nossa cidade de Viseu, portanto, algo que foi assinado há poucos dias, já está em fase de instalação e esperamos que as instalações propriamente ditas onde vão ficar os 120 primeiros funcionários desta Companhia venham a ser inauguradas, esperamos que no dia 4 de novembro, portanto, é também um dado que gostava de deixar. Esta semana que passou tivemos também a honra da visita do Senhor Primeiro Ministro da Costa do Marfim, Daniel Kablan Duncan que se deslocou em visita oficial, basicamente esteve em Lisboa, Porto e veio a Viseu, no âmbito da boa cooperação económica e cultural existente entre as duas cidades e da geminação com a cidade de Viseu e a cidade de Abidjan, gostava de realçar exatamente o facto de na sua primeira deslocação a Portugal e no âmbito de um entrosamento forte que se está a procurar ter com a Costa do Marfim, ter, por sugestão minha escolhido exatamente a cidade de Viseu, aliás, há aqui uma forma também de retribuir a boa hospitalidade que tive quando visitei Abidjan e referir também que várias empresas desta região estão neste momento envolvidas num processo de internacionalização, progresso, em várias áreas designadamente construção civil, ambiente e outras. Referir que no âmbito do Centro Histórico do Programa VISEU VIVA, estamos neste momento em velocidade acelerada felizmente que este Programa para além da interação que teve com os cidadãos conquistou a receptividade dos residentes, proprietários, investidores, atores culturais, agentes económicos e sociais. Em 30 meses, foram ou estavam a ser reabilitados 61 edifícios e no curto prazo recebem obras de regeneração outros 50. Portanto, ao todo, neste período, foram também aprovados 70 incentivos financeiros à reabilitação de fachadas, dos quais 50 já executados ou em conclusão e somam-se a estes 18 obras de reabilitação integral já realizadas ou em execução e 23 projetos de reabilitação em fase de estudo ou lançamento. Portanto, isto para dar nota da boa dinâmica do ponto de vista da reabilitação do Centro Histórico que

está a ser desenvolvida exatamente com o objetivo de repovoamento do Centro Histórico, revitalização social e também o combate à sua gentrificação.-----

Está também na fase final o concurso de atribuição das 18 novas habitações, portanto, o “Reabilitar para Arrendar” com rendas de preços condicionados. Concorreram 36 se não estou em erro, jovens casais, depois poderei dar esse número mais preciso, na verdade é que nos próximos meses e com o cumprimento desses prazos de projetos que foram executados pela nossa equipa da SRU, é bom realçar que todos estes projetos foram desenvolvidos pela equipa de arquitetos e engenheiros da SRU, mas, portanto, nestes próximos dois meses as primeiras casas já vão ser habitadas ainda no mês de julho, isto vai permitir fixar 50 novos moradores no coração antigo da nossa cidade.-----

Portanto, 34 candidaturas, 19 das quais aprovadas em definitivo e 19 condicionalmente. Gostava de assinalar aqui também um momento muito importante que foi a inauguração da Escola Profissional Mariana Seixas na Rua Direita, ao contrário do que alguns duvidavam, foi de facto um processo tratado numa articulação muito estreita com a escola num espaço onde nós inicialmente até tínhamos pensado colocar as Águas de Viseu, mas verificando que tinha características ideais para colocar ali mais uma âncora. Portanto, esta âncora já lá está, num trabalho conjunto feito entre o Município e a Escola Profissional Mariana Seixas, 350 alunos e 50 professores, já se nota a mudança desta âncora no Centro Histórico, para além de que, mais à frente falarei no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o facto de já estar assegurado o financiamento para o Orfeão, é seguramente uma boa notícia para o Dr. António Vicente, aquele edifício já tem o projeto neste momento concluído, irá manter toda a sua traça, designadamente em termos dos salões, e serão acrescentadas seis salas, portanto será mais uma âncora também na nossa Rua Direita, se lhe somarmos as Águas de Viseu, também já com o projeto finalizado, e também já com uma parte do financiamento assegurado, portanto, estamos a dar corpo a toda uma estratégia de dinamização do próprio Centro Histórico através do nosso Programa Viseu Viva, do qual faz parte o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano”, o PEDU é o primeiro contrato assinado no âmbito dos fundos comunitários, estamos a falar de um contrato que foi assinado no início do mês, dá avanço a que Viseu, o Município de Viseu se transformará numa autoridade urbana, para o âmbito da reabilitação, fizemos o nosso trabalho de casa, o aumento da ARU, Área de Reabilitação Urbana, acoplando a área ribeirinha mais a nossa Cava de Viriato e o Bairro da Cadeia, portanto, a regeneração terá aqui também a inclusão de comunidades socialmente desfavorecidas (em particular relacionada com os Bairros Sociais) e também a promoção da mobilidade urbana, todo o projeto da mobilidade urbana está contido também neste PEDU.-----

Os programas estratégicos “VISEU PRIMEIRO 2013/2017”, “VISEU VIVA”, “VISEU EDUCA” são no fundo os programas que verteram para esta estratégia uma boa parte deste plano, que é composto por três grandes áreas:-----

O Plano de Ação de Regeneração Urbana, o Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas e também o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, e elege cinco prioridades estratégicas:-----

i) Reforçar e qualificar a acessibilidade e mobilidade concelhia. Portanto, com todo o plano que já foi apresentado, e que hoje mesmo virá aqui uma parte para clarificar alguns dos seus pontos. -----

ii) Potenciar a atratividade socioeconómica do Centro Histórico, através da regeneração e também da revitalização do Centro Histórico;-----

iii) Combater as assimetrias sociais e territoriais;-----

iv) Dinamizar atividades económicas e a criação de emprego, pela valorização de setores em crescimento como o turismo, tecnologias de informação e comunicação, agroalimentar e as indústrias criativas, ou em mutação como é o caso do setor da construção civil/reabilitação;-----

v) Promover a inclusão e combater o envelhecimento, sobretudo nos bairros sociais centrais e numa intervenção preventiva pró-natalidade, que é amiga da fixação dos jovens e da população ativa.-----

Representa um investimento global, público e privado, nacional e comunitário, de quase 16 milhões de euros, dos quais 11 milhões que serão de incentivo dos fundos comunitários, e um 1 milhão de instrumento financeiro. Se somarmos aqui o valor do concurso dos nossos Transportes Urbanos, portanto da nossa mobilidade na vertente dos transportes teríamos que lhe somar 8 milhões e meio que serão totalmente financiados por via privada, ou melhor, será mais, será cerca de 1 milhão por ano, portanto, 1 milhão por ano, 15 milhões de euros na parte da mobilidade, na parte do estacionamento estaremos a falar de 8 milhões e meio de investimento que serão feitos também no âmbito do PEDU, mas com financiamento totalmente privado, portanto, se somarmos estas várias parcelas é fácil fazer as contas, teremos, 18 mais 12, 30, mais 8 e meio, isto é um plano de 38,5 milhões de euros, dos quais 16 milhões será investimento público com acesso aos fundos comunitários e também de investimento direto da autarquia.-----

Passando a outro ponto, também inserido dentro do Centro Histórico, realço aqui a campanha que vamos fazer, entre 1 de julho e 30 de setembro, uma campanha para desincentivar o uso do automóvel no Centro Histórico, portanto, haverá um “shuttle” gratuito, portanto, é uma experiência que faremos de devolver designadamente o Adro da Sé, aproveitar estes três meses do verão, com início desde já nos Jardins Efémeros para durante três meses no Adro da Sé não haverá nem circulação nem estacionamento. Colocaremos nas horas das 19 horas às 2 da manhã, “shuttle” gratuito, que vai fazer um determinado percurso, depois até posso mostrar a planta, obviamente que durante os Jardins Efémeros ele não chegará à Praça D. Duarte e ao Largo da Misericórdia, Pintor Gata e descer a Rua do Bispo, mas depois do término dos Jardins Efémeros também fará este circuito pelo Centro Histórico o que é uma forma de por um lado conectarmos as pessoas com os vários lugares de estacionamento existentes, com os vários parques da cidade e designadamente também negociámos com o Parque da Santa Cristina um preço especial das 20 horas às 4 horas da manhã, um euro por cada 4 horas, portanto, aqui uma preocupação também de começarmos a ganhar o hábito de não circular com automóvel no Centro Histórico, e aproveitarmos a envolvente, não havendo aqui desculpas porque efetivamente durante o dia o Funicular fará o trajeto da Feira de S. Mateus para o Centro Histórico e a partir das 20 horas até às 2 da manhã, ou melhor, a partir das 19 até às 2 da manhã teremos o shuttle a funcionar, posso dizer que reuni também com a Comissão de Acompanhamento do Centro Histórico, que acolheu muito bem esta iniciativa, deu algumas sugestões, portanto, a campanha estará na rua a partir do dia 1, com todos os benefícios que daqui viremos a tirar e portanto, já uma antecipação daquilo que será o trabalho futuro no âmbito da mobilidade.-----

Também no âmbito da proteção de pessoas e segurança rodoviária lançámos o “Viseu Seguro”, estão já neste momento em curso os concursos que vão levar à adjudicação, ele vai incrementar fortemente a segurança de peões, especialmente em escolas, na segurança rodoviária e pedonal na Circunvalação e através de uma grande diversidade de dispositivos que serão aplicados.-----

O “Viseu Seguro”, no fundo vai investir, nos próximos 18 meses, meio milhão de euros que beneficiarão 13 escolas, 11 rotundas e 69 passadeiras constituem basicamente os dados chave desta intervenção que será feita, aliás, esta deliberação tomámo-la numa reunião de câmara que fizemos na Escola Alves Martins, também com o simbolismo de estarmos a tomar uma decisão num dos espaços que será diretamente beneficiário desta medida.-----

No eixo das intervenções das escolas, serão abrangidas 12 escolas da cidade e uma da freguesia de Ranhados, e 29 passadeiras. Neste âmbito, serão implementados 61 sinais luminosos verticais em 27 passadeiras, no fundo, serão passadeiras de nova geração com

iluminação a LED e autossustentáveis, isto é, com painéis solares que alimentarão todo o sistema.-----

Também na Circunvalação, pugnamos aqui por uma lógica de melhoria das passeadeiras, sobretudo nos sítios onde havia mais sinistros, e a colocação também de 4 radares com semáforos tricolores para deteção de velocidade e acionamento de sinal vermelho e 4 painéis informativos luminosos, portanto, a tal preocupação de que se circule em segurança, não numa perspetiva punitiva, mas numa perspetiva pedagógica de informar as pessoas sobre a velocidade a que vão, manteremos exatamente a circulação de 50 Km/h fruto da avaliação da Comissão de Trânsito e de todo o estudo que fizemos sobre esta matéria, portanto, vamos manter os 50 Km/h na circunvalação porque ela é de facto uma via urbana com casas de um lado e de outro e onde o aumento da velocidade poderia ser indutor de mais sinistros, e portanto, fizemos esta opção.-----

Gostava também de realçar, passando para a vertente das águas e do 1º Serviço Educativo da Águas de Viseu, foram 770 as crianças que foram já à ETAR Viseu Sul, portanto, crianças do nosso 4º ano, foram 37 escolas básicas do concelho de Viseu, ao longo de quinze dias, portanto, uma primeira experiência que está também ajustada aos currículos das escolas nesta matéria e no fundo transmitirmos para as nossas gerações mais jovens, todo este ciclo da água, desde a produção da água até à forma como estamos a tratar as águas residuais, como uma ETAR de 3ª geração que devolve à natureza uma água mais pura do que aquela que fomos captar no Rio Dão ou noutros locais de captação, portanto, criámos aqui no fundo um serviço educativo que pensamos que serão muito úteis até para, não só o percecionamento, mas também para metodologias de poupança de água. Já agora também referir que já está concluído o primeiro teste da telemetria, portanto, nós na Freguesia de Mundão já concluímos os trabalhos, vamos apresentar dentro de dias os resultados deste primeiro passo que demos, todas as pessoas da Freguesia de Mundão neste momento já têm contadores telemétricos, isto é, contadores que permitem por um lado às Águas de Viseu contabilizar à distância, identificar uma eventual anomalia nalgum dos contadores, mas também vai permitir avisar quem quiser, porque isso será um serviço de adesão voluntária de que há um consumo anormal de água nas suas casas, isto é, interactivamente ele vai fazer através de uma lógica cognitiva, vai avaliar os consumos médios da casa e vai verificar se a pessoa por exemplo tem um autoclismo ligado, a lógica da telemetria, obviamente que também tem benefício do ponto de vista enfim, da eficiência das Águas de Viseu, mas também aqui uma grande preocupação de permitirmos que os nossos utentes, os nossos clientes possam ter uma lógica de interação e por antecipação poderem ter a identificação de alguma situação anómala do ponto de vista de consumos e portanto é também algo que não está na informação, mas que gostava de deixar porque foi dado por concluído este projeto-piloto há cerca de 2 dias.-----

Referir também que dentro dos eventos ligados à promoção do vinho e à assunção de Viseu como Cidade Vinhateira, decorreu o “Tons da Primavera” com “Festival de *Street Art*”, foram 20 mil pessoas que passaram por Viseu nas suas diferentes vertentes, o roteiro do *Street Art* foi um dos aspetos mais emblemáticos, constitui já uma oferta de interesse turístico, conta neste momento com 19 pontos de visita, e portanto, é hoje também já um elemento de importância no nosso concelho.-----

Referir-me também ao VISEU TERCEIRO, portanto, concluímos toda a parte da assinatura e de operacionalização do VISEU TERCEIRO em termos da programação cultural em rede que estamos a desenvolver com as várias entidades que foram contempladas do ponto de vista deste programa e assinalar aqui também a boa articulação de todo o trabalho que estamos a fazer com as datas centenárias que este ano comemoramos em Viseu, designadamente os 500 Anos da Sagrada da Sé Catedral, os 500 Anos da nossa Misericórdia, os 100 Anos do nosso Museu Nacional Grão Vasco e os 100 Anos do nosso Edifício dos Paços do Concelho, que amanhã mesmo, à tarde, vai ter o momento alto com a inauguração de uma exposição sobre a história do edifício onde no

fundo, vão ser visíveis pela primeira vez plantas, que serviram de base à construção do edifício, onde editaremos uma peça que será simbólica dos 100 Anos do Edifício, que é uma peça da Vista Alegre com o fresco do Almeida e Silva, portanto, vale a pena olharem, portanto, no fundo assinalamos e a própria Reunião de Câmara amanhã também terá algumas novidades sobre esta matéria.-----

Já falei de manhã sobre as Cavalhadas, sobre o cartaz das Festas Populares, mas não queria deixar de enfatizar mais uma vez a elevada qualidade que atingiram e portanto, o trabalho que se está a fazer. Paralelamente a isso também já foi lançada a Feira de S. Mateus deste ano, a Edição 624, já com a Viseu Marca a promover o seu desenvolvimento e a sua organização, são 38 dias de Feira (16 dos quais com entrada paga) darão palco a 100 eventos, 32 concertos e 40 diversões, estamos a falar de 260 expositores, 20% desses expositores são estreantes e provenientes sobretudo do concelho de Viseu, portanto, há aqui uma grande subida, até por interação, enfim, de pessoas de Viseu que se envolveram. Estão também já numa fase final as obras que vão permitir que aquele espaço tenha a eletrificação integral e também passe a ter casas de banho permanentes dignas para que as pessoas possam utilizar durante a Feira de S. Mateus, a nossa Feira Franca, e portanto, iremos consolidar enfim, todo o trabalho do picadeiro, do novo palco no Rio Pavia, serão também muito qualificados já, vão ter ali oportunidade de ver quer o Multiusos de Viseu, a “Praça Viriato”, o Museu EDP e também uma artéria dedicada à doçaria regional. Uma das grandes novidades da Feira é esta interação com o ACERT, que no fundo, na comemoração também dos seus 40 anos interage com as várias instituições de Viseu, desde o Teatro Viriato, ao Cine Clube, à Zum Zum, enfim, as várias instituições de Viseu estão envolvidas num projeto que trará numa fase alta quase 400 artistas no fundo a desenvolverem trabalho em conjunto, portanto, este cartaz, os espetáculos de teatro de rua chama-se “Viver Viriato”, portanto, que inclui a criação de uma máquina de cena, que é produção da Trigo Limpo Teatro ACERT, e será um dos principais cartazes também da Feira com várias iniciativas ao longo da Feira, e com o envolvimento da toda a nossa rede cultural do concelho e da região, também Montemuro está envolvido, portanto, todas estas entidades estão envolvidas. Na bilheteira também demos um grande salto, antecipou-se a abertura da bilheteira 50 dias, com um mecanismo já de venda de bilhetes prévios para evitar aquelas concentrações excessivas junto da própria Feira, e também nascerá este ano o Núcleo Museológico da Feira de S. Mateus e consigo também o Núcleo da “Ilha da Memória” da Feira. Realçar por último um outro facto que aconteceu nestes últimos dias, aliás, tivemos aqui três factos muito relevantes na vida do nosso concelho nestes últimos dias, inaugurámos na passada sexta-feira a nova Pousada, a Pousada da Juventude, ou melhor, na quinta-feira a Pousada, na sexta-feira a Escola Profissional Mariana Seixas na Rua Direita, e na segunda-feira, ainda não foi a inauguração, mas tive o privilégio de visitar no seu primeiro dia de funcionamento o novo Hospital da CUF, se verificarmos é o único investimento na vertente da saúde deste grupo de saúde fora do litoral do país, aliás, é bem notório na entrada, já são 210 ou 211 pessoas que estão alocadas a este serviço, e aquilo que inicialmente era para ser um projeto na casa dos 120 a 140 postos de trabalho, já vai logo no início em 210 ou 211, o que antecipamos que será um projeto de investimento que ultrapassará as 300 pessoas do ponto de vista do envolvimento, de facto uma âncora fundamental, acho que é um motivo, todos os Viseenses estão de parabéns por o que se está a passar, e não só, porque algumas pessoas que trabalhavam fora de Viseu, sendo de Viseu, optaram por se candidatar a vir trabalhar para Viseu, isso é um sintoma que nos diz da boa qualidade e da capacidade de atração da cidade, e também não faltaram candidaturas, isto é, foram milhares as candidaturas para no fundo, para os lugares que estavam a concurso nas diferentes valências, portanto, também queria aqui na Assembleia Municipal congratular-me com este momento que não foi ainda de abertura pública, aliás, o único convidado que estava nessa sessão era o Presidente da Câmara, e tive a oportunidade de fazer um brinde, saudando a vinda do Hospital da CUF para Viseu,

saudando os seus colaboradores, os médicos, os enfermeiros, os técnicos, o pessoal auxiliar, a sua administração e dizendo que tenham muito sucesso porque efetivamente é bom para todos nós, até porque a vinda do Hospital da CUF, traz outras âncoras atrás, que dentro de dias se saberão, designadamente noutras valências que não estando aplicadas no Hospital da CUF, não deixarão de ser valências que vêm enriquecer a oferta da nossa cidade/região do ponto de vista da saúde e criar postos de trabalho, criar riqueza, portanto, entenderão que me sinto particularmente satisfeito porque são projetos que foram já assinados por mim, desenvolvidos por mim e concluídos já nesta nova era, sobretudo neste momento em que temos apostado muito na captação de investimento, Viseu hoje, está efetivamente nos patamares do investimento, é muito gratificante termos a inauguração deste hospital e ao mesmo tempo, já estarmos aqui com a IBM a fazer a sua instalação em Viseu para abrir a 4 de julho, isto são dinâmicas que eu sei que alguns membros desta Assembleia colocaram em causa em determinado momento, mas de facto não eram anúncios, eu quando assino um contrato é porque tenho a convicção de que efetivamente são coisas que vão para o terreno, e com orgulho hoje também vos posso assegurar, dos 22 contratos assinados, já nos podemos orgulhar de 1296 postos de trabalho contratualizados a criar entre 2015, portanto, já começámos, e até finais de 2018, que eu acho que é um grande salto que a nossa cidade/região está a dar, sobretudo entrando no domínio da captação de pessoas qualificadas, de trabalho qualificado de valor acrescentado, que traz mais riqueza à região, para a tal sustentabilidade que falava o Dr. João Cota à bocado, porque quando nós olhamos para os números da CIM Dão Lafões, invariavelmente confrontamo-nos com uma realidade, é que está tudo por fazer ainda, por mais investimento que tenhamos, por mais que possamos dizer que efetivamente nós já contribuímos com 1,8 ou 1,9 milhões de euros para as exportações desta região, ainda estamos muito longe daqueles patamares que queremos estar, e todo o investimento que se consiga captar para Viseu, para Nelas, para Mangualde, para Oliveira de Frades, para Vouzela, seja para onde for, é investimento que vem fixar pessoas, que vem atrair novas pessoas e sobretudo dar sustentabilidade futura a este território e a esta região, e Viseu também está, abandonámos aquela lógica de que o investimento que vá para os outros concelhos e nós só queremos cá os quadros. Não, nós queremos cá os quadros, queremos cá os operários, queremos cá todas as pessoas que queiram viver em Viseu, e queremos cá os empresários, os de cá, muitos deste projetos são acarinhar, por exemplo a Habidecor, que está a construir a sua fábrica neste momento, a sua terceira fábrica, está a construí-la na parte de trás da Habidecor em Mundão e, lá está, foi um empresário de cá que fez um investimento acompanhado por nós, o Gouveia e Campos, e outras, acarinhámos os que cá estão, mas também temos tido a capacidade para trazer outras de fora designadamente marcas como a IBM, como a TCS, como a CUF, como a BizDirect, enfim, um conjunto de empresas que não estavam cá e que hoje estão, estão, permitindo-nos estar a criar aqui designadamente um *cluster* no domínio da saúde, outro *cluster* no domínio das tecnologias da informação e comunicação com uma especialização na área das *smart cities*, que é uma área de futuro. Ainda há dias li um artigo que dizia que este setor das *smart cities* poderá ter um potencial para os próximos anos de 1700 biliões de euros, é o potencial que esta nova área tem, e Viseu está nesse roteiro, está no roteiro efetivamente de empresas que se vão desenvolver aqui, que vão desenvolver tecnologias, Viseu assume-se como um *living lab*, isto é, como uma cidade com a sua qualidade vai testar estas próprias tecnologias na mobilidade, no setor ambiental, no setor da eficiência energética, nestas várias áreas, exatamente para quê? Sempre com um fito, melhorar a gestão e dar mais qualidade de vida aos nossos cidadãos, que é sempre este o nosso desígnio, portanto, também não deixar de partilhar com esta Assembleia Municipal este trabalho que é muito importante para Viseu, mas é sobretudo muito importante para a região e para o país, e reparem que é um trabalho em contra ciclo, se olharem para os indicadores do investimento do país, como é que eles estão? Em baixa, negativos, mas nós estamos a conseguir captar investimentos

para a nossa cidade, para a nossa região, num momento em que o país não está a conseguir captar investimento, isto deve querer dizer alguma coisa, quer dizer que o trabalho tem sido feito no terreno de uma forma séria, articulada, e os resultados estão aí a aparecer e estão aí em cima da mesa, e ninguém os pode contestar. Portanto, eram estas as informações e obviamente a disponibilidade absoluta para responder a todas as questões que as Senhoras e os Senhores Deputados queiram colocar. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU EM 29 DE JUNHO DE 2016.-----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Exmos. Senhores Deputados,-----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

1. No momento em que presto, por escrito, a presente informação à Assembleia Municipal, no cumprimento das obrigações que estão cometidas à Câmara, o Município de Viseu entrega, pela primeira vez na sua história, a “Chave de Honra da Cidade”, momento que é de grande simbolismo.-----

A insígnia, atribuída por deliberação da Câmara Municipal distingue o Primeiro-Ministro da Costa do Marfim, Daniel Kablan Duncan, que se deslocou em visita oficial a Viseu, e assinala as boas relações de cooperação e diplomacia com aquele país africano e, muito em particular, com a sua cidade de Abidjan, geminada com a Cidade de Viseu.-----

A concessão da Chave de Honra da Cidade é um gesto que sela também o compromisso renovado do Município no desenvolvimento de estratégias e trocas culturais e económicos de Viseu e Abidjan e da Cidade-Região com a Costa do Marfim, no quadro da forte animação e crescimento das trocas entre Portugal e aquele país em 2015 e já em 2016.-----

A Cidade-Região de Viseu tem empresas em setores estratégicos para o crescimento da Costa do Marfim, nos setores das Tecnologias de Informação e Comunicação, do Agroalimentar, da Saúde e da Construção Civil, que podem participar e beneficiar desta aproximação e de outras que o Município tem aberto, estimulado e valorizado ativamente, numa lógica solidária, participada e estratégica de internacionalização, progresso e crescimento.-----

2. As dinâmicas de reabilitação e revitalização socioeconómica do Centro Histórico de Viseu continuam a fazer-se sentir e a apresentar resultados, na esteira da estratégia e da ação definida em sede do Programa VISEU VIVA. Levantámos uma bandeira estratégica, que felizmente rapidamente conquistou a receptividade dos residentes, proprietários, investidores, atores culturais, agentes económicos e sociais.-----

No atual ciclo autárquico, até ao final do primeiro trimestre do ano, contavam-se já reabilitados, em fase de reabilitação física ou com projeto apresentado 111 edifícios do Centro Histórico. Em 30 meses, foram ou estavam a ser reabilitados 61 edifícios e no curto prazo recebem obras de regeneração outros 50.-----

Os números são justificados pelas obras de reabilitação de fachadas de imóveis particulares, para as quais o Município criou incentivos financeiros, mas também pelo elevado número de projetos de reabilitação aprovados ou em análise. Ao todo, neste período, foram aprovados 70 pedidos de incentivo financeiro (77 até Maio de 2016) para a regeneração de fachadas, 50 dos quais já executados ou em conclusão. Somam-se a estes 18 obras de reabilitação integral já realizadas ou em execução e 23 projetos de reabilitação em fase de estudo ou lançamento. Estes resultados tão positivos são também consequência da intervenção municipal direta, com objetivos de repovoamento do Centro Histórico, revitalização social e combate à gentrificação.-----

Em fase de conclusão encontra-se o concurso de atribuição de 18 novas habitações, criadas no âmbito da operação municipal de regeneração de edificado do programa “Reabilitar para

Arrendar”, especialmente destinadas a jovens famílias, com rendas de preço condicionado. Esta nova oferta deverá permitir fixar 50 novos moradores no coração antigo da cidade.-----

34 candidaturas foram recebidas no âmbito do concurso, 19 das quais aprovadas em definitivo e 19 condicionalmente. As candidaturas permitirão esgotar a oferta existente.---

Concretizada está também a instalação da Escola Profissional Mariana Seixas na rua Direita, operação que teve na sua génese o estímulo e a capacidade de diálogo do Município. Cerca de 350 alunos e 50 profissionais passaram a marcar o ritmo da mais emblemática e estruturante artéria do Centro Histórico.-----

O coração da cidade tem reconquistado atratividade social, económica e cultural, assim como um novo interesse dos proprietários e de investidores. A visão e os estímulos são públicos, da Autarquia, mas a iniciativa é em grande medida da sociedade civil e do setor privado.-----

3. Esta dinâmica e o desígnio de revitalização do Centro Histórico e da Área de Reabilitação Urbana de Viseu serão fortemente prosseguidos no âmbito das iniciativas do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano”, formulado e candidatado pela Câmara Municipal a financiamento do PORTUGAL 2020.-----

Pese embora o atraso verificado na decisão de aprovação destes Planos a nível nacional, neste momento não apenas a candidatura do Município de Viseu está aprovada como o seu contrato está assinado.-----

Este avanço abre portas à constituição do Município de Viseu enquanto Autoridade Urbana no PORTUGAL 2020 (condição exclusiva para os “centros urbanos de nível superior”) e o seu acesso a financiamento comunitário tendo em vista a realização de investimentos estruturantes nos domínios da regeneração da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Viseu, da inclusão de comunidades socialmente desfavorecidas (em particular relacionada com os Bairros Sociais) e da promoção de uma mobilidade urbana eficiente e sustentável.-----

Os programas estratégicos “VISEU PRIMEIRO 2013/2017” (Dez. 2013), “VISEU VIVA” (Set. 2014) e “VISEU EDUCA” (Set. 2014) configuram os principais referenciais estratégicos do PEDU de Viseu.-----

O PEDU de Viseu é composto por 3 grandes planos de intervenção, a realizar até ao termo do PORTUGAL 2020 (2022): Plano de Ação de Regeneração Urbana; Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas; Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.-----

Nestes termos, o Plano elege as seguintes cinco prioridades estratégicas:-----

- i) Reforçar e qualificar a acessibilidade e mobilidade concelhia (com especial ênfase na melhoria dos transportes públicos rodoviários, o forte incentivo à sua utilização social e o estímulo aos meios de transporte suave);-----*
- ii) Potenciar a atratividade socioeconómica, através da regeneração e revitalização do centro histórico, a ligação às periferias e a melhoria do ambiente urbano e das condições habitacionais;-----*
- iii) Combater as assimetrias sociais e territoriais, combatendo os fenómenos de risco e exclusão que afetam as comunidades residentes na ARU e nos bairros sociais centrais, o envelhecimento, despovoamento e degradação do edificado;-----*
- iv) Dinamizar atividades económicas e a criação de emprego, pela valorização de setores em crescimento como o turismo, as TIC, o setor agroalimentar e as indústrias criativas, ou em mutação como o setor da construção/reabilitação;-----*
- v) Promover a inclusão e combater o envelhecimento, sobretudo nos bairros sociais centrais e numa intervenção preventiva pró-natalidade, amiga da fixação dos jovens e da população ativa.-----*

O conjunto dos investimentos propostos – tendo em conta as possibilidades de investimento admitidas no PORTUGAL 2020 para as Estratégias de Desenvolvimento Urbano – representa um investimento global, público e privado, nacional e comunitário, de quase 16 milhões de euros. Desses, mais de 11 milhões constituem financiamento comunitário (sendo 1 milhão de euros garantido ao abrigo do mecanismo de engenharia financeira do PORTUGAL 2020).---

A abordagem multifundo e a distribuição das fontes de financiamento reforçam o carácter

integrado da estratégia, tanto ao nível das ações preconizadas, como dos agentes e recursos mobilizados. A estes montantes acrescerão investimentos relativos a iniciativas socioeconómicas e culturais (imateriais) para a inclusão social, a intergeracionalidade, a juventude, a cidadania e o empreendedorismo local.-----

4. Seremos consequentes e fieis ao compromisso que assumimos na promoção da atratividade e da qualidade de vida da cidade. Também por isto, a Câmara Municipal ativará, entre 1 de Julho e 30 de Setembro, uma campanha para desincentivar o uso do automóvel no Centro Histórico, facilitando a sua conectividade com os principais parques de estacionamento da cidade.-----

Melhorar a qualidade ambiental e de vida e a experiência da visita é o objetivo do Município. No contexto da campanha, irá funcionar um serviço de “shuttle” gratuito, elétrico, de forma contínua entre 1 de Julho e 30 de setembro, das 19 horas às 2 horas da manhã, ligando os principais parques de estacionamento da cidade, o Rossio e o Centro Histórico.-----

A cidade de Viseu dispõe, na envolvente do Centro Histórico, de 900 lugares de estacionamento organizado em parques, assim como de mais de 1500 lugares de estacionamento gratuito na cidade, cuja utilização deve ser valorizada.-----

Para além deste serviço, e de forma complementar, será também disponibilizada uma oferta de estacionamento low-cost, sem custos para o Município. No Parque de Santa Cristina, bem junto do Centro, será possível aparcar o automóvel, entre 1 de Julho e 30 de Setembro, das 20 horas às 4 horas da manhã, pelo preço de um euro por cada 4 horas.-----

No conjunto, estas iniciativas desincentivam fortemente o uso do automóvel no coração antigo da cidade, devolvendo-o mais inteiramente à população e aos visitantes, com maior segurança pedonal e mais qualidade de vida.-----

O primeiro evento a beneficiar desta oferta será os Jardins Efémeros, cuja programação, apoiada pelo Programa VISEU TERCEIRO, foi também já apresentada.-----

Há assim todas as razões para viver o Centro Histórico sem carros neste Verão, antecipando e ensaiando pedagogicamente o seu futuro modelo de mobilidade – modelo que privilegia praças sem carros, trânsito automóvel reduzido, estacionamento disciplinado e mobilidade suave.-----

5. Em final de Maio, lançámos mais uma medida de especial contributo para a qualidade de vida, a proteção de pessoas e a segurança rodoviária: o plano “Viseu Seguro”.-----

Ao abrigo deste plano, o Município incrementará fortemente a segurança de peões, especialmente em escolas, e a segurança rodoviária e pedonal na Circunvalação, através de uma grande diversidade de dispositivos e aplicações, num combate à sinistralidade nos atravessamentos de passadeiras.-----

A seleção dos pontos críticos teve por base os indicadores de sinistralidade grave registados pela Polícia de Segurança Pública em Viseu.-----

O plano “Viseu Seguro” vai investir, nos próximos 18 meses, meio milhão de euros em medidas de reforço da segurança de peões nas escolas da área urbana e nas rotundas da Circunvalação, o principal eixo rodoviário da cidade. 13 escolas, 11 rotundas e 69 passadeiras constituem os números-chave da operação.-----

Simbolicamente, a reunião de Câmara onde essa deliberação teve lugar realizou-se, pela primeira vez, numa Escola – a Escola Secundária Alves Martins, um dos pontos de intervenção do plano -, numa sessão pública aberta a alunos e professores.-----

No eixo de intervenção das escolas, serão abrangidas 12 escolas da cidade e uma da freguesia de Ranhados, e 29 passadeiras. Neste âmbito, serão implementados 61 sinais luminosos verticais em 27 passadeiras, 90 marcadores luminosos horizontais (no asfalto) em 18 passadeiras, novos postes de iluminação pública em LED ativados por sensor na presença de peões, assim como outras medidas “amigas” dos peões, como o rebaixamento dos acessos aos passeios e às passadeiras e a colocação pavimento tátil para invisuais.-----

Na intervenção prevista para a Circunvalação, o “Viseu Seguro” visa reforçar a segurança dos peões nos atravessamentos das passadeiras junto às rotundas, através de melhoria da

sinalização das passadeiras e da iluminação, assim como de dispositivos de controlo e desincentivo da velocidade dos automóveis. Neste contexto, serão abrangidas 11 rotundas e 40 passadeiras. Aqui, o projeto prevê a implementação de 140 sinais luminosos verticais e de 296 marcadores luminosos junto de todas passadeiras, assim como a sua repintura, e a aplicação de 22 postes de iluminação LED ativados por sensor nas passadeiras com menor visibilidade.-----

Uma das novidades e apostas do plano consiste na instalação de sinalização e sensorização para o controlo e atenuação da velocidade automóvel. Aqui, o “Viseu Seguro” prevê aplicar 4 radares com semáforos tricolores para deteção de velocidade e acionamento de sinal vermelho e 4 painéis informativos luminosos da velocidade de circulação, nos troços da Avenida Eng. Nobre da Costa e da Avenida Cidade S. Filipe. Por outro lado, serão aplicados 12 sinais luminosos intermitentes, com LED solar, de proibição de excesso da velocidade máxima de 50 Km/h em diversos troços, assim como 4 sinais com velocidade máxima de 40 Km/h nas entradas do Túnel de Viriato.-----

Na “Melhor Cidade para Viver”, não abrimos mão da proteção de vidas e da segurança rodoviária e pedonal.-----

O “Viseu Seguro” inclui ainda medidas de eficiência energética para a sinalização luminosa que vier a ser instalada. Todos os sinais e marcadores luminosos serão alimentados a energia solar.-----

Medidas de informação, sensibilização e pedagogia ativa acompanharão este plano.-----

6. Em matéria de pedagogia, há a destacar os progressos alcançados pelo 1º Serviço Educativo da Águas de Viseu – Serviços Municipalizados. Até ao final do ano letivo, 770 crianças viajaram até à ETAR Viseu Sul para uma aprendizagem in loco do ciclo da água, do seu uso sustentável e do tratamento nesta infraestrutura.-----

O projeto da Águas de Viseu cumpre assim um dos seus objetivos prioritários junto da comunidade escolar na sensibilização e educação para o uso racional e sustentável deste recurso.-----

A primeira fase do Serviço Educativo teve como público-alvo os alunos do 4ºano, tendo registado a participação de 37 escolas básicas do concelho de Viseu, ao longo de quinze dias. No decorrer das visitas escolares, a comunidade escolar teve a oportunidade de experienciar e testar os primeiros recursos didáticos desenvolvidos e de usufruir de visitas guiadas às diversas zonas e equipamentos da infraestrutura. Os jovens alunos participaram ativamente no debate, colocando questões e pondo à prova os conhecimentos teóricos adquiridos em contexto de sala de aula.-----

O 1º ciclo do serviço educativo da Águas de Viseu revelou-se um sucesso. Os seus resultados expressivos e positivos estimulam-nos a continuar a aposta de eleger os alunos do concelho como embaixadores da mudança e da qualidade de vida.-----

O sucesso comprovado da iniciativa motiva a aposta na renovação do serviço educativo por parte do Município, que dará continuidade às visitas escolares à ETAR Viseu Sul já no próximo ano letivo.-----

7. No mês de Maio Viseu foi também palco do primeiro dos eventos enoturísticos da cidade em 2016: o “Tons da Primavera”. A iniciativa consolidou e aumentou a sua programação e influência no cartaz de Viseu, tendo por programação principal o “Festival de Street Art de Viseu”.-----

20 mil pessoas participaram da oferta de programação, que teve o Mercado 2 de Maio como seu epicentro, concentrando uma programação de apresentação e provas vinhos do Dão, “street food” e gastronomia local, música e animação juvenil.-----

20 mil pessoas participaram da oferta de programação, que teve o Mercado 2 de Maio como seu epicentro, concentrando uma programação de apresentação e provas vinhos do Dão, “street food” e gastronomia local, música e animação juvenil.-----

No festival de arte urbana, as intervenções dos 15 artistas – 11 convidados e 4 artistas locais selecionados através de um concurso – criaram 12 novas paisagens e telas a céu aberto.

Entre elas, estão os murais do artista italiano BASIK (um dos nomes mais influentes da arte urbana italiana), de alguns dos graffítters portugueses consagrados (DRAW, AKA Corleone e Gonçalo Mar), dos pintores Lord Mantraste e Martinho Costa ou da ilustradora Kruella D'Enfer.-----

Com duas edições cumpridas do festival, o roteiro de street art de Viseu constitui já uma oferta de interesse turístico e conta com 19 pontos de visita, criações inspiradas nas marcas identitárias de Viseu enquanto cidade vinhateira, cidade-jardim e cidade de Grão Vasco. As visitas guiadas organizadas durante o evento (19-22 Maio) esgotaram. Também mais de 1300 pessoas assistiram ainda à programação da noite de sábado no Largo Pintor Gata.-----

8. A agenda de eventos e cultura de Viseu regista no ano de 2016 uma dinâmica de oferta quantitativa e qualitativamente superior, para o que concorre tanto a programação municipal, como a programação independente, financeira e logisticamente apoiada pelo Município ao abrigo do Programa “VISEU TERCEIRO”, como também as efemérides relevantes que se assinalam, entre as quais o Centenário do Museu Nacional Grão Vasco e os 500 Anos da sagração da Sé de Viseu e da Misericórdia de Viseu.-----

Esta oferta e esta agenda em evidentes ganhos na oferta e formação cultural local, como na atratividade turística e afirmação de Viseu no contexto regional e nacional.-----

Na atual temporada que se fecha, deve fazer-se referência à qualidade alcançada no cartaz das Festas e Marchas Populares, que integra numa agenda organizada as Cavalhadas de Teivas e de Vildemoinhos e as Marchas Populares de Viseu. Num só cartaz conjugámos eventos seculares e comemorações tradicionais do território, que passou também pela animação da praça histórica do Mercado 2 de Maio e do Parque Aquilino Ribeiro.-----

9. Apresentámos também este mês de Junho, pela primeira vez com a associação VISEU MARCA, a próxima edição da Feira de São Mateus: a mais antiga feira franca viva da Península Ibérica e o maior evento de Viseu. Regressará, em 2016, de 5 de Agosto a 11 de Setembro, para a edição número 624, com uma organização e programação que valorizam a revitalização da identidade e história do certame, assim como a sua sustentabilidade, modernização e renovação de públicos.-----

38 dias de Feira (16 dos quais com entrada paga) darão palco a mais de 100 eventos, 32 concertos e 40 diversões, com a participação de 260 expositores, numa diversidade de ofertas para todos os públicos. 20% dos expositores são estreantes, provenientes sobretudo do concelho de Viseu, mas haverá regressos de tradições com 20 anos de ausência. Em 2016, a Feira de São Mateus regenera tradições há muito perdidas, propõe nova oferta de animação, apresenta o melhor cartaz de sempre e dá um novo salto na sua atratividade enquanto feira popular histórica de referência no país.-----

No domínio das infraestruturas, destacam-se como principais novidades a eletrificação integral do Campo de Viriato e a instalação de casas de banho permanentes. Depois de em 2015 ter recuperado a sua alameda histórica (o velho “Picadeiro”) e instalado novo palco no rio Pavia tendo a Sé por pano de fundo, a Feira apresentará em 2016 novidades de arquitetura noutros espaços. Serão os casos do Multiusos de Viseu, da “Praça Viriato”, do Museu EDP e de uma artéria dedicada à doçaria regional.-----

Entre as novidades estão a estreia absoluta do espetáculo de teatro de rua “Viver Viriato”, que inclui a criação de uma máquina de cena, produção da Trigo Limpo Teatro ACERT. O cartaz principal da Feira de São Mateus também é já conhecido por completo e dará espaço a artistas e bandas de Viseu.-----

A organização do certame cumpriu a promessa da mais precoce abertura da bilheteira. Face a 2015, antecipou-se a abertura da bilheteira 50 dias, medida que contribui para aumentar a acessibilidade do evento. Neste contexto, a organização anunciou ainda novos meios de compra de bilhetes, na cidade e no país, presenciais e eletrónicos. Ainda assim prossegue-se uma política de preços amiga dos visitantes e das famílias, com descontos promocionais até 30 de Junho.-----

A Feira deste ano propõe novos dias temáticos, cortejos de tradições locais e uma nova oferta

de visitas guiadas à cidade. Em 2016, nascerá também o primeiro núcleo museológico da Feira de São Mateus e, consigo, a primeira “wiki” do certame. Núcleo e página web disponibilizarão ao público resultados do levantamento patrimonial realizado ao acervo da Feira e do inventário participativo da “Ilha da Memória”, iniciado em 2015, assim como informações e curiosidades históricas e atuais. Também o centenário do Museu Nacional Grão Vasco passará pelo certame e de forma marcante.-----
(Anexo 2 – página 446).-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Informava que independentemente do resumo que foi feito, a informação do Senhor Presidente já foi distribuída a todos os Membros da Assembleia, e que vai ser integralmente inserida na Ata. Por isso, agora quem quiser intervir neste ponto. Deputado Carlos Costa.-----

----- QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD): Cumprimento daqui o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público e Comunicação Social.-

Ao abrigo deste primeiro ponto da ordem de trabalhos, eu gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca de um tema de extrema relevância, e falo concretamente de Proteção Civil.-----

Chegada que é a estação em que tradicionalmente os principais atores da Proteção Civil, e falo dos Bombeiros, se tornam mais relevantes no nosso dia-a-dia, impõe-se a prontidão de toda a estrutura, para resposta eficaz a todas as solicitações que um Verão que se avizinha exigente vai trazer.-----

Como é sabido a estrutura de Proteção Civil no nosso distrito está sob coordenação do da ANPC e o seu Comando Distrital, e a Proteção Civil Municipal conta no terreno com dois corpos de Bombeiros. Desses dois, logicamente que me cabe dar especial relevo à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu.-----

Esta Associação emprega hoje 25 pessoas, conta com 80 voluntários e assegura regularmente cerca de 70% do serviço de Proteção Civil no nosso concelho. E consegue fazê-lo com um orçamento anual que em pouco ultrapassa o meio milhão de Euros.-----

A nível Nacional o retrato da Proteção Civil no terreno apresenta números ainda mais expressivos. O voluntariado representa cerca de 90% do total dos efetivos disponíveis, formando um verdadeiro exército de Soldados da Paz que poupa ao Estado Português verbas incomensuráveis.-----

Mas apesar da nobreza do voluntariado, as Associações detentoras dos Corpos de Bombeiros Voluntários têm que se financiar para manter a operacionalidade dos seus meios humanos e materiais.-----

É público e sabemos que essas receitas provêm maioritariamente dos serviços de transporte de doentes não urgentes, e representam cerca de 70% da receita global das Associações Humanitárias, será praticamente transversal a quase todas.-----

Esta prestação de serviços especializados ao sector Estatal, tem nos últimos anos mantido um Prazo Médio de Pagamento que ronda os 90 dias.-----

É um prazo que aos dias de hoje se pode considerar dilatado, e cuja diminuição sempre se reivindicou.-----

Apesar de tudo, a tesouraria das Associações Humanitárias e a de Viseu não é exceção, ajustou-se a esta realidade, e chamou a si, ou acumulou para si custos financeiros que são naturalmente pesados.-----

Acresce a esta dificuldade estrutural, porque perdura, que desde há cerca de 8 meses a esta parte, temos vindo a assistir a um crescendo no atraso dos Prazos Médios de Pagamentos, que vai já neste momento nos 180 dias na quase generalidade das instituições que servimos, e chega a valores que se cifram já neste momento cerca em de 20% do nosso

orçamento anual, e isto aconteceu sem razão aparente e sem nenhum tipo de aviso prévio. Não houve tempo nem aviso para nos prepararmos e também, as dificuldades seriam semelhantes às que encontrámos.-----

Temos informações de que tal facto resulta de alterações de política, e curiosamente hoje a primeira página do Jornal de Negócios transparece isso mesmo, em que há a aplicação de restrições no sector da saúde. A agravar-se esta situação, ou seja, ao vermos aumentar o Prazo Médio de Pagamento como se antevê, pode ficar comprometida de forma muito séria a operacionalidade das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, e a nossa não é naturalmente exceção.-----

Resumindo, o Estado Central está a estabelecer de uma forma muito clara as suas prioridades. E aparentemente a Proteção das populações não é uma delas.-----

Os anúncios de fim da austeridade não correspondem à prática e avizinham-se tempos de discriminação negativa naquilo que nos diz respeito e falo naturalmente dos Bombeiros Voluntários.-----

Corremos sério risco nesta altura crítica dispormos de recursos humanos e de equipamentos que eventualmente podemos não conseguir colocar nos diversos teatros de operações por falta de recursos financeiros que garantam um normal funcionamento.-----

Quem dá o melhor de si em prol dos outros merece outro respeito e melhor consideração por parte daqueles que em nome de todos, conduzem os destinos deste País.-----

Certo de ter deixado clara a situação no que respeita ao voluntariado, questiono o Senhor Presidente da Câmara acerca da organização da Proteção Civil Municipal, nesta fase de prevenção e combate a incêndios, deixando desde já também o alerta também para a eventual necessidade de nos socorrermos da Câmara em caso de mais falhas no sector Estatal.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- QUARENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS): Bom tarde a todos. Eu reitero os cumprimentos à Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras e demais presentes. Bom, o que aqui me traz em função da informação do Presidente é de facto o espelhamento do que acontece. Ao longo de 11 páginas escritas, Vossa Excelência refere-se especificamente ao Centro Histórico pelo menos 10 vezes, para fazer alusão num parágrafo isolado à Agenda de Eventos e Cultura de Viseu. A Agenda de Eventos e Cultura de Viseu como nós já vimos aqui hoje e bem, foram feitos aqui Votos de Louvor às Cavalladas de Teivas, de Vildemoinhos, essas sim, uma mais-valia para a consolidação da marca Viseu. Quando falo da Agenda de Eventos e Cultura de Viseu, não posso deixar de referir que Vossa Excelência dá ênfase aos cortejos de tradições locais, às mostras de ofícios nas ruas da cidade, à feira à moda antiga, à Festa das Freguesias, importantes a meu ver, a quem deve ser dada dignidade e apreço local, a quem deve ser dado incentivo, inclusivamente, porque não, a criação de uma mostra da gastronomia do concelho numa feira específica, eu devo elogiar aqui os nossos Presidentes de Junta pelo trabalho que desenvolveram naquela Festa das Freguesias, em que o espaço tornou-se até exíguo para a qualidade daquilo com que nos presentearam, mas nós não podemos deixar de nos referir especificamente a isto: As Freguesias vêm até ao Rossio, vêm até ao centro, mas tem que ser feito o percurso inverso. Nós temos que ir do Rossio ao Rossio das Freguesias, nós temos que ir ao Rossio das Freguesias e das aldeias de Viseu...- *(Alguns dos Senhores Deputados dos seus lugares manifestam-se sem que na gravação áudio seja perceptível o que foi dito)* -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Pedia silêncio está bem?-----

- A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto prossegue a sua intervenção dizendo:... comprovar Vossa Excelência *in loco* a desertificação, o envelhecimento da população, a emigração dos jovens, as reivindicações de saneamento básico que existem, as

reivindicações de saneamento básico, o Senhor Vereador tem a gentileza de sorrir nestas questões, e eu posso até dizer-lhe, na Freguesia do Campo posso identificar-lhe, olhe, a Rua dos Bacelos, a Rua do Porto, a Rua da Cal, a Rua da Seixosa e não me vou referir a mais nenhuma freguesia se não estaria aqui com certeza a tarde toda a referir onde temos a ausência de saneamento básico num concelho como Viseu. A ausência também de acessibilidades, a contenção elétrica que é feita nas nossas freguesias, um esforço que é pedido às freguesias, mostrando muitas vezes uma assimetria entre aquele que é o coração da cidade e o restante concelho, e portanto, eu não posso deixar de questionar o Senhor Presidente, que as críticas são várias, com fundamento, e perguntar a Vossa Excelência se arrumou o Plano Estratégico Viseu Primeiro na gaveta, onde está propagandeada a coesão territorial, onde estão as nossas freguesias? Perguntar-lhe por último, quanto à questão da Feira de S. Mateus, e uma vez que este ano há uma compra antecipada dos bilhetes, quantos bilhetes já se venderam até ao momento? Estão em venda antecipada e portanto, tenho alguma curiosidade quanto a isso, uma vez que a consolidação do Viseu Marca passará talvez por dar um maior incentivo também aos projetos da cidade já consolidados que muitas vezes veem ser retirado o seu financiamento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Relativamente à informação que o Senhor Presidente nos presta, devo dizer que, cada vez mais a Informação que recebemos, que é obrigatória por Lei, chega tarde. Não me refiro a qualquer atraso no envio pelos serviços, esses são eficientíssimos e quero felicitá-los pelo seu excelente trabalho, é que o seu conteúdo vem escrito diariamente nos órgãos de informação locais e muitas vezes nos nacionais, de maneira que, regra geral, acontece como a pescada...-----

Claro que gostamos sempre de saber que pela primeira vez, o executivo municipal viseense entregou a chave da cidade a um cidadão, com a novidade de ser estrangeiro, da Costa do Marfim, onde o feliz contemplado é Primeiro-Ministro, não se sabe até quando, pela rapidez com que se sucedem os golpes de estado naquela região. O que nos cria um problema grave. Se o senhor tiver de fugir para outro lugar que não Portugal ou até se sucumbir, lá teremos de mudar a fechadura.-----

- *Um dos Senhores Deputados interrompe dizendo:* Para a Coreia do Sul.-----

- *A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo:* Para a Coreia do Sul porque não?-----

Também parece que estamos a subir nas nossas pretensões territoriais. Para além da assumida ambição de cidade região, passamos agora a querer ser “cidade país”, substituindo-nos aos órgãos do Estado na diplomacia económica e nas relações internacionais.-----

Sendo que, estas diligências, como é dito, vão contribuir muito e cito: “para o crescimento da Costa do Marfim, ao nível das tecnologias de comunicação, do agroalimentar, da saúde e da construção civil”. E eu a pensar que era para beneficiar a população da cidade região. Afinal o benefício é só para as nossas “empresas âncora”, algumas que nem no concelho, nem em Portugal pagam os seus impostos.-----

Há também agora na propaganda municipal uma verdadeira obsessão pelos números. Tudo é quantificável, para que não falte rigor no que é transmitido. Só que às vezes o excesso de zelo dá errado, como no caso da atribuição das 18 habitações no Centro Histórico, aquelas cujo Regulamento contém as irregularidades que aqui denunciarei aquando da sua discussão. Pois se foram recebidas 34 candidaturas, dezanove das quais aprovadas em definitivo e 19 condicionalmente, é só fazer as contas, 19 mais 19 são 38, logo, mais que as 34 recebidas. Mas também esta contabilidade criativa há-de ter uma explicação plausível certamente.-----

A Câmara viu aprovada a sua candidatura ao PEDU, do Portugal 20/20, parabéns. Visa a reabilitação urbana, inclusão de comunidades socialmente desfavorecidas que residem em bairros sociais, promoção da mobilidade urbana. Todos estes referenciais estratégicos constam do próprio PEDU como áreas obrigatórias de candidatura. Quanto ao financiamento, sendo significativo, 11 milhões de fundos comunitários, mesmo assim não fica acima de muitas outras cidades médias que também que se candidataram e foram contempladas. Fico curiosa por conhecer o Plano de Reabilitação do Bairro Municipal, ao que suponho a contemplar com estes fundos, reabilitação que passou a ser uma prioridade do município, depois de ter sido uma pertinente e justa reclamação da CDU.-----

É como a louvável “campanha para desincentivar o uso do automóvel no Centro Histórico” entre 1 de Julho e 30 de Setembro. Já faz parte da minha sina nesta Assembleia, trazer propostas que o Senhor Presidente vitupera ou desvaloriza, mas que depois aparecem, às vezes travestidas, como grandes novidades do executivo. Mesmo estando fresca, por ter sido produzida na última Assembleia, aquando da discussão sobre a concessão do estacionamento, deixo aqui a transcrição integral da minha proposta, que podem encontrar na Ata que hoje votámos. Passo a citar: *“Para se atingir o objetivo de menos poluição e pressão automóvel no centro da cidade, é necessário que se implemente um serviço que estimule o estacionamento dos veículos vindos do exterior, na Avenida da Europa, na Radial de Santiago, na Zona do Politécnico/Quartel, nas zonas que antecedem o Palácio do Gelo e outras (Feira de S. Mateus, Feira Semanal) que um estudo global devia equacionar. À Câmara competiria garantir a segurança dos veículos e o transporte para o centro da cidade, mediante cobrança de um bilhete aos Auto transportados.”* Fim de citação.-

É evidente que esta campanha, mais uma vez esquece os moradores e é contraditória com a pretensão expressa pela Câmara na proposta sobre a concessão do estacionamento, de construir mais parques de estacionamento no Centro Histórico. Estou esperançada que o que então formulei como solução fará o seu caminho.-----

Plano Viseu Seguro, só posso estar de acordo com as medidas anunciadas. Sobretudo fiquei impressionada, lá está, com a profusão e precisão dos números. 140 sinais luminosos verticais, 296 marcadores luminosos junto de todas as passadeiras, que são 69 mais 40, 13 escolas mais 12, 11 rotundas, só na cidade, 12 sinais luminosos intermitentes, 4 radares tricolores, eu sei cá, até já me perdi. Com tantos números, vejam lá se não se esquecem de melhorar o atravessamento junto ao Matadouro velho, onde muitas vezes os motoristas continuam a largar as crianças que vêm da Escola do Mundão, de arranjar os passeios no atravessamento do BCP para o Rossio e do Café Central para a Segurança Social, onde no Inverno são diárias e por vezes graves as quedas, devido ao piso escorregadio ou de sinalizar devidamente a Avenida Europa, onde a polícia faz larga colheita de multas, por só se poder circular ali a 50 km hora.-----

Saudar o início dos Jardins Efémeros, grande evento criativo e referência cultural da cidade e manifestar a minha estranheza pela sua não inclusão na programação institucional da Câmara, ao nível dos “Tons da Primavera” e daquelas iniciativas com nomes ingleses sobre vinhos que a Câmara compra a empresas de produção de espetáculos.-----

O “Street Art”, com inclusão de 4 artistas locais, por concurso. Nada mau. Passar de zero a quatro é um salto de gigante. Algumas obras magistrais, sem dúvida, que embelezam recantos da cidade.-----

Feira de S. Mateus renovada, outra boa notícia. Bons espetáculos prometidos. Melhor organização, mais dias abertos. Uma dúvida, têm mesmo a certeza que é a sexcentésima vigésima quarta edição? Falando com um entendido este diz que esses serão os anos prováveis que distam da sua primeira edição, mas as edições sofreram muitas interrupções e por longos períodos. É só um pormenor. O que importa é chegarmos ao milhão de visitantes. Número redondo e de grande alcance mediático, que irá por certo fazer grandes manchetes nos órgãos de informação.-----

Também eu acabei por ficar obcecada com os números. Quero por isso comunicar à mesa e aos caros colegas que gastei 1074 palavras, com 6.336 caracteres, já com espaços, com 17 parágrafos e 88 linhas. Letra tamanho 14. Provavelmente também ultrapassei os 10 minutos que me cabiam para a intervenção, pelo que agradeço a benevolência da mesa.----
Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Por acaso não ultrapassou. 8 minutos. Tem a palavra a Deputada Filipa.-----

----- QUARENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD): Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os Digníssimos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social e Público Presente.-----

Sabemos bem que a prioridade deste executivo foi e continua a ser reativar, reabilitar e dar vida ao centro histórico da nossa cidade. Passos importantíssimos foram dados nesse sentido, como nos acabou de informar o Senhor Presidente, e reduzir o Centro Histórico (apenas na aposta das questões de cultura é, direi pouquinho) através do Programa Reabilitar para Arrendar pelo programa Viseu Viva, pela inauguração da Escola Profissional Mariana Seixas na Rua Direita e pela opção da restrição automóvel nesta área.-----

De facto, trata-se da continuação da política de qualidade de vida e bem-estar que muito orgulha Viseu. Uma política e um leque de escolhas e apostas com repercussões futuras. Irá com certeza alegrar o espaço mais antigo da cidade com jovens casais e crianças, mudar as vivências, interações e costumes locais e implementar novos rituais. Deve ser esta a lógica das cidades modernas, conjugar o passado, o presente e o futuro.-----

Não é com supressa que constatamos que as prioridades do PEDU (plano estratégico de desenvolvimento urbano) se direcionam para as que agora mesmo me referi como para o centro histórico, o combate ao envelhecimento, que fixe jovens no centro histórico igualmente, da população ativa e no combate às assimetrias sociais e territoriais. Enfim, a estratégia soberbamente conhecida do nosso executivo camarário, como não poderia deixar de ser e que vai ao encontro dos objetivos e financiamentos do Portugal 2020.-----

Quanto à área da segurança, uma palavra de louvor para o novo programa Viseu Seguro de combate à sinistralidade rodoviária e pensado e delineado em conjunto com as autoridades rodoviárias. De referir que é sempre bom saber que a deliberação desta medida foi apresentada na Escola Secundária Alves Martins e aberta a alunos e professores. Demonstra que a democracia participativa não se trata apenas de uma moda passageira.-----

Uma palavra sobre dois eventos na área da cultura. O Tons de Primavera com a Street Food e o Festival Street Art foram um enorme sucesso, com ecos nacionais de atração de turismo para a cidade, envolvendo mais uma vez o centro histórico. Também a apresentação da Feira de S. Mateus, do cartaz da Feira de S. Mateus, deixou-nos a todos e passo a expressão com “água na boca”. Desde a diversificação do cartaz, às novas opções de bilheteira e às obras a serem realizadas para melhor receber os feirantes, percebemos que a nova direção deste certame foi tomada para garantir uma feira mais moderna e mais apelativa. Tem o aplauso da população viseense, com escolhas para os vários tipos de público, em conjugação com as tradições, com as inovações.-----

Na área da juventude que a mim muito me diz, deixo os meus parabéns a este executivo, na pessoa do Senhor Presidente, pela iniciativa de levar as crianças das escolas primárias à ETAR Viseu Sul. A aposta didática com recursos locais é das mais elementares funções do governo local para aproximar as crianças ao funcionamento da cidade e da sua comunidade.-----

Louvamos ainda a opção e proposta tomada pelo município de Viseu quanto à Pousada da

Juventude, inaugurada na semana passada, que passa a funcionar com a direção da associação Adamastor.-----

Por fim, queria deixar uma pergunta ao Senhor Presidente. Sei que não abordou estas questões diretamente, mas será que nos pode dar alguns dados sobre o programa Viseu Educa, agora que termina o ano letivo e ao alcance conseguido e o apoio na área do Desporto? Sei que há muito trabalho desenvolvido e sucesso nessas áreas.-----
Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu não deixei de ver o ar de admirado com que o Senhor Presidente da Câmara recebeu a pergunta da sua Deputada. Ficou com um ar um bocado admirado com a pergunta que lhe foi feita, é que eu de facto, estava convencido que estas coisas vinham preparadas mas deve ser lapso meu. De facto eu tinha algumas perguntas a fazer ao Executivo e ficava muito grato por respostas concretas. Eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara fizesse o favor de informar a Assembleia, concretamente, quanto custou a edição e distribuição porta a porta do último Boletim Municipal, que é como toda a gente sabe, de pura propaganda? Isto obviamente, a propaganda tem a ver também com outra situação, é preciso de facto contratar mais gente para a propaganda, isso é um assunto mais para a frente. Por outro lado, gostava que fizesse o favor de informar porque é que acerca de 3 meses foi picotado o chão da maioria das rotundas desta cidade onde havia setas pintadas no chão, que nunca foram reparadas? Foram picotadas, mantêm-se picotadas, acho magnifico, os meus pneus vão gostar com certeza. Gostava ainda de perguntar o que é que se passa com o Mercado 2 de Maio, em que pé estamos em relação ao Mercado 2 de Maio? Para já fico-me por aqui. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Deputada Elsa Lemos.-----

----- **QUARENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Boa tarde a todos. Reitero os meus cumprimentos já dados de manhã, no período da manhã, e vou apresentar aqui um Voto de Repúdio contra os atos de vandalismo ocorridos a 22 de junho em Jogueiros.-----

No passado dia 22 de junho, foram queimados em Jogueiros, numa zona de diversão noturna muito procurada, três ecopontos e quatro contentores de lixo, num ato absolutamente desprezível praticado por quem não tem qualquer respeito por aquilo a que a todos pertence e que a toda a comunidade compete zelar e cuidar.-----

Esta atuação irracional, cometida por indivíduos que de humano apenas têm a sua aparência, causou enormes constrangimentos a quem ali vive e a quem ali tem os seus negócios instalados, uma vez que diariamente têm de despejar o lixo e se não o fizerem nos locais apropriados colocam em risco a saúde pública.-----

Estes atos de vandalismo só podem merecer do Grupo Municipal do CDS-PP o mais profundo e veemente repúdio, no entanto, consideramos que quem os pratica não pode passar impune, devendo, nos locais próprios, responder pelos mesmos.-----

É também inaceitável que a Câmara Municipal de Viseu despenda anualmente do seu orçamento, para o qual todos os viseenses que pagam impostos contribuem, de aproximadamente 150 mil euros para repor o que uns quantos vadios persistem em destruir. A título de exemplo podemos dizer que a quantia mencionada é igual à que o Município despende trimestralmente no pagamento de todas as refeições das crianças do Pré-Escolar e 1º ciclo, ou superior em 25 mil euros ao apoio prestado pela Autarquia à presente edição dos Jardins Efémeros, uma situação que se afigura absolutamente insustentável e que em nada condiz com os pergaminhos de urbanidade, civismo e respeito

que os viseenses, na sua esmagadora maioria, ostentam... Somos uma cidade de bem e onde dá gosto viver e conviver!-----

Confiamos profundamente nas autoridades policiais, no entanto, também pensamos que os locais onde os atos de vandalismo ocorrem com maior frequência se encontram identificados, o que nos leva a afirmar que é tempo de rever as estratégias de intervenção.- É por isso, que o Grupo Municipal do CDS-PP traz de novo à discussão política a questão da videovigilância, parecendo-nos que a mesma, perante determinados comportamentos deste género, faz cada vez mais sentido, enquanto elemento dissuasor, mas também de prova, sendo um precioso auxiliar das autoridades como complemento da sua atuação, constituindo simultaneamente também um fator de segurança acrescido para os viseenses. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Boa tarde a todos e a todas. O Senhor Presidente já usa a linguagem inclusiva, mal me ficaria a mim não é, não utilizá-la, aliás, isto só prova que aprendemos todos uns com os outros, eu também aprendi com as feministas e por isso também me considero feminista como certamente todos nos devíamos considerar não é, porque... diga?-----

- *Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo:* No berço.-----

- *O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo:* No berço! Também, também, é evidente, eu também deve ter sido pelo ADN, mas, de qualquer modo é bom aprendermos todos uns com os outros, o Senhor Presidente por exemplo, se tivesse ouvido o que lhe disse na última sessão sobre o problema de Alcaface, não teria tido aquele desaire, aquele dissabor de ver na Comunicação Social o desagrado de algumas pessoas que foram lá ao NATURAFEST e que ficaram indignadas quando souberam à posteriormente que tinham ido tomar banho em águas infetadas com cianobactérias e salmonelas, mas eu chamei aqui à atenção do Senhor Presidente para a necessidade de colocar lá sinais bem visíveis de que era proibido tomar banho e não apenas a placa que lá foi colocada de que não é recomendável o uso balnear, portanto, por que isso, as pessoas, tem aqui uns fundões e tal, mas aqui não há perigo e tal, e afoitaram-se, e as crianças andavam ali à vista de toda a gente, o que foi muito mau, mas pronto, o Senhor Presidente já disse que ia corrigir o assunto, na altura não ligou ao que eu lhe disse, mas já vai corrigir, tudo bem, porque o Bloco de Esquerda de facto tem tido essa preocupação de ter uma postura construtiva, chamar atenção para aquilo que pode ser corrigido e congratulamo-nos com algumas, sei lá, com a aceleração que o Senhor Presidente tem estado a imprimir ao processo de reabilitação do Centro Histórico, pode ser que com um bocadinho mais de ritmo daqui a 10 anos consiga de facto a candidatura a Património da Unesco, o plano de mobilidade urbana sustentável, espero que tenha tomado nota também daqueles problemas que colocam as ciclovias, eu vi-o tomar nota, portanto, estou convencido que sim que tomou nota, porque de facto, ainda ontem vi um jovem, que por acaso ia atropelando..., foi mesmo verdade, vejo muitos jovens a passar, sobretudo jovens, nas passeadeiras, mas, aquele por acaso na esquina do Jorge Furtado, dos Armazéns da Ribeira vinha uma senhora da Rua Silva Pinto e quase que a ia abalroando porque ele levava uma certa velocidade, portanto, tem que ter atenção a isso. Já que fala no Programa Viseu Seguro, segurança rodoviária que de resto tem aspetos que só posso louvar, nomeadamente junto às escolas, e a redução da velocidade, os leds, aliás, na última sessão tivemos aqui um munícipe que falou nos gastos de energia, por exemplo no túnel do Viriato e na poupança que os leds poderiam ter, portanto, é bom também ouvir os munícipes. Sobre os grafiteiros, e o Festival Street Art de Viseu é interessante, na verdade anima visualmente a cidade, mas, não lhe chamem grafiteiros, porque o único que eu considero grafiteiro é aquele do Bairro Municipal (Street Art, aqui chamam-lhe

Grafiters) que de facto, não deixa de ser interessante até algumas experiências mas o único verdadeiramente grafiter para mim foi o que esteve no Bairro Municipal, porque de facto tem um carácter de intervenção e de crítica que subjaz à cultura Hip Hop de onde nasceu os grafiters. Sobre o Hospital da CUF, eu aí já não embarco na sua euforia porque a própria Administração do Hospital já veio dizer publicamente que ia buscar uma grande parte dos quadros ao Centro Hospitalar Tondela Viseu, portanto, não parece que isso seja assim, pode-se ir ganhar por um lado, pode ser que venham lojas âncora, mas, se calhar perde-se pelo outro, por outro lado, a experiência que nós temos, também não nos deixa sossegados, porque por exemplo, em 2014 o Estado gastou com as parcerias público privadas, que alguns chamam (proveitos privados e prejuízos públicos) 914 euros por habitante e como dizia a responsável do BES Saúde, acho que era a Isabel Leal se a memória não me falha, melhor negócio que o da saúde, só o das armas, só que a saúde não pode ser um negócio senão acabamos todos como naquele documentário do Michael Moore, o SiCKO, que um individuo fica sem dois dedos numa serração e depois chega ao hospital e perguntam-lhe se ele tem seguro. Não tem seguro, olhe, este custa 20 mil dólares, este custa 22 mil dólares, e o homem teve que escolher, para fazer contas aonde é que ia buscar o dinheiro, teve que escolher o dedo que lhe fazia mais falta, porque o outro ia para o lixo hospitalar. Por outro lado, também fiquei algo preocupado com algumas notícias sobre o anúncio que o Senhor Presidente fez relativamente à reabilitação do Bairro Municipal, é que quando ouço dizer que 50% das casas vão para associações e para residências artísticas eu não posso deixar de ficar preocupado, porque a verdade é que, como eu já lhe disse aqui, o que há mais neste município é gente a precisar de casas, gente a precisar de habitação social, há um défice de habitação social, vou falar outra vez no caso daquela família que ainda não tem o problema resolvido, esteve meses a dormir com as crianças ao, relento não é, com responsabilidades da autarquia e de outras instituições, mas, há mais casos. Por fim, falei também na questão de ouvir os municípios, de ouvir os partidos, nós temos sido confrontados aqui na Assembleia Municipal, na Audiência ao Municípes, eu próprio também, há municípios que vêm ter comigo, a queixarem-se da falta de resposta do município, sei lá, por exemplo, tenho aqui uma carta do Sr. José do Couto que está em França, mandou uma carta já em outubro de 2011, ao Senhor Presidente da Câmara, portanto, não foi ao senhor, foi ao seu antecessor, segundo ele diz, este problema continua por resolver, ele queixa-se que construíram lá um muro e que fizeram um barracão/oficina sem licença, e depois a resposta que lhe deram é que as regras da Câmara são claras e que, a queixa foi arquivada, mas o homem não se sentiu esclarecido, isto já para não falar na questão que já tem sido aqui reiteradamente trazida a lume no Período da Ordem do Público, mas também tem ido às Audiências dos Municípes que a Assembleia faz mensalmente, do Senhor Agostinho Matos que já apresentou alguns relatórios e a verdade é que a resposta...-----

(O Senhor Presidente da Câmara intervém no entanto, na gravação não é perceptível o que que foi dito) -----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: Ó Senhor Presidente, eu já o ouvi dizer isso, eu não queria, se o senhor não o dissesse agora, eu não repetia, que era um caso psiquiátrico, mas sinceramente não me parece que seja, o senhor lá terá as suas razões e as suas fundamentações, não me parece é que seja de bom-tom dizer que qualquer queixa do munícipe que é um problema psiquiátrico, por eu próprio, recebo a queixa e tenho que reconhecer que não me sinto esclarecido, se eu não me sinto esclarecido... se o munícipe é um empresário que é prejudicado tem o direito de ser esclarecido, eu sinceramente não... porque há afirmações graves que ele faz que mereciam e nós também merecíamos que fossem devidamente esclarecidas, queixas que são arquivadas, os sonómetros que afinal não foram para os bares, ou foram para as dancings e discotecas, portanto, uma série de questões que o Senhor Presidente sabe que eu até tenho esses documentos, que ele me mandou, que

mereciam, como merecem queixas de quaisquer munícipes serem devidamente esclarecidos, mas eu sobre isso depois também poderei fazer um Requerimento a solicitar esses esclarecimentos mais em pormenor. Pronto, e por agora então ficava por aqui.-----
Posso só? Desculpe lá, peço desculpa. É que eu tinha aqui de facto um pedido, um esclarecimento, e estava-me a passar. Tendo em conta a equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações de modo a não onerar exageradamente gerações futuras, gostaria que me informasse também sobre a despesa fiscal nomeadamente com compromissos futuros decorrentes de isenções fiscais totais ou parciais concedidas, porque não me apareceu, pelo menos eu não consegui, pode ter sido falha minha mas não consegui apurar isso. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Presidente de Junta de S. João de Lourosa o Senhor Carlos Almeida. -----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA CARLOS ALERTO FERREIRA DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Reitero os cumprimentos à Mesa. Queria cumprimentar o Senhor Presidente e felicitá-lo por todas as iniciativas culturais que têm ocorrido pelo concelho nomeadamente aquelas que já levam o Rossio às aldeias. Eu posso dizer que tive um evento na minha freguesia, uma peça de teatro realizada pelo Grupo de Teatro de Montemuro em colaboração com o Grupo Tribal de Silgueiros que foi um autêntico sucesso e que havia lá muita gente que não era da minha freguesia. Portanto, isso deixa algum orgulho e efetivamente responde aquilo que já foi dito há bocado que de facto só há iniciativas na cidade, portanto, eu venho precisamente dizer o contrário, tive algumas na minha freguesia com muito gosto e espero que se repitam mais vezes. Por outro lado também, tivemos uma grande iniciativa no Lugar do Banho nas Termas, foi um sucesso, passaram por lá cerca de 3 mil pessoas, estive lá a maioria do tempo, não ouvi ninguém comentar que de facto não tenha gostado do evento, portanto, o evento realizou-se, portanto, com uma belíssima organização, várias atividades, de vários géneros, culturais, recreativas, muitas atividades com crianças, portanto, foi uma atividade bastante interessante. Agora, fico triste, quando se vem dizer aqui nesta bancada que efetivamente se deviam pôr placas, como se isso fosse o mais importante, que se devia fazer tudo e mais alguma coisa. De facto as placas existem lá, as pessoas quando veem um limite de velocidade também sabem que se não o cumprirem e se apanharem a polícia serão punidos, os cidadãos também que ser responsabilizados pelos seus atos. Agora, eu gostava de saber que critério é que leva a dizer que as águas neste momento estão contaminadas com cianobactérias e salmonelas, é que eu não conheço, estiveram o ano passado efetivamente porque o rio não tinha água e o acréscimo de temperatura ocasionado por um verão extremamente forte de facto originou isso, e as análises foram feitas, isso é demonstrado até pela preocupação que existe, de facto foi verdade. Este ano não há dado nenhum que o diga. Eu acho que em vez de estarmos a elevar um evento que se realizou com sucesso, estarmos a denegrir um espaço que está requalificado, que é digno, e que de facto as pessoas estão a gostar de o frequentar, é verdade, não vamos esconder que de facto há quem prevarique e que vá para a água, mas tem lá as placas, já foram reforçadas, a câmara já reforçou essas placas efetivamente, não vamos lá ter agora é um polícia ao pé de cada pessoa a impedir que vão para a água. Eu por exemplo na terça-feira, não nesta semana, na anterior, estive lá, havia lá muita gente de facto na água, a GNR passou lá advertiu as pessoas que não deveriam ir para a água e não ligaram, ora, precisamos ter lá um Polícia ao pé de cada pessoa ou fazer uma barreira para que as pessoas vão para a água? Também têm que ser responsáveis, não vamos agora estar a imputar responsabilidades quer à Câmara quer à Junta de Freguesia porque a pessoas vão para a água. Sejamos também sérios e sensatos. Era só isto que eu queria dizer. Muito o brigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões

colocadas pelos Senhores Deputados.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras se Senhores Deputados. Enfim, eu esperava mais neste período de perguntas, esperava que enfim, que outras questões tivessem ocorrido, porque em bom rigor... o Presidente da Câmara está disponível para responder a todas as perguntas, estejam à vontade.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:*** Senhor Presidente, é que inscreveu-se a Deputada Elsa, Senhor Presidente, se não se importasse?-----

- ***O Senhor Presidente da Câmara responde:*** Não, tenho todo o gosto. Tenho todo o dia para isto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha. Geralmente é só um e por isso.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Agradeço ao Senhor Presidente da Mesa esta gentileza e ao Senhor Presidente da Câmara também. Queria começar uma vez mais por renovar os cumprimentos, e queria começar esta intervenção, realçando a diligência que V/Exa, Sr. Presidente da Câmara quanto aos assuntos aqui trazidos pelo CDS-PP na última Assembleia Municipal, nomeadamente a intervenção destinada a corrigir o pavimento da Rua Ponte de Pau e também a limpeza da rotunda e já falámos há bocado da Estrada Nacional 2 Freguesia do Campo, no acesso à A24, melhorando assim visibilidade de quem circula naquela via.-----

Queríamos também deixar uma palavra de enorme apreço a todos aqueles que organizaram e participaram nas Cavalhadas de Teivas e de Vildemoinhos, um exemplo secular das tradições viseenses que devem ser preservadas e continuadas. A este respeito, deixava aqui um desafio à Sra. Vereadora da Cultura, para que organizasse, em breve, uma mostra fotográfica de ambos os eventos e também uma exposição dos Cartazes promocionais dos mesmos, dando o devido reconhecimento a estes magníficos eventos e às suas gentes.-----

Não podia também deixar de felicitar todos os grupos de infantis, juvenis e seniores que participaram nas marchas populares, mostrando assim que esta é uma tradição que apela ao salutar bairrismo dos viseenses, pois, se sambar é no Brasil, pelas terras de Viriato marchar é o que está a dar...-----

Mudando de assunto, por várias vezes aqui se tem falado de interioridade e de assimetrias entre freguesias, (ainda à bocadinha falámos) havendo até um conjunto de seis freguesias consideradas no nosso concelho de baixa densidade. Por isso, correndo o risco de ser um pouco bairrista ainda que por motivos profissionais, quero falar-vos um pouco da Freguesia de Calde, onde a ação no terreno tem demonstrado que as freguesias rurais podem ser um lugar efetivo de oportunidade, o que não deixa de ser positivo e digno de registo, estou concretamente a referir-me à implantação naquela freguesia de um Centro de Inspeções que contribui francamente para o desenvolvimento da Freguesia de Calde e que fica, ainda à bocado aqui falámos, no cruzamento de Cabrum. (Por acaso até sei aonde é que fica e se não soubesse tenho GPS, e AGP que é abre a janela e pergunta, e lá iria ter).-----

Continuando, Senhor Presidente, disse aqui na última Assembleia que iria agir judicialmente contra o arquiteto responsável pela requalificação do Pavilhão do Fontelo, pelo que lhe solicito que nos faça o ponto da situação relativamente a esta matéria.-----

Gostaríamos também de saber se já tem uma data prevista para o início da construção da rotunda da nacional 229, conhecida como rotunda do Matadouro?-----

Por fim... não, não, por acaso foi ao sítio onde o projeto está e então, a talhe de foice... não estou a plagiar ninguém, que fique aqui... não estou a plagiar ninguém.-----

Continuando, por fim e dado estarmos em período de organização do próximo ano letivo, queria felicitar o Senhor Vereador da Educação Dr. Joaquim Seixas pela Organização do

II Fórum Viseu Educa e pelo trabalho que tem sido desenvolvido, que é mérito das escolas, mas que sem o vosso apoio muitos destes projetos certamente não teriam nascido nem teriam continuidade. Gostaria ainda de questionar V/Exa se, no próximo ano letivo, está previsto (esperemos bem que não) o encerramento de algum estabelecimento do ensino pré-escolar e/ou do 1º ciclo.-----

Quanto ao Fontelo, faz agora mais ao menos um ano, que a Liga de Clubes, deu a conhecer algumas incorreções existentes no Estádio Municipal do Fontelo, queria, portanto, saber se na próxima época desportiva, estes problemas se encontram ultrapassados, permitindo aos academistas começar a época sem este tipo de sobressaltos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. E com um pedido de desculpas ao Senhor Presidente da Câmara, mas também solicitando a compreensão porque o Senhor Deputado afinal trazia um conjunto de questões que seriam importante serem respondidas por V/ Exa. e por isso dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e apelava à sua compreensão em relação a esta situação.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Aliás, o Senhor Deputado Carlos Cunha prova que está mais atento do que outros Deputados, porque vêm para aqui questionar sobre coisas que tinham obrigação de olhar para as Deliberações da Câmara designadamente a questão da 229 do cruzamento de Rio de Loba que é público que foi adjudicado, aliás, até saiu nos jornais quanto mais não fosse. Quando as pessoas querem dizer mal por dizer mal e muitas vezes utilizarem a ironia como uma ferramenta que não é particularmente interessante e não veem o trabalho que está a ser feito, enfim, depois caem nestas incorreções, querem dizer tanto mal de tudo o que está a ser feito que até acabam por dizer mal de coisas que já estão em fase de concurso, enfim, mas é vida, a vida é mesmo assim. Eu gostava de realçar o seguinte: Das várias questões, que não foram muitas nem foram nenhuma questões complexas, ressalta que afinal há pouca matéria, fiquei por exemplo preocupado, ninguém veio perguntar sobre a educação, ninguém veio falar sobre desporto, quase ninguém veio falar sobre cultura, sobre investimento também ninguém veio falar, estou preocupado, sinceramente estou bastante preocupado porque quando, mesmo o meu querido amigo Ribeiro de Carvalho, só me veio perguntar, deixe cá ver se eu me recordo, sobre o último Boletim Municipal e o picotado das estradas e o Mercado 2 de Maio. O picotado das estradas é fácil de responder, estamos a cumprir o novo Código da Estrada não é? Que obriga a que se ponha umas setinhas, umas setinhas num determinado sentido e nós temos que retirar aquelas setinhas. Para aquilo deixar de existir Senhor Deputado, tínhamos que mandar pôr uma cobertura em betuminoso não é? Só que há estradas mais prioritárias, há estradas que estão neste momento a ser objeto de requalificação, são 700 e tal mil euros que estão para ser investidos, os tais números do rigor, porque há pessoas que não gostam de números mas eu gosto muito de números, porque eu gosto de me apresentar perante as pessoas com transparência não é? Dizer onde é que está a ser gasto o dinheiro dos munícipes para que cada um saiba em quantos quilómetros, qual é o valor, e qual é a utilidade que tem, e há estradas muito mais prioritárias, há neste momento 700 mil euros de investimento que estão a ser feitos em melhoria de estradas, com reposições do pavimento e antecipando até algumas situações futuras de estradas, porque, o Senhor Deputado sabe que neste quadro comunitário de apoio as estradas não são elegíveis, e portanto, o município tem que ter um plano de investimentos anual para manter as estradas em bom estado, porque sob pena de depois ter buracos e se as estradas ficarem em muito mau estado não ter depois o dinheiro necessário para fazer a sua reabilitação. Portanto, a explicação do picotado, é todo este trabalho que está a ser feito. Depois houve alguns que vieram questionar, mas então, puseram-se pavimentos novos e não se pinta? Enfim, os técnicos da câmara sabem aquilo que estão a fazer, e obviamente que se fizer pintura em cima de betuminoso quente

absorve a pintura, isto não é preciso ser nenhum técnico para saber estas coisas não é? E portanto, obviamente que os trabalhos quando estão concluídos lá estará o pavimento novo feito, com a devida pintura, mas isso para explicar ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que efetivamente é só por isso que as coisas são feitas assim e porque há um novo Código da Estrada, que o Senhor Deputado conhece não é? E portanto, é preciso que as autarquias adequem a sinalética designadamente a sinalética horizontal para que, enfim, os automobilistas não sejam induzidos em erro na forma como abordam as rotundas. Portanto, está explicado o porquê disso. Mas voltando, e vamos começar pelo princípio, Proteção Civil Municipal. Eu gostava de realçar a intervenção do Senhor Deputado Carlos Costa, porque de facto a Proteção Civil é uma coisa demasiado séria para se brincar com ela, e nós fazemos muito bem o nosso trabalho de casa, fazemos o nosso trabalho de casa não só da autarquia mas numa lógica de rede, trabalhando com os Bombeiros Voluntários, fui lá atempadamente, sabendo que estavam numa situação de emergência porque o Estado Central não lhes pagava, eu liguei ao Senhor Comandante dos Bombeiros e disse assim: Eu vou aí antecipar a entrega do cheque da comparticipação de 50 mil euros que a autarquia dá por ano para minorar um pouco o esforço que estão a fazer pelo facto do Estado Central não pagar a tempo e horas, e fomos lá, substituímo-nos muitas vezes ao Estado Central no seu trabalho, mas ao mesmo tempo não deixámos de preparar com muito cuidado toda a época, portanto, não só na vertente da informação que fomos dando por todo o lado, nas diferentes freguesias nós fomos fazendo ações de esclarecimento, enfim, tudo aquilo que é fundamental para a preparação de uma época de incêndios, hoje em dia todo o nosso concelho tem todos os planos de segurança que são necessários para poder atacar este período, esperemos que seja como tem sido até agora, felizmente até agora, nós tivemos, basicamente o início da época de incêndios felizmente sem grandes ocorrências, espero que continue assim, espero que o tempo efetivamente não nos pregue nenhuma partida, mas a verdade é que ao longo deste período não deixámos de fazer o nosso trabalho e ao mesmo tempo de nos substituímos aquilo que é o Estado Central, porque efetivamente, quando as instituições de proximidade nos pedem ajuda nós estamos presentes, mas gostava só de lembrar aqui três ou quatro aspetos, desde logo no planeamento ao nível da defesa da floresta contra incêndios no fundo estão aqui três linhas básicas de ação, o aumento da resiliência dos territórios aos incêndios florestais, portanto, levantamento topográfico, cartográfico com base em SIG, a rede de faixas, planeamento de ação de gestão de combustíveis, portanto, todo este trabalho foi feito, um segundo eixo que é a redução das incidências dos incêndios, portanto, estudo acerca do histórico da incidência espacial desses mesmos incêndios, ações de sensibilização nas várias freguesias, foram doze as ações que foram feitas nas freguesias onde mais ignições existiram, ações de fiscalização para o cumprimento designadamente da questão dos combustíveis que crescem, a erva nos terrenos, portanto, junto dos próprios proprietários e o próprio plano de fiscalização preventiva e depois também um terceiro eixo que é a melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios, portanto, com a revisão e a aprovação na sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Plano Operacional Municipal para 2016, a preparação da cartografia de apoio à decisão para aplicação em contexto de posto de comando, enfim, todo este trabalho que tem vindo a ser feito. Os meios e recursos disponíveis portanto, para esta Fase Charlie que irá decorrer agora a partir de 1 de julho a 30 de setembro, e é no fundo a mais preocupante de cinco fases integrantes do dispositivo de combate a incêndios, a área do município encontra-se garantida com 90 meios humanos apoiados por vinte viaturas, um helicóptero de ataque inicial e dois aviões bombardeiros médios para além da importância que tem hoje o nosso Aeródromo com as condições que hoje tem, aliás, só para que conste, o nosso Aeródromo desde que fizemos os melhoramentos, já por três vezes que é usado para aterragens de emergência para socorro de pessoas porque efetivamente tem um sistema de iluminação noturno que permite fazer isto, e portanto, do ponto de vista da Proteção Civil, meu caro

Comandante e neste caso Deputado, porque é aqui nessa qualidade que está, trabalho feito e todo a ser desenvolvido e também nós esperamos que o Estado Central não deixe de honrar os seus compromissos e que não nos obrigue a andar aqui a substituírmo-nos sistematicamente aquilo que são as suas responsabilidades.-----

A Senhora Deputada Adelaide Modesto, “falou no Centro Histórico onze vezes”, eu falarei do Centro Histórico as vezes que entender porque de facto acho-o demasiado importante. Os três pilares que elegi e que fazem parte do programa Viseu Primeiro, há um terceiro pilar que se chama coesão, onde está o Centro Histórico e está a ação nas Freguesias. Eu esperava que tivesse perguntado aos Senhores Presidentes de Junta, estão aqui 25, pergunte aos Senhores Presidentes de Junta como é que temos trabalhado. Olhe, eu dou-lhe só dois ou três números. Desde que estou em funções e ainda não estou há três anos, entre valores contratualizados e obras em curso o investimento que está a ser feito direto nas freguesias é de 17 milhões e 700 mil euros, não há história de um investimento destes nas freguesias, em diferentes vertentes, desde contratos programa, tem sido privilegiado por nós os contratos programa com as freguesias, tem sido privilegiado o planeamento, eu não quero os Presidentes de Junta com o chapéu na mão, e trato em igualdade de circunstância os 25, sabe, e fale mesmo aqueles que são eleitos pelo seu partido, estou aqui a ver dois pelo menos e pergunte-lhes como é que eles são tratados na câmara, pergunte-lhes, ande lá, é que quando está a dizer levar o Rossio às Aldeias, leva-se por atos, não é por palavras, é por atos e por ações que nós estamos a promover nas freguesias, é assim que se leva, e portanto, obviamente que dirá assim: Há coisas por fazer? Olhe, quando eu sair da câmara seguramente que ainda sobrá muito trabalho para fazer, como sobrou do meu antecessor, haverá sempre trabalho para fazer, por exemplo, eu mandei fazer, tenho essa forma de estar e de ser, é que eu gosto de saber com que linhas é que me coso, e das coisas que fiz logo no início do mandato foi fazer diagnósticos área a área, como viu há bocado, sai-lhe o tiro pela culatra no caso dos parques infantis, de facto o diagnóstico foi feito, foram lançadas as obras e as obras estão concluídas, são 50 parques infantis já requalificados, como está a acontecer nas estradas, fizemos um diagnóstico, e temos todos os anos um plano de intervenção nas estradas mesmo que às vezes as pessoas digam: Mas esta estrada estava em bom estado porque é que andam já aqui a recolher camada e a pôr camada? Porque elas vão sendo medidas e vamos sabendo onde por antecipação no inverno seguinte vamos ter problemas. Isto é trabalho sério, isto é gestão, isto é planeamento e isto tem-se feito em todas as áreas, também na área das águas e saneamentos, nós estamos com 98% de cobertura de água ao domicílio e 97% no saneamento, obviamente que nas franjas há questões, estão a ver estas orelhas são grandes, são orelhas que ouvem, isto é, estou habituado também a ouvir, e quando me dizem coisas que eu entendo que fazem sentido, não deixo de ouvir, aliás, os cidadãos diariamente interagem connosco e nós ouvimos, os Senhores Presidentes de Junta, toda a equipa que tenho a trabalhar comigo, os quase mil funcionários que a autarquia tem nas suas diferentes vertentes, isto é uma vasta equipa com todos a trabalhar para o mesmo objetivo, que é a qualidade de vida dos nossos cidadãos, é isso que efetivamente nos move. Isto é que é levar o Rossio às aldeias Senhora Deputada, e portanto, antes de fazer uma intervenção como fez procure saber junto de quem está no terreno, de quem sabe como é que as coisas têm vindo a ser feitas. Já agora, eu gostava de a ter visto a perguntar sobre outras coisas, não a ouvi falar sobre educação, até costumava, “ai, ai escola, a escola de lá de cima que não é feita, e as obras...” nunca mais ouvi porque será? É que nunca mais vi ninguém do Partido Socialista ou dos outros partidos a virem dizer que estava uma escola em mau estado, que faltava material nas escolas, que as coisas não estavam devidamente organizadas, porque será? De um momento para o outro esfumaram-se? Tenham coragem de vir dizer bem, de dizer não há neste momento uma escola em mau estado no concelho, e que aquelas que estão com necessidades de obras estão diagnosticadas e com concursos a decorrerem, que todos os anos durante as férias escolares temos o cuidado de dar uma

volta global a todas as escolas para que os meninos tenham as melhores condições de estudo. Estejam atentos à compra de novos computadores que estamos a fazer neste momento para todas as escolas para se poderem utilizar melhor os videoprojectores. Este é o tal trabalho imaterial meus caros, este é o tal trabalho imaterial para beneficiar as nossas camadas mais jovens, para que os nossos jovens estejam melhor preparados para o futuro, não vos vejo ali. Olhem, o projeto da Viriato, e o projeto lá de cima da Grão Vasco já estão concluídos para serem agora submetidos à aprovação dentro do mapeamento para a seguir fazermos o concurso e entrarmos em obra, porque é que não vêm aqui perguntar por isso? À, à, à, também não os vi vir aqui por exemplo perguntar sobre a área desportiva, porque será? Será porque já inaugurámos o Pavilhão do Fontelo, tivemos um imprevisto mas já está resolvido e respondendo, obviamente que a ação já está a ser tratada, contratualizámos um gabinete que não foi de Viseu, fora de Viseu para meter a competente ação contra o gabinete, as responsabilidades têm que se pedir e têm que ser assumidas, será porque já qualificámos os dois campos de ténis, lançámos o concurso dos dois relvados quer do 1º de Maio quer do futebol de sete, das melhorias que estamos a fazer neste momento nas piscinas, da inauguração do Campo de Lustosa, da inauguração do Pavilhão de Prime, de facto é muita coisa, é que depois começamos a somar isto e começamos a dizer, de facto, estes indivíduos não brincam em serviço, estão a trabalhar no dia-a-dia e não é só na cidade, é na cidade e também nas aldeias de uma forma igualitária com todos e é porque, neste momento só atletas federados apoiados por nós, já aumentámos quase mil atletas desde que estamos na câmara, isto é que é trabalho sério, é trabalhar para as pessoas, trabalhar para os jovens, é trabalhar para as escolas, apoiar as instituições. Falem com os clubes, é que eu de facto nunca mais vi ninguém a vir aqui a dizer que o clube “x” ou clube “y” se está a queixar de falta de condições, obviamente que há tantos atletas no concelho, felizmente neste momento e a crescer, que as infraestruturas estão sobrecarregadas, e de facto estão, por isso é que já estamos também a criar o polo 2 em Ranhados já com o primeiro campo sintético a ser feito, é por isso que já estamos a perspetivar o arrelvamento do Campo de Vildemoinhos, portanto, na Quinta da Cruz, e outras coisas que estão em curso, portanto, não os ouvi vir aqui falar também sobre a vertente do desporto. E sobre cultura? Há sempre uma tentativa de levar a fazer crer que nós desvalorizamos o trabalho que é feito hoje. Quase toda a programação cultural que é feita no concelho é feita em rede pelas instituições, são vinte e quantos projetos no Viseu Terceiro? Vinte e quatro projetos que estão a ser apoiados no Viseu Terceiro, no fundo ocupam a programação do ano inteiro, por acaso até estou a ver aqui alguém que fora desta Assembleia Municipal também faz parte de uma instituição que seguramente valoriza a forma como temos vindo a trabalhar na vertente cultural, não é transformar a câmara num produtor de espetáculos, é estimular a sociedade a produzir, é pôr as nossa instituições a produzir peças de teatro, a apostar na música, apostar na dança, nas várias expressões, na expressão artística, nas artes plásticas, nas diferentes formas de expressão artística e é isso que nós hoje felizmente começamos a viver em Viseu, é um conjunto de instituições que contribuem, onde, é a câmara obviamente que paga uma parte, mas também têm que ir à procura de outro tipo de subsídios e de patrocínios para poderem fazer as coisas bem. No caso dos Jardins Efémeros, é a iniciativa a que atribuímos o apoio mais relevante, são 135 mil euros, se fizermos as contas por cada dia de programação dá 13 mil e 500 euros por dia de apoio à programação dos Jardins Efémeros, acho que para a importância que tem o evento, e de uma forma transparente como o fazemos, é de facto um evento que nós valorizamos muito, é um dos eventos âncora do nosso território e portanto, apoiamo-lo devidamente com 135 mil euros para a organização, ainda hoje de manhã falávamos nas Cavalhadas, pelos números da organização das Cavalhadas de Vildemoinhos foram mais de 100 mil pessoas que passaram por Viseu, os Jardins Efémeros seguramente também serão uma ação que vai trazer dezenas de milhares de pessoas a Viseu, isso é bom, é bom pela produção cultural, pela vivência que nos

proporciona, mas também porque nós não nos podemos esquecer enquanto autarquia que temos 1700 camas no concelho, nós queremos encher estas 1700 camas, queremos aumentar a taxa de ocupação dos nossos hotéis que felizmente cresceu bastante no primeiro trimestre de este ano mesmo em época baixa, porque são os hotéis que faturam, são os restaurantes, é o comércio tradicional, tudo isto traz animação à nossa própria economia e portanto, as coisas são exatamente assim. Portanto, sobre o investimento das freguesias também estamos falados, e sobre a vertente cultural.-----

Acessibilidade e Mobilidade. Se há município que tem dado atenção a estas matérias, o que é o MUV senão Mobilidade Urbana de Viseu. Olhar para a mobilidade numa lógica de banda larga de tal maneira que neste momento são vários os municípios que vêm a Viseu falar comigo com o Senhor vereador e com a nossa equipa para perceberem como é que nós estamos a fazer as coisas para poderem seguir os princípios que nós colocámos no terreno, até porque, fomos o primeiro município a utilizar já a nova legislação sobre mobilidade. Portanto, desde a Mobilidade Suave, os 5 quilómetros e meio de pistas que vão ser construídas, até ao transporte a pedido para as freguesias de baixa densidade, até ao transporte urbano, até ao transporte elétrico no Centro Histórico, passando pelas carreiras regulares, tudo isto está a ser feito, parques de estacionamento e por aí fora, portanto, se vamos falar de mobilidade estamos conversados, assim o Governo Central cumpriu aquilo que assinou connosco, designadamente em termos da melhoria do IP5 que estava previsto começarem a obra no início deste ano e o Presidente das Infraestruturas de Portugal continua a dizer que não sabe quando é que vai começar, a 229 que também foi contratualizada, para o Satão, e que também continua o Presidente das Infraestruturas de Portugal sem me dizer, e diz que não tem nenhuma orientação do Governo, a estrada que hoje já falámos, Viseu/Coimbra que já tinha projeto pronto e que o Governo se fecha em copas em relação ao que vai fazer, a ferrovia, cumpre ao Estado Central e o Governo suportado pelos três partidos de esquerda que fazem aqui oposição nesta câmara, que cumpra as suas obrigações que nós da nossa parte estamos cá para o fazer com a humildade que nos é reconhecida e com o trabalho diário, 7 dias por semana que gostamos fazer.-----

O Reabilitar para Arrendar, gostava só de referir que do ponto de vista de *timing* só dar mais uma informação que já dei basicamente toda a informação sobre isto, é que na Rua Direita, portanto, no 91, 97 nós vamos ter já a receção provisória a 30/06, na Travessa das Escadinhas da Sé 30/06 também o da Rua Direita mais abaixo 15/07, Rua Direita 275 e a Casa da Calçada só estarão finalizados em novembro por insolvência da empresa que estava a construir e que houve necessidade de fazer um trespasse de obra, mas portanto, a decorrerem com normalidade dentro dos prazos e com os orçamentos que efetivamente tínhamos definidos, e vai ser de facto um privilégio voltar a ter, ao contrário do que certas pessoas pensam, correu muito bem o concurso, foi feito de uma forma transparente e vamos entregar as primeiras casas dentro dos próximos dias a jovens casais que vêm também enriquecer a nossa Rua Direita e todo o nosso Centro Histórico.-----

Ao Viseu Seguro também já me referi a ele nas suas diferentes vertentes, já agora, fazer uma correção, *Street Art* é pintura mural, no fundo a expressão portuguesa não é *grafiti*, é pintura mural, *grafiti* é uma coisa, pintura mural é outra ó Carlos portanto, pronto, mas é diferente, é evidente que a pintura mural foi inspirada no *garfiti* não é, mas são coisas completamente diferentes, eu também não sabia bem isto à 2, 3 anos atrás, pronto, mas é assim, mas portanto, desse ponto de vista as coisas são exatamente assim.-----

Caro Deputado Ribeiro de Carvalho, já lhe falei sobre o picotado, sobre o Mercado 2 de Maio, está a ser feito o que tinha que ser feito, portanto, os 3 projetistas que passaram à fase seguinte no Mercado 2 de Maio já apresentaram as propostas e a SRU está neste momento a analisar a quem é que vamos adjudicar a cobertura do Mercado 2 de maio, portanto, estamos a fazer tudo aquilo que do ponto de vista legal tem que ser feito.-----

O Boletim Municipal, quero-lhe dizer que foi um instrumento aprovado por unanimidade

na Reunião de Câmara, exatamente fazer 5 números do Boletim Municipal por ano, para sobretudo distribuir nos locais de menos acessibilidade, porque *facebook*, as redes sociais, o próprio o *site* da câmara chegam a um determinado número de população, os outros também têm direito, e já agora dizer-lhe que os Senhores Presidentes de Junta eleitos pelo seu partido têm exatamente o mesmo tratamento que os outros, não lhe sei dizer neste momento qual é o valor, mas está adjudicado acho que custa 64 mil euros por ano, é quanto custa, entre o Boletim propriamente e a distribuição, portanto, estamos a falar de um valor perfeitamente aceitável do ponto de vista do esclarecimento das pessoas, porque é importante esclarecer. Uma das coisas que muitas vezes me dizem, sobretudo as populações mais velhas e por exemplo no nosso Viseu Sénior são 2200 pessoas que nós temos envolvidas no programa, é que a informação nem sempre chega e daí também termos apostado em colocar alguns painéis pela cidade com informação, designadamente do programa cultural, porque nem toda a gente acede ao *facebook*, à *internet* e por aí fora, e o Boletim Municipal também tem esse objetivo, de levar a informação a casa das pessoas sobretudo às pessoas que não utilizam este tipo de informação.-----

Sobre os atos de vandalismo. Eu não podia estar mais de acordo com a Deputada Elsa Lemos, fez bem trazer este assunto aqui. Este assunto do vandalismo custa 150 mil euros por ano aos cofres do município, só nesse dia os reservatórios para o lixo que foram destruídos foram 3.500 euros de prejuízo que o município teve nesse dia com um ato de vandalismo que foi deitar fogo aqueles *moloks*, e portanto, aqui o que é que nós dizemos, estamos colocar alguma vídeo vigilância designadamente, a tratar das questões que são necessárias tratar, vamos dar prioridade ao Centro Histórico como já tinha sido anunciado, mas outras situações com certeza que se vão seguir e pedimos também à polícia que reforce a vigilância quer no Centro Histórico, onde neste momento já são duas brigadas, é uma brigada direta da PSP e uma paga pelo município que atua à quinta, sexta e sábado, exatamente para melhorar e por outro lado também, já pedimos para lá em cima junto a Jogueiros poder também melhor a vigilância.-----

Em relação ao Lugar do Banho, só mostrar aqui duas fotografias ao Deputado Carlos Vieira. Só para saber do que estamos a falar, este é o tipo de informação que está no Lugar do Banho para os cidadãos, em que tem aqui um sinal de proibição de mergulhar, e depois é desaconselhado a prática balnear neste lugar, isto é o que já lá está desde início em várias placas, portanto, é este o ridículo da situação que veio a público. Obviamente que, como eu tenho as orelhas grandes como já disse, mandei fazer o seguinte: Foi, ok, então façamos, e então passaram a estar exatamente as mesmas placas só que numa delas passaria a pôr “É Proibido a Prática Balnear Neste Lugar”. Portanto, é só para verem o ridículo de uma situação destas, e de facto, não vou andar ali a controlar os cidadãos, é como a questão por exemplo do uso do pesticida para tirar as ervas do chão, nós estamos a utilizar todas as práticas que são necessárias, fomos o primeiro município até a utilizar essas novas práticas, agora, há aqui também uma questão de hábitos, se nós nos habituássemos, eu por exemplo na minha casa nunca se cuida do jardim que não se cuida do espaço público à frente da minha casa, porque eu considero que o passeio que fica em frente à minha casa, é minha responsabilidade, se todos os cidadãos seguirem o exemplo do Presidente da Câmara, o trabalho dos Senhores Presidentes de Junta e o trabalho da Autarquia fica muito mais facilitado, porque de facto, manter, sobretudo num inverno como este em que por três vezes as ervas cresceram, porque, cortámos veio chuva, cortámos veio chuva, ora, se toda a gente tivesse um comportamento mais cívico e se assumissem que isso não é uma competência da Junta de Freguesia nem da Câmara, mas sim competência de cada um, se cada um limpar à sua porta, automaticamente quem fica a ganhar é também o erário público porque custa muito dinheiro andar a limpar, e os Senhores Presidentes de Junta sabem bem do que eu falo, todos os dias por mais que se limpe estão sempre as coisas a crescer porque é assim também a Lei da Natureza.----- Já agora também deixar aqui também uma referência ao PEDU e ao Bairro Municipal. Eu

esperava que hoje os Senhores Deputados viessem dizer assim: Parabéns por ter aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Somos o terceiro maior orçamento da Região Centro, fomos o único município que viu o seu orçamento aprovado sem cortes, ainda levámos uma bonificação de 1 milhão de euros, e estamos em vias de termos mais uma bonificação de 1 milhão de euros, sabem porquê? Porque do ponto de vista da qualidade do projeto, foi considerado o melhor projeto da Região Centro, enfim, digo isto satisfeito, porque resulta do envolvimento das nossas equipas neste caso da Arquiteta Ana Pinho que nos apoia e da equipa da câmara que produziu uma boa solução. Por outro lado, o que é que isso nos vai permitir? Vai-nos permitir requalificar o Soar de Cima, vai-nos permitir requalificar a Rua das Bocas, vai-nos permitir requalificar e reabilitar o Orfeão, uma parte das Águas de Viseu, a nossa Central de Camionagem, Centro de Mobilidade e Transportes, onde a parte de mobilidade vai ser desenvolvida, portanto, isto são tudo obras, o Mercado 2 de Maio, o Bairro da Cadeia também, são tudo obras que se nós não tivéssemos aprovado o PEDU seria mais complicado, assim, temos estas obras comparticipadas em 85% o que vai, se eu tivesse avançado com algumas obras destas sem ter aproveitado os fundos comunitários estariam aqui D'El Rei que o Presidente da Câmara é um mau gestor que não aproveita os fundos comunitários, e aqui está a prova concreta de como estamos a utilizar bem os fundos comunitários, 11 milhões de euros a fundo perdido, mais 1 milhão de instrumento financeiro que no fundo vai ser útil para quem? Para os próprios munícipes que querem reabilitar as suas próprias casas, porque podem aceder a este fundo para fazer obras nas suas próprias casas, portanto, há aqui uma lógica integrada pensando na reabilitação, na animação económica e ao mesmo tempo no combate às situações sociais e o Bairro Municipal vai ser reabilitado, aliás, eu tenho um compromisso com a população do bairro que mal esteja a memória descritiva toda completa irei lá abaixo apresentá-la, aliás, com a boa relação que tenho com todas as pessoas que lá moram e o que digo é: 50% do Bairro, garanto que vai continuar a ser para habitação social, a outra metade, quer-se criar aqui um ambiente mix, onde possamos ter, desde casais jovens, até pessoas ligadas às artes que podem encontrar ali um espaço de residências artísticas, até pessoas ligadas à ciência, podem vir para aqui desenvolver trabalho sobre Viseu para um espaço que no fundo é emblemático da cidade, com o ambiente todo que ali está, portanto, entendemos que faz mais sentido, e estamos aqui já a acolher muitas sugestões do movimento do Bairro e de outras pessoas que têm vindo a colaborar connosco neste desígnio, agora, não deixará de ser também uma coisa que será discutida com os habitantes. Já agora, em relação ao Código do Investimento, Viseu tem um Código de Investimento aprovado por a Assembleia Municipal e sempre que há um incentivo dado a uma empresa ele é aprovado na Reunião de Câmara e devidamente publicado, portanto, as coisas são totalmente transparentes como não podiam deixar de ser. E pronto, basicamente penso que dei todas as informações às questões que me foram colocadas. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos passar então ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO MUNICÍPIO DE VISEU – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2015.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito rapidamente, até porque este é um dos pontos que a Lei nos obriga e bem, a Consolidação das Contas do Exercício de 2015, mas que esta Assembleia já apreciou e votou as contas das Águas de Viseu, já apreciou e votou as contas da Câmara Municipal de Viseu a que se junta aqui a SRU e junta-se todo o universo da Câmara Municipal, com a sua consolidação. Também tiveram acesso ao Relatório dos Revisores como não podia deixar de ser e o que é dito aqui é que estas contas traduzem de uma forma apropriada e tudo aquilo que a Lei exige e portanto elas estão de acordo com aquilo que a própria Lei diz e faz a consolidação como eu já disse, dos

Serviços Municipalizados de Viseu, Habisolvís, Viseu Novo, Expovis, e ainda o Viseu Polis que ainda está numa fase de liquidação. O Balanço Consolidado exhibe um total líquido que ultrapassa os 410 milhões de euros, portanto, relativamente ao ano anterior observou-se o quê? Um aumento superior a 22 milhões de euros o que reflete uma taxa de crescimento de cerca de 6% e este acréscimo resultou do aumento das principais rubricas do Ativo, nomeadamente Imobilizado, Investimentos Financeiros, Depósitos Bancários e Proveitos Diferidos. As contas individuais do Município são responsáveis por 63% do Ativo e Passivo do Grupo Municipal juntamente com as Águas de Viseu 24% e o Viseu Polis 12.5% perfazem a quase totalidade do Ativo. O Resultado Líquido do Exercício de 2015 totalizou um montante de 1.709.776 euros o que reflete uma diminuição de aproximadamente 7 milhões de euros face ao ano anterior. Os SMAS de Viseu ao alcançaram um peso de 62% no Resultado Líquido do Exercício, assumem quase 2/3 do lucro consolidado e portanto, o Município de Viseu passa assim a ser responsável por 42% do Resultado Líquido. Em conclusão, a situação económico e financeira da envolvente do município prima pela estabilidade e solidez traduzida num aumento dos seus ativos e também do seu património líquido e portanto, aqui é uma prerrogativa legal que aqui acabamos por observar e trazer para aprovação a esta Assembleia Municipal.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente de Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caras Deputadas Caros Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público.----- Senhor Presidente, vou ser muito breve por duas razões, primeiro se tratar de um documento técnico e de um relatório quer já sofreu aqui várias apreciações como referiu, eu referia apenas que felizmente e isto é muito importante penso eu, do ponto de vista das autarquias que a Lei tenha incluído, ou seja, que tenha alargado o perímetro de consolidação porque este documento, eu bem sei que isto custa a ler e leva a alguma apreciação, mas eu acho que todos os munícipes lendo um documento destes ficam informados sobre tudo o que se passa na câmara e o facto de o perímetro de consolidação ser assim alargado torna este documento mais legível e importante. Portanto, eu não me vou deter muito porque muitas das coisas que este documento traduz e que tecnicamente, obviamente que tem que estar de acordo com a Lei e tem que estar correto, eu focar-me-ia apenas em duas coisas. Uma delas vamos depois discuti-la depois mais adiante, já aqui foi feita a discussão mas com certeza que vamos voltar a essa discussão, que é o facto de o lucro consolidado, portanto, o SMAS contribuir com 2/3 do lucro consolidado em 2015. Como é sabido, há a intenção do SMAS passar a ser uma empresa, digamos que, de gestão privada, etc., podemos depois ver isso mais adiante, eu penso que isto também foi um argumento que já tínhamos utilizado antes e que deve ser tido em conta. O outro, também já o aqui focámos, que foi a diminuição e que o Senhor Presidente também acabou por focar foi a redução entre 2014 e 2015 do lucro ou dos proveitos digamos que, consolidados, e portanto, são apenas estas duas coisas, mas aquela que mais me chamou á atenção neste relatório e que me cumpre aqui fazer ressaltar é a importância que o SMAS tem neste grupo consolidado, portanto, todas as entidades que fazem parte do grupo, chamemos-lhe assim, da empresa mãe que neste caso será a câmara, ter esta importância, portanto, não admira que seja algo, que neste aspeto não ofereça grandes dúvidas, digamos que, a essa mesma forma de gestão mais empresarial e portanto, nessa criação da empresa, mas, para esse assunto depois falarei mais tarde isto só para dizer que, tendo em conta o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem nenhuma dificuldade em aprovar este documento como é óbvio. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a

palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostava de solicitar ao Senhor Presidente os seguintes esclarecimentos: Explicar o aumento nas principais rubricas do Ativo e por inerência do Passivo mais Capital Próprio em 6% nomeadamente o imobilizado, bens de domínio público e imobilizado incorpóreo, construção e infraestruturas, imobilizado em curso, investimentos financeiros, depósitos bancários e proveitos diferidos. Registam-se investimentos em imóveis, mas quais são? Registam-se desinvestimentos em partes de capitais investimentos em obrigações e títulos de participação, qual o risco ponderado? Portanto, era isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma intervenção, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito rapidamente até porque aproxima-se a hora em que vamos ter a Sessão Pública, já agora, começava exatamente por aí. É que há pessoas que veem os fantasmas onde eles não existem. O Presidente da Câmara pensa na Cidade/Região, hoje, convido-os todos a estarem presentes, agora às 5 horas, vai ser assinado um protocolo que foi dinamizado pela Câmara de Viseu, com os Municípios de Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, S. Pedro do Sul, Vouzela e Vila Nova de Paiva, portanto, são 8 municípios que se juntam, por um lado para encararem de uma forma estrutural a questão do abastecimento de água, não só de Viseu mas a todo este território, designadamente a questão da Barragem da Maeira, da Barragem no Vouga, e portanto os municípios juntam-se para o desenvolver, aproveitando o quê? Todos os municípios unânimes em darem a coordenação como não podia deixar de ser, deste projeto à Câmara de Viseu, por o *know how* que está instalado nas Águas de Viseu, portanto, uma solução estruturada para os estudos de impacto ambiental, estudos de projeto, para a construção de uma nova barragem e de uma ETA nova que vai servir as populações de todos estes municípios e também o reforço da nossa Barragem de Fagilde, que de facto necessita de aumentar a sua capacidade, é preciso criar mais um tanque designadamente para tratamento de lamas, que é quase 1 milhão de metros cúbicos que se desperdiçam e podem passar a ser canalizados para o fornecimento dos munícipes, é também a construção de um novo reservatório no Viso, que permitirá designadamente nas horas de vazio trazer a custos mais baratos a água para Viseu para depois ser distribuída pelos munícipes, a duplicação da conduta que virá também, portanto, investimentos que estão a ser feitos na tal lógica estratégica de uma entidade que precisa de uma gestão do tipo empresarial, porque é impossível montar por exemplo uma operação com BEI no futuro para investir nestas áreas se não tiver esta estrutura, e portanto, hoje os senhores que tanto criticaram o Presidente da Câmara por estar a transformar os SMAS em Águas de Viseu percebem qual era o alcance que eu queria atingir, exatamente transformar as Águas de Viseu a prazo numa empresa do território, isto é, numa empresa com participação dos outros municípios exatamente numa lógica integrada para as águas, mas também para a integração da rede de saneamento, isto é que é a postura da cidade/região, a postura estratégica de um pensamento muito para a frente. Eu sei que muitas das pessoas que criticam não sabem ver para além do umbigo, mas, quando for assim perguntem para que as coisas fiquem mais claras. Em relação às Águas de Viseu, também referir aqui uma coisa, o Senhor Deputado Rafael Amaro esqueceu-se de referir uma coisa, esqueceu-se de olhar para a rubrica do investimento e verificar que na sua história, é o ano de maior investimento nas Águas de Viseu, só no exercício anterior ultrapassa os 24 milhões de euros de investimento que foi feito nas Águas de Viseu, 24 milhões de euros, não há história de ter havido um investimento destes, e esqueceu-se de outra coisa, esqueceu-se de ir à rubrica de endividamento, qual foi o endividamento das Águas de Viseu este ano? Zero, zero, zerinho, isto é, investimos este valor todo e a contrapartida nacional sabe quem

é que a pagou? Aqueles que estavam ilegais. Foi exatamente isso. Uns estão a pagar a prestações, outros pagaram reduzido porque por questões sociais deviam pagar reduzido e não quisemos... fizemos todo este processo sem levantar um único processo de contraordenação, fosse a quem fosse, tudo na perspetiva de dar oportunidade às pessoas de estarem legais, e não estarem a pôr em causa o próprio ambiente, da forma como utilizam as fossas, como não estão ligadas á rede de águas. Portanto, eu gostava que quando foi ali falar sobre a consolidação, ao menos, como alguém que sabe refletir nestas matérias como eu, que tivesse enaltecido o exercício de excelente gestão que fizemos nesta área, mas enfim, eu perdoo-lhe essa omissão, não é? Obviamente que estou de acordo, a nova legislação obriga a esta consolidação que torna tudo muito mais transparente, por isso é que eu muitas vezes acho piada, mesmo em relação às empresas municipais, de 3 em 3 meses, à Sessão de Câmara vão as contas trimestrais da SRU, da Habisolvis, no fundo são as duas empresas municipais que nós temos, de 3 em 3 meses. Portanto, a tal transparência felizmente hoje está presente e eu sou o mais possível a favor da transparência. Em relação ao risco ponderado, não sei aonde é que quis chegar, estou a falar para Senhor Deputado Carlos Vieira porque, obviamente que há sempre um risco ponderado em todo o investimento que se faz, se há um aumento do Ativo, o Ativo é o resultado de todo o imobilizado mais a parte financeira, mais os depósitos mais tudo isso não é? Se há um aumento de Ativo, se o investimento foi coberto designadamente com fundos comunitários e com capitais próprios, não há nenhum risco ponderado aqui a ter em conta, portanto, não percebo o teor da sua pergunta, posso-lhe dizer que de facto as contas são contas transparentes, que espelham bem a atividade do município e são contas que nos dão orgulho em apresentar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então iniciar a votação do Ponto Dois, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO MUNICÍPIO DE VISEU – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2015.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com quatro (4) abstenções. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 448/449).*-----

Se estivessem de acordo, atendendo que há uma sessão às 5 horas em que o Senhor Presidente da Câmara tem que estar, nós iríamos fazer o intervalo que estava previsto, um bocadinho mais prolongado e íamos todos tentar estar aqui às cinco e meia e fazer todos o esforço de recomeçar os trabalhos às cinco e meia, se estivessem todos de acordo. Ok? Então até já, suspendíamos.-----

Íamos então iniciar os trabalhos, penso que já temos quórum, só informar à Assembleia que o nosso Deputado João Cotta por questões de saúde teve que sair e por isso, a Deputada Cristina Paula passa para Primeira Secretária e precisávamos de um Segundo Secretário, e eu convidava a Joana se podia vir aqui.-----

Em relação aos pontos três e quatro, se estivessem de acordo, propunha que os pontos sejam discutidos em conjunto e que sejam votados separadamente. Os três e quatro acho que é possível discutir em conjunto. Alguém da Assembleia levanta alguma questão? Se não, iríamos proceder assim. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Antes de mais gostava só de agradecer a presença e a compreensão da Assembleia Municipal para este momento, mas, acho que o momento que vivemos no Salão Nobre é suficientemente importante para ter tido até este grato prazer de ter as Senhoras Deputadas, os Senhores Deputados e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a testemunharem no fundo uma assinatura pública de algo que é uma visão de futuro, da resolução de um problema estruturante no tratamento de águas e também no fornecimento de águas, e sobretudo aqui uma visão partilhada de 8 municípios que acreditam exatamente no Município de Viseu e acreditam no *know how* que nós temos acumulado e do potencial que tem para ser colocado ao

serviço de toda a região, e percebem hoje também melhor o porquê de todo este percurso que temos estado a fazer na perspetiva da criação das Águas de Viseu que vai permitir agora no desenvolvimento deste projeto que os próprios municípios à volta venham a integrar digamos assim, o Capital Social das Águas de Viseu, e portanto, gostava de deixar aqui também o meu agradecimento à Assembleia Municipal, enfim, pela atenção que tiveram de interrompermos os trabalhos para esta assinatura, porque de facto, o Senhor Secretário de Estado também não teria outra agenda nos próximos tempos e era importante cumprimos este prazo até ao final do mês.-----

Passando aos Pontos 3 e Ponto 4, estamos a falar de duas alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, dentro do princípio que desde que assumi funções tenho vindo a fazer. Eu prefiro fazer as revisões que tiver que fazer dos orçamentos, fazê-lo de uma forma transparente e direta. Esta revisão orçamental basicamente tem muito a ver com a aprovação do PEDU e da existência de fundos comunitários que vão dar suporte a um conjunto de obras, algumas delas já estavam previstas nas Grandes Opções do Plano, mas à medida que formos aprovando os fundos comunitários, trarei sempre a esta Assembleia as alterações orçamentais que forem necessárias para a execução dos planos comunitários. Eu sei que há colegas meus que seguem outra metodologia, que vão logo, contando um bocadinho com a eventualidade da aprovação e colocam no orçamento. Eu opto por ser, enfim, pragmático e ao mesmo tempo totalmente transparente na forma como o trato. No caso concreto das Águas de Viseu, se repararem percebem aqui o porquê desta revisão do orçamento, é basicamente para dar guarida a um conjunto de investimentos que por um lado têm a ver com o fecho de rede, nós estamos a acabar de preparar umas candidaturas que apresentaremos até ao final deste mês no valor de 3 milhões e 700 mil euros de fechos de rede e ao mesmo tempo como verificaram hoje nesta sessão pública há um conjunto de candidaturas, designadamente a ampliação e reforço da capacidade de Fagilde, portanto, o reforço das condutas, a construção de mais um reservatório, a construção de mais um tanque de tratamento de águas para podermos aproveitar as lamas que hoje em dia, para além de nos criar um problema ambiental traduz-se num desperdício de quase 1 milhão de metros cúbicos de água, portanto, estes investimentos, portanto diria que o reforço e a revisão do orçamento dos SMAS, que não implicam um aumento do mesmo, é basicamente para acomodar todos estes investimentos que estão previstos em fechos de redes em diferentes Freguesias, já foram todos eles aprovados em Reunião de Câmara, e ao mesmo tempo esta lógica do investimento que vai ser necessário fazer, que resultará da abertura de um convite por parte do POSEUR às Águas de Viseu, para poder desenvolver um projeto que no fundo vai servir Viseu, nesta primeira fase vai servir Viseu, Nelas, Mangualde e Penalva, portanto, vão ser os concelhos mais beneficiados, numa fase posterior depois com a construção da Barragem da Maeira estenderemos isto aos vários municípios. Regressando ao Orçamento da Câmara, é uma revisão orçamental de 4 milhões 972 mil euros o que se traduz em 17% do Saldo de Gerência do ano anterior. Do ponto de vista de Despesa Corrente 200 mil euros. 4,7 Milhões de euros são aplicados nas Despesas de Capital, o reforço das despesas foi efetuado através do saldo de gerência do ano anterior no valor de 4.929.500, e da transferência de capital relativa a comparticipação comunitária de projetos cofinanciados designadamente do PEDU Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano. Em termos práticos estamos a falar de um reforço de 150 mil euros canalizados para obras de reabilitação em edifícios próprios do município, no que respeita às funções sociais o reforço totalizou cerca de 1,7 milhões de euros, o que se traduz em 34,59% do total da revisão, deste valor é na rubrica Ordenamento do Território que se aplica a maior parte do reforço, 15,77% isto é, 784 mil euros, reabilitação urbana e rural, segue-se a Cultura, Desporto, Juventude, Recreio e Lazer com um reforço superior a 700 mil euros, quanto à Saúde, essencialmente estamos a falar da Casa das Bocas, portanto, o edifício onde ficará depois de reabilitado a nova Unidade de Saúde Familiar, Ação Social, o Viseu Social, o aumento inscrito na revisão foi

de 100 mil euros e depois por último um investimento no Programa Viseu Investe que ascende aos 2,8 milhões de euros nomeadamente os investimentos em espaços de inovação, incubação, acolhimento empresarial, destaca-se aqui o investimento a fazer, quer na candidatura que apresentámos para o Parque de Lordosa, mas também em Mundão e noutros investimentos ligados à captação de investimento, e por fim, os 252 mil euros na Mobilidade Urbana. Portanto, estamos a falar basicamente aqui na vertente PEDU reabilitação urbana e vertente do desenvolvimento económico, digamos que são aqui as duas partes mais relevantes, e portanto, é isto que eu coloco à consideração das Senhoras e dos Senhores Deputados no sentido de serem aprovadas esta revisão, a 2ª revisão do nosso orçamento para o ano de 2016. Muito obrigado.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Punha à discussão. Deputado Rafael Amaro.-----

----- **SESSENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Renovo os cumprimentos agora neste retomar dos trabalhos, quer à Mesa quer ao Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, aos Colegas e a todos os presentes. Muito rápido, até porque, como conversava ali há pouco, quer dizer, as pessoas vão passar a não ter muita vontade de ouvir grandes retóricas, mas no caso vertente também não vou dado que já várias vezes aqui debatemos algumas das coisas que estão aqui portanto, não vou demorar muito tempo, apenas dizer que, o Senhor Presidente da Câmara segue aquilo que a Lei lhe permite do ponto de vista político e tem esta opção, e é uma opção legítima e não vou discuti-la e neste caso até, relativamente à 1ª revisão digamos que, tenho menos argumentos até para estar aqui a debater dado que, grande parte do que está aqui são despesas de capital e portanto, é investimento e portanto, é um caminho, como disse, do ponto de vista político podia ser outro caminho, eu não quero nenhum louro para isso, mas, lembra-me perfeitamente quando discutimos o orçamento, eu já tinha esta perspetiva ou seja, eu disse-o, é um orçamento conservador, vai ter que fazer revisões, e o Senhor Presidente disse-o, mas é isso, eu não me importo de o fazer, está feito, e portanto, nesta medida, como digo esta revisão até é-me mais confortável ainda por esta razão que eu disse e como tal o Grupo Municipal do PS votará a favor a revisão, não há problema nenhum.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral.-----

Estamos neste Ponto da Ordem de Trabalhos a analisar a proposta de Revisão, das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2016.

Tratando-se de uma Revisão, uma primeira pergunta naturalmente se coloca: Esta revisão significa boas ou más notícias para os viseenses? A resposta é simples, pelo que podemos afirmar que ela representa claramente uma boa notícia para Viseu.-----

Estamos a falar num aumento do orçamento em cerca de 5 milhões de euros, ainda para este ano, um valor bastante significativo.-----

A apresentação pormenorizada desta revisão, já foi bem explicitada pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo que não fará muito sentido fazer agora e aqui uma análise cirúrgica da mesma, no entanto, já me parece importante realçar neste momento três aspetos bastante importantes:-----

O primeiro aspeto a realçar, prende-se com a grande transparência da metodologia utilizada, ou seja, este executivo tem-nos habituado a apenas orçamentar verbas devidamente aprovadas, quando referentes a candidaturas efetuadas, contrariamente a outras autarquias que ao arrepio das normas e das boas práticas inscrevem nos seus

orçamentos verbas que ainda não candidataram ou que ainda não foram alvo da respetiva aprovação.-----

O segundo aspeto a salientar, é que estes quase 5 milhões de euros, vão ser canalizados para o investimento e despesa de capital, e somente 200 mil euros, ou seja apenas 4%, são destinados a despesas correntes.-----

O terceiro e último aspeto que importa realçar, é que esta verba vai ser aplicada no desenvolvimento económico, o que para lá de muitas outras coisas, significa mais emprego. Viseu concorreu ao aviso para a pré-qualificação de zonas de acolhimento empresarial, e concretizando-se esta revisão proposta, os investimentos previstos neste âmbito passam a constar nas Grandes Opções do Plano. Como representam 62% do total da revisão, é nas funções económicas que a revisão é mais sentida, com um reforço de 3,1 milhões de euros.- Em coerência com o que foi afirmado, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta revisão apresentada pois ela significa mais investimento, mais emprego e mais progresso para esta Região. Muito obrigado. -----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhum Senhor Deputado inscrito iríamos então proceder à votação. Por isso íamos ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2016 – REVISÃO Nº 2.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com duas (2) abstenções. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 450/451).*-----

Íamos ao Ponto 4 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ÁGUAS DE VISEU PARA 2016 – REVISÃO Nº 2.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com duas (2) abstenções. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 452/453).*-----

Íamos passar então ao Ponto 5 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE/ADESÃO – EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE (ELoGE) DO CONSELHO DA EUROPA.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. De uma forma muito rápida, no fundo é uma adesão voluntária do Município de Viseu a boas práticas de governação europeia, o European Label of Governance Excellence, que é no fundo a possibilidade da Câmara de Viseu integrar uma rede europeia de municípios que promovem boas práticas nos diferentes domínios, desde a condução justa de processos eleitorais, representação e participação, capacidade de resposta, eficiência e eficácia na gestão, abertura e transparência, conduta ética, competência e capacidade, boa gestão financeira, respeito pelos Direitos Humanos, diversidade cultural e coesão social, enfim, todas estas matérias em que nos permitirá ao aderir a esta Rede ELoGE, por um lado acompanharmos aquilo que é feito noutros municípios sobre estas matérias, no fundo ter acesso a boas práticas, mas também aderirmos a esta estratégia de inovação e boa governação, e podermos também ser elegíveis do ponto de vista de candidaturas futuras a esta rede. Portanto, no fundo estamos-nos a integrar numa rede europeia, a autoimpor à nossa prática do dia-a-dia aquilo que são as boas práticas europeias, em nome da transparência e em nome do respeito dos cidadãos e da boa governação.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra a Deputada Florbela Soutinho.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público Presente.-

No quadro da Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local, adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, foi criada uma distinção europeia a ser atribuída às autarquias locais que demonstrem ter alcançado um elevado nível de governação – O European Label of Governance Excellence.-----

Esta distinção é atribuída às autarquias que demonstrem ter alcançado um elevado nível de governação, tendo por referência 12 Princípios que incorporam a referida Estratégia. A candidatura a esta certificação pressupõe a prévia adesão formal aos 12 Princípios da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao nível local pelos órgãos eleitos do Município.- Destes, e porque estamos aqui para apreciar e votar a proposta de manifestação de interesse a tão distinta certificação, quero destacar alguns desses princípios que reforçam o crescimento que o nosso município tem tido na qualidade da democracia levada à prática:-----

O 1.º - Eleições, Representação e Participação Imparciais - Todos os homens e mulheres podem ter voz na tomada de decisão. Porque os cidadãos constituem o centro da atividade pública e são envolvidos na vida pública local.-----

O 4.º - Abertura e Transparência - A informação relativa a decisões, a implementação de políticas e seus resultados é disponibilizada ao público, é permitido um efetivo acompanhamento pelos cidadãos que podem apresentar os seus contributos.-----

O 6.º princípio - Conduta Ética – Existem medidas eficazes para prevenir e combater todas as formas de corrupção.-----

O 8.º Inovação e Abertura à Mudança – o município promove soluções novas e eficientes para os problemas, são desenvolvidos métodos modernos de prestação de serviços; mostra-se disponível para experimentar e pilotar novos programas, à semelhança do que acabámos de presenciar nesta cerimónia no Salão Nobre dos Paços do Concelho, e também todos os projetos que ouvimos hoje na intervenção do Sr. Presidente da Câmara.-

O 9.º princípio, que na minha modesta opinião deveria estar exequo com o 1.º - Sustentabilidade e Orientação de Longo Prazo – Porque as necessidades das gerações futuras são tidas em linha de conta nas políticas atuais; porque a sustentabilidade da comunidade local é constantemente tomada em consideração; porque existe uma visão ampla e de longo prazo sobre o futuro da comunidade local; ao mesmo tempo que existe uma compreensão das complexidades históricas, culturais e sociais em que esta visão está alicerçada.-----

O 10.º princípio - Sã Gestão Financeira - Os preços e tarifas não excedem o custo dos serviços prestados e não provocam reduções significativas da procura; e existe uma programação orçamental plurianual, preparada com consulta pública.-----

Princípio 11.º - Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Coesão Social – Porque os direitos humanos são respeitados; o acesso a serviços essenciais é preservado, em particular em relação às franjas mais desfavorecidas da população.-----

E por último, o 12.º princípio - o princípio da Responsabilidade – porque temos sempre ouvido os decisores a assumirem a responsabilidade pelas suas decisões, sejam elas coletivas ou individuais.-----

Esta Estratégia constitui um instrumento orientado para a melhoria da governação local e para a qualidade de vida dos cidadãos, pelo que a bancada do PSD manifesta o seu interesse nesta certificação, o que muito nos orgulhará como viseenses, como cidadãos de um município que aposta na elevada qualidade de governação onde todos contam; onde as pessoas têm oportunidades de influenciar as decisões municipais que são do seu interesse; como cidadãos de um município inovador e aberto à mudança, com uma governação transparente, e que se preocupa com a sustentabilidade e orientação a longo prazo.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. E não havendo mais nenhum pedido de intervenção, íamos pôr de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 454/455).-----

Entrávamos no Ponto 6 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO/REDUÇÃO DE TAXAS – MERCADO 21 DE AGOSTO**. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Permita-me só uma notazinha de congratulação pela intervenção da Senhora Deputada Florbela Soutinho que soube interpretar muito bem como é que a democracia representativa se complementa com a democracia participativa e dentro da transparência e de proximidade com os cidadãos, e portanto, agradecer a intervenção que fez, que sintetiza bem todo o espírito que está na base desta candidatura e da adesão a estes princípios, que parecem um coisa de somenos importância mas no fundo é um exercício de autodisciplina e de assunção de um conjunto de valores que não eramos obrigados a isso, mas que estamos a fazê-lo de uma forma voluntária.-----

Indo agora ao Ponto 6, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito rápido. No fundo trata-se de colocar aqui alguma justiça, nós temos alguns inquilinos do nosso Mercado Municipal que vieram para a galeria de cima com preços iguais aos que tinham na galeria de baixo o que coloca uma situação de desigualdade a outros que já lá estavam. Portanto, a redução dos 30% sobre o valor das taxas de ocupação das lojas é para introduzir equidade de tratamento, igualdade de tratamento nos diferentes inquilinos, antes do processo seguinte que se seguirá à reabilitação/requalificação do Mercado Municipal cujo projeto contamos apresentar em breve. Portanto, basicamente é isto, é só uma questão de justiça e de consideração por pessoas que já lá estão há muitos anos e que estão neste momento a pagar uma renda bastante acima das outras que entretanto foram para o andar de cima.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Colocava à discussão. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Agradecer Senhor Presidente da Câmara o esclarecimento que aqui fez, porque de facto, a redação, deve ser defeito meu, mas eu tive alguma dificuldade em perceber o que é que efetivamente se queria dizer com o documento que nos foi facultado, de tal modo que, mesmo sendo eu cliente do Mercado 21 de agosto, propositadamente me dirigi a alguns comerciantes para ver se compreendia o que é que de fato estava em causa aqui nesta situação. Percebi que de facto os comerciantes nomeadamente os do queijo e do pão a quem tinha sido proposto passar para a galeria em igualdade de circunstâncias e portanto, relativamente aquelas em que se encontravam e que essas condições se iriam manter, que de facto pagavam uma taxa um bocadinho inferior relativamente a outros que já lá estavam e portanto, a redução dos 30% se é apenas isso que aqui está em causa, naturalmente que terá o nosso voto favorável sem qualquer reserva, no entanto eu não posso deixar de trazer aqui algumas das preocupações, enfim, e vai-me perdoar, é verdade que está em causa apenas a questão da redução das taxas, mas nesta conversa que tive com os vendedores naturalmente que ouvi algumas preocupações e que se a Mesa me autorizar eu também eu trarei aqui relativamente ao Mercado 21 de Agosto. É claro que a primeira questão que me colocaram foi: Então porque é que isto não é extensível a todos? O Senhor Presidente acabou de explicar e portanto, eu compreendo de facto aquilo que se passa. Mas, há uma preocupação muito grande da parte dos vendedores e nomeadamente destes que pagam taxas mais baixas relativamente aquilo que também aparecia no documento que nos é entregue e que fala em atualização. Portanto, eu vi de facto o regulamento das taxas, eu vi o regulamento do mercado que foi até aprovado aqui nesta Assembleia e não consegui encontrar que houvesse informação sobre alguma periodicidade para atualização das taxas e portanto, perante a preocupação que os vendedores manifestaram eu gostaria de perguntar se está prevista uma atualização e para quando, e espero naturalmente que essa atualização venha aqui, os valores venham aqui a esta Assembleia para podermos então

preenunciá-los sobre isto. Esta preocupação dos comerciantes com quem eu falei, alguns deles vai no sentido de que de facto haja um aumento muito grande nessa atualização das taxas, e que possa eventualmente até pôr em causa um serviço social que eu acho que é de grande valor que está a ser efetivamente prestado, nomeadamente por alguém que vende ali pão. Aquilo que me foi dito foi que: A Ordem dos Terceiros é o maior cliente de pão de uma das lojas ali instaladas, de tal forma que a troca de um pequeno abatimento do preço, que este vendedor faz, as pessoas carenciadas que se dirigem à Ordem dos Terceiros procedem ao levantamento de pão apresentando senhas que são distribuídas por esta Ordem, e este comerciante dizia-me se eventualmente o aumento da taxa for muito elevado eu não vou conseguir dar continuidade a este serviço social que nós consideramos que é inclusivamente um exemplo que poderia ser seguido por outras instituições nomeadamente de caráter social e que certamente contribuiriam para a sustentabilidade da nossa praça. Dizer ainda também já agora, que alguns dos vendedores se queixaram de que, na medida em que os vendedores produtores não passaram para a parte do mercado em que inicialmente era previsto instalarem-se, o que acontece neste momento é que, a maior parte dos clientes que têm são idosos e têm muita dificuldade em subir as escadas e ir até à galeria, e já houve quedas, já houve pessoas que ficaram magoadas, e já houve inclusivamente a dificuldade do INEM aceder ao local onde as pessoas estavam e que se tinham magoado, e portanto, pedem que de facto esta situação seja atendida, nomeadamente também para as descargas que são feitas antes do mercado abrir, porque o que me dizem é que efetivamente, não abrindo a entrada do mercado que dá para António José de Almeida, para a Rua António José de Almeida, há de facto vendedores que têm que carregar, porque o elevador não dá resposta às necessidades e portanto, têm que carregar pesos imensos para conseguirem abastecer as suas lojas e portanto, pediram-me que efetivamente trouxesse aqui estas preocupações. Muito obrigada.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção, dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **SESSENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente, só para lhe dizer que estas preocupações conheço-as eu já há vinte anos, e foram-se agravando com o tempo. Costuma-se dizer que, “o que nasce torto tarde ou nunca se endireita”, e aquele mercado nasceu torto, nasceu num projeto que até arquitetonicamente pode ter a sua valia, enquanto mercado nunca cumpriu bem a sua função e espero que eu consiga endireitar a vara torta, a sombra da vara torta não é? Parece que é um exercício difícil aquilo que estamos a fazer neste momento. Se há alguém tem feito um trabalho de grande proximidade com todas as pessoas do mercado, tenho sido eu e minha equipa, designadamente o Engº João Paulo Gouveia e temos dinamizado o mercado em várias alturas do ano, as tais festas e festinhas que vocês criticam, também são feitas lá no mercado para chamar pessoas a irem lá comprar coisas aos nossos comerciantes, para amenizar as condições, quem vai ao mercado sabe que colocámos uma lona com dignidade que permite pelo menos amenizar no inverno as condições muito agrestes que tinham as pessoas no andar de baixo, sabendo todos, sabendo nós que isto são remendos. Nós vamos fazer uma reestruturação profunda daquele mercado, o projeto está neste momento quase concluído, assumi esse compromisso com as pessoas e disse mais, disse aos utentes do mercado que seriam as primeiras a saber, e a solução daquele mercado passará por ter todo o mercado num piso só, isto é, no futuro, quando o projeto for apresentado e felizmente também já tenho financiamento para ele, quando o projeto for apresentado em primeira mão aos utentes do mercado, eu penso que a forma como ele esta a ser construído vai permitir que efetivamente criemos ali uma ou duas âncoras que viabilizem o mercado e que o mercado viabilize também as âncoras, é que dessa simbiose possamos encontrar uma boa solução para algo que nasceu torto e portanto, tenho a pretensão de endireitar a vara torta, a sombra da vara torta, no caso concreto do mercado, conhecendo-o de ginjeira a maior parte daquelas pessoas que lá estão, quase que me

tratam pelo nome próprio, já fui mais vezes seguramente ao mercado do que, não direi que a Senhora Deputada porque vai lá seguramente fazer compras, eu não vou muitas vezes fazer compras mas visito com muita frequência tenho uma relação de muita proximidade com aquelas senhoras todas e com aqueles senhores todos, e é exatamente em nome dessa proximidade e do meu sentido social que estou a fazer esta alteração aqui, não levanta dúvidas nenhuma, é só para pôr em situação de igualdade pessoas que estavam em situação de desigualdade e as pessoas também sabem que eu tenho um compromisso, eu já disse a todas as vendedoras que não farei nenhum aumento de taxas enquanto não for feita a reabilitação do mercado, isto é um compromisso de Honra e eu honro sempre os meus compromissos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então colocar à votação. **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO/REDUÇÃO DE TAXAS – MERCADO 21 DE AGOSTO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 456/457**).-----

Passávamos ao Ponto 7 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEM – PARQUE EMPRESARIAL DE MUNDÃO - AQUISIÇÃO DE TERRENO.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Gostava de enquadrar esta proposta para que todos fiquemos com uma noção exata do que está a ser feito no município do ponto de vista da política de solos industriais. De facto o Município de Viseu não tinha terrenos para poder entrar na disputa do dia-a-dia da captação de investimento, procurámos pegar naquilo que estava mais à mão, exatamente num Parque Empresarial de Mundão que estava parado à vários anos com terrenos a serem vendidos a preços muito elevados e que obviamente não eram atrativos do ponto de vista do investimento. Fizemos uma negociação que nos permitiu sair da GestinViseu com benefício para o próprio município, entretanto, desenvolveram-se alguns contactos, por exemplo a Habidecor, com a intervenção da câmara fez a negociação que permitiu comprar os terrenos designadamente a 3€/m2 há cerca de meio ano, para instalação da sua fábrica e neste processo complicado de permanente negociação com a empresa para negociar valores de terrenos. Paralelamente a isso, procurámos alargar aquilo que seria a visão do município do ponto de vista da oferta. Está neste momento pronto o projeto de ampliação do Parque de Coimbrões com uma garantia, o município irá avançar progressivamente com a infraestruturação, deixará que sejam os privados proprietários dos terrenos a fazerem a negociação, não faz sentido nenhum o município estar a comprar terrenos caros para depois os atribuir a preços mais baixos num sítio onde já se chega a atingir 75€/m2 de venda de terreno, portanto, não faz sentido nenhum, faremos a infraestruturação e imputaremos a quem vier a ter as mais-valias a parte do investimento que o município vai fazer, portanto, através da perequação que é aplicada, e ao mesmo tempo, tomámos a decisão de ampliar o Parque de Mundão e assumir o Parque de Mundão como algo do município para quê? Para podermos ficar com outra flexibilidade do ponto de vista, designadamente de negociações que temos em curso, que é importante termos a propriedade deste terreno. Ao mesmo tempo, lançámos o novo Parque de Lordosa, isto é, pensando numa dupla vertente, pensando no Parque de Lordosa, é a única candidatura, abriu uma *call* para a apresentação de candidaturas a parques empresariais, nós fizemos só a opção por Lordosa, exatamente na tal perspetiva de criarmos uma âncora de desenvolvimento económico que prevê um nó de ligação à A24 e permitir que nós possamos ter finalmente ali em linha de 2 quilómetros com o Aeródromo, cruzado pela A24 um espaço também de acolhimento empresarial onde obviamente que face à sua dimensão nos vai permitir comprar terrenos e expropriar terrenos a preços competitivos que nos permitirão ter um espaço de captação de investimento também do ponto de vista

industrial, o que significa que se somarmos a isto também o Parque do Campo, que separámos, o Parque do Campo que já tem uma via estruturante poder-se à desenvolver ao longo de essa via e com uma infraestruturização progressiva também que estará a ser feita por quem é proprietário dos terrenos. Portanto, a única opção de compra de terrenos para comercialização é Lordosa e agora em Mundão para no fundo o município poder ficar com terrenos que possam ser infraestruturados, e também estamos a seguir políticas em algumas freguesias, por exemplo, em Santos Evos temos um pequeno Parque Empresarial de 7 lotes que tem um acordo feito já entre mim e o Senhor Presidente da Junta, em que o município vai fazer o investimento mas a venda dos terrenos reverterá para o investimento e se houver alguma mais-valia, essa mais-valia ficará na Junta de Freguesia, e com outros Senhores Presidentes de Junta também estamos, isto é, no fundo o Município de uma vez por todas está a claramente apostado na captação e fixação de investimento no concelho, nas várias freguesias e isso acaba por ser de facto o motor da economia, fixam-se pessoas onde há postos de trabalho onde há riqueza criada. Depois do enquadramento no que estamos aqui a falar, para a promoção e a instalação/implantação de unidades industriais nesta área geográfica no fundo a colmatar uma falta de oferta de espaços qualificados para empresas no concelho. Fizemos um contrato promessa que tem em vista o interesse público e enfim, essencial desta atividade de promoção do próprio investimento, um contrato com a GestinViseu no Vale de São Domingos, portanto, em Mundão e a comprar à GestinViseu por 700 mil euros este terreno, obviamente que terá que ser sujeito a visto do Tribunal de Contas até pelo montante que está em causa e portanto, se olharmos aos vários números, e para que fiquem os dados todos muito claros, obviamente que mandatámos um perito oficial para avaliar estes terrenos, como é normal antes de comprar algum espaço, estes terrenos foram avaliados 1.249.643 euros o Valor Patrimonial que está nas Finanças é de 1.645.850 o terreno tem 150 mil metros quadrados, estas informações estão na documentação que foram entregues aos Senhores Deputados da Assembleia, e daí o Município avançar para a regularização de todo aquele terreno, portanto, no fundo, terraplanar aquele terreno, dividi-lo em lotes para responder a um conjunto de solicitações que tem neste momento em carteira que levarão à instalação de algumas fábricas naquele espaço. Como vocês também sabem, nós quando fizemos aquele acordo com a GestinViseu formatámos o preço, obrigámos entre aspas a Gestin Viseu a baixar o preço para 25 €/m² no terreno infraestruturado ameaçando até, se não chegássemos a um entendimento iríamos infraestruturar outro terreno a vender a preços mais baixos, que eles nunca mais venderiam nenhum lote e ao mesmo tempo no não infraestruturado a 10 €/m², portanto, no fundo o município está aqui a comprar terrenos que estão neste momento disponíveis para poder promover a instalação de empresas que estão a ser negociadas e está a fazer uma compra a um preço extremamente competitivo que nos permitirá responder no imediato, isto é, temos coisas em carteira que implicam uma resposta imediata, e esperamos no médio prazo, a 2, 3 anos estarmos também a apresentar soluções como referi, quer em Coimbra, quer no Campo, quer em Lordosa, para além de pequenos projetos de investimento como é o caso de Santos Evos que vão avançar de imediato, porque até já há potenciais investidores, não digo que esgotem a totalidade da capacidade, mas perto disso e portanto, para que percebam a política que estamos a seguir do ponto de vista da captação de investimentos, de fixação e obviamente que estes Parques Empresariais sendo geridos de uma forma articulada têm serviços comuns, têm uma forma de gestão completamente diferente e portanto, o Parque de Mundão, a expectativa que eu tenho é que ele num curto espaço de tempo, mais 2, 3 anos possa ele todo estar construído, aliás, é bem visível neste momento já as empresas que estão a construir, com projetos em fase de aprovação, que nos estimula a continuar a fazer este esforço de captação daquilo que é muito importante para a nossa região e para o nosso concelho. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente.

Alguns dos Senhores Deputados quer... tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **SESSENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)**: Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Colegas Membros da Assembleia, Comunicação Social e Público presente. Eu permitia-me uma nota prévia, com a paciência que temos tido hoje ao longo do tempo, talvez possamos ter aqui mais um pouco de paciência, que é uma constatação relativamente à intervenção com que o Senhor Presidente da Câmara encerrou o ponto de informações do Presidente da Câmara à Assembleia, constatei que fez uma enumeração algo exaustiva, bem específica, concreta, de uma série de obras e eventos a decorrer e programadas na cidade nomeada e particularmente no Centro Histórico. Quando se refere aquilo que se pretende para as freguesias diz-nos para perguntarmos aos Presidentes de Junta. Os Presidentes de Junta são escrutinados nas respetivas Assembleias, não é nesta Assembleia que têm que ser escrutinados, e tendo aqui nós que pedir contas a uma única pessoa que é quem tem a responsabilidade do concelho que é o Presidente da Câmara, não temos que andar a perguntar isso nem escutinar os Presidentes de Junta. Dada esta nota prévia e relativamente ao Parque Industrial de Mundão, relativamente ao terreno adquirido pelo município para ampliação do Parque Industrial de Mundão, começo por lembrar que em fevereiro de 2014 este mesmo município resolveu abandonar a GestinViseu, onde tinha um determinado Capital Social e como contrapartida desse Capital Social recebeu 3 lotes de terreno devidamente infraestruturados, que era digamos assim, o pagamento do Capital Social com que a Câmara tinha até então integrado a GestinViseu. Passado algum tempo, perguntou-se aqui ainda como estava esse negócio, não tinha sido ainda devidamente formalizado o negócio contudo o município, o Senhor Presidente da Câmara justificou todo aquele negócio com a possibilidade de haver duas soluções para isto, daí ter optado por receber os lotes infraestruturados para pagamento do Capital Social. Evitar o risco de integrar uma falência e os respetivos custos e o tempo que isso demoraria a resolver e portanto, todo o tempo que iria estar à espera de poder ter terrenos disponíveis para oferecer à captação, aquilo que chama de captação de indústria para o nosso concelho e que de certa forma eu concordo absolutamente. Em novembro de 2014 ainda não estava de facto essa formalização concretizada. Independentemente da formalização ou não, que me parece que estará formalizada segundo aquilo que eu consegui constatar, perguntava se esses lotes de terreno, esses 3 lotes de terreno estão ou não disponíveis e servem ou não servem os objetivos? Como que agora se adquire um terreno a uma empresa com a qual se cortaram relações, porque abandonar da forma que se abandonou aquela empresa, é digamos, fugir às responsabilidades, se calhar bem, de assumir os custos que aquela empresa poderia ter numa falência, mas agora reatamos aqui o negócio, um negócio que independentemente dos valores que até podem parecer um negócio favorável, pelo que se constata a infraestruturação não será assim tão fácil. Por outro lado, o contrato promessa deixa antever uma certa pressa, uma certa intenção de haver pressa em resolver esta questão, e nós perguntamos, qual é o objetivo desta pressa? Não temos já terreno disponível e infraestruturado? Temos que comprar mais este para depois disponibilizar? Não chega aquele que temos, ou temos de facto objetivos concretos e bem especificados e definidos para podermos ocupar todo aquele terreno que agora juntamente com aquele que já tínhamos o Parque Empresarial de Mundão dispõe. Gostava de ver bem explicado esta situação por forma a percebermos o que é que se pretende concreta e exatamente com mais este terreno a juntar aos outros todos e qual o destino que se pretende dar-lhe efetivamente? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **SESSENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA**

RIBEIRO DE CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados. Eu confesso que ouvi com a maior apreensão Vossa Excelência declarar que fez um contrato-promessa antes de trazer este assunto a votação à Assembleia, é que na realidade um contrato-promessa implica deveres e direitos e muito normalmente tem uma cláusula penal. Vossa Excelência assina um contrato promessa, imagine por hipótese que chegava aqui e a Assembleia votava contra, como é que Vossa Excelência, desculpe o termo proletário, como é que se desenrascava numa situação dessas. Eu com toda a franqueza.....

- *O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo:* Está lá escrito.....

- (alguns Senhores Deputados dos seus lugares fazem alguns comentários no entanto na gravação não se percebe o que foi dito)

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.....

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma sua intervenção dizendo:* Perdão!.....

(voltam a ser feitos comentários que não são perceptíveis na gravação)

- *O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.....

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo:* Eu pergunto concretamente, se a Assembleia votar contra o que é que Vossa Excelência faz?.....

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.....

----- **SETENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Ora bem, estamos aqui perante um terreno que é vendido por um valor substancialmente inferior ao montante de mercado, considerando a avaliação anexa. Percebendo-se a finalidade da venda, não pode olvidar-se que se trata de uma alienação a uma entidade privada pelo valor de 700 000 € (Cláusula 2.ª do Contrato Promessa), (e aqui sublinho aquilo que já foi dito ali pelo Deputado Ascensão, qual é a pressa? E pelo Deputado Ribeiro de Carvalho) comparado ao valor patrimonial de 1 645 850 € referido na Cláusula Primeira do Contrato Promessa e o valor de avaliação do perito de 1 249 643,54 €, constante de folhas 21 do relatório de avaliação do perito.....

Este afigura-se num negócio ruinoso para o Município de Viseu e põe inequivocamente em causa o interesse público. Se o Município de Viseu pretender disponibilizar terrenos para a instalação de empresas, que o faça diretamente, garantindo a criação de empregos com qualidade e sem precariedade e sem subsidiar de forma encapotada uma entidade privada. Este é um negócio escandaloso e merece um naturalmente um voto contra do Bloco de Esquerda.....

Transcrição integral da Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues referente ao Ponto 7 da Ordem de Trabalhos:.....

Voto contra a proposta de PEM – Parque Empresarial de Mundão – aquisição de terreno.-

“Votei contra a proposta de PEM – Parque Empresarial de Mundão – aquisição de terreno, uma vez que o terreno é vendido por um valor substancialmente inferior ao montante de mercado. Percebendo-se a finalidade da venda, não se pode olvidar que se trata de uma alienação a uma entidade privada pelo valor de € 700 000 (Cláusula 2.ª do Contrato Promessa), comparado ao valor patrimonial de € 1 645 850 referido na Cláusula Primeira do Contrato Promessa e o valor de avaliação do perito de € 1 249 643,54, constante do relatório de avaliação do perito......

Este é um negócio ruinoso para o Município de Viseu e põe inequivocamente em causa o interesse público. Pretenda o Município de Viseu disponibilizar terrenos para a instalação de empresas, que o faça diretamente, garantindo a criação de empregos com qualidade e sem

precariedade e sem subsidiar de forma encapotada uma entidade privada. Este negócio é um escândalo e merece um veemente voto contra”.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **SETENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social. Já agora uma questão prévia porque eu faço estes cumprimentos todos, não é por uma questão de gozo, prazer, mas é assim a forma correta de se dirigir, de certeza que ainda estamos recordados que há poucos anos atrás havia um Secretário de Estado que não queria cumprir isso na Assembleia da República e teve que repetir 6 ou 7 vezes até se dirigir corretamente, dizendo na altura Senhor Presidente, Senhores Deputados porque efetivamente está instituído e por isso é que eu faço estas repetições de cada vez que venho aqui, porque é isso que efetivamente está consignado. Relativamente a este assunto, já agora, o Partido Socialista continua a vir aqui demonstrando duas coisas. Já disse isto no passado, volto a dizer hoje e de certeza que há-de haver necessidade noutras sessões de voltar aqui a dizê-lo. Primeiro, nota-se que não há articulação entre o Grupo Municipal e os respetivos Vereadores, mas isso é um problema obviamente do Partido Socialista, porque vêm aqui com tantas dúvidas e não questionam quem efetivamente tem o mandato de Vereador e também é comprovado que não leem os documentos que estão disponibilizados e por isso perguntas, qual é a pressa? E qual é o objetivo? Eu quero dizer que bastaria, bastaria ler, ou bastará ler a Ata que está disponibilizada para todos nós, estamos a falar de um bocadinho assim de texto, em que claramente lá está definida essa questão. Relativamente ao Bloco de Esquerda, pronto, veio dizer também mais da mesma, os privados deviam ser proibidos de exercer, de criar emprego... eu não sei como é que quem diz isto é alguém que é empresário, portanto, se calhar era bom o Bloco de Esquerda propor aqui que fosse nacionalizado também alguns estabelecimentos comerciais porque não faz sentido estarem na mão privada, quer dizer, pronto. Ainda a intervenção que tinha efetivamente preparado dizer o seguinte:-----

Neste Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciamos a Proposta de aquisição de um terreno para o Parque Empresarial de Mundão.-----

A Câmara Municipal de Viseu, ao referir que existem empresas à procura de terrenos para se instalarem em Viseu, mas que não existem espaços disponíveis, pelo que a Autarquia tem necessidade urgente de adquirir terrenos para poder dar resposta positiva às mesmas, evitando o risco de as mesmas se irem localizar em outros concelhos, bastaria esta justificação para obviamente obter o voto favorável por parte do PSD.-----

Mas a proposta que nos é apresentada, não fica só por aqui, e como de um negócio se trata, afirmamos desde já que o consideramos um bom negócio, pelas razões que a seguir vamos apresentar:-----

Se a aquisição dos terrenos contribui para a fixação de novas empresas, estamos mais uma vez a falar de crescimento económico, estamos mais uma vez a falar de novos postos de trabalho, estamos mais uma vez a falar do combate ao desemprego.-----

Mas esta proposta representa ainda uma resposta célere e eficaz a um problema concreto, visto que não estarão para breve disponíveis os terrenos do Parque Industrial de Coimbrões fruto da sua expansão, já no caso do Parque Empresarial de Mundão garantem essa mesma celeridade.-----

Por isso, a Câmara Municipal de Viseu, depois de já ter encontrado uma solução para o problema que representava a GestinViseu, fruto de uma negociação longa e dura, como sabemos, encontrou agora um quadro de acordo que permitiu negociar cerca de 150.000 m2, a um custo inferior a metade do valor registado nas finanças e 40% abaixo do valor da avaliação de perito independente da lista oficial.-----

Apesar da muita espuma política que o Partido Socialista tenta lançar sobre o facto de os terrenos serem da GestinViseu, a verdade é que a contrapartida é irrelevante para o processo, e o preço alcançado de 700.000 €, só pode ser entendido como sendo efetivamente um bom negócio.-----

Assim sendo, obviamente o voto do Grupo Municipal do PSD será favorável à aquisição dos referidos terrenos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires. -----

----- **SETENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Reitero os cumprimentos já aqui apresentados e numa nota prévia dizer que tudo aquilo que vou dizer naturalmente se baseia na leitura apurada dos documentos disponibilizados não só agora mas também que anteriormente nos foram disponibilizados. Quando em 28 de Fevereiro de 2014, vim a esta tribuna afirmar que o negócio que a Câmara de Viseu tinha realizado com a GESTIN, trocando a sua participação naquela Sociedade por três lotes sobrevalorizados no PEM era um “negócio da China”, estava longe de imaginar os desenvolvimentos que a situação iria ter.-----

A proposta que hoje nos é apresentada afigura-se ainda mais inexplicável do que a de 2014, por não haver qualquer dúvida de que a Câmara está a comprar à GESTIN, da qual saiu para não ser envolvida na sua previsível insolvência, os seus próprios terrenos.-----

Basta ler os documentos que nos foram distribuídos para ficarmos certos disso. É só consultarem. Depois do documento que contém o contrato de compra e venda, vem a Certidão do Registo Matricial. E o que é que consta nesse documento: que o terreno que a Câmara agora quer adquirir por 700 mil euros, foi “Cedido Gratuitamente”, repito “Cedido Gratuitamente” à Câmara Municipal em 2001, pela Junta de Freguesia de Mundão e incorporado posteriormente na Gestin, aquando da constituição da dita sociedade. Com o devido respeito e apenas para usar uma expressão popular que caracteriza a situação em meu entender, sem qualquer objetivo de ferir a honorabilidade de quem quer que seja, é como “roubar as galinhas e vendê-las ao dono”.-----

Recorde-se que a Junta de Freguesia do Mundão cedeu na altura 167.000 m2 e que a Câmara quer adquirir agora neste negócio 152.000 m2.-----

Não temos nada contra as aquisições de terrenos para expansão das zonas industriais ou empresariais, ao contrário do que o Senhor Presidente pensa. Como sabe, muitos dos concelhos que a CDU governa são dos mais industrializados do País, de Palmela ao Seixal, de Loures a Setúbal, e olhe que os empresários estão muito satisfeitos com a nossa gestão.-- Isso é uma coisa, outra coisa são processos que em minha opinião lesam o interesse público, uma vez que o património a adquirir era pertença do Município. Não pode haver duas interpretações: A entrada da Câmara na Gestin, foi um desastre. O processo da saída da Câmara da Gestin foi ruinoso para o município. O negócio que se pretende efetuar agora é imoral, por configurar uma apropriação indevida pela Gestin de terrenos municipais, por afrontar profundamente a boa-fé com que a Freguesia de Mundão disponibilizou esses terrenos em 2001, por estar a Câmara a alimentar com dinheiros públicos um nado morto.-----

A esse propósito, lembrava aqui as palavras do Senhor Presidente na sessão de fevereiro de 2014, em resposta aos questionamentos do Dr. Ribeiro de Carvalho e aos meus: “ se por qualquer razão por exemplo, a empresa entrasse em insolvência, a Câmara como sabe tem sempre o direito de preferência. Portanto, estará sempre salvaguardada do ponto de vista futuro para os terrenos ...”. Como a Gestin não entrou em insolvência, sendo que se entrasse a Câmara teria de suportar 8% da dívida, ainda nas palavras do Senhor Presidente, a Câmara trata de salvar a Gestin e a Parque Invest comprando a 4,6 euros o m2 terrenos próprios. O Tribunal de Contas nunca irá aprovar tal transação.-----

Apenas como curiosidade, o que foi feito dos três lotes que a Câmara recebeu da Gestin como ressarcimento da sua quota na sociedade? Como já estavam urbanizados e prontos a edificar, já foram ocupados por quais empresas?-----

A CDU irá votar contra esta proposta de aquisição e tudo fará para que o erário público não saia penalizado deste rocambolesco negócio. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **SETENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Colegas Deputados da Assembleia, Público em geral e Comunicação Social. Eu só vim aqui por dois motivos: Primeiro clarificar que nós trabalhamos como entendemos com os nossos Vereadores, pura e simplesmente. Não sei se por acaso alguém anda a espionar o nosso relacionamento e os nossos trabalhos, mas nós trabalhamos com eles tenha a certeza absoluta, e a prova disso é que nós vamos votar consentaneamente com aquilo que os nossos Vereadores votaram na Câmara.-----

Em segundo lugar, eu estou para ver se o negócios é de facto um negócio bom, porque só no fim quando formos vender é que se faz aqui o saldo entre o Deve e Haver, aquilo por que se comprou, aquilo que se lá investiu e aquilo porque se vai vender. É certo, eu sou das pessoas que entendo que a câmara tem que trabalhar para os seus munícipes, captar empresas, se calhar a perder também se ganha, mas quando se diz que é um negócio bom, o negócio só é bom quando se consumir concretamente e definitivamente tudo aquilo que é o objetivo daquele terreno. Aquele terreno é para integrar num parque industrial que já tem alguns lotes que também como a Senhora Deputada da CDU disse, e eu já tinha referido, não sabemos ainda bem aonde é que eles estão ou que utilidade lhe foi dada e mantenho a mesma pergunta que fiz há pouco. Qual é a pressa? Há-de haver aqui algum objetivo e disso é que também gostávamos de ser esclarecidos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. De facto às vezes o Presidente da Câmara tem que ter muita paciência, para aceitar que os Senhores Deputados não leem as Atas da Assembleia nem as Atas da Câmara. Se lessem as Atas da Câmara saberiam que estes três lotes de terreno já foram vendidos, dois foram vendidos à TCS e outro foi vendido à AIGA, que são três projetos de investimento que estão em curso neste momento em Mundão. É pá, é só ler as Atas, aprovado por unanimidade por todos os Vereadores. Por amor de Deus, não me obriguem a fazer o vosso trabalho, já disse isto várias vezes, é que basta ler as Atas, quer dizer, agora o Presidente da Câmara vende terrenos com escrituras e faz ali um rascunho? Não, o Presidente da Câmara faz tudo legalmente, com transparência, não posso vender um metro de terreno que não seja com autorização da Câmara Municipal, obviamente que tenho que levar, está aqui quem fez a escritura em nome da câmara, está aqui à minha esquerda, com os poderes próprios que lhe foram delegados pelos colegas do Conselho de Administração da Câmara, por amor de Deus, nós temos uma gestão transparente, nem a Lei nos permitiria que fosse de outra maneira e meu caro amigo Ribeiro de Carvalho explique-me lá, de jurista para jurista, de advogado para advogado, agora com inscrição suspensa do meu lado, como é que se manifesta a vontade de duas partes que querem fazer um negócio? Como é que a câmara tinha que fazer do ponto de vista jurídico para se comprometer com a compra destes terrenos? Diga lá qual era a figura jurídica? Só conheço uma figura que é o contrato promessa, obviamente que nesse contrato promessa tem que ficar salvaguardado...-----

- **O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho intervém questionando:**
E está?-----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* Claro que está, que sem a aprovação do Tribunal de Contas e sem a aprovação da Assembleia não é válido, tão simples como isso, sem ter qualquer cláusula penal. Desculpe, leia a documentação. O Deputado Ribeiro de Carvalho, somos os dois advogados, eu é que neste momento não estou no exercício de funções, porque estou em exclusividades de funções nesta matéria, leia a documentação para não fazer perguntas dessas ok, leia, está lá tudo devidamente salvaguardado, olhe, revisto por uma colega nossa que é Chefe de Divisão da Câmara, isto passa tudo pelos Serviços Jurídicos da Câmara a pente fino. Sabe qual é a máxima que uso na câmara? “Dura lex, Sed lex” isto é, eu nunca aprovo nada e está aqui uma Senhora Deputada da Oposição que não me deixa mentir, eu já disse várias vezes, quando eu trago algum assunto à Reunião do Executivo é porque passou previamente pelo crivo dos Diretores de Departamento, Chefes de Divisão e Divisão Jurídica, se tivermos dúvidas adia-se para a reunião seguinte. O senhor aí, ao fazer as votações não compromete nada, nós aqui, comprometemos a responsabilidade civil e criminal até 10 anos depois..... (Um Senhor Deputado intervém, no entanto na gravação não é perceptível o que foi dito) ---

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:*... Sim, mas na generalidade, vocês só no orçamento e pouco mais, tudo aquilo que traga ónus para o município, agora, nós todos os 15 dias, em todas as deliberações que tomamos, estamos a assumir responsabilidades que nos vão acompanhar 10 anos após a saída de funções do ponto de vista civil e criminal. Acha que eu ia cometer argoladas dessas? Só se algum dia alguém me pregar alguma rateira, espero que nunca ninguém me pregue uma rasteira. Portanto, que fique bem claro Senhor Deputado, que por um lado os terrenos já foram vendidos, os tais terrenos, e que vocês tinham obrigação de saber e por outro lado que, obviamente que as coisas estão salvaguardadas, e já agora, deixem-me fazer um pequeno histórico, porque é muito fácil falar. Bem, é ótimo porque estamos a discutir investimento, é fantástico, na Assembleia Municipal de Viseu, estamos a discutir investimento, compra de lotes para fábricas, postos de trabalho, é isso que estamos a discutir, deviam estar ali e dizer assim: Ó Senhor Presidente, parabéns pelo trabalho que anda a fazer, isto não cai do céu, meus caros amigos isto não cai do céu, enquanto neste momento o investimento está como está no país, nós estamos a conseguir captar investimento para o nosso concelho, eu acho que isso no mínimo é um princípio de hombridade e até de alguma humildade dizer assim: Olhe, o Senhor Presidente está de facto conseguir captar investimento para o concelho. Olhem, e nem estou a meter AICEP nisto sabem? Mas sabem porquê? Porque se eu meter AICEP é certo e sabido que não vem parar a Viseu. Porque se for nesta negociação direta nós conseguimos trazê-los, se a AICEP se meter ao barulho vai levar sempre para os mesmos sítios, é sempre para o litoral que os investimentos vão, e às vezes com os critérios... portanto, vamos continuar a fazer assim. Agora, vamos só fazer um *rewind* para perceber como este negócio foi feito. Nós quando chegámos à câmara, tínhamos um parque bloqueado chamado Parque de Mundão, que estava a vender terrenos, muitas vezes a 75 €/m2 e que o mercado não comprava, porque objetivamente com outras ofertas nos concelhos à volta, ou noutros concelhos, qual era a mais-valia para as pessoas comprarem terrenos e investirem em Viseu? Qual foi a minha primeira preocupação? Negociar com a GestinViseu para fazer baixar os preços dos terrenos, e quando verifiquei que a GestinViseu estava num processo de insolvência, foi rapidamente retirar a câmara de um processo de insolvência e isso têm que reconhecer que é um exercício de boa gestão, retirar a câmara do risco de ter que ir a reboque de um processo de insolvência, foi logo a primeira preocupação, saíamos do capital e vamos comprar os lotes de terreno. Diz o Senhor Deputado Ascensão que faz tudo muito rápido: Demorou muito tempo. Sabe porque é que demorou? Porque esta GestinViseu entrou em PER o Plano Especial de Revitalização, estão aqui Advogados Distintos que sabem bem o que é isto, acordos com os bancos e com os diferentes fornecedores, quando chega a altura de alienar património, todo o processo é feito à volta. Para venderem um metro que seja de

terreno têm que ir outra vez ao Conselho de Credores para ver se o Conselho de Credores aceita ou não aceita aquele preço e como sabem, nem sempre é fácil, até porque estes terrenos estão escriturados no Processo de Revitalização, no PER, estão escriturados no Plano de Recuperação da própria empresa por valores bastantes superiores a estes porque foram vendidos à Câmara de Viseu, isso está lá tudo, ora, nós dissemos assim: Nós só compramos a este preço. Este preço foi fixado por nós, nem mais um centímo, porque este é o preço que achamos justo até porque ainda temos de infraestruturar o terreno para depois o poder vender, é isso que estamos a fazer com total transparência, agora, precisamos de terrenos para entidades que estão neste momento em negociação com a Câmara de Viseu e neste momento, os terrenos disponíveis que temos são aqueles, vamos é resolver o problema de trazer o investimento para cá, eu quero postos de trabalho, quero indústria quero valor acrescentado como nos vai trazer a IBM, quero investimentos como nos traz a CUF, se estiverem em desacordo votem contra, eu continuarei a trazer aqui sempre tudo o que possa servir para o nosso concelho crescer e ganhar autossustentabilidade, e sei que estou a interpretar a vontade dos que lá estão fora. Quando eu prestar contas daqui a um ano, eu vou falar nisto tudo às pessoas e sei que as pessoas estão a entender porque são postos de trabalho para os seus filhos, são postos de trabalho para as pessoas que estão desempregadas e até em alguns casos, pessoas que já estão a optar por regressar a Viseu, como há casos, que já estão a vir para cá, ainda ontem na CUF, verifiquei que há pessoas que estavam fora que fizeram a opção de vir outra vez para Viseu viver, para o Hospital da CUF, como sei que também no recrutamento da IBM há pessoas já estão a regressar a Viseu, isto é que é bom, é nisto que eu me empenho, o que me motiva não é esta guerrilha aqui, não é este “bota abaixo” que algumas pessoas têm permanente, o que me motiva é interesse dos cidadãos de Viseu que me elegeram a mim e a toda a minha equipa, e até ao último dia, enquanto estiver nesta função com a confiança dos cidadãos de Viseu darei o meu máximo, e esfarrapo-me todo se for necessário para conseguir captar investimento para esta nossa terra porque isso é fundamental. Agora, não aceito juízos de valor, não aceito juízos de intenção de menor ou maior transparência, eu não sei se o Tribunal de Contas vai validar o negócio ou não, obviamente que ele vai passar por lá, agora, vem aqui uma justiceira “isto vai chumbar no Tribunal de Contas”, trata por tu se calhar os Juízes do Tribunal de Contas e sabe mais do que os Juízes do Tribunal de Contas. Este contrato é absolutamente transparente e obviamente que vamos aguardar o veredito, como de muitas coisas. Nós sabemos que no dia-a-dia estamos sujeitos a vários, estamos sujeitos à fiscalização do povo, para mim é a mais importante, segundo, a fiscalização desta Assembleia Municipal que é igualmente importante, a fiscalização no dia-a-dia dos próprios Vereadores da Oposição na Autarquia, mais Direção Geral da Administração Local, mais a Inspeção Geral de Finanças, mais o Tribunal de Contas, mais as inspeções da Comissão Europeia, mais as inspeções da Judiciária que quando vêm aí em vários raides pelo país inteiro, todos os dias desde que estou na Câmara já são mais de vinte e olhem, sabem o que é que eu faço? Mal entram, ou eu ou nosso Vice-Presidente ou quem vá, recebe as pessoas e disponibiliza um gabinete uma fotocopiadora, e todos os dossiers estão aqui, é isso que nós fazemos. Transparência absoluta, não temos nada a esconder, e portanto, ficamos muito irritados quando alguém vem aqui achar ou deixar ali subentendido, é como no futebol não é? Deixar pé para trás para ver se o adversário tropeça e cai para que o árbitro não marque falta, é essa a atitude de quem está na política sem este sentido de missão, mas nós vamos continuar a estar com esta determinação e com a felicidade de estarmos a atingir objetivos que são fundamentais para todos nós, estamos muito motivados, e vamos continuar a trabalhar assim.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma inscrição, íamos então entrar no processo de votação do Ponto 7 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEM – PARQUE EMPRESARIAL DE MUNDÃO - AQUISIÇÃO DE TERRENO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Foi aprovado com dez (10) votos contra. Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 458/459).-----

Passávamos então ao Ponto 8 da Ordem de Trabalhos **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAL – MOBILIDADE URBANA DE VISEU**. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Muito rapidamente, este ponto tem a ver com o Concurso Internacional que está a decorrer para a Concessão de Serviço Público de Transportes de Passageiros Municipais, um concurso público que foi todo ele construído na base da nova legislação, portanto, é o primeiro concurso que está a ser construído com base nesta nova legislação, obviamente o que é que isto suscitou? Sendo uma legislação nova, muitas questões, mesmo centenas de questões. Que opção é que fizemos que achámos que é mais transparente? Em vez de estarmos a responder pergunta a pergunta, optámos por dar respostas às questões que eram colocadas com o melhoramento do nosso Caderno de Encargos, e portanto, em vez de respondermos individualmente a cada uma das mesmas, optou-se por uma revisão das peças do procedimento, de forma a clarificar e também a densificar os critérios de seleção sem os eliminar ou alterar. Aproveitámos também a revisão para introduzirmos algumas correções nos preços dos bilhetes, os preços dos passes quinzenais e mensais e baixando o custo na nova linha urbana para estimular a procura nessa nova opção de transporte urbano que vai ser disponibilizada e portanto, propomos aqui a revisão das peças para que elas sejam consultadas pelos concorrentes que são vários neste momento, para enfim, virmos a receber as propostas e o Júri poder analisar e dentro de alguns meses podermos estar a adjudicar à empresa que venha a apresentar a melhor proposta.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há algum dos Senhores Deputados que queira usar da palavra? Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SETENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Não me leva a mal que eu não faça os cumprimentos todos da praxe, porque já são sete e meia. Defendemos a municipalização do serviço público de transportes. Temos certo que este contrato de concessão custará, no período de 10 anos da concessão, sem qualquer alteração dos pressupostos, 5 670 000 € (como está no Ponto 3.1, alínea e), página 41 do Caderno de Encargos), isto sem contar com os prémios de outros serviços incluídos na concessão (Linha Azul do Centro Histórico - 400 000 €, o serviço DRT - 930 000 €, o Funicular - 1 000 000 €, pelo que será de questionar se o Município não poderia gerir diretamente o serviço em moldes mais vantajosos. Por outro lado, os benefícios comunitários que o concedente possa obter serão partilhados com o Município, com um mínimo de 40% para o concedente (é o que está no Ponto 3.1, alínea h), página 41 do Caderno de Encargos).-----
Note-se que com a concessão os contratos de trabalho vigentes na atual concessão poderão não ser trespassados na sua totalidade (apenas 2/3), importando saber do destino dos trabalhadores - ver Ponto 4 do Caderno de Encargos, pág. 46.-----

Sublinhe-se que o Caderno de Encargos assenta na utilização de veículos a gasóleo pese embora serem valorizados na apreciação das propostas apresentadas a concurso a opção por veículos movidos a outras energias. Deve ser questionada, ou nós questionamos naturalmente por que razão, em especial nos circuitos urbanos, não se exigir, pelo menos, o recurso ao GPL, que é bem menos poluente. O mesmo se diga em relação às condições de acessibilidade aos veículos por parte de pessoas de mobilidade reduzida, que não é exigida, pese embora ser ponderada na apreciação das propostas a concurso. Estes fatores e os níveis de emissões poluentes apenas pesam 4% na ponderação final, o que desincentiva à qualidade ambiental e de acessibilidade da frota que a concessionária proporá ao serviço.

O cofinanciamento municipal terá um peso de 40% e portanto, este é o motivo porque nos opomos neste ponto.-----

Transcrição integral da Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues referente ao Ponto 8 da Ordem de Trabalhos:-----

Voto contra a proposta de concurso público para a concessão de serviço público de transportes de passageiros municipal – Mobilidade Urbana de Viseu – MUV.-----

“Votei contra a proposta de concurso público para a concessão de serviço público de transportes de passageiros municipal – Mobilidade Urbana de Viseu – MUV, pois este contrato de concessão custará, no período de 10 anos da concessão, sem qualquer alteração dos pressupostos, € 5 670 000, isto sem contar com os prémios de outros serviços incluídos na concessão (Linha Azul do Centro Histórico - € 400 000, o serviço DRT - € 930 000, e do Funicular - € 1 000 000), pelo que se questiona se o município não poderia gerir diretamente o serviço em moldes mais vantajosos.-----

Por outro lado, os benefícios comunitários que o concedente possa obter serão partilhados com o Município, com um mínimo de 40% para o concedente, e o co-financiamento municipal terá um peso de 40%.-----

Para além disso, com a concessão, os contratos de trabalho vigentes na actual concessão poderão não ser trespassados na sua totalidade (apenas 2/3), importando saber do destino dos trabalhadores.-----

Sublinhe-se ainda que o Caderno de Encargos assenta na utilização de veículos a gasóleo, apesar de se dever exigir, pelo menos nos circuitos urbanos, os veículos movidos a outras energias e o recurso ao GPL, bem menos poluente. O mesmo se diga em relação às condições de acessibilidade aos veículos por parte de pessoas de mobilidade reduzida, que não é exigida, pese embora ser ponderada na apreciação das propostas a concurso. Estes fatores e os níveis de emissões poluentes apenas pesam 4% na ponderação final, o que desincentiva à qualidade ambiental e de acessibilidade da frota que a concessionária proporá ao serviço”.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado. Muito simples. Portanto, o nível é 6, se não estou em erro, Euro 6, portanto de poluição, a forma como os concorrentes se apresentarão, vamos ver, até podem vir com autocarros elétricos, até podem vir com autocarros a GPL porque está dentro da norma comunitária Euro 6 que tem a ver com um conjunto de requisitos do ponto de vista ambiental, por outro lado, o município está a assumir um encargo no transporte urbano, portanto nas 6 linhas, portanto, no fundo nos 6 mini autocarros que vão circular nos sete quilómetros e meio em todo o perímetro urbano que no fundo Viseu passará a ter transporte urbano, passará a ter um transporte elétrico para ao Centro Histórico, esse obrigatoriamente será elétrico mas depois terá sete quilómetros e meio de autocarros que num sentido e noutro dos ponteiros do relógio passarão de 10 em 10 minutos, portanto, 20 minutos de espaçamento em cada um dos sentidos que vão ligar, os estabelecimentos de ensino, o Hospital da CUF e o Palácio do Gelo, o Continente, enfim, os principais espaços da cidade, os Centros de Saúde, enfim, a Central de Camionagem obviamente por maioria de razão, portanto, todos os pontos que foram considerados relevantes vão ser servidos e qual é a expectativa que temos? É que designadamente as novas gerações passem a optar por andar de Transporte Público em detrimento do carro. Se eu estiver no Rossio e se souber que dali a 10 minutos, e como todos os veículos virão com GPS o que permitirá na aplicação saber que o autocarro vai chegar dali a dois ou um minuto, portanto, é possível no nosso *device* nós sabermos que o autocarro vai chegar, daí a um minuto ou dois e portanto, esperemos que para além da lógica do suporte para a bicicleta, do *wireless*, para além dos suportes para pessoas com mobilidade reduzida, tudo isso possa vir a estimular a utilização disso. Por outro lado, há uma vertente que não leu, é que a bilhética é da Câmara, isto é, quem vai no fundo explorar a bilhética do transporte urbano será a

autarquia, o que significa que a autarquia chega à frente uma determinada verba que pode nem ser essa, os concorrentes podem vir abaixo, no concurso podem vir com um valor abaixo desse e a abater a isso a receita da bilhética será para o município, ora, quanto mais nós envolvermos os cidadãos na utilização do transporte público mais barato será o custo para o município, portanto, eu penso que o Caderno de Encargos está bem pensado, aliás, foi com recurso a pessoas conhecedoras e a verdade é que nós estamos a tratar de um processo que é o primeiro que está a ser feito em Portugal de acordo com esta nova filosofia de autoridade de transportes que o município se constituirá e entendemos que faz mais sentido isto ser feito numa lógica de concessão do que ser explorado diretamente pelo município, assim temos uma garantia, é que o encargo anual andarà de facto na casa dos 500 mil euros se não houver ninguém a utilizar os transportes, o que esperemos que não aconteça, que efetivamente as pessoas venham a utilizar os transportes, se isto fosse de gestão municipal, não é propriamente a nossa vocação, como não é nossa vocação gerir a pousada da juventude, procurámos encontrar um parceiro que concorresse para fazer a obra, há coisas para que o município não tem vocação de gestão e portanto, o Caderno de Encargos que aqui está é exatamente um Caderno de Encargos que obedece a todos esses requisitos, e estou em crer que iremos ficar bem servidos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iriamos então proceder à votação. Só para informar também que, na proposta anterior foi apresentada uma Declaração de Voto do Deputado Carlos Vieira que fará parte integrante da Ata. Iriamos então a esta votação, Ponto 8, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAL – MOBILIDADE URBANA DE VISEU.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *foi aprovado com uma (1) abstenção e um (1) voto contra.* **Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 460/461).**-----

Também só para dizer que foi apresentada uma Declaração de Voto do Deputado Carlos Vieira que fará também parte integrante da Ata.-----

Iriamos então passar ao Ponto número 9 **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRESA MUNICIPAL ÁGUAS DE VISEU – ESTUDOS TÉCNICOS.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. De facto no âmbito do processo de criação das Águas de Viseu foi apresentado e aprovado nesta câmara o Estudo de Viabilidade e Sustentabilidade Económico-financeira, esse estudo constitui a base da decisão para a criação desta empresa municipal detida exclusivamente 100% pelo município, a esse momento seguiram-se várias etapas e a preparação de documentos complementares e designadamente conversas com a ERSAR e com a outras entidades e nesse âmbito o que é que se faz? Agora, apresenta-se um documento que integrará o conjunto de peças de suporte ao processo, um estudo mais desenvolvido e concentrado na racionalidade económica que validando as hipóteses apresentadas no primeiro documento aprofunda a análise e complementa o dossier que instruirá o processo de apreciação pelas entidades competentes, como seja a ERSAR e que servirá para esclarecer complementarmente o processo de fiscalização prévio do Tribunal de Contas e resulta também portanto, de algumas questões que o Tribunal de Contas nos fez. Optámos também, em vez de estar a fazer resposta avulsa fazer esta alteração e enviar um novo documento e portanto, no fundo aquilo que estamos aqui hoje a propor é que a Assembleia Municipal aprove o presente Estudo de Racionalidade Económica das Águas de Viseu nos termos da Lei, para se remeter para o Tribunal de Contas a sua aprovação, e hoje já posso efetivamente assumir o que esteve na base disto. Não só a lógica da eficácia e da eficiência da gestão desta empresa, portanto, com uma gestão pública mas de qualidade, como se tem provado ao longo destes quase 3 anos, e ao mesmo tempo, como hoje também ficou visível, a

possibilidade de as Águas de Viseu virem a ser uma empresa regional, uma empresa que para já venha a fazer a cobertura de 8 municípios do Concelho de Viseu, e tendo aqui uma lógica solidária em relação a uma região em que há uma grande assimetria. Se nós temos uma taxa de cobertura de saneamento e de águas que é bastante acima da média nacional, não acontece em todos os concelhos e temos aqui concelhos à volta com taxas ainda muito reduzidas e com dificuldades de cumprir até diretivas comunitárias que estão em vigor. Portanto, este trabalho que hoje iniciámos, também paralelamente a este, na assinatura do protocolo é também um percurso, um percurso regional de investimento para os próximos, eu diria para os próximos 20 anos, porque é disso que estamos a falar, estamos a falar de investimento para os próximos 20 anos pensado exatamente na sustentabilidade, na questão ambiental e também nas populações para as quais trabalhamos em que devemos ter sempre uma visão prospetiva e uma visão de médio longo prazo. Eu sei que muitos colegas talvez não se metessem nesta aventura, de iniciar um processo que sabem que não o vão inaugurar, mas, eu acho que esta é minha responsabilidade enquanto Presidente da Câmara e responsabilidade deste executivo, que é, de facto este problema existe, vamos então minorá-lo, mas vamos sobretudo assegurar uma boa solução futura e essa solução futura passa exatamente por termos um instrumento, neste caso uma empresa municipal que passará a ser empresa intermunicipal que nos possa ajudar a desenvolver a perseguir este objetivo, de melhorar o abastecimento em alta e ao mesmo tempo também de racionalizar o investimento em média e em baixa, e continuando a colocar ao serviço da região as boas práticas de gestão que nos permitem ter hoje uma água de grande qualidade ao preço mais baixo do mercado e conseguirmos a lógica de reinvestimento ou seja, isto é, toda a rentabilidade que as Águas de Viseu tiverem será sempre reinvestida na melhoria da rede, nunca há obviamente aqui nenhuma intenção da autarquia da Viseu vir a recolher dividendos que não sejam os dividendos da melhoria contínua da rede quer de águas, quer da rede de águas residuais do nosso concelho. Portanto, é isto que eu coloco à consideração e mais uma vez por questões de transparência optámos por este mecanismos e não por outro.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Deputado Carlos Vieira. Há mais algum Deputado que queira intervir?-----

----- **SETENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público presente. Desta vez isto tem que ser com todas as ... porque estamos de facto aqui perante um caso grave, o outro era grave, este... porque este estudo é claro e diz ao que vem, na página 178 está lá:-----

(i) Flexibilização da gestão das relações laborais (eliminado as normas de direito público na contratação e vigência do contrato, designadamente o recurso a concurso na admissão de pessoal, permitindo assim diminuir a transparência na admissão de pessoal);-----
(ii) Flexibilização das normas de contratação de aquisição de bens e serviços;-----
(iii) Flexibilização da gestão orçamental, que deixa de ser objeto do controlo democrático direto da Assembleia Municipal.-----

Conforme ainda é reconhecido no estudo, estas são flexibilidades que permitem as más práticas a que o Estudo alude (pág. 77) e bem assim a sujeição a tributação dos lucros da empresa em sede de IRC, ao contrário do que hoje sucede.-----

Das demonstrações económicas não se vislumbra qualquer vantagem na passagem dos SMAS a Empresa Municipal, acrescentando as tentações que este novo modelo pode originar pela possibilidade de entrada de privados no respetivo capital social ainda que, de momento não admitida ela pode ocorrer, aliás, conforme admitiu aqui o próprio Presidente da Câmara quando disse que se daqui a 10 anos viesse outro Presidente enfim, que faria o que muito bem entendesse, portanto, pode ser daqui a 10, pode ser daqui a 3 ou 4, enfim, agora, isto não sucederia se de facto se mantivesse o atual figurino de Serviços

Municipalizados. Daí o voto contra do Bloco de Esquerda.-----

Transcrição integral da Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues referente ao Ponto 9 da Ordem de Trabalhos:-----

Voto da proposta de empresa municipal "Adv – Águas e Viseu E.M." – Estudos técnicos. –

"Votei contra esta proposta pois, como é reconhecido no estudo, a flexibilização da gestão das relações laborais (eliminado as normas de direito público na contratação e vigência do contrato, designadamente o recurso a concurso na admissão de pessoal, permitindo assim diminuir a transparência na admissão de pessoal); a flexibilização das normas de contratação de aquisição de bens e serviços; e a flexibilização da gestão orçamental (que deixa de ser objeto do controlo democrático directo da Assembleia Municipal) permitem as más práticas a que o estudo alude, bem como a sujeição a tributação dos lucros da empresa em sede de IRC, ao contrário do que hoje sucede.-----

Para além disso, das demonstrações económicas não se vislumbra qualquer vantagem na passagem dos SMAS a Empresa Municipal e este novo modelo pode possibilitar a entrada de privados no respetivo capital social, o que não sucederá se se mantiver o actual figurino de Serviços Municipalizados".-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- OITENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL

AMARO (PS): Reitero os cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Senhor Presidente, gostaria sobre este ponto que ficasse muito bem clara a minha posição ou a nossa posição enquanto Grupo Municipal sobre esta matéria. O primeiro ponto é, e indo um pouco ao argumento que já à pouco tivemos, eu não tenho nenhum fantasma como é evidente, quanto a empresas privadas, empresas públicas, não há nenhum fantasma. Também não vou dizer, como aqui já ouvi várias vezes porque eu não tenho essa conceção, de que não há nada de ideológico ou deixa de haver de ideológico. Todas as posições que nós tomamos aqui, é bom dizer, são ideológicas, todos os comportamentos são ideológicos, não há cá questões técnicas, a política não tem questões técnicas nem questões económicas, tudo tem subjacente obviamente orientações que são ideológicas, portanto, não há que ter medo da ideologia, a ideologia existe sempre, até no simples sentar e levantar, até nos cumprimentos à Mesa ou não, pode haver questões ideológicas como é evidente, portanto, tudo é ideológico, mas aqui o que eu quero precisar é que não há nenhum fantasma nesta minha posição, nesta nossa posição, quando eu digo não há nenhum fantasma é que não tenho nada contra que sejam empresas privadas ou empresas públicas. Eu penso que há empresas públicas bem geridas, há empresas privadas bem geridas, há empresas privadas corruptas, há empresas públicas corruptas, e não são as empresas, os corruptores são aqueles que as gerem e que lá trabalham, isso é geral, portanto, não há aqui nada contra isso. Também não é uma questão técnica, ou seja, eu percebo perfeitamente os argumentos que este estudo que eu li com muita atenção, este estudo é longo e está bem feito mas tem subjacente uma orientação ou seja, a orientação é, argumentos que levam à criação de uma empresa municipal, eu até vou dizer mais como argumento, eu gostaria de não ter razão, para se ver que o que eu aqui discuto é no sentido positivo, eu gostaria de não ter razão, mas temo e esta é a minha opinião que tenho razão quando digo que preferia, preferia que, modernizando a gestão obviamente e evoluindo do ponto de vista da gestão, eu acho que do ponto de vista município e dos consumidores, que é aqui este o ponto que me interessa, seria muito melhor que a empresa continuasse no quadro jurídico que mantinha até agora, esta é a minha opinião embora reconheça e para que não haja nenhum fantasma e eu não gosto de ser demagógico nesta coisas, que a empresa a criar, a empresa municipal tem condicionantes e tem regras muito próprias de criação, não é propriamente uma empresa privada como outra qualquer, e isso também é bom que fique claro, quer dizer, é uma empresa que tem condicionantes importantes. Mas eu vou dizer que, quando eu digo do ponto de vista do consumidor é que tudo o que aqui é

apresentado como vantagens, eu tenho dúvidas que sejam vantagens para os consumidores, para aquilo que me interessa como consumidor, como munícipe e para aqueles que eu aqui defendo que são os munícipes de Viseu, e onde é que eu considero que podem ser desvantagens:-----

Primeiro, o que a empresa a criar vai logo fazer é um novo preçário, aliás, é logo aqui dito, ou seja preços. O que a empresa logo vai fazer, por razões até jurídicas é, cobrar IVA aos consumidores, e diz que é uma vantagem, porque cobrando IVA aos consumidores pode ir ao Estado buscar esse IVA aos não cobráveis, portanto, o que está aqui subjacente é sempre uma vertente empresarial e de gestão que pode não ser boa para os consumidores. Agora, qual é o ponto principal para que fique claro, qual é o ponto principal da minha discordância: É aquele que eu já tinha dito aqui ao Senhor Presidente e que o Senhor Presidente me respondeu de uma maneira que não está compatível com o que está aqui escrito e eu tinha já a ideia que era assim, eu vou dizer, eu vou ler para não haver dúvidas. Diz assim na página 59, *“O orçamento e o relatório de contas da empresa municipal são aprovados na assembleia geral da empresa local e posteriormente enviados como informação, (sublinhe-se como informação) à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal onde são apreciados no âmbito das suas competências de acompanhamento e fiscalização das participações locais do município. Ou seja, (diz o documento) ao contrário do que acontece nos Serviços Municipalizados o orçamento e relatório e contas da empresa não carecem de aprovação da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, o que se considera uma vantagem da empresa local pois tal dispensa agiliza significativamente as decisões de gestão, relativamente à situação dos Serviços Municipalizados”* No meu conceito de democracia, esta agilização é, do ponto de vista de gestão empresarial é, que mal a democracia, ou seja, se fosse em ditadura tudo era mais ágil. Como me tenho que submeter a uma Assembleia Municipal, e a uma Câmara Municipal que tem que dar os seus comentários e dizer que o que está certo e errado, ó que maçada, pois isto é tudo uma maçada, o que nós estamos aqui a fazer também é uma maçada, tudo seria mais fácil e eficiente do ponto de vista da gestão, mas o município não é uma empresa, este é que é o meu problema, o município não é uma empresa e o estado não é uma empresa como eu vejo muitas vezes a querer que o Estado seja uma empresa, o município tem responsabilidades políticas que esta empresa não tem, e é aí que está o ponto, e portanto, é para se perceber, não é demagogia, é o meu receio, agora, se tudo correr bem, se tudo correr bem como aqui é dito nas poucas desvantagens que são dadas o que é que é dito, diz assim: Se tudo correr bem, se a racionalidade da empresa correr bem se tudo for bom não há desperdício do dinheiro público, mas se não for? Se não for? Quem é que vai ter que considerar isso? Esse é o meu ponto. Outro ponto muito importante, penso que já ficou claro qual é a minha divergência de fundo, outro ponto importante para mim do ponto de vista de divergência de fundo é: Se nós analisarmos aqui o que este estudo para aqui carreu do ponto de vista daquilo que é as várias formas de gestão que existem para esta matéria e obviamente que os Serviços de abastecimento de água, de saneamento, etc., têm várias formas de gestão, mas Senhor Presidente tome atenção a uma coisa que também leu no estudo e que deve pôr em consideração, eu não vejo nos últimos anos que os Serviços Municipalizados como forma de gestão perdessem terreno, eu vejo é os outros, veja o quadro que lá está e veja se aumentou ou diminuí os Serviços Municipalizados pelos vários municípios? O que nós vemos é que aumentou, e de várias cores, não é uma questão, aqui não, eu diria, ideológica é sempre, política é que não é, porque há municípios do PSD geridos de uma forma, da CDU geridos de outra, do CDS/PP de outra, e etc., e portanto, o meu receio é assim, e para concretizar de uma forma muito clara, é assim: Se o Senhor Presidente e este estudo tiverem razão estamos aqui todos para apoiar, se não tiver razão estamos aqui todos para criticar e o meu receio é este e esta é a nossa posição, é que há aqui mais razões para eu ter receio de que isto possa correr mal do que possa correr bem, sem fantasmas, sem problemas de, como é evidente da empresa ser assim ou assado, até por uma razão muito

simples como eu já disse no início, esta empresa, sendo uma empresa municipal não é uma empresa qualquer, vai ter aqui, digamos que, um enquadramento jurídico e fiscal que a protege de algum modo, porque se não fosse isso então eu diria, eu bradaria aqui verdadeiramente, se a água fosse entregue verdadeiramente a uma empresa que pudesse subir a água como queria sem nenhum custo político porque não são eleitos, etc., etc., eu aí estaria com muito mais receio, aqui neste caso eu compreendo porque a Administração é nomeada pelo Senhor Presidente, pode destituir essa mesma administração, há aqui um enquadramento que nos elimina algum receio, mas o meu ponto já não é esse, o meu ponto é que eu achava que politicamente, digamos que, aquilo que é aqui apontado como vantagens, são muitas vezes desvantagens. Do ponto de vista laboral, só para que fique também claro e eu não querer fazer demagogia, do ponto de vista laboral há aqui também um problema, mas também esse problema está acomodado, ou seja, as pessoas que trabalham no SMAS de acordo com a Lei passam para o SMAS sem perder direitos, as novas contratações é que serão outras, depois como isso aí é gerido, já aí posso eu ter... mas isso é um problema obviamente que também tem que ser acautelado e os custos políticos disso depois se verá como é. Muito obrigado.-----

Só dizer que nós vamos votar obviamente contra isto, até em coerência com aquilo que já tínhamos feito aqui na Assembleia Municipal.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **OITENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Dispensem-me por favor dos cumprimentos que isto já vai de facto um bocadinho longo. O mínimo que se pode dizer das conclusões, deste pomposamente chamado “Estudo de Racionalidade Económica de Empresa a Constituir”, é que são tiradas à medida de quem encomendou e pagou o serviço.-----

Estas conclusões para justificar a constituição da Empresa Águas de Viseu, podiam ser adotadas para qualquer outro serviço municipalizado de águas e saneamento do País. São uma espécie de “chapa quinze”, pejada de lugares comuns, sendo praticamente uma cópia, com exceção de alguns mapas, do Estudo que já aqui discutimos quando a maioria tomou a decisão de substituir os SMAS, que funcionam bem e são rentáveis, por uma empresa que mais cedo ou mais tarde pretendem privatizar, com prejuízo evidente para a população do concelho e prestação de serviço público.-----

A empresa que elaborou o “estudo” nem se deu ao trabalho de atualizar a fraseologia de acordo com a nova realidade do País. Na página 49 ainda “diz aguardar a aprovação dos diplomas que vão proceder à extinção e agregação dos atuais dezanove sistemas multimunicipais...”, quando se sabe que tudo isso foi parado pelo atual governo. É um “Estudo” de fachada, para dar credibilidade científica a uma decisão política/ideológica do Executivo Municipal.-----

Repetem nas vantagens o que já tínhamos lido no estudo anterior. Por exemplo sobre o pessoal: (Página 75) “uma maior flexibilização na política de gestão de recursos humanos e de contratação”.-----

Quando se trata da propaganda “Viseu é de Primeira Água”, para mudar o paradigma organizacional (Página 76): já os “SMAS têm um longo caminho a percorrer em direção à excelência de serviços” e cita o referido estudo um parecer da RESARP.-----

Diz-se no Estudo (Página 116) que a assumirá o Estatuto de sociedade unipessoal de direito privado, com capital integralmente subscrito pela Câmara”.-----

Mas nas vantagens para a opção por uma Empresa em vez dos SMAS, diz o estudo que: “Outra vantagem da existência de empresas locais refere-se à maior facilidade de subcontratação de serviços e a adoção de estratégias de outsourcing, que permitem criar estruturas de custos mais flexíveis nas atividades municipais, o que não é possível

conseguir no âmbito das Autarquias”. Para bom entendedor ... É a privatização que se tem como objetivo.-----

Curiosamente, a dita ”maior eficácia, eficiência e qualidade” da Empresa em detrimento dos SMAS, não passa de palavras, nunca é provado nem com mapas nem com exemplos de outras experiências.-----

Mas falam na “introdução de mecanismos de Mercado, ferramentas e práticas de gestão privada”. Pergunta-se, para quê, se o regime que irá vigorar de “arrendamento” das infraestruturas da Câmara à Águas de Viseu, por 25 anos, prevê um encaixe financeiro para a Câmara de apenas 1 milhão de euros, quando os lucros atuais ultrapassam o milhão e quinhentos mil euros?-----

Também lá está a previsão da subida das tarifas, o que aliás já está a acontecer, por via da alteração dos escalões e dos respetivos preços.-----

Depois arranjam umas mentirolas para acrescentar “vantagens”, como aquela de dizerem que com a “Empresa” se chega mais facilmente aos fundos do POSEUR, quando sabem que isso não é verdade.-----

Concluo reconhecendo à Câmara Municipal legitimidade para a constituição da “Empresa Águas de Viseu” e para a extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, vulgo SMAS, existentes, mas afirmo que tal alteração não serve nem os interesses do Município, nem os dos trabalhadores dos SMAS e muito menos os dos munícipes, por conter os ingredientes que poderão levar à privatização deste sector público, o que a acontecer porá em causa o princípio da universalidade no acesso, a equidade nos tarifários aplicados, o direito humano à água e ao saneamento como bens públicos. O nosso voto será, sem qualquer hesitação, contra.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **OITENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. Costuma-se dizer que “o maior cego é aquele que não quer ver”. Até faria algum sentido as intervenções que aqui foram feitas, fosse antes da cerimónia que estivemos a assistir há bocado. Então querem-me dizer que terem ido aquela cerimónia, terem assistido aquilo que assistiram, às intervenções de pessoas inclusivamente da mesma cor e chegam aqui e não viram nada, não ouviram, não viram e não perceberam, é aquilo que eu continuo a dizer, não há uma documentação perfeita desta questão. Depois, cai-se na generalização de dizer, o problema, isto é que é o problema, são as empresas municipais, as empresas municipais é uma coisa complicada. Ó meus caros amigos, se o Partido Socialista é contra as empresas municipais digam ao Governo para que obviamente altere as Leis que impeça a criação de empresas municipais, e digam aos Presidentes de Câmara do Partido Comunista, aos Presidentes de Câmara do Partido Socialista, acabem com as empresas municipais, porque qual é o problema das empresas municipais? É que se correrem bem é ótimo, se correrem mal é mau, por amor de Deus, isto é como qualquer negócio, com qualquer situação, quando corre bem é bem, quando corre mal é mal, agora, há aqui, não sei quantos mecanismo de garantia de que efetivamente as coisas, não é de moeda ao ar que correm bem ou que correm mal, ou logo se vai ver como quem joga no euromilhões ou no totobola, estamos num patamar completamente diferente. Confesso que, depois das questões que tinha havido, nunca pensei que ainda estívéssemos neste ponto, mas é assim!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **OITENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente e Senhoras Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu estava convencido que a demagogia tinha acabado, mas pelos vistos não. A situação é extremamente simples, o problema.....

(Um dos Senhores Deputados interrompe não sendo perceptível na gravação o que foi dito)

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua intervenção dizendo: Quer falar Senhor Deputado? Esteja à vontade, eu por mim renuncio já. Bom, o problema é extremamente simples, para se formar por exemplo a Associação de Municípios, não é preciso privatizar os municípios. Para se fazer uma gestão conjunta das águas entre municípios, não é necessário privatizar os municípios. Não, desculpe Senhor Deputado, não é, não é. A única coisa que nós colocamos, e chamará ideológico e eu aceito, é pura e simplesmente com esta solução os Municípios, nós Assembleia Municipal deixamos de ter qualquer controle, somos pura e simplesmente informados, e o problema ainda é pior se houver uma associação de empresas privadas de gestão de água, porque então, nem a informação dá. Assim, ainda teríamos informação, de outra maneira nem a informação teríamos. Portanto, a Câmara Municipal fará todos os contratos que quiser com todos os municípios, a gestão da água pode ser conjunta, agora não me diga que é preciso privatizar, privatizar é ideológico, isso é que é ideológico fundamentalmente.....

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.....

----- OITENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Em primeiro lugar, deixem-me agradecer em nome deste trio os elogios todos que fizeram, de facto já há muito tempo que não éramos tão elogiados pela boa gestão que temos vindo a fazer nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Conferenciei aqui com os meus dois colegas de Administração, e quero agradecer todos os elogios que vieram do Partido Comunista, ou Bloco de Esquerda ou Partido Socialista, a geringonça está a funcionar aqui no apoio à gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, porque de facto é verdade, no último ano a Câmara de Viseu só investiu meio milhão de euros nas Águas, num ano de investimento, maior ano de investimento o que denota uma boa gestão, este combate aos ilegais. Portanto, e porque é que eu começo por aqui? Porque não há gestão pública ou privada, há boa gestão ou há má gestão e portanto, muito obrigado pelo elogio que nos estão a fazer pela boa gestão que estamos a fazer, eu na próxima campanha eleitoral irei usar isso, vou dizer que é unânime que facto nós hoje temos a melhor água para beber do país ao preço mais baixo, com uma gestão extremamente eficaz elogiada pela geringonça, portanto, vou registar isto para a próxima campanha eleitoral, Segundo aspeto, não sei se sabem o que é que é o SMAS? O SMAS é um departamento da Câmara Municipal, sabiam disso não é? É um departamento da Câmara Municipal. Eu também vou ligar quando sair daqui aos meus colegas de Mangualde, Nelas, Penalva, S. Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva a dizer que os camaradas do Partido Socialista chumbariam a entrada destas autarquias num programa supramunicipal de desenvolvimento do abastecimento de água em alta e em baixa, é isto que vocês estão a fazer hoje aqui. Vossas Excelências Socialista, dos outros até espero, mas vocês estão neste momento a dizer assim: Camarada Presidente de Mangualde, Camarada Presidente de Nelas, Camarada Presidente de Penalva, Camarada Presidente de S. Pedro do Sul, Camarada Presidente de Vila Nova de Paiva, nós estamos contra a vossa entrada no capital de uma futura empresa municipal onde se tem o objetivo de fazer um investimento para toda a região, portanto, eu vou transmitir isso aos vossos camaradas Presidentes destes 5 municípios. Depois, isto é também de quem não tem noção de como as coisas se passam. Sabem qual é o valor de investimento que neste momento é admissível neste quadro comunitário de apoio para as Águas de Viseu? Sabem quanto? Quem é que me responde? Ninguém sabem não estudaram o dossier. Três milhões de euros. Estes números que o Senhor Secretário de Estado ali deixou, foi dizer assim: Meus amigos, se vocês continuassem sozinhos na melhor das hipóteses

ambicionavam neste quadro comunitário de apoio ir buscar um financiamento de 3 milhões de euros para fecho de sistema, e depois disse mais qualquer coisinha que não sei se os que estiveram lá ouviram, para sistemas intermunicipais nós reservaremos 300 milhões de euros, ouviram isso não ouviram? Ouviram isso não é? Qual é a forma de agilização de um sistema intermunicipal? É exatamente por esta via. Temos duas hipóteses, ou nos ligamos às Águas de Portugal... que isso fique bem claro, nós neste momento para fazermos investimento na Barragem de Fagilde, para fazermos depois a Barragem da Maeira, para fazermos o fecho do sistema que ainda precisamos de fazer, nós ainda temos quase 80 milhões de euros para investir no Concelho de Viseu para conseguir um sistema totalmente integrado, portanto, nem daqui a 20 anos lá chegaremos, mas, para fazer este investimento todo nós tínhamos duas hipóteses: Ou fazíamos um acordo com as Águas de Portugal, esta era uma possibilidade que tínhamos, a segunda possibilidade era esta, era entendermo-nos os vários municípios para uma política conjunta que vai recorrer a fundos comunitários, mas também vai recorrer seguramente a empréstimos BEI, que ficou bem claro naquela minha intervenção e na intervenção do Secretário de Estado, portanto, a única fórmula que existe possível de conduzir os próximos investimentos é esta, é uma empresa municipal. Já agora, vocês sabem que há mais empresas municipais, a Habisolvis é uma empresa municipal, a SRU é uma empresa municipal, de 3 em 3 meses as contas vão ao executivo, e como hoje já verificámos aqui anualmente existe uma consolidação de contas, portanto, do ponto de vista de escrutínio está sujeita ao mesmo escrutínio, vistos do Tribunal de Contas, processos de contratação iguais, é praticamente tudo igual, portanto, esses argumentos não são válidos, aquilo que nós estamos neste momento a fazer, e estão aqui 3 dos futuros administradores das Águas de Viseu exatamente com a mesma remuneração que têm hoje, que é zero não é? Continuaremos nos SMAS como depois nas Águas de Viseu, exatamente estes 3 administradores, está aqui o Presidente e dois dos Vice-Presidentes desta futura empresa que terão de remuneração zero não é, que é isso exatamente, e aquilo que eu digo, eu sou responsável, eu sou responsável...-----

(são feitos vários comentários por alguns Senhores Deputados no entanto não é perceptível na gravação o que foi dito) -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo, está bem?-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ... eu sou responsável e nós seremos responsáveis pelos nossos atos, e aquilo que disse é que enquanto nós estivermos na câmara não há privatização, não sei se de hoje para amanhã, até se um socialista ganhar a câmara não é? Ou um comunista, pode até pensar privatizar, quem sabe, as Águas de Viseu, se precisar de uns dinheiros para investir diz assim, vamos lá vender aqui 20 ou 30% das Águas de Viseu. Eu sobre o futuro não me posso responsabilizar, eu responsabilizo-me pelos meus atos, por aquilo que eu faço juntamente com a minha equipa. Agora, neste caminho que estamos a dizer é falso que ponha em causa os trabalhadores, os trabalhadores vão ter a possibilidade de optar, ou ficam na Câmara ou passam para as Águas de Viseu exatamente com os mesmos direitos, como é natural. Agora pergunto, como é que eu poderia fazer este acordo de intervenção conjunta com 7 municípios com um departamento da câmara, pergunto? Já agora, ouvi uma intervenção tão eloquente do Dr. Rafael Amaro, vá lá para casa e depois amanhã conversamos, para me explicar, como é que eu posso fazer um acordo com 7 municípios para fazer um investimento que estimo só na barragem mais de 50 milhões de euros, em fechos de sistema para aí mais de 100 milhões de euros, portanto, estamos a falar de um investimento que poderá chegar aos 150 milhões de euros, explique-me como é que eu faço isto com um departamento da Câmara Municipal de Viseu e com os outros municípios e depois falamos está bem? Se tiver essa resposta como iminente consultor e pessoa que domina as matérias como falou ali de cátedra, é que falou ali de cátedra, e se de facto tem

a solução diga-me, olhe que eu estudei isto bem, os vários dossiers, até o próprio Município de Mangualde, Nelas e Penalva, estudámos isto em conjunto, que em bom rigor nós hoje temos aqui um agrupamento informal para a alta, que mesmo que nos queiramos candidatar não podemos, por outro lado diga-me se iria sobrecarregar o Município de Viseu com um endividamento futuro dos investimentos dos outros municípios que venham a ser feitos, era isso que o senhor queria que eu fizesse? Era? Depois estava aqui de hoje para amanhã a dizer, você fez um mau negócio, porque foi-se juntar aos outros municípios para fazer investimento e nós agora é que estamos a ficar endividados por causa disso, é que quando se vai ali falar de cátedra é preciso estudar bem os dossiers, eu já levo 3 anos de avanço quase, no estudo deste dossier, obviamente que diz assim, há um risco, a vida é cheia de riscos, olhe, eu posso sair ali e ser atropelado ou haver um atentado, qualquer coisa, enfim, a vida não é isenta de riscos. Agora digo-lhe, se uma empresa que é hoje já gerida como empresa, porque é isso que nós temos procurado fazer no dia-a-dia, faz o investimento que faz e ainda dá 2 milhões de lucro ao fim do ano, a expectativa que eu tenho e pelo menos enquanto a estiver a gerir com os meus colegas, é que consigamos todos os anos ter lucros para reinvestir, é isso que nós vamos fazer, e em vez de estarmos isoladamente, sozinhos, a não podermos, de mãos e pés atados, repare, nós se continuássemos nesta lógica do Asterix o último Gaulês, nesta aldeia que é a última das últimas que têm um sistema de alta e baixa pertença só de um município, só estrariámos a comprometer o investimento futuro, nós não teríamos mais possibilidade de aprovar 1 cêntimo que fosse de fundos comunitários para o nosso concelho, mas se os senhores não querem perceber isto, estejam à vontade, a história ditará não é, porque as coisas ficam em Ata, de hoje para amanhã virão outros que irão avaliar o que nós fizemos, e vão dizer assim: Uns eram pessoas visionárias e outros eram pessoas que viviam a olhar para o passado e que não tinham visão estratégica nem visão para verificar que para aproveitar neste momento fundos comunitários é preciso ir para a frente. Eu pergunto mais, como é que o município tem possibilidade de continuar a manter níveis de investimento elevados nas freguesias a melhorar a rede sem recorrer a fundos comunitários, explique-me como? Aonde é que nós vamos buscar por exemplo 12 milhões de euros que é quanto precisamos de investir na Barragem de Fagilde para poder aumentar a capacidade de fornecimento e para podermos pelo menos minorar um pouco o coração nas mãos que trazemos, é que vocês nem se apercebem, no verão passado e há dois anos nós andámos com o credo na boca, porque entre aquilo que vem para Viseu e vai para Nelas e que vai para Mangualde chegamos ali a um momento que a barragem baixa tanto que nós estamos sempre a ver quando é que vamos ter um problema de abastecimento de água à cidade, e se tivermos um problema desses os senhores vêm logo a público dizer assim: Não acautelaram o futuro. Agora, nós estamos a acautelar o futuro, estamos a acautelar do ponto de vista de investimentos que são estruturantes para o concelho e para a região, e estamos a garantir que os cidadãos de Viseu vão ter fornecimento de água com qualidade nos próximos anos e a garantir que os meios de financiamento aparecerão, e portanto, se os senhores não têm capacidade para ver isso votem contra.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos agora iniciar o processo de votação. Há dois Senhores Deputados, Presidente de Junta de Bodiosa e Presidente de Junta de Fragosela que pediram escusa, são funcionários dos SMAS e pediram escusa por questões éticas de votar esta situação. A Mesa entendeu e penso que ninguém leva..., penso que é de concordância, a Mesa concordou e põe só, dá informação à Assembleia, por isso iríamos proceder à votação com exceção os dois que estão presentes, mas iríamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada com dez (10) votos contra e duas (2) abstenções. Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 462/463.-----

Íamos então entrar no Ponto 10, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO DE 2016 –**

3ª ALTERAÇÃO. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- OITENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. É o último ponto da Ordem de Trabalhos, há um outro ponto, mas da minha lavra, confesso que também já são muitas horas de vigilância permanente e sempre a procurar dar as resposta às perguntas que os Senhores Deputados me colocam. Neste caso concreto, foi explicado logo no início do mandato a política que iríamos seguir do ponto de vista do pessoal. Tínhamos situações até de acordos com entidades externas, acordos de trabalho temporário e eu sempre disse logo que houvesse possibilidade e que a Lei nos permitisse abrir vagas que o iríamos fazendo. Já o fizemos para os Museus, portanto, neste momento temos a questão dos museus resolvida, temos em curso um concurso para engenheiros que está a decorrer, temos também um concurso para fiscais que também está a decorrer, portanto, vários concursos que estão neste momento a decorrer que vieram aqui como é óbvio a esta Assembleia. Temos também neste momento 21 PEPALs que estão a exercer funções, são jovens, alguns deles de muita qualidade que vão terminar dentro de um mês ou dois alguns, outros mais três ou quatro, o seu estágio na Administração Pública e uma das condições em concurso é que eles até têm preferência porque adquiriram uma determinada competência. Entendemos que a fase seguinte seria abrir um conjunto de concursos, portanto, estamos a falar de 17 postos de trabalho, estamos a falar de Técnicos Superiores e dois também na categoria de Fiscal Municipal, que tem como objetivo reforçar as competências da própria autarquia, não se trata de estar a admitir mais pessoas sem qualificações, trata-se sim de fazer um concurso em que vamos admitir 19 pessoas e portanto, com o objetivo previsto no plano de ação e de governo do Concelho e permitirá concretizar a estratégia de enfim, termos pessoas mais qualificadas ao nosso serviço. Esta proposta reflete também a política de Recursos Humanos que é transparente e que desde o início que a assumimos e que temos vindo a perseguir, tendo por base por um lado uma avaliação muito criteriosa dos impactos que as sucessivas limitações orçamentais nos obrigaram, e portanto, nós temos felizmente uma saúde financeira que nos permite abrir estas vagas, ao contrário daquilo que se diz, houve a abertura, mas atenção porque há rácios, o facto de o Orçamento de Estado ter dito que haja abertura, não pode exceder também uma percentagem do orçamento porque senão não pode, felizmente nós temos uma situação financeira que nos permite abrir estas vagas, e obviamente que, eu sou daqueles que trabalho em equipa, para além da equipa que me acompanha responsabilizo muito quer as chefias, diretores de departamento, de divisão, mas que cada vez mais estamos a responsabilizar os nossos técnicos da câmara, porque efetivamente temos que dotar a nossa autarquia de gente qualificada para podermos exigir e na reestruturação orgânica que fizemos já aqui, que aprovámos e que está à espera enfim, do visto das Águas de Viseu para ser operacionalizada, para além de toda a formação que temos vindo a dar, das apostas no imaterial do ponto de vista das ferramentas de acesso dos nossos concidadãos, o próprio sistema de georreferenciação que está a ser implantado, a cartografia digital, tudo isto são procedimentos que nos estão a conduzir a uma melhoria gradual dos serviços que implica técnicos mais qualificados e ao mesmo tempo uma perspetiva de transparência, porque a desmaterialização de processos permite a cada cidadão acompanhar o processo ao longo de toda a sua vida dentro da própria autarquia, e portanto, face a estes objetivos queremos dotar os nossos serviços de técnicos mais qualificados em áreas que estão definidas no mapa que aqui é apresentado e em setores onde há um manifesto défice no âmbito do município, portanto, aquilo que nós trazemos a esta Assembleia é efetivamente pedir autorização para aumentarmos enfim, o quadro e ao mesmo tempo podermos abrir um concurso público para estas categorias todas que aqui estão e desta maneira podermos num período que nunca sabemos muito bem qual é, porque nos concursos públicos estas coisas tanto podem ser muito céleres como muito demoradas, sabemos também que a autarquia, penso que isto é positivo, é sinal que autarquia tem boa imagem no território, quando a autarquia abre vagas normalmente há

muita gente a concorrer às vagas, portanto, no fundo, aquilo que hoje pretendemos é que a Assembleia aprove a abertura de 19 vagas isto é de um concurso para a entrada de 19 novas pessoas exatamente para a Câmara Municipal.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Filipa Mendes.-----

----- **OITENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Vou ser rápida. Reitero os meus cumprimentos. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhor Vereador.-----

O ponto 10 da ordem de trabalhos desta Assembleia diz então respeito à 7ª alteração do mapa de pessoal da camara municipal, e como referiu também o Sr. Presidente, há necessidades urgentes de serem colmatadas no campo dos recursos humanos do município, para técnicos de áreas específicas e especializadas. As áreas abrangidas são diversas e incluem departamentos do campo criativo, comunicacional, das engenharias, do planeamento e da fiscalização, num total de 19 postos de trabalho.-----

Servirão, obviamente, para o melhoramento do funcionamento do governo local e para uma mais eficiente resposta aos assuntos dos nossos municípios.-----

Que estes recursos humanos sejam capazes de dotar a camara de competências e de alcançar os objetivos definidos e ao mesmo tempo que a autarquia seja capaz de valorizar os novos trabalhadores como mais-valias locais para a continuação da construção de um projeto comum: O realizar-se e fazer-se Viseu.-----

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará a favor desta proposta que altera o mapa de pessoal. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **OITENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Procurando ser muito objetiva confesso que tenho alguma dificuldade. Eu por princípio sou a favor da criação de emprego e com vínculos que de facto deem estabilidade à vida das pessoas. O que, enfim, perante o mapa que nos chegou até um pouco tardiamente às mãos, se me colocou foi que, portanto, o executivo vem pedir que de facto sejam vinculados 17 Técnicos Superiores e eu compreendo que sejam os necessários à prossecução das estratégias delineadas, tudo aquilo que seja de facto a política que está a tentar implementar, mas alguma coisa justificará que 228 Assistentes Operacionais permaneçam contratados a termo, nomeadamente 226 são auxiliares da Ação Educativa, alguns deles com quem eu falo, gente dedicada, extremamente importante o trabalho desta gente para a qualidade de vida das crianças e dos pais para que a nossa cidade seja de facto a melhor cidade para viver e parece-me que esta gente merece estabilidade nas suas vidas, para que isso seja até um motivo acrescido para a qualidade do seu desempenho, eu não sei se há efetivamente alguma razão técnica que justifique isto, não encontrei, mas se isto é uma opção política eu manifestamente não posso concordar com ela. Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **OITENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito rapidamente dizer o seguinte: A Câmara de Viseu tem rácios muito... por exemplo ao nível de Técnicos Superiores, nós temos, não chega a 10% de Técnicos Superiores num universo de 727 pessoas que temos a trabalhar na autarquia. Por outro lado, esta questão, os 200 auxiliares educativos estão a termo incerto, portanto, é como se estejam com vínculo. A proposta que está a fazer sabe a que é que iria levar? Se calhar a maior parte deles não seriam admitidos, porque se eu agora fosse abrir um concurso para 200 e tal técnicos, era um concurso público, toda a gente concorreria, quem lhe garante que as 200 e tal pessoas que hoje estão colocadas nas escolas que iriam ser os admitidos pela câmara? Quem lhe

garante isso? Bem, eu prefiro manter, olhe, desde que cheguei à câmara nunca dispensei uma única pessoa dos auxiliares educativos, antes pelo contrário até nas meia dúzia de escolas que foram encerradas procurámos sempre reforçar outras, a garantia que eu tenho dado a estas pessoas é que de facto, elas vieram cá parar grande parte delas por fruto dos contratos que foram efetuados com o Ministério de Educação e algumas delas até eram funcionárias e passaram para o executivo não é, e portanto, imagine que agora, com este Governo, que o Governo nacionaliza outra vez a Educação e que diz assim: Não, passem para cá outra vez a gestão das escolas porque entendemos que as autarquias fazem mal o seu trabalho e nós queremos é aqui uma coisa centralizada, eu lá ficava com duzentos e tal funcionários que não sabia o que é que lhe havia de fazer, e portanto minha cara Deputada, isto não se faz por mero acaso, agora, há uma garantia que estas pessoas têm é que não vão par o “olho da rua” seguramente que não vão porque arranharemos sempre maneira de os integrar dentro da estrutura da Câmara, agora, não me diga para fazer uma coisa que é má gestão, as pessoas sabem que estão estabilizadas, converso com elas, aliás, ainda agora estou a terminar uma visita a todas as escolas do concelho, vou terminar no final de este ano, onde tenho falado com toda a gente, com o pessoal educativo, com os auxiliares e todas estas pessoas têm uma garantia, é que a autarquia, não será por sua iniciativa que dispensará qualquer destas pessoas, porque enfim, estão com este vínculo que já vem de trás que resultou do contrato com o Governo que foi feito na altura, agora, era pior a emenda que o soneto, eu tenho quase a certeza, até pelas qualificações que muitas destas pessoas têm que se eu neste momento abrisse um concurso de 260 vagas, que é mais ou menos isso, grande parte destas pessoas é que iam mesmo para o “olho da rua” é isso a defesa dos trabalhadores da Senhora Deputada. Quer dizer, abra lá um concurso para esta gente ir para o desemprego, depois as outras irão entrar. Não, é que quando se vai ali afirmar qualquer coisa é preciso ponderar, obviamente que se há pessoa que até gostaria que estas pessoas entrassem no quadro seria eu, mas não o posso fazer porque seria um ato de má gestão e por outro lado, eu não posso automaticamente passar estas pessoas. Veja, eu tenho os estagiários do PEPAL, até teria vontade que alguns deles entrassem já diretamente para o serviço porque até já provaram que são bons, por exemplo na área de georreferenciação, na área das florestas, temos ali técnicos, só para referir dois para eles depois não ficarem muito vaidosos, temos ali pessoas com muita qualidade, que se tivesse numa empresa privada sabe o que é que eu fazia? Assinava amanhã de imediato um contrato sem termo com essas pessoas, a contratação pública não permite, eu tenho que abrir concursos e eles vão entrar em igualdade de circunstâncias. Nós no concurso para os museus, vieram duas pessoas de fora, de outras câmaras que passaram à frente de todos os outros que estavam na classificação mas é a Lei, define-o ao abrigo da Lei da Mobilidade, portanto, estas coisas, a gestão, eu por acaso até acho que está errado porque se nós queremos renovar o tecido do nosso município, eu corro o risco e não tenho nada contra as pessoas mais velhas, mas eu neste momento o que é que preciso? Sangue novo, eu preciso de jovens técnicos na câmara, com vontade, para trabalharem com as novas ferramentas e por aí fora, não estou nada interessado em pessoas em fim de carreira, e normalmente quando se abrem este tipo de concursos e vêm pessoas de fora, o que é que acontece, são pessoas em fim de carreira que se querem aproximar da sede do concelho e que não vão trazer a mais-valia que nós esperamos da vinda de sangue novo, isto acho que é racional, agora obviamente que os concursos abrem-se com as regras que estão definidas, o júri é nomeado, fará tudo o que tiver que fazer e quando chegar a altura vê-se, agora, essa sugestão não Senhora Deputada. Não venha com sugestões que... olhe, está a empurrar essas pessoas todas pela porta fora, está a dizer assim: Olhe, mande essas pessoas todas embora porque elas iriam perder, muitas delas em igualdade de circunstância iriam ter pessoas com o 12ºano a concorrer, outras até licenciadas a concorrer para estes lugares e essas desgraçadas dessas pessoas que são fantásticas, posso-lhe dizer que conheço-as todas, são pessoas muito trabalhadoras, têm

uma relação com os alunos fantásticas, eu conheço-as e portanto, eu nunca iria cometer uma traição dessas a pessoas que confiam em mim, nunca iria fazer essa traição de mandar para o desemprego pessoas que hoje estão a receber o seu vencimento e que sabem que têm estabilidade no emprego que têm, portanto, essa cartilha do Partido Comunista eu não a sigo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então iniciar a votação do Ponto 10, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO DE 2016 – 3ª ALTERAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com onze (11) Abstenções e um (1) voto contra.* **Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 464/465.**-----

Íamos agora já de imediato para o Ponto 11 RETIFICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo, E RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS – PROPOSTA INSCRITA COMO PONTO 11 DA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016: RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA – ANTÓNIO DOMINGOS PEREIRA – PROCESSO Nº53/2015/78416”. Como é um assunto da Mesa vou rapidamente explicar. Já foi transmitido em Reunião dos Grupos Municipais que houve um lapso de escrita tendo sido indicado o nome Augusto em vez de António. O lapso ocorreu logo no mail enviado a todos os Membros da Assembleia Municipal que deu conhecimento da referida proposta da Câmara Municipal, embora o anexo que acompanhava o mail estava bem. A partir daí alguns documentos produzidos, como a Certidão, Grelha de Votações anexo da Ata foram emitidos com o mesmo lapso de escrita, Augusto em vez de António. Assim, apresenta-se o processo em apreço para RETIFICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, nos termos do disposto no artigo 174º do Código o Procedimento Administrativo, e consequente RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS como é o caso da CERTIDÃO entretanto emitida devidamente retificada por questões de celeridade e princípio gerais de legalidade. O próprio processo, como sabem tinha sido considerado urgente para a sua introdução na Ordem de Trabalhos. Também sabem que teve e foram informados todos que obedeceu a um prévio parecer jurídico da Divisão Jurídica da Câmara Municipal de Viseu. Há alguma questão em relação a esta questão? Então colocávamos à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? *Por isso foi aprovado por unanimidade* este processo. **Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 466/467.**-- Terminámos assim a Ordem de Trabalhos abre-se o Período de Intervenção do Público. Só uma informação rápida antes disso. Foi entregue uma Declaração de Voto que nos esquecemos de informar sobre as Águas de Viseu do Bloco de Esquerda e que fará parte integrante da Ata.-----

Abre-se agora o Período de Intervenção do Público conforme previsto no Regimento, temos um cidadão inscrito que é o Senhor Agostinho Matos a quem dava a palavra, tem 5 minutos para a intervenção como é habitual. Senhor Agostinho Matos, agradeço, é só para informar que tem 5 minutos conforme já conhece.-----

----- **OITENTA E NOVE – O SENHOR AGOSTINHO MATOS:** Cumprimento a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Finalmente recebemos desta Assembleia uma informação sobre as trapalhadas. Quase 9 meses. Um documento apócrifo sem nenhuma resposta esclarecimento ou justificação para um único dos onze casos apontados. Por certo, face à gravidade dos mesmos achou melhor a autarquia esquivar-se deles não se debruçando sobre os seus documentos que obviamente conhece. Vem alegar com a situação presente como se possa passar uma esponja sobre as ilegalidades ao longo dos anos permitidas mesmo com as queixas apresentadas e os prejuízos provocados. Como munícipe fico muito

preocupado ao constatar o silêncio que esta Câmara e esta Assembleia atribuíram a tanta irregularidade. Contava que o Senhor Presidente da Câmara se preocupasse e tomasse este assunto como exemplar no sentido de fazer sentir aos seus subordinados e a todos os munícipes que jamais se repetiriam casos como estes. Igualmente contava que esta Assembleia discutisse o assunto e exigisse um cabal esclarecimento do município. Enganei-me. Saem todos muito diminuídos sem o exercício disciplinar das hierarquias nem o principal objeto da Assembleia que é o seu múnus fiscalizador. É uma oportunidade perdida, um hiato na democracia e deixa a convicção que provavelmente estas trapalhadas vão continuar. Gostava de ouvir do Senhor Presidente da Câmara por exemplo, uma explicação para o facto de o projeto de um bar ser da autoria do gestor da SRU e aprovado com a informação técnica deste organismo, ou de ouvir o Senhor Vereador Guilherme justificar a sua presença na inauguração de um estabelecimento na companhia de outros elementos da Câmara e do Presidente da Junta estando este completamente ilegal e assim permanecendo por mais de dois anos. Argumentos Senhor Presidente, Argumentos, agora, ataques de carácter, isso é uma arma dos fracos. Aguardo que outras instâncias se preocupem, corrijam e esclareçam todos os casos. Andamos desde março de 2015 a aguardar documentação municipal. Depois destas trabalhadas, os documentos têm sido arrancados a ferros. A autarquia só obrigada por outras instâncias tem feito alguma coisa. São já cinco os pareceres da CADA a obrigar a Câmara a dar documentos, falta o cumprimento de três, e este é o retrato da transparência municipal. E se o Senhor Provedor de Justiça arquivou o processo, foi porque deixámos de responder e não lhe demos conhecimento da falsidade que a Câmara lhe enviou. Primeiro, cria-se o mito de que a Casa da Sé não investiu nas caixilharias, não tem vidros duplos. Mentira. Tem vidros duplos e tem portadas. A Casa da Sé foi selecionada em 2011 para os melhores prémios de investimento provado em Turismo. Portugal está aqui em 4º lugar, 2011. Depois, face à informação nº75 de 6 junho de 2014 desacreditando o edifício, ali se diz: Verifiquei agora com surpresa ao consultar o processo de licenciamento que segundo o relatório de ensaio acústico do edifício há uma série de parâmetros que em condições normais não cumpririam os valores limites regulamentares e só foram aceites com a prerrogativa estabelecida do nº8 do artº5º do Decreto-lei 96/2008 que permite uma tolerância de 3 decibéis, isto traduz-se numa falta de qualidade para o estabelecimento. Vejam agora se fossemos nós a fonte do ruído. Em 14 de novembro de 2014 a autarquia solicita a nossa colaboração e respondemos por email de 15 de janeiro de 2015 e colocámo-nos à disposição. Dissemos: Reafirmamos a nossa total disponibilidade para colaborar e perguntámos: É intenção da Câmara prosseguir com a avaliação por uma entidade não acreditada? A Câmara de Viseu não respondeu. Depois disto envia a informação nº 63 à Provedoria onde pode ler-se: Foi solicitado por via postal ao autor da queixa que disponibilizasse o estabelecimento para se efetuarem as medições acústicas sob pena de a sua pretensão não poder ser atendida por falta de fundamento. Insistiu-se e deu-se conhecimento às entidades, mas, até 9 de março de 2015 não houve qualquer autorização da sua parte e após essa data não me foi remetido qualquer documento nesse sentido, embora o requerente tenha vindo questionar sobre o protocolo das medições e sobre a acreditação da empresa para efetuar as medições. Mentira! Finalmente, quero congratular-me com o facto de este assunto ser remetido a uma Sociedade de Advogados mesmo que à conta do erário público. Porque o cidadão Agostinho Matos sabe que a atividade e cito: A atividade camarária se coaduna com o estrito e escrupuloso cumprimento dos mais elementares princípios em matéria administrativa da justiça e da razoabilidade, da imparcialidade, da boa-fé, da colaboração com os particulares, da decisão da responsabilidade da administração aberta entre outros. Por tudo isto que esta Sociedade de Advogados aponta e parece não se encontrar nestas trapalhadas é que as enviei para o Ministério Público. Tenho a certeza que o resultado virá tirar todas as dúvidas. Muito obrigado pela atenção.-----



----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Agostinho.-----
Agradecia a presença de todos e a colaboração de todos. Estão encerrados os trabalhos.----
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis quando eram 20 horas e 36 minutos.-----
E do que se passou, lavrou-se a presente Ata que inclui um total de 23 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário, por mim, _____, Primeira Secretária em substituição do Senhor Primeiro Secretário, ausente a partir do ponto 3, e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria

**ANEXO 1**

Assembleia Municipal de Viseu

Auto de Tomada de Posse**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VISEU**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, no Solar dos Peixotos, perante a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária, para cumprimento do disposto no artº 9º da Lei nº 33/98, de 18 de Junho, alterada e republicada pela Lei nº 106/2015, de 25 de Agosto e de acordo com o previsto no Regulamento aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de Setembro de 2015, compareceram os cidadãos a seguir indicados para a Tomada de Posse, perante a Assembleia Municipal de Viseu, como membros do Conselho Municipal de Segurança de Viseu:

Representante do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu, Drª Carla Andrade

Representante da União de Sindicatos de Viseu, Francisco Almeida

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Viseu reconheceu a identidade dos presentes por conhecimento pessoal e declarou-os investidos nas suas funções como membros do Conselho Municipal de Segurança de Viseu.

Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente Auto de Posse, que após ter sido lido em voz alta na presença de todos os intervenientes, vai ser devidamente assinado.



ANEXO 1



Assembleia Municipal de Viseu

Representante do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu, Dr^a Carla Andrade

Representante da União de Sindicatos de Viseu, Francisco Almeida

Após as assinaturas supra que atestam esta tomada de posse, foi encerrado este ato solene pelas 14 horas e 46 minutos.

Este Auto de Posse vai ser assinado e rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, fazendo parte da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de Junho de 2016.

Assembleia Municipal de Viseu, 29 de junho de 2016

O Presidente da Assembleia Municipal de Viseu

José Manuel Henriques Mota de Faria

ANEXO 2



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 22/JUNHO/2016

	€		€
Saldo Inicial	28.743.247,25	Despesas Correntes	15.426.047,22
Receitas Correntes	21.469.670,04	Despesas Capital	4.368.372,87
Receitas Capital	2.064.239,57	Total das Despesas	19.794.420,09
Total das Receitas	23.533.909,61	Saldo Actual	32.482.736,77

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 22 de JUNHO de 2016

	€
Fornecedores	1.420.216,80
Outros devedores e credores	1.657.611,94
Total	3.077.828,74

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 22 de JUNHO de 2016

	€
Empréstimos obtidos	18.269.207,63
Estado e outros entes públicos	292.130,15
Total	18.561.337,78

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu



ANEXO 3



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Aplicar o valor 1/3 votos a favor e 4 (quatro) abstenções</u> Viseu, 29/06/2016					
MUNICÍPIO DE VISEU - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X				
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X				
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X				
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X				
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X				
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X				
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X				
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X				
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X				
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X				
14 PPD/PSD		Florbela de Almeida Correia Soutinho		X				
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X				
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X				
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X				
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X				
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X					
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X				
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X				
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X					
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X				
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X				

ANEXO 3



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Adoptar com 43 votos a favor e 4 (quatro) abstenções</u> <u>Viseu, 29/06/2016</u>						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X	
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X				
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X				
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X				
41 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes		X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X				
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X				
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha				X		
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos				X		
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X					
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					X	
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	43	0	4	2	

a) Declaração de voto

ANEXO 4



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2016 - REVISÃO N.º 2,		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <i>Aprouva o plano de contas e o plano de 2 (duas) abstenções</i> Viseu, 29/06/2016 <i>[Assinaturas]</i>				
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X				
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X	
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X				
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X				
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X				
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X				
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X				
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X				
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X				
13 PPD/PSD		Joana Patricia dos Santos Ferreira		X				
14 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X				
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X				
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X				
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X				
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X				
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X					
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X				
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X				
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X					
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X				
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X				

ANEXO 4



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2016 - REVISÃO N.º 2,		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou				
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Aprovou com 46 votos a favor e 2 (duas) abstenções Viseu, 29/06/2016 [Assinaturas]				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
33 PPD/PSD	REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X				
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X				
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X				
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X				
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X				
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X				
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X				
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X					
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	46	0	2	1	

a) Declaração de voto

ANEXO 5



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-ÁGUAS DE VISEU PARA 2016 - REVISÃO N.º 2, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Abençoar com 46 votos a favor e 2 (duas) abstenções</u> Viseu, 29/06/2016 <i>[Assinaturas]</i>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X				
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X	
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X				
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X				
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X				
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X				
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X				
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X				
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X				
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X				
14 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X				
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X				
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X				
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X				
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito País Cardoso		X				
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X					
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X				
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X				
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X					
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X				
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X				

ANEXO 5



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Abreviar para 46 votos a favor e 2 (duas) abstenções</u>		Viseu, 29/06/2016			
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-ÁGUAS DE VISEU PARA 2016 - REVISÃO N.º 2, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Mendes		X			
Resultado			3	46	0	2	1

a) Declaração de voto

ANEXO 6



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		PROPOSTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE/ADESÃO - EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE (ELOGE) DO CONSELHO DA EUROPA nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <i>Aprovar por unanimidade</i> Viseu, 29/06/2016 <i>[assinatura]</i> <i>[assinatura]</i>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X			
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
14 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X				
28 PPD/PSD	SANTOS EVUS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

ANEXO 6



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou				
PROPOSTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE/ADESÃO - EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE (ELOGE) DO CONSELHO DA EUROPA nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro			Aprova por unanimidade do - Viseu, 29/06/2016				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	48	0	0	1

a) Declaração de voto

ANEXO 7



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Aprouver por unanimidade</u> — Viseu, 29/06/2016 <i>[assinaturas]</i>					
ATUALIZAÇÃO/REDUÇÃO DE TAXAS - MERCADO 21 DE AGOSTO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X			
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
14 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X				
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

ANEXO 7



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <i>Aprouva por unanimidade</i> Viseu, 29/06/2016 <i>Maia</i> <i>Secretaria</i>						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Auréllo Pereira Lourenço		X				
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X				
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X				
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X				
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X				
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X				
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X				
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X					
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X				
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X				
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINIÃO e TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	48	0	0	1	

a) Declaração de voto

ANEXO 8



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou						
PEM - PARQUE EMPRESARIAL DE MUNDÃO - AQUISIÇÃO DE TERRENO		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		<p><i>Abreviou com 37 votos a favor e 10 (dez) votos contra</i></p> <p><i>— Viseu, 29/06/2016</i></p> <p><i>[Assinaturas]</i></p>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X				
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X	
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X				
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X				
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X				
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X				
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X				
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X				
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X				
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X				
14 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X				
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X				
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X				
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X				
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X				
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X					
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X				
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X				
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X					
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X				
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X				

ANEXO 8



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou aprovar com 37 votos a favor, 10 (dez) votos contra		Viseu, 29/06/2016				
PEM - PARQUE EMPRESARIAL DE MUNDÃO - AQUISIÇÃO DE TERRENO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
33 PPD/PSD	REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X				
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X	
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho			X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X			
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto			X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca			X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes			X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X			
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão			X			
44 PS	SIL GUEIROS	Isé Augusto Henriques Mota		X				
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X				
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X					
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X a)			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
52 Não Integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	37	10	0	2	

a) Declaração de voto

ANEXO 9



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou					
CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAL - MOBILIDADE URBANA DE VISEU - MUV		<p>na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro</p> <p>nos termos e para os efeitos do disposto</p> <p>Aprouva com 15 votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção</p> <p>Viseu, 29/06/2016</p>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X			
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
14 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carrogoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X				
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

ANEXO 9



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou						
CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAL - MOBILIDADE URBANA DE VISEU - MUV nos termos e para os efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Aprova-se com 25 votos a favor, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção		Viseu, 29/06/2016				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X	
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X				
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X				
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X				
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X				
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X				
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X				
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X					
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X a)			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	45	1	1	2	

a) Declaração de voto

ANEXO 10



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Adoptar com 33 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 2 (duas) abstenções - Viseu, 29/06/2016</u>					
EMPRESA MUNICIPAL "AdV - ÁGUAS DE VISEU E.M." - ESTUDOS TÉCNICOS - ART.º 32.º DA LEI N.º 50/2012 DE 31 DE AGOSTO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X			
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
14 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		b)	b)	b)	
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÓTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		b)	b)	b)	
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X				
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

ANEXO 10



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Aprouva com 33 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 2 (duas) abstenções</u> Viseu, 29/06/2016 <i>[Assinaturas]</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho			X		
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto			X		
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca			X		
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes			X		
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X		
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão			X		
44 PS	SIL GUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha				X	
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos				X	
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X a)		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	33	10	2	2

a) Declaração de voto

b) APRESENTAÇÃO DE ESCUSA DE INTERVENÇÃO NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO POR MOTIVO DE SER FUNCIONÁRIO DOS SMAS - ÁGUAS DE VISEU

ANEXO 11



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou					
MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO DE 2016 – 3.ª ALTERAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro		<p><i>Aprovou com 35 votos a favor, 1 (um) voto contra e 11 (onze) abstenções</i></p> <p><i>Viseu, 29/06/2016</i></p> <p><i>[Assinatura]</i> <i>[Assinatura]</i></p>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta					X
3 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
6 PPD/PSD		António Carlos Lopes Coelho da Silva		X			
7 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
8 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
9 PPD/PSD		Denise da Costa Rolo		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		António Vicente Figueiredo		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Joana Patricia dos Santos Ferreira		X			
14 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X				
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

ANEXO 11



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou						
MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO DE 2016 – 3.ª ALTERAÇÃO		<p>Abandonou com 35 votos a favor, 1 (uma) voto contra e 11 (onze) abstenções</p> <p>Viseu, 29/06/2016</p> <p><i>[Assinaturas]</i></p>						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
33 PPD/PSD	REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X	
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho				X		
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X		
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X		
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X		
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X		
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes				X		
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X		
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão				X		
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X				
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha				X		
47 CDS/PP		Elisa Maria da Costa Lemos				X		
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X					
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	35	1	11	2	

a) Declaração de voto

ANEXO 12



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>Apesar por unanimidade</u>		Viseu, 29/06/2016			
Referência de atos administrativos, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 178.º do Código do Procedimento Administrativo, e RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS - PROPOSTA INSCRITA COMO PONTO 11 DA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016: "RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA - ANTÓNIO DOMINGOS PEREIRA - PROCESSO N.º 53/2015/78436", nos termos e para os efeitos do previsto na alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	João Fernando Marques Rebelo Cotta					X
3	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
4	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
6	PPD/PSD	António Carlos Lopes Coelho da Silva		X			
7	PPD/PSD	Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
8	PPD/PSD	Rui Pedro de Matos Peva		X			
9	PPD/PSD	Denise da Costa Rolo		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	António Vicente Figueiredo		X			
12	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
14	PPD/PSD	Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO António de Oliveira Carraguso		X			
23	PPD/PSD	ORGENS Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel de Almeida Fernandes	X				
25	PPD/PSD	RANHADOS Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X				
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE Fernando Martins Machado		X			

ANEXO 12



Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2016

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 29 de Junho de 2016, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> — — Viseu, 29/06/2016 — <i>[Assinaturas]</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Adelaide Inana da Silva Modesto		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Alberto Gonçalves Ascensão		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL EVILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz	X				
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	47	0	0	2

a) Declaração de voto